

SÉRGIO LUIS VERSOLATO DE ABREU

**PARTIDOS POLÍTICOS E MODERNIDADE LÍQUIDA:
ANÁLISE DA FILIAÇÃO PARTIDÁRIA NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO
PARANÁ NOS PERÍODOS ENTRE 1947-1963 E 1996-2016.**

CURITIBA

2020

**CENTRO UNIVERSITÁRIO AUTÔNOMO DO BRASIL
PROGRAMA DE MESTRADO EM DIREITOS FUNDAMENTAIS E DEMOCRACIA**

SÉRGIO LUIS VERSOLATO DE ABREU

**PARTIDOS POLÍTICOS E MODERNIDADE LÍQUIDA:
ANÁLISE DA FILIAÇÃO PARTIDÁRIA NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO
PARANÁ NOS PERÍODOS ENTRE 1947-1963 E 1996-2016.**

Dissertação apresentado como requisito parcial à obtenção de título de mestre, Programa de Mestrado em Direitos Fundamentais e Democracia, Centro Universitário Autônomo do Brasil.

Orientador: Marcos Augusto Maliska

CURITIBA

2020

TERMO DE APROVAÇÃO

SÉRGIO LUIS VERSOLATO DE ABREU

PARTIDOS POLÍTICOS E MODERNIDADE LÍQUIDA:
ANÁLISE DA FILIAÇÃO PARTIDÁRIA NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ
NOS PERÍODOS ENTRE 1947-1963 E 1996-2016.

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Direito, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direitos Fundamentais e Democracia, Centro Universitário Autônomo do Brasil - UNIBRASIL, pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Prof. Dr. MARCOS AUGUSTO MALISKA
PPGD UNIBRASIL

Membros: Profa. Dra. ANA CLÁUDIA SANTANO
PPGD UNIBRASIL

Prof. Dr. EMERSON URIZZI CERVI
PPGD UFPR

Curitiba, 03 de dezembro de 2019.

A162

Abreu, Sergio Luis Versolato de.

Partidos políticos e modernidade líquida: análise da filiação partidária nos Municípios do Estado do Paraná nos períodos entre 1947-1963 e 1996-2016. / Sergio Luis Versolato de Abreu. – Curitiba: UniBrasil, 2020.

189p.; il: 30cm

Orientador: Marcos Augusto Maliska

Dissertação – Centro Universitário Autônomo do Brasil – UniBrasil. Mestrado em Direitos Fundamentais e Democracia, 2020.

Inclui bibliografia.

1. Direito – Dissertação. 2. Direitos fundamentais. 3. Partidos políticos - Estado do Paraná. 4. Partidos políticos – Modernidade líquida. 5. Modernidade líquida – Zygmunt Bauman. I. Centro Universitário Autônomo do Brasil. Mestrado em Direitos Fundamentais e Democracia. II. Título.

CDD 340

Passaram os dias, as dificuldades iam em crescendo contínuo, agravavam-se e multiplicavam-se, brotavam debaixo dos pés como tortulhos depois da chuva, mas a firmeza moral da população não parecia inclinada a rebaixar-se nem a renunciar àquilo que havia considerado justo e que expressara no voto, o simples direito a não seguir nenhuma opinião consensualmente estabelecida

(José Saramago – Ensaio Sobre a Lucidez)

SUMÁRIO

RESUMO	i
ABSTRACT	ii
INTRODUÇÃO	1
1 O CONCEITO DE MODERNIDADE LÍQUIDA EM BAUMAN	6
1.1 SER LEVE E LÍQUIDO.....	9
1.2 O CIDADÃO E O INDIVÍDUO.....	21
1.3 MODERNIDADE LÍQUIDA E AS ORGANIZAÇÕES PARTIDÁRIAS.....	33
2 OS PARTIDOS POLÍTICOS NO ESTADO DO PARANÁ NO PERÍODO ENTRE 1947-1963 E 1996-2016	44
2.1 A POLÍTICA E OS PARTIDOS POLÍTICOS NO ESTADO DO PARANÁ.....	47
2.2 A COMPOSIÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS ENTRE 1947-1963.....	54
2.3 A COMPOSIÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS ENTRE 1996-2016.....	70
3 O REFLEXO DA MODERNIDADE LÍQUIDA NA COMPOSIÇÃO E NA IDENTIDADE DOS PARTIDOS POLÍTICOS	84
3.1 OS PARTIDOS POLÍTICOS COMO INSTITUIÇÕES QUE TAMBÉM SE DILUEM.....	88
3.2 IMEDIATISMO E FLEXIBILIDADE NO ATUAR DOS PARTIDOS POLÍTICOS.....	101
3.3 O PAPEL DOS PARTIDOS POLÍTICOS EM UM MUNDO LÍQUIDO.....	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	126
ANEXOS	137

RESUMO

Neste trabalho foi realizada uma análise comparativa do desenvolvimento dos partidos, sob o prisma da relação entre filiado e partido político, em dois períodos históricos, através da comparação da evolução da fragmentação partidária e a estabilidade da democracia, conduzida pelos partidos nas Eleições Municipais nos dois períodos de 1947-1963 e de 1996-2016. A descrição dos conceitos básicos que caracterizam um mundo líquido, nos parâmetros proposto por Zygmunt Bauman, serviram de referencial teórico, para responder a questão de que os partidos políticos foram afetados e sofreram influência do atual momento da modernidade. A democracia sofre o impacto da fragmentação partidária, da instabilidade da relação entre filiado e partido. O estudo comparativo em dois períodos históricos visa verificar a possível influência da modernidade líquida na relação entre filiado e partido, a qual por sua vez afeta a própria democracia liberal, aprofundando sua crise. Por fim, sugere quais possíveis caminhos para os partidos políticos em um mundo líquido, propondo o aprofundamento da democracia intrapartidária e a utilização de mecanismos que visem a melhorar sua relação com a sociedade e os filiados.

ABSTRACT

In this work in two historical periods a comparative analysis of the evolution of political association was performed, from the perspective of the relationship between affiliate and political party. By comparing the evolution of party fragmentation and the stability of democracy, led by the parties in the Municipal Elections in the two periods of 1947-1963 and 1996-2016. The description of the basic concepts that characterize a liquid world, in the parameters proposed by Zygmunt Bauman, served as a theoretical reference to answer whether political parties were affected or influenced by the current moment of modernity. Democracy suffers the impact of party fragmentation, the instability of the affiliate-party relationship. The comparative study in two historical periods aims to verify the possible influence of liquid modernity on the relationship between affiliate and party, which in turn affects liberal democracy itself by deepening its crisis. Finally, it suggests possible strategies for political parties in a liquid world, proposing the deepening of intra-party democracy and the use of mechanisms to improve its relationship with society and its members.

INTRODUÇÃO

Em um mundo permeado pela insegurança, pela imprevisibilidade e pela instabilidade, os partidos políticos encontram-se fragmentados, enfraquecidos e desacreditados na sua dimensão que trata da relação da organização partidária com o filiado e com a sociedade. Toda esta situação reflete na própria construção da democracia, podendo agravar mais a questão da representatividade. Esta dissertação pretende traçar um estudo a partir de outro referencial teórico, buscar resposta para a atual crise dos partidos políticos na dimensão acima mencionada e da democracia liberal em um contexto descrito por Zygmunt Bauman como modernidade líquida.

Um dos únicos consensos encontrados no século passado foi que a modernidade, gestada nas ideias iluministas e desenvolvida ao longo de séculos entrou em uma forte crise em meados do século XX. As respostas para essa crise vieram de diversas correntes de pensamento, desde os que defendem o aprofundamento da modernidade, pois ela não se realizou ainda, como argumenta Jürgen Habermas¹, até os que defendem conceitos de modernidade tardia, pós-modernidade radical, hipermodernidade, pós-modernidade estratégica e modernidade líquida.

Por opção, tomou-se o contexto da modernidade líquida formulado por Zygmunt Bauman e seus possíveis reflexos sobre as instituições partidárias, através de um levantamento de dados e uma pesquisa empírica sobre as Eleições Municipais no Paraná. Buscou-se nesta pesquisa construir uma base comparando dois momentos históricos da democracia. Momentos que refletem constituições democráticas e liberdades partidárias. A partir da democracia local, do estudo das Eleições municipais, em duas épocas que os partidos políticos se desenvolveram nacionalmente e o país dava seus primeiros passos para uma democracia com base em partidos políticos nacionais.

A pesquisa empírica desenvolvida com base em dados disponíveis no site do TRE/PR, referente as Eleições Municipais durante dois períodos históricos, um período abrangendo cinco Eleições municipais entre 1947 a 1963 e outro abrangendo seis Eleições municipais de 1996 a 2016. Estes momentos históricos são importantes, pois refletem momentos de plena liberdade democrática, momentos em que a escolha

¹ HABERMAS, Jürgen. Modernidad: un proyecto incompleto. In: CASULLO, Nicolas. **El debate modernidad pos-modernidad**. Buenos Aires. Editorial Punto Sur, 1989, p.137.

para participar de uma eleição e concorrer por um partido estão mais livres. Os partidos estão se organizando e a relação entre filiado e partido pode ter sofrido ou não a influência das mudanças da própria sociedade. Optou-se por não realizar a pesquisa no período de quebra democrática e o da longa transição para uma democracia efetiva com base nos partidos políticos, concretizada com a Lei nº. 9.096/95.

Os dados foram coletados nos oitenta municípios existentes e que realizaram Eleições Municipais em 1947, correspondente a cem por cento dos municípios que realizaram eleições naquele ano. Estes oitenta municípios serão acompanhados até a última Eleição realizada em 2016. Como os dados estão em formatos diferentes, buscou-se procurar pontos em comum que possibilitassem uma análise comparativa entre os dois períodos, como eleições regulares a cada quatro anos, partidos, candidatos, cargos.

Com estes dados foram construídos vários índices para embasar as análises, como o índice de retorno, no qual considera os candidatos que concorreram em uma Eleição Municipal e retornaram a participar novamente de outras eleições posteriores, independente do cargo ser a prefeito ou a vereador, ou do fato de ter sido eleito ou não. Este índice vai medir o percentual de candidatos que retornaram a concorrer em cada um dos períodos, em cada um dos municípios estudados, por região geográfica e por fim a média do Estado do Paraná. Optou-se por não considerar neste trabalho a criação de novos municípios ou desmembramentos ocorridos no Paraná, pois tornaria a comparação entre os dois períodos inviável, o que impossibilitaria a análise comparativa.

Outro índice construído é o chamado índice de permanência no qual se considera que dos candidatos que retornaram a participar das Eleições municipais, quantos mudaram de partido ou permaneceram no mesmo partido. Este índice medirá em cada período o percentual de candidatos que permaneceram no mesmo partido, isto possibilitará identificar possíveis influências sofridas ou não pelo momento histórico. Uma outra forma de medir a coesão partidária, também com base nos resultados eleitorais, foi desenvolvida através de outro índice, chamado de índice de fragmentação, utilizado para se medir a evolução da fragmentação das Câmaras Municipais. Este possibilitará avaliar a evolução dos partidos no decorrer do tempo, o próprio desenvolvimento, enfraquecimento ou fortalecimento dos partidos nas esferas municipais.

Por fim, será analisado a robustez dos partidos a partir do resultado efetivo de sua força eleitoral com base na quantidade de eleitos em cada pleito eleitoral. A comparação do desempenho nos dois períodos será importante para se verificar os efeitos ou não do contexto da modernidade líquida sobre os partidos.

Para desenvolver esta pesquisa será necessário, no primeiro capítulo, definir o que seria entendido por modernidade líquida e quais as suas principais características que refletem nas organizações partidárias. Características que distinguem e diferenciam os dois períodos históricos estudados. Para alcançar estes objetivos, este capítulo inicia delimitando a crise da modernidade, os diferentes caminhos existentes de análise. Parte-se para conceituar o que se entenderia por ser leve e líquido, qual a influência deste período da modernidade no conceito de cidadão, eleitor e filiado; por fim, como a modernidade líquida influencia as próprias organizações partidárias no sistema partidário brasileiro.

No segundo capítulo será realizado um rápido histórico dos partidos políticos modernos, como se organizam e como se ligam ao próprio momento da modernidade. Será externado sobre como ocorreu o desenvolvimento dos partidos, principalmente no Estado do Paraná.

A pesquisa tomará como referência a divisão geográfica do Paraná adotado pelo IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), dividindo em nove regiões geográficas o Estado, delimitando em quais regiões cada um dos oitenta municípios está inserido. Não é objetivo desta dissertação discutir a relação entre situação e oposição, o funcionamento parlamentar dos partidos, mas a relação partido e filiado sob uma nova ótica.

Nos dois períodos serão tomados como base estas regiões, desenvolvendo com parâmetros comuns a análise dos partidos e seus desenvolvimentos no período de 1947-1963 e de 1996-2016, para ao final, comparar os resultados dos dois períodos eleitorais.

No terceiro capítulo, será analisado qual o papel dos partidos políticos como instituições que também se diluem, verificando os efeitos perversos não apenas da interrupção da democracia partidária pela ditadura, mas as sequelas deixadas pela lenta e gradual transição para a democracia. Estas sequelas tornaram-se visíveis a medida que a crise da democracia liberal deixou mais evidente o enfraquecimento da relação entre filiados e os partidos políticos nos municípios paranaenses estudados.

A comparação dos dois períodos visará tentar fundamentar os efeitos de um mundo líquido como possível causa da fragmentação partidária, bem como, a própria instabilidade dos partidos. O apego a valores e características que serviram de base para a modernidade sólida pode ter levado ao aprofundamento da crise dos partidos tradicionais. A análise comparativa dos dois períodos estudados pode ajudar a comprovar ou não a influência de um “mundo líquido”. Para esta análise, o estudo contará com o índice de permanência, que servirá para medir quantos candidatos que retornaram a disputar eleições permaneceram no mesmo partido em eleições posteriores.

Por fim, refletir sobre a situação, os caminhos e o futuro dos partidos políticos em um mundo líquido. Este fenômeno não é apenas local, mas o reflexo de uma crise muito maior que abrange as democracias liberais em todo o mundo. As promessas que estiveram presentes no início da modernidade, não puderam ser cumpridas, mas continuam a motivar as pessoas a agirem, a ainda concorrerem e participarem nas Eleições, fato que também será analisado comparativamente, por meio do índice de retorno que visará medir o percentual de candidatos que retornam a participar de eleições, nos períodos de 1947-1963 e 1996-2016, nos oitenta municípios paranaenses estudados nas nove regiões geográficas do Paraná.

Quais as possibilidades para os partidos políticos sobreviverem a este cenário, se a democracia liberal não é perfeita e começa a dar sinais de desgaste, enfraquecimento e desintegração? Como reativar e reanimar os valores democráticos, pois democracia é mais do que a realização de Eleições periódicas, envolvem valores que vão além do simples ato de votar, envolvem os direitos de participar e de opinar inclusive dentro da própria estrutura partidária.

As alternativas que surgem para substituir a democracia liberal estão se demonstrando um atalho perigoso, que podem acelerar o rumo ao autoritarismo, conforme autores contemporâneos como: Steven Levitsky, Daniel Ziblatt, Manuel Castells, Yascha Mounk, David Runciman e Howard S. Becker, que demonstram preocupações com a situação. Existe o consenso de que há uma crise na democracia liberal, existirão outras alternativas a esta democracia? Como os partidos políticos podem contribuir para sair desta crise? Em um mundo líquido em que a velocidade das mudanças, as influências da internet diminuem a distância entre as pessoas, entre os filiados. Situação que aumenta a insegurança, a incerteza e a imprevisibilidade na própria sociedade, deixando os partidos políticos mais apreensivos ao não saber

como lidar com estas novas situações e reivindicações por participação e democracia dentro dos próprios partidos.

A dissertação visa constatar através de um estudo empírico dos resultados das Eleições em dois períodos históricos, demonstrar que os partidos políticos também foram forjados na modernidade sólida e juntamente com a mudança da modernidade precisam se reinventar e adaptar-se ao novo momento histórico.

1. O CONCEITO DE MODERNIDADE LÍQUIDA EM BAUMAN

Para se falar e compreender o que se entende por modernidade líquida é necessário esclarecer alguns conceitos básicos, conceitos estes que serão retomados no decorrer da exposição.

Há um consenso de que a modernidade superou um modelo anterior. A modernidade baseada em ideias advindas do iluminismo, ideias que amadureceram no decorrer de vários séculos, dissolveram os sólidos pré-modernos que não mais se sustentavam, com ânsia de “descobrir ou inventar sólidos de solidez duradoura”². As promessas que viriam a trazer estabilidade, previsibilidade, segurança e principalmente a universalidade, características necessárias e indispensáveis para o desenvolvimento da sociedade³, não foram cumpridas, refletiram a ambiguidade presente na sociedade.

O iluminismo se desenvolveu com o aumento da confiança do homem na razão, explicações divinas não mais satisfaziam a curiosidade humana e a busca por conhecimento com explicações mais racionais passaram a balizar a atividade humana. O aumento desta confiança no próprio homem e as promessas do iluminismo de um futuro ordenado, racional e de um progresso, contínuo rumo a um admirável mundo novo, foram o suporte de uma nova forma de racionalidade. Estas ideias fortaleceram a confiança do homem nas ciências, alcançando seu auge no final do século XIX e início do século XX. O Estado moderno desenvolveu-se, fortaleceu-se e necessitou mais do que nunca de um direito com base racional, um direito que ordenasse a sociedade, garantisse uma estabilidade rumo ao progresso em que a sociedade seria previsível e administrável.⁴

Neste contexto, o Estado Moderno se desenvolveu e foi necessário para propagação de formas de viver e produzir com base não mais na vontade divina ou no acaso da natureza. Mas, no decorrer dos séculos XVII e XVIII, pela ideia da fundação de uma boa ordem, por meio do exercício da razão e da observação⁵. Estas ideias de uma nova racionalidade que seria universal e universalmente aplicada,

² BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da Política**. Rio de Janeiro: Editora Zahar. 2000, p. 10.

³ BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia: Uma defesa das regras do jogo**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1992. p. 11.

⁴ BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001, p. 10.

⁵ SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 2002, p. 124.

foram características deste período que já era originário do humanismo jurídico dos séculos XV e XVI conforme afirma Boaventura de Sousa Santos.

Este Estado Moderno evoluiu e, no auge de sua evolução, já trazia implícito elementos de sua própria crise. A crise da modernidade se tornou mais aguda na primeira metade do século XX, momento em que ficou claro que diversas de suas promessas não seriam sequer cumpridas e outras promessas trouxeram o pior do ser humano à tona, como descrito por Bauman:

A civilização moderna não foi a condição suficiente do Holocausto; foi, no entanto, com toda a certeza, sua condição necessária. Sem ela o Holocausto seria impossível. Foi o mundo racional da civilização moderna que tornou viável o Holocausto.⁶

Antes de chegar ao Holocausto, vários pensadores vinham questionando as promessas da modernidade, que já apresentava indícios de seus problemas, mas, foram vozes no deserto Nietzsche na filosofia e Freud na medicina, falaram para ouvidos surdos e fascinados pelas promessas da modernidade.

No campo jurídico a ligação com aspectos da modernidade não pode ser definida no mesmo parâmetro da filosofia ou da medicina. O direito moderno sempre esteve vinculado ao Estado moderno, sendo o filho predileto e mais importante do Estado, preso ao seu próprio contexto histórico. Entretanto, houve questionamentos que por mais que estivessem ligados aos parâmetros da modernidade, estabeleceram contribuições importantes. Entre os juristas que questionavam o direito estava Eugen Ehrlich, no início do século XX fez parte de um movimento que questionava o Estado como única fonte do direito, estava se propagando o movimento do Direito Livre.

Este movimento era uma iniciativa acadêmica e de cunho prático. Era uma forma crítica de conceber e pensar o direito naquele momento histórico em que predominava a visão positivista do direito.⁷ Baseava-se na livre investigação do direito, buscava se contrapor ao dogma, “entendido como uma forma de pensar, na qual o juiz realiza simples aplicação do direito e esclarece aquilo que já se encontra historicamente contido no sistema jurídico”.⁸ Apesar de ainda estar ligado ao Estado

⁶ BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1998a, p. 33.

⁷ MALISKA, Marcos Augusto. **Introdução à Sociologia do Direito de Eugen Ehrlich**. Curitiba: Editora Juruá, 2015, p. 53.

⁸ MALISKA, Marcos Augusto. **Introdução à Sociologia do Direito de Eugen Ehrlich**, p. 57.

moderno, foi um precursor de novas ideias em um campo do conhecimento mais vinculado a modernidade.

A crise da modernidade fez com que o homem saísse do centro do universo, da crença cega na razão humana, para um local em que não possui controle, para apenas uma possibilidade de verdade⁹.

A resposta para esta crise gerada foi a incapacidade de se chegar a um consenso, as respostas foram dadas por vários pensadores que podemos dividir nas seguintes correntes: Pós-modernidade radical, Modernidade Radical, Pós-modernidade estratégica¹⁰,

Pós-modernidade radical na qual há total rompimento com a era moderna, há uma ideia de superação da modernidade. Nesta linha encontramos pensadores como Jean-François Lyotard, o qual traz a ideia de hipermodernidade, de que houve um fracasso das meta-narrativas para explicação da realidade, há um predomínio do aqui e agora. Outros autores seguem esta mesma perspectiva como Edgar Morin e Michel Maffesoli.

Modernidade radical tem sua origem na Escola de Frankfurt com Theodor Adorno, Max Horkheimer e Jürgen Habermas que afirmam que a modernidade não se completou, há necessidade de regressar aos ideais iluministas. Não se deve abandonar o projeto da modernidade, Habermas acredita que é necessário evitar os erros que conduziram a crise do século passado e seguir retomando os ideais que deram origem ao pensamento racional proposto pelos iluministas.

Pós-modernidade estratégica que procura dissolver os preconceitos da modernidade. Nesta linha podemos colocar os pensadores como Gilles Lipovetsky que dirá não haver mais a confiança cega no progresso, há uma confiança relativa, Ulrich Beck vai dizer que há uma evolução, uma segunda modernidade em que a modernidade é reflexiva, há um individualismo institucionalizado. Anthony Giddens busca reconciliar a autonomia do indivíduo com a interdependência nas várias fases da vida, há necessidade de uma democracia dialógica que leva a reflexividade da própria ideia de democracia e, Zygmunt Bauman que irá defender que a modernidade

⁹ COELHO, Thales Dyego de Andrade. **O Direito sólido na Modernidade Líquida: a crise de efetividade do direito criminal na contemporaneidade**. 2017. F.170. Dissertação de Mestrado em DIREITO, Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, São Luis. Biblioteca UFMA, pág. 26.

¹⁰ Classificação citada na Dissertação de Thales Dyego de Andrade Coelho, pág. 30-45.

não acabou, passou por uma mudança, traz os conceitos de modernidade sólida e modernidade líquida¹¹.

Todas estas visões possuem ramificações e consequências no mundo jurídico, e o foco que será aprofundado nos próximos itens desta dissertação é a modernidade líquida de Bauman, suas principais características e sua relação com um dos institutos fundamentais para o Direito Eleitoral e o desenvolvimento da Democracia: os Partidos Políticos.

1.1 SER LEVE E LÍQUIDO

A modernidade sólida tendia a resistir ao tempo, a se fixar no espaço, o tempo era considerado linear “estica-se entre o passado que não pode durar e o futuro que não pode ser”¹². O ser sólido e pesado da modernidade foi uma característica que se desenvolveu em um período histórico. Ideias iluministas buscavam a superação de uma concepção anterior, chamada pré-moderna¹³. A razão, o discurso racional possibilitou o surgimento e fortalecimento do Estado Moderno ao longo do século XVI. Até a sua expressão por influência das “Revoluções americana e francesa do Século XVIII, o Estado de Direito, a limitação do Poder do Estado pela Lei”¹⁴, resultando na forma dos Estados Nacionais Soberanos ao longo do século XIX.

Trazer segurança a sociedade com fundamento na razão era um dos objetivos a serem alcançados pela modernidade. Segurança é algo pesado, difícil de mudar de lugar, teria que se buscar sólidos duradouros de forma a tornar o mundo um lugar cada vez mais previsível e administrável.

Este pensamento levou ao desenvolvimento de uma certa rigidez na sociedade¹⁵. Notamos a rigidez presente no próprio texto de Max Weber, quando diz que a “administração pública abrange três coisas: a criação do direito, a aplicação do direito e aquilo que resta de atividades institucionais públicas depois de separar aquelas duas esferas”¹⁶.

¹¹ COELHO, Thales Dyego de Andrade. **O Direito sólido na Modernidade Líquida: a crise de efetividade do direito criminal na contemporaneidade**, p. 30-45.

¹² BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1999, p.19.

¹³ BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Editora Zahar. 2001, p. 10.

¹⁴ MALISKA, Marcos Augusto. **Estado e Século XXI, A integração supranacional sob a ótica do Direito Constitucional**. Recife, Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Renovar. 2006, p. 2.

¹⁵ BAUMAN, Zygmunt. **Em Busca da Política**. Rio de Janeiro: Editora Zahar. 2000, p. 11/12.

¹⁶ WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Volume II. São Paulo: Editora UNB, 2004, p. 3.

Depois da separação das duas atividades resta o governo, Weber vincula e entende necessária como uma característica da sociedade moderna, a rigidez. O governo desenvolve e administra a partir da legitimidade expressa por autorização “dada pelas normas constitucionais do Estado”¹⁷. Existe toda uma fundamentação racional na forma de agir do Estado que Max Weber captou bem, que Bauman chama de modernidade sólida.

A modernidade afetou valores que sustentavam a ordem anterior, a ordem tradicional, para se fazer presente com novos valores como a ordem, a previsibilidade, o progresso, a segurança. Mas, segundo Bauman não parou por aí, a ideia de Estado de Weber foi afetada. A modernidade dissolveu a si própria em um movimento que acelerou o tempo. A medida que as promessas lançadas e espalhadas ao mundo não foram cumpridas, a medida que as ilusões foram colocadas a prova e abandonadas em um momento autofágico da própria modernidade,¹⁸ a insegurança e imprevisibilidade ficarão mais evidente.

Bauman afirma que os sólidos foram dissolvidos, os valores e instituições construídas durante o período da modernidade sólida estão em transformação¹⁹. Durante esta fase da modernidade, houve a construção de uma ordem baseada no racionalismo, esta ordem foi gestada desde os primeiros iluministas:

Podemos pensar a modernidade como um tempo em que se reflete a ordem - a ordem do mundo, do habitat humano, do eu humano e da conexão entre os três: um objeto de pensamento, de preocupação, de uma prática ciente de si mesma, cônica de ser uma prática consciente e preocupada com o vazio que deixaria se parasse ou meramente relaxasse.²⁰

A modernidade lançou suas raízes em busca da ordem, da organização da sociedade. Para isto precisou travar uma luta pela ordem, que vai além de uma luta de uma definição contra outra, ou até de uma maneira de pensar e organizar a realidade. “É a luta da determinação contra a ambiguidade, da precisão semântica contra a ambivalência, da transparência contra a obscuridade, da clareza contra a confusão”²¹.

¹⁷ WEBER, Max. **Economia e Sociedade**, p.3.

¹⁸ BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Editora Zahar. 2001, p. 12-14.

¹⁹ BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**, p. 13.

²⁰ BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1999, p.12.

²¹ BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência**, p. 14.

Esta luta expressou-se na necessidade da construção de Estados Nacionais, que precisavam ter pontos claros e critérios que unissem um povo em determinado território, por mais ilusórios que estes critérios fossem. Desta forma, a língua, a etnia, história comum, cultura ou a combinações entre eles foram usados para a criação da nacionalidade. Estes critérios necessitavam ser objetivos e de fácil compreensão²².

Só existe Estado de acordo com o estabelecido pelo Direito internacional, “quando se organiza, de forma eficiente, uma ordem duradoura sobre determinado território, um povo sob uma lei própria, sem a interferência de outro Estado”²³. O Estado Moderno se organizou com poderes sólidos e uma ideia clara de progresso. Nasceu com uma missão, com um esforço para atrair pessoas na defesa de sua cruzada, de forma a se empenhar em “submeter as populações dominadas a um exame completo de modo a transformá-las numa sociedade ordeira, afinada com os preceitos da razão”.²⁴

A modernidade precisava de um instrumento eficaz para levar rumo ao progresso e, nesta época, as ciências foram impulsionadas. Doutores e cientistas ganharam a confiança da sociedade. O Estado precisava domar o homem, encaixar o ser humano e a sociedade em seu projeto. O direito serviu a este papel para estabelecer normas que moldassem e melhorassem não apenas a sociedade, mas o próprio homem, tendo um papel disciplinador, que fosse capaz de instruir e educar os homens, assim como o de tutelar e até punir quando buscasse ser diferente²⁵.

Pode-se perceber este período da modernidade na formação dos Estados Nacionais. É possível verificar nos textos publicados pelos chamados fundadores dos Estados Unidos, reunidos no livro o Federalista, em seu capítulo oito, que descreve a fé no progresso das artes e da indústria com base na ciência das finanças²⁶. Em outro trecho podemos ver a visão da modernidade sólida sobre política e sua estruturação:

A ciência da política tem feito tão grandes progressos como muitas outras. Está hoje provada a eficácia de diferentes meios ignorados, ou perfeitamente conhecidos pelos antigos; a distribuição e a divisão dos poderes, a introdução dos contrapesos e freios legislativos – a instituição dos tribunais compostos

²² HOBBSAWN, Eric John Ernest. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. São Paulo: Editora Paz e Terra. 1991, p. 17/18.

²³ MALISKA, Marcos Augusto. **Estado e Século XXI, A integração supranacional sob a ótica do Direito Constitucional**. Recife, Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Renovar. 2006, p. 8.

²⁴ BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1999, p. 29.

²⁵ BAUMAN, Zygmunt. **Legisladores e Interpretes**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2010a, p. 156.

²⁶ HAMILTON, Alexander; **O Federalista: Hamilton, Madison e Jay**. Belo Horizonte: Livraria Líder e Editora Ltda. 2003, p.49.

de juizes inamovíveis -, a representação do povo na legislatura por meio de deputados de sua escolha, tudo isto são instituições novas ou aperfeiçoada aos tempos modernos; e eis aqui cinco meios poderosos com que se podem conservar as vantagens do governo republicano, evitando ou diminuindo as suas imperfeições.²⁷.

A modernidade sólida apontava fórmulas para o desenvolvimento da sociedade, a estruturação de uma nova nação e Estado. Organizava a divisão de poderes, a forma de eleição dos representantes ganhava importância neste momento da modernidade. Esta realidade apresentava um otimismo exagerado nos valores do iluminismo.

No Brasil podia-se perceber este movimento, quando em um trecho do livro “Theoria do Estado” descrevia em 1936, que a vida social, deveria ser guiada pelo princípio de ordem. Isto consistiria “na realização da solidariedade social, na afirmação harmonica dos interesses individuais e em sua subordinação aos interesses colectivos.”²⁸.

Para o autor, o progresso social vai representar uma inclinação para frente, uma tendência ou até uma força natural em direção a uma ordem mais perfeita. Um progresso linear em direção ao futuro. O conceito de evolução aplicado a sociedade e ao direito positivo passa a ser o principal instrumento, isto é:

O conceito de evolução, de progresso, é, portanto, mais extenso que o de ordem: ordem é o equilíbrio em realização, e progresso é o equilíbrio em sua tendência para uma afirmação mais completa”.²⁹

O autor quando se refere a ordem ou evolução descrita nos parágrafos acima, vai além do sentido de segurança pública. Ordem entendida em um sentido maior, de harmonia nas relações sociais sob seus diversos aspectos. Esta ordem é identificada como justiça e, segundo Eusebio de Queiroz Lima, qualquer desvio dessa “linha de melhor equilíbrio representa injustiça”³⁰.

Por fim, o autor entende a ordem como justiça e o progresso como sua moralidade, de forma a ser um “aperfeiçoamento gradativo da espécie humana, nas relações entre seus membros, é a inclinação para a perfectibilidade da solidariedade

²⁷ HAMILTON, Alexander; **O Federalista: Hamilton, Madison e Jay**, p. 54.

²⁸ LIMA, Eusebio de Queiroz. **Theoria do Estado**. Rio de Janeiro: Livraria Editora Freitas Bastos. 1936, p.29.

²⁹LIMA, Eusebio de Queiroz. **Theoria do Estado**, p. 29.

³⁰ LIMA, Eusebio de Queiroz. **Theoria do Estado**, p. 29.

social”³¹. A modernidade sob um olhar mais atento, no ano de 1936, já era possível perceber que suas promessas eram ilusórias. Tanto o nazismo quanto o stalinismo radicalizavam a prepotência da razão e ciência humana. No Brasil estávamos a porta do Estado Novo e a promessa de criação da Justiça Eleitoral ficaria mais dez anos esperando para sua efetivação.

Uniformizar era um dos requisitos para a construção do Estado-nação, fundado em uma ordem legislativa e codificada, com direitos e deveres para os cidadãos³². O Estado Moderno surge, com o fim do absolutismo, como uma garantia e condição para o exercício da liberdade.

Nas palavras de Hegel, a liberdade só existe na realidade do Estado. Sendo este um Estado de Direito no sentido de que é o Direito que funda o Estado e não o inverso, o direito que os indivíduos têm de estar subjetivamente destinados à liberdade satisfaz-se quando eles pertencem a uma realidade moral objetiva. É numa tal objetividade que reside a verdade da certeza da sua liberdade e na realidade moral possuem eles realmente a sua essência própria, a sua íntima universalidade.³³

Passa a estabelecer uma ordem jurídica, positivando direitos individuais, regulando relações privadas entre as pessoas e estabelecendo igualdade formal entre elas, limitando a própria atuação do Estado³⁴.

Esta modernidade, denominada de sólida por Bauman, se colocou contra os diferentes, contra a diversidade, contra os nômades. A Segunda Guerra Mundial expôs a claro o combate a todas as correntes que não se enquadraram e resistiam a concepção de Estado. A confiança excessiva na ciência e na razão levou a extremos abomináveis, levou a buscar soluções para os que não se ajustavam, surgia a concepção de pureza. Esta concepção com base em:

Um ideal, uma visão da condição que ainda precisava ser criada, ou de que precisava ser diligentemente protegida contra as disparidades genuínas ou improvisadas. Sem essa visão tampouco faz sentido, nem a distinção entre pureza e impureza pode ser delineada.³⁵

³¹ LIMA, Eusebio de Queiroz. **Theoria do Estado**, p. 29.

³² BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Editora Zahar. 2001, p. 21.

³³ MALISKA, Marcos Augusto. **Hegel, Idealismo e Nacionalismo**. *Crítica Jurídica*, Curitiba, v. 24, p. 121-130, 2006.

³⁴ MOTA, Antonio Carlos Diniz; VIANA, Priscila Ramos Netto. **A Crise do Estado e do Direito na Modernidade e Perspectivas Pós-Modernas**. Brasília. Revista de Teorias e Filosofias do Estado. Vol 3, nº 1. Jan/jun 2017, p. 21. Disponível em < <http://dx.doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2525-9652/2017.v3i1.2144>> acessado em 28/05/2019.

³⁵ BAUMAN, Zygmunt. **O Mal-Estar da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1998a, p. 13-14.

A ordem era fundamental para este período da modernidade, era um meio de regular e estabilizar o mundo, para que os acontecimentos pudessem ser previsíveis, ordenados em uma hierarquia de forma a gerar segurança³⁶. O ideal de mundo moderno deveria ser instalado sobre uma ordem segura, com base na qual se formariam as utopias modernas.

As utopias modernas diferiam em muitas de suas pormenorizadas prescrições, mas todas elas concordavam em que o “mundo perfeito” seria um que permanecesse para sempre idêntico a si mesmo, um mundo em que a sabedoria hoje aprendida permanecerá sábia amanhã e depois de amanhã, e em que suas habilidades adquiridas pela vida conservariam sua utilidade para sempre.³⁷

Este mundo harmônico não teria lugar para estranhos, seria um mundo sólido e durável, este era o objetivo da modernidade sólida, segundo Bauman. A história demonstrava que as promessas da modernidade sólida foram enganosas como demonstrado pelos exemplos nazistas e stalinistas.

O que funde os dois pontos centrais num só é a visão da sociedade civilizada – pelo menos na nossa forma ocidental moderna – como, primeiro e antes de mais nada, uma força moral; como um sistema de instituições que cooperam e se completam mutuamente na imposição de uma ordem normativa e do império da lei, que por sua vez preservam condições de paz social e segurança individual mal defendida em cenários pré-civilizados.³⁸

A ilusão fora desfeita com o fim da Segunda Guerra Mundial e continuava a dar provas da impossibilidade de identificação com estas promessas. O esfacelamento da Iugoslávia, as guerras étnicas da África são lembretes de que por mais que estas ideias não pudessem se realizar, elas ainda moviam pessoas que continuavam a tentar realizar o ideal de ordem da modernidade sólida.

Bauman sugere e afirma que surgiu um novo momento da modernidade, diferente do Estado-nação, que precisava conquistar espaço e o território era importante para a formação de um povo. Nossa própria Constituição Federal de 1988 tem essa base, em seu artigo 1º. quando afirma que a República Federativa do Brasil

³⁶ BAUMAN, Zygmunt. **O Mal-Estar da Pós-Modernidade**, p. 15.

³⁷ BAUMAN, Zygmunt. **O Mal-Estar da Pós-Modernidade**, p. 21.

³⁸ BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1998a, p.48.

é “formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal”³⁹. O espaço é importante, as nações europeias foram pelo mundo conquistar território, pois a modernidade sólida a conquista do espaço era importante,

À construção de nações e Estados-nação que logo em seguida começou a sério por toda a Europa colocou o “solo” firmemente acima do “sangue” ao lançar as fundações da nova ordem legislativa e ao codificar os direitos e deveres dos cidadãos.⁴⁰

O tempo moderno foi, segundo Bauman, usado para a conquista do espaço. A tecnologia desenvolveu meios de transporte mais rápidos e velozes⁴¹. Durante a modernidade sólida a conquista e manutenção do espaço sempre foi importante. Mas, o próprio desenvolvimento tecnológico, acelerou o movimento, o telefone celular e a internet dissolveram os Estados Nacionais, a dependência em relação ao espaço foi enfim superada.

A metáfora utilizada por Zygmunt Bauman aponta uma das principais características do atual momento da modernidade, a fluidez. O fato de não resistir como os sólidos, que se expressam em um determinado espaço, mas, como algo que se adapta a qualquer nova realidade. A partir deste entendimento, surge a ideia de leveza, de rapidez e principalmente de mobilidade.⁴²

O que seria entendido por metáfora? Seria o emprego de palavra ou palavras em sentido figurado, tomando-se por base a analogia⁴³. Bauman usa uma figura de linguagem, estabelecendo uma transferência de significado de uma palavra para outra, uma metáfora, esta comparação que ele realiza entre o termo sólido (como algo espesso, pesado, com dificuldade de se mover, um corpo com capacidade de resistir a outras forças, de forma a ser mais estável, seguro, fixo e firme) e o termo líquido (como algo leve, sem peso, pouco denso, com extrema mobilidade, que pode adotar a forma do recipiente em que é colocado, difícil de segurar, como algo instável).

Aparentemente, Bauman desenvolve uma metáfora sobre modernidade sólida e modernidade líquida para tentar se fazer compreender e escapar das armadilhas do termo pós-modernidade. Como ele mesmo descreveu em uma entrevista:

³⁹ BRASIL. CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1988. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilada.htm. Acesso em 02/11/2018.

⁴⁰ BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Editora Zahar. 2001, p. 21.

⁴¹ BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**, p. 17.

⁴² BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. p. 7-10.

⁴³ AMORA, Antonio Soares. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Editora Saraiva. 2009, p. 459

Uma das razões pelas quais passei a falar em “modernidade líquida” e não em “pós-modernidade” (meus trabalhos mais recentes evitam este termo) é que fiquei cansado de tentar esclarecer uma confusão semântica que não distingue sociologia pós-moderna de sociologia da pós-modernidade, “pós-modernismo” de “pós-modernidade”. No meu vocabulário, “pós-modernidade” significa uma sociedade (ou, se se prefere, um tipo de condição humana), enquanto “pós-modernismo” refere-se a uma visão de mundo que pode surgir, mas não necessariamente, da condição pós-moderna.⁴⁴

Com esta explicação fica mais claro a distinção semântica feita por Bauman. A partir desde momento a compreensão da concepção de modernidade líquida será entendida dentro deste contexto, a medida que se traçará uma comparação e se exporá o que seria entendido por modernidade sólida. Com um olhar a partir de uma perspectiva histórica, da evolução no tempo do significado da modernidade, pode-se entender que “a modernidade é o que é, uma obsessiva marcha adiante”⁴⁵, nunca satisfeita, sempre buscando algo novo. O tempo é um fator essencial para a compreensão do significado do ser leve e líquido, expresso por Bauman. Ao se falar da importância do tempo, vem à mente a concepção de durabilidade, de solidez.

O peso e a solidez, típicos da modernidade sólida, foram dissolvidos e se tornaram mais leves. O enfraquecimento do Estado-nação é evidente e a crise financeira de 2008 deixou evidente a dificuldade de se regular algo que não se prende a um espaço territorial. As próprias “multinacionais podem facilmente jogar uma agência estatal contra a outra, evitando assim a interferência ou o envolvimento delas e escapando à supervisão de qualquer uma”⁴⁶. Os limites territoriais são sólidos, se tornaram irrelevantes para os mercados financeiros, pode-se levar uma empresa com um notebook e um celular para qualquer canto do mundo.

No Direito Eleitoral a situação se tornou visível na mudança de entendimento sobre propaganda eleitoral na internet, nas Resoluções do TSE, entre as Eleições de 2010 e 2018. A propaganda em Rádio e Televisão são pesadas, fixas e certas. Já na Internet, a propaganda é dispersa, leve e líquida. O TSE reconheceu que não há como regular da mesma forma como vinha fazendo com relação ao rádio e a televisão. O resultado das Eleições de 2018 deixou claro as mudanças. O candidato à presidente

⁴⁴ PALHARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **Entrevista com Zigmunt Bauman**. Revista Tempo Social, vol.16, p.321. Disponível em <<https://doi.org/10.1595/S0103-20702004000100015>> Acesso em 09/11/2018.

⁴⁵BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Editora Zahar.1999, p. 18.

⁴⁶ BAUMAN, Zygmunt. **44 cartas do mundo líquido moderno**. Rio de Janeiro: Editora Zahar. 2011a, p.153.

com mais tempo e horário na televisão e rádio perdeu consistência e teve um resultado pífilo em relação ao candidato eleito, que optou por campanha nas redes sociais, conforme resultado das Eleições divulgado no site do TSE⁴⁷.

O território já começa a ser relativizado, e tende a perder importância, em 21 de agosto de 2019, a Resolução nº 838 do TRE/PR. Vem no sentido de aumentar a facilidade do eleitor, ela dispõe sobre o atendimento de eleitor domiciliado no Estado do Paraná, que poderá ser atendido em qualquer Zona Eleitoral do Estado do Paraná, independentemente de seu domicílio eleitoral. O chamado título fácil visa desburocratizar, melhorar e agilizar os serviços eleitorais⁴⁸.

Em tempo de modernidade líquida, os nômades derrotam os sedentários. Este exemplo acima corresponde a diminuição de limites geográficos para o eleitor. No mundo “não a conquista de novo território, mas a destruição das muralhas que impedem o fluxo das novas e fluídos poderes globais”⁴⁹. O eleitor não terá mais a barreira geográfica para limitar seu Alistamento eleitoral, revisão ou transferência. Poderá estando de passagem por Foz do Iguaçu, transferir seu título eleitoral de Curitiba para Londrina onde tem sua atual residência. Em um tempo em que o lugar fixo é irrelevante, a modernidade líquida afetou a segurança e a estabilidade outrora prometida nos primórdios da modernidade pelos iluministas. O futuro promissor está mais para uma possibilidade do que para uma realização certa, a modernidade líquida acelerou o tempo. Os ritmos das mudanças são mais extremos.

Em outro exemplo relacionado ao Direito Eleitoral, a fluidez se tornou visível no papel desempenhado pela junta eleitoral, na apuração da eleição, previstas no artigo 159 e seguintes do Código Eleitoral. Há toda uma regulamentação na forma de atuar e proceder, com a inovação tecnológica muitos artigos perderam o sentido. A Urna Eletrônica possibilitou a apuração instantânea dos resultados, com os raros casos em que a eleição ainda se processa manualmente.

O tipo de apuração pesada, com regras fixas, regulamentada nos mínimos detalhes, foi transformado em uma apuração leve e rápida. Embora as regras continuem fixas, estas estão sendo cada vez mais dependentes da interpretação por parte do órgão julgador.

⁴⁷ Disponível em: <<http://divulga.tse.jus.br/oficial/index.html>> Acessado em 07/08/2019.

⁴⁸ Disponível em: <<http://www.tre-pr.jus.br/legislacao/resolucoes-do-tre-pr/arquivos/tre-pr-resolucao-tre-pr-no-838-de-21-de-agosto-de-2019>> acessado em 02 set 2019.

⁴⁹ BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Editora Zahar. 2001, p. 20.

No direito, uma das consequências percebidas é o fim da ilusão de uma vez promulgada uma lei, ela será válida e resolverá todos os problemas. O aumento da atividade legislativa não se deu no sentido de organizar a sociedade e de resolver novos problemas. Este aumento deu-se a partir da ampliação da atividade do legislador, com legislações e regulamentos, por vezes contraditórios, enquanto um reflexo da modernidade líquida no Direito. Bauman afirma que é o momento que prevalece na modernidade líquida o papel do intérprete na sociedade e não mais como na modernidade sólida o papel do legislador⁵⁰.

No Direito Eleitoral foi mais evidente este procedimento. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 16, visou dar mais estabilidade ao próprio processo eleitoral, mesmo assim, a cada ano era editada uma nova lei. Em 1997, pensou-se que a promulgação de uma lei para todas as Eleições resolveria a questão. A realidade sendo mais dinâmica que o Direito, deu fim a esta ilusão. Alterações são constantemente necessárias para se adaptar a uma realidade em movimento.

A modernidade em seu atual momento, com auxílio do desenvolvimento tecnológico, acelerou o tempo. Leis que buscavam a ilusão de estabilizar a sociedade, proporcionar ordem e segurança, perderam o sentido rapidamente e se tornaram obsoletas.

Há uma clara tendência de aumento da interpretação das normas, o que acarreta uma aceleração da interferência do TSE. Estas manifestações do Tribunal refletem o momento da modernidade líquida, ao contrário da modernidade sólida, em que a certeza e segurança estavam expressas na lei.

Ser leve e líquido pressupõe a possibilidade de uma mobilidade maior, rapidez e um excesso de informação paralisante. Na modernidade líquida há um desenvolvimento da crítica do consumidor, ao passo que na modernidade sólida a crítica se dava ao estilo do produtor.⁵¹

O Direito Eleitoral é um direito que reage mais rápido a este fenômeno, como podemos constatar no gráfico a seguir, que apresenta a quantidade de Resoluções proferidas pelo TSE. Seu aumento reflete a necessidade de responder a um aumento de demandas da sociedade, a uma sociedade que possui uma dinâmica própria e exige cada vez mais soluções e esclarecimentos. Estas soluções não conseguem ser supridas pela lentidão dos trâmites do legislativo, ficando ao judiciário o ônus de

⁵⁰ BAUMAN, Zygmunt. **Legisladores e Intérpretes**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2010a, p. 155-202.

⁵¹ BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Editora Zahar. 2001, p. 35-36.

atender por meio de Resoluções, havendo um espaço previsto na própria legislação para o TSE regulamentar situações.

O Direito Eleitoral desenvolveu-se fortemente com estas interferências e regulamentações do TSE, em alguns momentos as leis vieram posteriormente confirmar esta tendência, em outros momentos a lei e as vezes o STF vieram dar entendimentos diferentes das Resoluções do TSE. O que por sua vez pode refletir uma complexidade crescente do próprio Direito Eleitoral.

Gráfico 1 – Resoluções proferidas pelo Tribunal Superior Eleitoral período de 1946 à 2018.

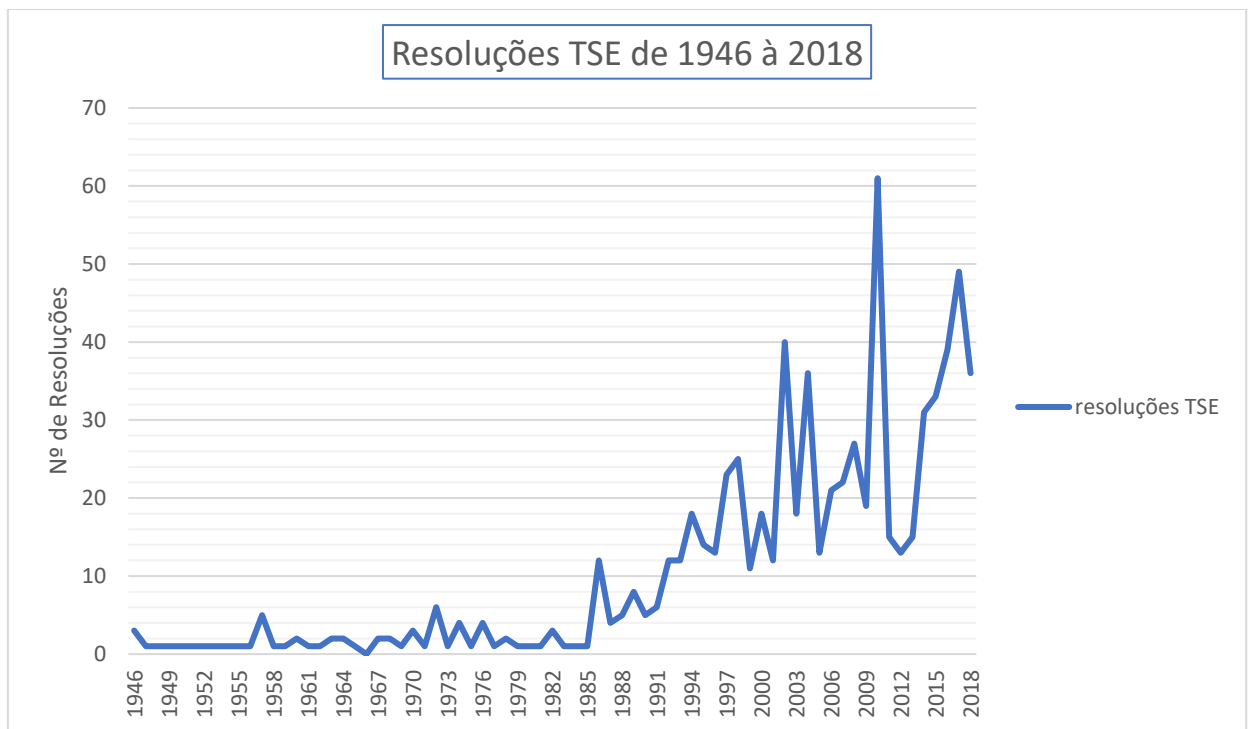


Gráfico elaborado pelo autor a partir de dados disponíveis no site do TSE no dia 03/11/2018.

A crítica desenvolvida pela teoria crítica era pesada, sólida, condensada e sistêmica, possuía uma tendência ao totalitarismo⁵².

Essa crítica tradicional em que era necessário um mundo de vida racionalizado segundo Habermas, “caso contrário, podem surgir movimentos populistas que defendem cegamente os seguimentos petrificados da tradição de um mundo da vida ameaçado pela modernização capitalista”⁵³. Essa influência pública passa por

⁵² BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Editora Zahar. 2001, p. 36.

⁵³ HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia**. Volume II. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro. 2003, p. 104.

processos institucionalizados para formar opinião, há um procedimento que é institucionalizado

Porém essa influência pública e política tem que passar antes pelo filtro dos processos institucionalizados, da formação democrática da opinião e da vontade, transformar-se em poder comunicativo e infiltrar-se numa legislação legítima, antes que a opinião pública concretamente generalizada, possa se transformar numa convicção testada sob o ponto de vista da generalização de interesses e capaz de legitimar decisões políticas.⁵⁴

Diferente desta crítica, a crítica a modernidade sólida encontra poucos ecos na sociedade atual. Conforme Bauman, a modernidade mudou, ficou inóspita e adversa a crítica tradicional. É possível verificar em uma passagem de Habermas, no livro *Direito e Democracia*, uma percepção que algo estava diferente:

Noutras palavras: no interior da esfera pública geral, definida através de sua relação com o sistema político, as fronteiras não são rígidas em princípio. Os direitos à inclusão e à igualdade ilimitada, embutidos em esferas públicas liberais, impedem mecanismos de exclusão do tipo foucaultiano e fundamentam um potencial de autotransformação. No decorrer dos séculos XIX e XX, os discursos universalistas da esfera pública burguesa não conseguiram imunizar-se contra a crítica oriunda dentro dela mesma.⁵⁵

Hoje este discurso não faz o mesmo efeito pois, a modernidade sólida tinha como objetivo combater justamente a ambiguidade, a instabilidade, a variedade, a particularidade e as anomalias. A rotina, os movimentos simples e pré-determinados, os estatutos, os comandos incontestados oriundos da burocracia, eram o norte da sociedade⁵⁶. Toda esta ilusão caiu por terra, não há um caminho em direção a um futuro Estado de perfeição, a um fim da história.

O atual momento da modernidade é diferente, é leve. O objetivo da teoria crítica tradicional não responde mais aos anseios da sociedade, com base em duas características novas e diferentes: o colapso gradual da ilusão moderna de que há um fim no caminho e a desregulamentação e privatização.

A modernidade em seu momento anterior ao atual, pregava uma visão de totalidade, universalidade e segurança. Na atual fase da modernidade estas questões foram diluídas⁵⁷.

⁵⁴ HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia**. Volume II, p. 105.

⁵⁵ HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia**. Volume II, p. 107-108.

⁵⁶ BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Editora Zahar. 2001, p. 37.

⁵⁷ BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**, p.32-33.

O poder político perdeu muito de sua terrível e ameaçadora potência opressiva, mas também perdeu grande parte de sua potência capacitadora. Segundo Bauman, a verdadeira libertação requer hoje mais, e não menos, da “esfera pública” e do “poder público”. Esfera pública que foi colonizada pela esfera privada, houve uma perda de sentido, um esvaziamento do espaço público que, segundo Bauman, “precisa desesperadamente de defesa contra o invasor privado – ainda que, paradoxalmente não para reduzir, mas para viabilizar a liberdade individual”⁵⁸.

Até agora foram descritas as principais características da modernidade líquida, importante para entender, no próximo tópico, a mudança da relação ocorrida entre cidadão e indivíduo.

1.2 O CIDADÃO E O INDIVÍDUO

No item anterior, verificou-se algumas das mais importantes características da modernidade líquida, o que Bauman entende por ser leve e líquido, a rapidez das mudanças na sociedade atual e sua flexibilidade. Estes pontos geram consequências que o homem tem que aprender a conviver, como a instabilidade, insegurança, a falta de previsão de como será o futuro, o fato das mudanças ocorrerem em uma velocidade inimaginável na modernidade. Mas uma mudança constatada reflete diretamente no objeto da pesquisa deste trabalho, que é a mudança na relação entre cidadão e indivíduo. Para melhor entender, será resgatado o conceito de cidadão e sua relação com o indivíduo.

Ao se falar em cidadão, é inevitável fazer uma referência à cidade grega. Em poucas palavras: “a democracia ateniense do século V apresenta-se como o exercício da soberania por parte de cidadãos livres e iguais, sob a égide da lei”⁵⁹. O sentido da lei era proteger os cidadãos uns contra os outros, além de propiciar a defesa dos direitos dos indivíduos em face do poder do Estado, resguardando os interesses do Estado contra o excesso de individualismo.

Para os gregos, o excesso de individualismo geraria a ruína da cidade. O autor do livro sobre a cidade grega, afirma que a história das instituições gregas poderia ser resumida em três períodos, que possibilitam, apesar das ressalvas, verificar a importância da relação entre o cidadão, a cidade e o indivíduo:

⁵⁸ BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**, p. 68.

⁵⁹ GLOTZ, Gustave. **A Cidade Grega**. São Paulo: Editora Difel, 1980, p. 116.

No primeiro, a cidade compõe-se de famílias que ciosamente protegem o seu direito primitivo e submetem todos os seus membros ao interesse da coletividade;
 No segundo, a cidade põe sob sua dependência as famílias, chamando em seu auxílio os indivíduos libertos;
 No terceiro, os excessos do individualismo arruinam a cidade, a tal ponto que se torna necessária a constituição de Estados mais extensos⁶⁰.

A preocupação grega com o indivíduo enquanto membro de uma cidade, membro que possuía obrigações para a comunidade na qual estava inserido. Marco Tulio Cícero, da mesma forma, acreditava que a República Romana seria um modelo resultado da evolução histórica. Para Cícero, os romanos fizeram a melhor síntese das três formas no Consulado, no senado e na assembleia dos cidadãos⁶¹. Cícero tinha convicção e afirmava em seu livro *Da República*, que “nossa superioridade política tinha como causa o fato de que outros Estados nunca tiveram, senão isolados, seus grandes homens, que davam leis à sua pátria de acordo com seus princípios particulares”⁶².

Este entendimento greco-romano foi resgatado na Europa durante o Renascimento. O ideário republicano começou a influenciar pensadores, o que resultou em um movimento chamado iluminismo. A busca do conhecimento através do uso da razão, o que levou a um resgate da concepção de cidadão da antiguidade.

A própria busca da defesa do cidadão, contra a arbitrariedade, contra o acaso, a ambiguidade e principalmente para garantir os direitos individuais. Segundo os contratualistas podemos dizer que: Para Hobbes o corpo político só será possível com um poder soberano; Locke, por sua vez, dirá que a lei natural serve como um princípio de limitação do poder e, Rousseau, partindo da constatação que a dominação é um fato, por sua vez no contexto da razão, apresenta a necessidade de um contrato social como solução do problema.⁶³

A modernidade desenvolveu-se com a prevalência do cidadão sobre o indivíduo, entretanto a esfera pública como já dizia Hannah Arendt, sofreu alterações ao longo do tempo. O fato dos homens viverem juntos em um espaço, traz reflexos a

⁶⁰ GLOTZ, Gustave. **A Cidade Grega**. p. 4.

⁶¹ CICCO, Claudio de; GONZAGA, Álvaro de Azevedo. **Teoria Geral do Estado e Ciência Política**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2008, p. 163.

⁶² CICERO. **Da República**. Editora Escala: São Paulo. 1999, p. 42.

⁶³ LIMONGI, Maria Isabel de Magalhães Papaterra. **Os contratualistas: Hobbes, Locke e Rousseau**. In: Manual de Filosofia Política, São Paulo: Editora Saraiva, 2015, p.97-117.

ação do homem, pois, “só a fundação da cidade-Estado tenha possibilitado aos homens passar toda a sua vida na esfera política”⁶⁴. O homem adquire sua liberdade ao participar da cidade, local em que todos os cidadãos eram iguais e possuem a mesma possibilidade de estar presente, opinar nos rumos que a cidade tomará. A igualdade entendida como o domínio público “era reservada a individualidade”⁶⁵, os homens mostravam que eram insubstituíveis, “compartilhavam o ônus da jurisdição, da defesa e da administração dos assuntos públicos”⁶⁶.

Segundo Arendt, hoje, há diferenças que influenciam e diferenciam os conceitos de cidadão e de indivíduo, os quais passaram a ter uma relação diferente:

O surgimento da sociedade de massas, pelo contrário indica que os vários grupos sociais foram absorvidos por uma sociedade única, tal como as unidades familiares antes deles; com o surgimento da sociedade de massas o domínio do social atingiu finalmente, após séculos de desenvolvimento, o ponto em que abrange e controla, igualmente e com força, todos os membros de uma determinada comunidade.⁶⁷

Arendt traz elementos que apontam o desenvolvimento da sociedade, a qual trará consequências e reflexos na própria definição e no comportamento do cidadão, tanto no espaço público, quanto no privado. A modernidade fez promessas ao resgatar ideias de cidadania da antiguidade, ao estabelecer limites por meio de contratos, a acreditar que a razão humana, o progresso científico conduziria necessariamente a um futuro melhor e próspero. Estabeleceu leis sólidas, rígidas que garantiriam a segurança, a pacificação social e iriam valer para todos os homens e lugares.

Os Estados Modernos tentaram e forçaram uma padronização das línguas nacionais por meio da imprensa, da escolarização em massa⁶⁸. Os limites da modernidade sólida, a ilusão, as barreiras notadas, vividas e sentidas por Hannah Arendt e Zygmunt Bauman, deixam claro que o “Estado-cidadão da Revolução Francesa”, não responde mais a pluralidade e diversidade existente na sociedade contemporânea. Conforme Marcos Augusto Maliska, os desafios de uma sociedade pluralista no contexto da ordem constitucional implica o reconhecimento de uma variedade de pluralismos. A Constituição garante a própria existência de pluralismos,

⁶⁴ ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária. 2010, p.30.

⁶⁵ ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**, p. 50.

⁶⁶ ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**, p. 50.

⁶⁷ ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**, p. 49-50.

⁶⁸ HOBBSAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. São Paulo: Editora Paz e Terra. 1990, p. 19.

que decorrem de várias formas de pensar que refletem ideias e concepções de mundo presentes no atual momento da modernidade⁶⁹.

Norberto Bobbio comenta que o próprio futuro da democracia depende de várias promessas a serem cumpridas pela modernidade, afirma que a democracia é fruto de

Uma concepção individualista da sociedade, isto é, da concepção para a qual – contrariamente à concepção orgânica, dominante na idade antiga e média, segundo a qual o todo precede as partes – a sociedade, qualquer forma de sociedade, e especialmente a sociedade política, é produto artificial da vontade dos indivíduos.⁷⁰

A relação do indivíduo com a democracia pressupõe que haja uma educação para a cidadania, de forma a transformar um súdito em cidadão⁷¹. Para o desenvolvimento da democracia, segundo Norberto Bobbio, esta é uma das promessas que também a modernidade não cumpriu, “estaríamos aqui diretamente de uma tendência contrária às premissas; a tendência não ao máximo controle do poder por parte dos cidadãos, mas ao máximo controle dos súditos por parte do poder”⁷².

Zygmunt Bauman em suas obras aprofunda e coloca explicitamente o percebido por Norberto Bobbio e Hannah Arendt com relação a decadência do cidadão e ascensão do indivíduo. Aquele objetivo que Cícero se orgulhava, da cidadania romana. Este objetivo perseguido pelos Iluministas e que foi expresso por Rousseau ao distinguir o papel do indivíduo como homem e o papel do indivíduo na qualidade de cidadão:

Com efeito, cada indivíduo pode, como homem, ter uma vontade particular oposta ou diversa da vontade geral que tem como cidadão. Seu interesse particular pode ser muito diferente do interesse comum; sua existência absoluta e naturalmente independente pode leva-lo a considerar o que devo à causa comum como uma contribuição gratuita, cuja perda será menos

⁶⁹ MALISKA, Marcos Augusto. **Fundamentos da Constituição. Abertura. Cooperação. Integração.** Curitiba: Juruá, 2013, p.54-57.

⁷⁰ BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos.** Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda. 7ª reimpressão. 2004, p. 21.

⁷¹ Sobre o papel da educação na realização dos objetivos constitucionais e os limites de orientação em uma ordem constitucional aberta e tolerante, ver MALISKA, Marcos Augusto. Educação, Constituição e Democracia. In. SOUZA NETO, Cláudio Pereira de. e SARMENTO, Daniel. (Orgs.) *Direitos Sociais. Fundamentos, Judicialização e Direitos Sociais em Espécie.* Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008, p. 789-800.

⁷² BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia: Uma defesa das regras do jogo.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 1992. p. 31.

prejudicial aos demais do que o pagamento oneroso para ele, e, considerando a pessoa moral que constitui o Estado como um ente de razão, pois que não é um homem, gozará dos direitos do cidadão (...) ⁷³.

No atual momento, a incerteza funciona como uma força individualizante. Segundo Bauman, quanto mais insegurança, incerteza, dúvida e ambiguidade se fazem sentir, mais são percebidas como características marcantes da modernidade líquida. Estas características deixam o cidadão acuado, o Estado nacional que primava pela máxima cidadania, está por sua vez colocado contra a parede, uma vez que “a capacidade de trabalhar e lutar de seus cidadãos era a condição *sine qua non* da soberania do Estado e do bem-estar de seus súditos” ⁷⁴. Esta qualidade está em descenso, havendo, por sua vez, uma espécie de esfacelamento lento e gradual da cidadania. Apesar das pessoas terem cada vez mais noção de seus direitos e de quando estes direitos são violados, há prevalência do indivíduo sobre a concepção de cidadão.

Este fato aprofunda uma das características do mundo líquido, a ambiguidade, que reflete nas Resoluções do TSE, quando por exemplo aumenta a expansão e garantia dos próprios direitos fundamentais do indivíduo, o fato é que há uma preponderância do indivíduo frente ao cidadão. Na Justiça Eleitoral, esta situação, é percebida em várias resoluções do TSE, nas quais existe uma preocupação cada vez maior com a expansão do acesso do eleitor, como indivíduo. Uma expansão crescente do eleitor ao sufrágio maximizando o acesso ao alistamento eleitoral, aos locais de votação, a criação de mecanismos que asseguram o direito do sufrágio ⁷⁵.

Hoje a sociedade passa a ser formada por indivíduos, antes da preocupação com o bem comum, há uma preocupação exagerada com o indivíduo. Bauman resume bem esta luta entre indivíduo e o cidadão:

A “individualização” consiste em transformar a identidade humana de um “dado” em uma “tarefa” e encarregar os atores da responsabilidade de realizar essa tarefa e das consequências, assim como dos efeitos colaterais de sua realização. Em outras palavras, consiste no estabelecimento de uma autonomia de jure (independentemente de a autonomia de facto também ter sido estabelecida). ⁷⁶

⁷³ ROUSSEAU, Jean Jacque. **O Contrato Social**. São Paulo: Editora Martins Fontes. 1999, p. 24-25.

⁷⁴ BAUMAN, Zygmunt. **A Sociedade Individualizada: Vidas contada e histórias vividas**. Rio de Janeiro: Editora Zahar. 2009, p. 85.

⁷⁵ CARVALHO, Volgane Oliveira. **Direitos Políticos no Brasil. O Eleitor do século XXI**. Curitiba: Editora Juruá. 2016, p.99-103.

⁷⁶ BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Editora Zahar. 2001, p. 44.

O espaço público passa a ser transformado em espaço não mais para a manifestação de iguais, de cidadãos, mas para a manifestação de indivíduos, de consumidores. Esta visão colabora para a deterioração da própria política, o bem comum perde espaço para o bem individual, abrindo caminho para o aumento da própria corrupção, pois

O “cidadão” é uma pessoa que tende a buscar seu próprio bem-estar através do bem-estar da cidade, enquanto o indivíduo tende a ser morno, cético ou prudente em relação à “causa comum”, ao “bem comum”, a “boa sociedade”, ou a “sociedade justa.”⁷⁷

Essa relação entre cidadão e indivíduo refletirá nos partidos políticos, visível quando dos embates entre filiado e partido político. Nos últimos anos os partidos, como entes coletivos, perderam força para os filiados, entes individuais. O tema será aprofundado nas pesquisas empíricas a ser desenvolvida no segundo capítulo, porém, podemos dizer como resultado das ações de perda de mandato, que há um enfraquecimento contínuo da norma constitucional de fidelidade partidária.

A norma de fidelidade partidária está em constante tensão com a falta de espaço democrático dentro dos próprios partidos. A Constituição Federal de 1988 exige no seu artigo 14, §3º, inciso V, a filiação partidária para que um cidadão possa ser eleito. Mas, não exige a existência de um espaço democrático dentro dos próprios partidos, se existe é apenas uma formalidade. Decisões do TSE e frequentes mudanças legislativas deixam claro a maior valoração do filiado sobre o partido, do indivíduo sobre a coletividade, isto pode ser uma forma de amenizar a falta de espaço para debate dentro dos próprios partidos. Este fator gera um enfraquecimento dos partidos, a modernidade líquida trouxe “problemas para a cidadania e para a política fundada na cidadania, pois os cuidados e preocupação dos indivíduos enchem o espaço público até o topo”⁷⁸.

Os direitos fundamentais estão explícitos e cada vez mais ganham espaço na sociedade, mas tal fato não reflete no aumento da democracia interna nos partidos. Pode-se perceber esta mudança na legislação eleitoral, a Lei nº. 9.096/95, conhecida como Lei dos Partidos Políticos, entre os artigos 16 a 22, que visa apresentar

⁷⁷ BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**, p. 49-50.

⁷⁸ BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**, p. 51.

parâmetros mínimos de organização, relação dos partidos com a sociedade, fiscalização e relação com a própria Justiça Eleitoral. No tema da filiação partidária, no qual podemos compreender melhor a relação entre o indivíduo e o cidadão, como exemplo da transformação do conceito. Verifica-se na Lei nº. 9.096/95: “art. 21 – Para desligar-se do partido, o filiado faz comunicação escrita ao órgão de direção municipal e ao Juiz eleitoral da Zona em que for inscrito”.

No artigo 22 vai descrever as hipóteses de cancelamento imediato da filiação partidária. Será verificado em determinados casos, no inciso V, “filiação a outro partido, desde que a pessoa comunique o fato ao juiz da respectiva zona eleitoral”. Este inciso foi acrescido pela Lei nº. 12.891/2013, já não fazendo referência a nenhuma obrigatoriedade de comunicar ao outro partido, bastando apenas a comunicação ao Juiz Eleitoral.

Estas mudanças legislativas vão descrever uma mudança mais profunda de valores, quem é o sujeito a ser tutelado, o indivíduo ou o cidadão. No parágrafo único vai dizer que “havendo coexistência de filiações partidárias, prevalecerá a mais recente, devendo a Justiça Eleitoral determinar o cancelamento das demais”. Este parágrafo, acrescido pelo artigo 2º. da Lei nº. 12.891/2013, discorre sobre não ser necessária a comunicação eleitoral, caso as duas filiações coincidam, prevalecerá sempre a mais recente. Todas essas alterações na Lei acontecem no sentido de preservar e prestigiar o filiado, enquanto indivíduo e também na defesa do direito de associação política.

O artigo 22-A, trouxe para a lei algo que o TSE já regulamentava via Resolução, acrescentou o artigo 3º. da Lei nº. 13.165/2015, deixando a posição do partido político mais fragilizada em relação ao filiado, uma vez que permite a infidelidade do filiado que foi eleito por um partido. Permite a mudança sem nenhuma consequência. Este fato deixa o eleitor que votou no candidato de um partido, assim como, o partido que acolheu o filiado para que ele disputasse a eleição pela legenda partidária, com a sensação de terem sido traídos. O filiado eleito, defendendo as propostas do partido e utilizando da estrutura partidária, sem qualquer consequência prática simplesmente muda para outro partido.

Neste contexto, a deterioração da estrutura partidária, em um sistema como o nosso se torna evidente, pela falta de espaço interno dentro dos partidos para a prática da democracia e o excesso de individualismo por parte do filiado. Pois “resta um silêncio sobre como o ordenamento jurídico deveria agir diante de casos em que a

agremiação não realiza minimamente o seu papel na democracia”⁷⁹, isto pode ser expandido para a necessidade de democracia intrapartidária.

O artigo 22º. em seu inciso III, diz que é permitido sem nenhuma consequência a “mudança de partido efetuada durante o período de trinta dias que antecede o prazo de filiação, exigido em lei para concorrer à eleição majoritária ou proporcional, ao término do mandato vigente”⁸⁰. Como afirma Marcos Ramayana abre-se uma saída que privilegia o filiado⁸¹.

A legislação caminha no sentido de cada vez mais privilegiar o filiado, o candidato e o eleitor como indivíduos e não como cidadãos com responsabilidade com o bem comum. Eis uma consequência nefasta da modernidade líquida ao sistema partidário brasileiro, um exemplo disto são os partidos que crescem ou são desidratados a reboque de personalidades.

Fica claro a radicalidade da mudança quando verificamos o texto do Código Eleitoral Anotado do TSE de 2010. Em menos de dez anos o entendimento mudou radicalmente, gerando maior insegurança jurídica, o parágrafo único do artigo 22 trazia a seguinte redação:

Quem se filia a outro partido deve fazer comunicação ao partido e ao Juiz de sua respectiva Zona Eleitoral, para cancelar sua filiação; se não o fizer no dia imediato ao da nova filiação, fica configurada dupla filiação, sendo ambos considerados nulos para todos os efeitos.⁸²

A forma de fazer política sofreu alterações e estas alterações refletiram nos partidos. A mudança de concepção trazida pelo momento da modernidade líquida, informações antes buscadas no partido, como veículo de divulgação de informações, hoje são de livre acesso a qualquer indivíduo. Há um fortalecimento da individualidade, um novo indivíduo nasce mais forte, nos artigos e parágrafos citados como exemplo do que ocorre no Direito Eleitoral. Esta distinção entre indivíduo e cidadão afeta diretamente a relação tutelada pela Justiça Eleitoral, fazendo surgir um repensar, e aceitar “cada vez mais a centralidade da chamada “política da vida”,

⁷⁹ SANTANO, Ana Claudia. **Vamos discutir deveres dos partidos na democracia brasileira?** Disponível em < <https://jota.info/colunas/e-leitor/e-leitor-vamos-discutir-os-deveres-dos-partidos-na-democracia-brasileira-01/03/2016>> Acessado em 07/09/2019.

⁸⁰ BRASIL. **Lei 9096/1995, de 19 de setembro de 1995.** Lei dos Partidos Políticos. Disponível em : < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19096.htm>. Acesso em 27/05/2019.

⁸¹ RAMAYANA, Marcos. **Direito Eleitoral.** Niterói. Editora Impetus, 2016, pág.299-302.

⁸² BRASIL. **Lei 9096/1995, de 19 de setembro de 1995.**

relacionada aos domínios mais individuais e menos formais e ortodoxos da ordem política”⁸³.

A nova forma de proceder, a rapidez, a leveza de não se fixar, a influência das redes sociais e da internet ajudam a esvaziar o espaço público idealizado pela modernidade sólida.

Bauman comenta a existência de um empecilho, já descrito por Tocqueville, o fato de que “libertar as pessoas pode torná-las indiferentes”⁸⁴, neste sentido tenderá sempre a ser ou indiferente, ou cético, ou desconfiado de tudo que tenha ou possa vir a ter relação com o bem comum. A desconfiança do indivíduo com relação ao cidadão aumenta, afinal “qualquer outra coisa que os indivíduos possam fazer quando se juntam pressagia restrições à liberdade de perseguir o que consideram adequado para si e não ajudará em nada nessa busca”⁸⁵.

A desconfiança do indivíduo com relação ao cidadão ficou mais forte após as consequências geradas pela crise da modernidade. O próprio desenvolvimento tecnológico favoreceu este entendimento, deu mais autonomia aos indivíduos:

Os indivíduos regressam das visitas guiadas diárias ao espaço público fortalecidos em sua individualidade de jure e assegurados de que a forma solitária em que se ocupam do negócio de sua vida é o que outros “indivíduos como eles” fazem, e – outra vez como eles, o fazem com sua própria medida de obstáculos e derrotas (que esperam ser transitórias).

Quanto ao poder, ele navega para longe das ruas e do mercado, das salas de reuniões e dos parlamentos, dos governos nacionais e locais, para fora do alcance do controle dos cidadãos, na extraterritorialidade das redes eletrônicas. Hoje, seus princípios estratégicos são a fuga, a evitação, o descomprometimento e a invisibilidade.⁸⁶

Toda esta situação descrita por Bauman reflete na autonomia que os indivíduos vivem na sociedade líquida, não há mais o estar próximo, o conviver ao lado do outro. As petições eletrônicas, os grupos de WhatsApp, as redes sociais tanto afastam como unem as pessoas. Há uma relação ambígua proporcionada pela internet, uma linha tênue entre os interesses sociais e os interesses individuais.

⁸³ COELHO, Thales Dyego de Andrade. **O Direito Sólido na Modernidade Líquida: A crise de efetividade do direito criminal na Contemporaneidade**. 2017. F.170. Dissertação de Mestrado em DIREITO, Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, São Luis. Biblioteca UFMA, p. 44.

⁸⁴ BAUMAN, Zygmunt. **A Sociedade Individualizada: Vidas contada e histórias vividas**. Rio de Janeiro: Editora Zahar. 2009, p. 58.

⁸⁵ BAUMAN, Zygmunt. **A Sociedade Individualizada: Vidas contada e histórias vividas**, p. 58.

⁸⁶ BAUMAN, Zygmunt. **A Sociedade Individualizada: Vidas contada e histórias vividas**, p.121.

Essa desconfiança estava ausente na cidade grega, a confiança nos iguais, no cidadão que a seu lado participava da batalha em defesa da cidade, formava um vínculo forte entre os indivíduos, que eram mais do que pessoas individuais, faziam parte da cidade e participavam da Assembleia do povo. Havia duas condições básicas para o grego ingressar na chamada “Ekklesia”, ou melhor Assembleia: uma delas era ser ateniense, cidadão filho de pai ateniense e outra condição era ser maior de idade, ter 18 anos e prestar dois anos de serviço militar. Neste ponto há uma diferença que talvez traduza e ajude a compreender a concepção de cidadão, o fato de prestar serviço militar, em que se obrigava a confiar em quem estava ao seu lado. Era necessário ter na pessoa ao seu lado a certeza de que ela o ajudaria na batalha e que, por sua vez, seria ajudado⁸⁷. Ao participar desta forma do serviço militar era criado uma noção de comunidade e bem comum, que posteriormente, ao ingressar na Assembleia da cidade estaria presente na vida do cidadão.

Na modernidade sólida também era necessário desenvolver a confiança, uma confiança na razão, no técnico, no cientista. Esta confiança gerava uma “fé” na razão que conduziria os homens a um futuro previsível seguro e virtuoso. A formação do Estado Nacional exigia e divulgava a necessidade de se trabalhar para o bem comum. A preocupação com a liberdade individual para fazer comércio era parte do ideário iluminista, mas isto não isentava a existência de reunião de cidadãos, na qual deveria prevalecer o bem comum. As transformações da modernidade, segundo Bauman, expressam bem isso quando fala da influência das novas tecnologias, quando o espaço público é invadido pelo privado.

O Estado nacional foi enfraquecido frente a rapidez das mudanças, frente a agilidade do mercado que enfraquece o cidadão, pois “a fragmentação da soberania política torna-se importante fator facilitador da livre circulação de capitais e mercadorias”⁸⁸.

Na modernidade líquida o cidadão em vez de manter-se firme na luta contra a incerteza, foi deixado desprotegido e vulnerável:

Em vez de cerrar fileiras na guerra contra a incerteza, praticamente todos os agentes institucionalizados eficientes de ação coletiva juntam-se ao coro neoliberal para louvar como “estado natural da humanidade” as “forças livres do mercado” e o livre comércio, fontes primordiais da incerteza existencial, e

⁸⁷ GLOTZ, Gustave. **A Cidade Grega**. São Paulo: Editora Difel, 1980, p. 127.

⁸⁸ BAUMAN, Zygmunt. **Vida em fragmentos: Sobre a ética pós-moderna**. Rio de Janeiro: Editora Zahar. 2009, p. 271.

insistem na mensagem de que deixar livres as finanças e o capital, abandonando todas as tentativas de frear ou regular os seus movimentos, não é uma opção política dentre outras mas um ditame da razão e uma necessidade.⁸⁹

Este fato fragilizou a concepção de cidadão e esvaziou o espaço público tomado pelos indivíduos que ficaram cada vez mais inseguros e solitários. No livro de Volgane Oliveira Carvalho exemplifica-se bem a preponderância que a Justiça Eleitoral deu aos candidatos, cada vez mais colocados como principais atores do processo político, em vez de atribuir este papel ao eleitor⁹⁰, ou ao próprio partido político. O que caracterizou uma valorização do personalismo individual em detrimento dos programas partidários.

O indivíduo foi transformado “de cidadão político em consumidor do mercado”⁹¹. Esta transformação deu importância ao indivíduo enquanto consumidor em detrimento do cidadão; o eleitor passou a ser visto como consumidor da política. A própria configuração do horário eleitoral reflete a política como um bem a ser consumido, o indivíduo estando em um rodízio observa e analisa os mais diversos tipos de candidatos, que fazem de tudo para chamar a atenção, ser visto e notado.

O medo do desconhecido faz com que o voto não se dê em programas, mas em estrelas conhecidas, em candidatos. Hoje constatamos que o discurso do medo está presente nas campanhas eleitorais, afinal:

O medo é seguramente o mais sinistro dos muitos demônios que se aninham nas sociedades de nossa época. Mas é a insegurança do presente e a incerteza do futuro que criam e alimentam o mais aterrador e menos suportável de nossos medos.⁹²

Através do discurso do medo o indivíduo prevalece sobre o cidadão. O Estado de direito que é um Estado dos cidadãos⁹³. Começa a ser ameaçado pelo excesso de individualismo. O temor dos gregos de que o excesso de individualismo conduziria a ruína da cidade. Torna-se real na modernidade líquida, ganha forma, no sentido de

⁸⁹ BAUMAN, Zygmunt. **Em Busca da Política**. Rio de Janeiro: Editora Zahar. 2000, p. 36.

⁹⁰ CARVALHO, Volgane Oliveira. **Direitos Políticos no Brasil. O Eleitor do século XXI**. Curitiba: Editora Juruá. 2016, p. 55.

⁹¹ BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da Política**. Rio de Janeiro: Editora Zahar. 2000, p. 82.

⁹² BAUMAN, Zygmunt. **Medo Líquido**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2008, p. 142.

⁹³ BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda. 7ª reimpressão. 2004, p. 30.

que o interesse individual prevalece sobre o bem comum, sobre o interesse da coletividade.

Chamamos de desintegração social, que pode ser tanto condição quanto pode se manifestar como um resultado de uma técnica de poder, que terá como “ferramentas principais o desengajamento e a arte da fuga. Para que o poder tenha liberdade de fluir, o mundo deve estar livre de cercas, barreiras, fronteiras fortificadas e barricadas”⁹⁴.

Esse desengajamento político dos indivíduos levou a um enfraquecimento da noção de cidadania. O direito do consumidor passou a ter mais destaque do que a cidadania. O sentido de cidadão como consumidor que possui seus interesses individuais, os quais precisam ser respeitados por outros indivíduos e pelo Estado.

Há uma necessidade de resgatar habilidades esquecidas e novamente buscar os antigos objetivos da teoria crítica como sugere Bauman, buscar “a emancipação humana -tem algum significado hoje, é o de reconhecer os dois lados do abismo que se abriu entre a realidade do “*indivíduo de jure*” e as possibilidades do “*indivíduo de facto*”⁹⁵.

Após a Constituição Federal de 1988, conhecida por ser uma Constituição que alarga a participação do eleitor, havia uma pretensão de fortalecer o eleitor-cidadão. Para alguns autores havia a necessidade e ainda há de uma normatização maior, inserindo-se “regras que vem a cingir o exercício do direito, colocando limites à amplitude que, a rigor, deveria ser garantida”⁹⁶. Em uma perspectiva de modernidade sólida, este caminho seria viável, mas como o visto até aqui, com a mudança pela qual passou a modernidade, suas novas características e outras que foram aprofundadas, o “cidadão-eleitor” perdeu espaço para o “consumidor-eleitor”. A mentalidade do eleitor está mais preocupada no que iria ganhar em votar no candidato A ou no candidato B. Este fator reflete bem mais na política local, nas Eleições Municipais, em que os temas nacionais são irrelevantes.

⁹⁴ BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Editora Zahar. 2001, p. 23

⁹⁵ BAUMAN, Zygmunt. **A Sociedade Individualizada: Vidas contada e histórias vividas**. Rio de Janeiro: Editora Zahar. 2009, p. 122.

⁹⁶ CAGGIANO, Monica Herman S. **O Cidadão-Eleitor O voto e o papel que desempenha no quadro Brasileiro**. MARTINS, Ives Gandra da Silva (Coord), In *As Vertentes do Direito Constitucional Contemporâneo*: Editora América Jurídica. 2002, p. 555-556.

O caminho que precisa ser percorrido está mais próximo do que Bauman comenta, da necessidade de se resgatar a comunidade, o espaço público. O indivíduo encontra-se só em meio a multidão, as comunidades virtuais não representam a cura

Para o sofrimento nascido do abismo não transposto e aparentemente intransponível entre o destino do indivíduo de jure e o do indivíduo de facto, são os sintomas e às vezes fatores causais da desordem social específica da condição de modernidade líquida.⁹⁷

Baseado nisso, verificamos que houve uma ruptura na relação entre indivíduo e cidadão. A modernidade líquida acelerou e aprofundou essa cisão, mudou a concepção e com isso o ser humano perdeu seu porto seguro, sua perspectiva de um futuro certo e determinado. Quando o indivíduo passou de cidadão a consumidor, ocorreu uma mudança significativa, uma vez que “o consumo, é um assunto solitário, que não pode ganhar muito em efetividade se for conduzido em cooperação com outros”⁹⁸. A partir deste ponto há um enfraquecimento maior do cidadão, isto se reflete também nos partidos políticos.

No próximo tópico veremos como todas estas características apresentadas por Bauman, sobre a modernidade líquida, repercutiram nas organizações políticas, em especial nos partidos políticos.

1.3 MODERNIDADE LÍQUIDA E AS ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS

Até o momento apresentamos as principais características da modernidade líquida e como este momento histórico afetou a relação e o significado de ser cidadão e sua relação com o indivíduo. A partir deste ponto será verificado como isto refletiu nas organizações políticas de maneira geral, em especial em uma organização que é fundamental para a democracia, os partidos políticos. Para compreender esta instituição partidos políticos em seu conceito moderno, será necessário um breve relato histórico desta instituição que cresceu e se desenvolveu com a modernidade.

Não se pretende definir o que seria partido político. Nesta seara, o direito não se aprofunda e na ciência política existe grande número de interpretações e conceitos

⁹⁷ BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro. Editora Zahar. 2001, pág. 250

⁹⁸ BAUMAN, Zygmunt. **BAUMAN sobre BAUMAN**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2011b, p. 110.

concorrentes. O consenso, como diria Mariana Werner de Lemos em sua dissertação, está na questão de uma

Estrutura institucional complexa que é resultado da representação proporcional e do federalismo, estimulando a fragmentação do poder e o enfraquecimento dos partidos políticos, assim como a indisciplina parlamentar, a regionalidade e a volatilidade do sistema partidário.⁹⁹

Busca-se verificar na origem dos partidos políticos que nasceram em um momento que a modernidade estava se firmando, que seus valores estavam predominando na sociedade ocidental. Os partidos modernos por fim “apareceram como um resultado não procurado da massificação das sociedades e da expansão territorial dos estados, cujas dinâmicas produzirão um novo fenômeno: a representação política”¹⁰⁰.

As características que definem o que seria modernidade sólida aparecem nos primeiros partidos políticos modernos. Partidos encontraram condições históricas favoráveis, com forte base na racionalidade humana, uma confiança no progresso e no futuro da sociedade. Pois se “há política, há partidos, uma vez que a sua existência é necessária para qualquer regime democrático”¹⁰¹, dentro deste contexto se desenvolveram e encontraram espaço para atuação.

O importante, citando um clássico, é que os partidos modernos têm seu desenvolvimento ligado ao próprio desenvolvimento da democracia. Maurice Duverger expõe este ponto da melhor forma:

Em seu conjunto, o desenvolvimento dos partidos parece associado ao da democracia, isto é, a expressão de sufrágio universal popular e das prerrogativas parlamentares. Quanto mais as assembleias políticas veem desenvolver-se suas funções e sua independência, tanto mais os seus membros se ressentem da necessidade de se agruparem por afinidades a fim de agirem de comum acordo; quanto mais o direito de voto se estende e se multiplica, tanto mais se torna necessário enquadrar os eleitores por comitês capazes de tornar conhecidos os candidatos e de canalizar os sufrágios em

⁹⁹ LEMOS, Maria Werner de. **Institucionalização Partidária: Modelo Analítico e Aplicação em PSDB, DEM e PT**. 2016. Dissertação de mestrado em Ciência Política, Instituição de ensino UFPR. Curitiba, p. 17.

¹⁰⁰ MENDONÇA, José Carlos. **PARTIDOS POLÍTICOS: da visão dos clássicos aos desafios da (pós?) modernidade**. Florianópolis. Em Tese – Revista Eletrônica dos Pós-graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 4, nº 2, jun-jul/2008, p. 68.

¹⁰¹ SANTANO, Ana Cláudia. KOZICKI, Katia. **A Democracia. A sociedade e os Partidos Políticos: uma análise da eventual existência de uma crise das organizações partidárias**. Revista Quaestio Iuris. Vol 10, nº3, Rio de Janeiro, p. 1271.

sua direção. O nascimento dos partidos encontra-se, ligado ao dos grupos parlamentares e comitês eleitorais.¹⁰²

O desenvolvimento dos partidos visto através dos conceitos da modernidade líquida de Bauman, já apresentados nos tópicos anteriores, como que os partidos se adaptaram ou não a esta realidade. Houve uma adaptação natural “com o tempo e se modificaram com a urbanização e crescimento das cidades”¹⁰³, mas esta modificação deu-se até que ponto, em que parâmetros podemos notar que:

Inicialmente os partidos eram organizações quase exclusivamente parlamentares, mas foram, gradualmente, mobilizando movimentos de opinião, deixando de apenas tratar de questões concretas de ordem legislativa para agasalhar doutrinas políticas e ideológicas, quase sempre, porém, marcadas por forte dose de oportunismo eleitoral”¹⁰⁴.

Os partidos modernos surgiram quando a própria modernidade estava em seu momento de ascensão. O Estado Nacional se consolidava e o direito moderno se uniformizava e tendia a ser universal, dando sustentação ao próprio Estado Moderno.

A modernidade precisava impor ordem e segurança para a sociedade, uma forma de garantir equilíbrio e uma previsibilidade. A razão humana seria seu fundamento, “a civilização - a ordem imposta a uma humanidade naturalmente desordenada – é um compromisso, uma troca continuamente reclamada e para sempre instigada a se renegociar”¹⁰⁵. Para impor esta ordem era necessário um Estado forte, centralizado, que pudesse impor sua razão. Segundo Weber, o “Estado moderno por um meio específico que lhe é próprio, como também a toda associação política: o da coação física”¹⁰⁶.

Este Estado precisava se firmar com um discurso baseado na razão, a confiança no progresso e na ciência. Havia a necessidade de se legitimar em novas bases:

A dominação, em virtude da “legalidade”, da crença na validade de estatutos legais e da “competência” objetiva, fundamentada no cumprimento de deveres fixadas nos estatutos: uma dominação como a exercem o moderno

¹⁰² DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970, p. 20.

¹⁰³ RABELLO FILHO, Benjamin Alves. **Partidos Políticos no Brasil**. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2001, p. 22.

¹⁰⁴ RABELLO FILHO, Benjamin Alves. **Partidos Políticos no Brasil**, p. 22.

¹⁰⁵ BAUMAN, Zygmunt. **O Mal-estar da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1998a, p. 8.

¹⁰⁶ WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Volume II. São Paulo: Editora UNB, 2004, p. 525.

“servidor público” e todos aqueles portadores de poder que com ele se parecem neste aspecto.¹⁰⁷

Essa dominação com base em um Estado forte que trouxesse segurança, certeza e garantia a sociedade, com poder de impor sua vontade, fundamentalmente com base na razão. Este Estado precisava de uma lei, um direito que norteasse as relações na sociedade, que fosse único e racional. Que trouxesse a ordem e a segurança. Além destas normas precisava de um governo a ela vinculados:

Em um sentido mais amplo, o círculo da administração “pública” abrange três coisas: a criação do direito, a aplicação do direito e aquilo que resta de atividades institucionais públicas depois de separar aquelas duas esferas (que aqui denominamos “governo”).¹⁰⁸

Os partidos políticos, ocupados por pessoas profissionalmente preparadas para operar no espaço público, raramente estão preparadas para quando este espaço público que passa ser ocupados por intrusos: “no espaço público qualquer um sem o tipo certo de escritório e que apareça lá em qualquer ocasião não oficialmente roteirizada, arquivada, sem direção de palco e sem convite é, por definição, um intruso”¹⁰⁹.

Hoje no espaço público os partidos perderam a exclusividade, estão cada vez mais vendo seu espaço tomado por outros grupos (Movimentos sociais, ONGs e outros). Dentro dos próprios partidos o personalismo contribuiu para que os partidos se enfraquecessem enquanto instituições políticas. Os partidos passaram a fazer “campanhas “centrados nos candidatos”, em que a personalidade dos candidatos, e a personalidade do líder do partido em particular, ocupam o lugar principal”.¹¹⁰

Os partidos políticos, da forma como conhecemos, foram criação na modernidade, estabelecidos sobre regras para conduzir os governos rumo a um futuro previsível e promissor. No Direito Eleitoral “sua formação encontra-se associada aos países que adotam formas de governo representativo e progressiva ampliação do sufrágio”¹¹¹. Partidos ligados a condução de governos e da sociedade entendido por agrupar pessoas e para atuar na sociedade:

¹⁰⁷ WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Volume II, p.526.

¹⁰⁸ WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Volume II, p.3.

¹⁰⁹ BAUMAN, Zygmunt. **Em Busca da Política**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2000, p. 19.

¹¹⁰ MANIN, Bernard. **A Democracia do Público Reconsiderada**. Revista Novos Estudos, nº97, nov 2013, pág.117

¹¹¹ GOMES, José Jairo. **Direito Eleitoral**. São Paulo: Editora Atlas. 2016, p. 108.

Para que os partidos possam exercer a sua função de mediação e articulação, ademais da participação na formação da vontade política pelos cidadãos, o conteúdo de sua tarefa será determinado apenas no contexto (e mediante sua inserção) do conjunto da ordem constitucional democrática...¹¹²

Este entendimento em um clássico do Direito Eleitoral é perfeitamente coerente com o que Bauman entende por modernidade sólida. Entretanto, os limites da modernidade ficaram claros no decorrer do século vinte, quando descreveram que o holocausto teve como uma de suas condições necessárias, e que o tornou viável, o fato de ser um mundo racional, o mundo da civilização moderna¹¹³.

Agnes Heller disse que a condição política pós-moderna teria como base uma pluralidade de culturas e discursos, este pluralismo estaria “implícito na pós-modernidade como projeto. O colapso da grande narrativa é um convite direto à coabitação entre várias pequenas narrativas (locais, culturais, étnicas, religiosas, ideológicas)”¹¹⁴.

Estas pequenas narrativas, enfraqueceram os grandes discursos partidários, os quais perderam o sentido no atual momento da modernidade. Bauman também fez referência a estes discursos, quando falou das promessas não cumpridas pela modernidade, e que se mostraram utópicas, levaram a uma crise, uma vez que a modernidade “buscou sem eficiência funcional na mobilização ideológica, por causa de sua acentuada tendência a uniformidade”¹¹⁵. A crise já estava anunciada, a modernidade tinha como um de seus fundamentos mais sólidos, a confiança.

Segundo Anthony Giddens, esta confiança na razão e na ciência era a base que legitimava a fé no progresso:

A natureza das instituições modernas está profundamente ligado ao mecanismo da confiança em sistemas abstratos, especialmente confiança em sistemas peritos. Em condições de modernidade, o futuro está sempre aberto, não apenas em termos da contingência comum das coisas, mas em termos da reflexividade do conhecimento em relação ao qual as práticas sociais são organizadas. Este caráter contrafactual, orientado para o futuro, da modernidade é amplamente estruturado pela confiança conferida aos

¹¹² SARLET, Ingo Wolfgang. MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Direito Constitucional**. Editora Saraiva, São Paulo, 2018, p. 775-776.

¹¹³ BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1998, p. 32.

¹¹⁴ HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. **A Condição Pós-moderna**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 2002, p. 16.

¹¹⁵ BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1998b, p. 64.

sistemas abstratos – que pela sua própria natureza é filtrada pela confiabilidade da perícia estabelecida.¹¹⁶

Esta confiança que era fundamental para a Modernidade, confiança na razão, na ciência, no progresso, no Estado como condutor deste processo e, por fim, a confiança de que as organizações políticas estariam preparadas para analisar este processo e conduzir a sociedade. Para Giddens, esta quebra de confiança leva a modernidade a uma reflexividade, a se reconstruir a partir deste momento. Mas, para este estudo e de acordo com Bauman, houve uma dissolução desta confiança, os sólidos valores modernos começam a se liquefazer e os partidos são afetados por este processo, por causa das promessas não cumpridas.

Podemos perceber nos clássicos que tratam dos partidos políticos que “a diversidade social dos adeptos parece, portanto, constituir obstáculo ao desenvolvimento da militância”¹¹⁷. Há uma percepção de que a falta de homogeneidade como um ponto fraco para os partidos, em tempos de modernidade sólida, este fato é visto como prejudicial, sinal de fraqueza. A ideia de progresso, de evolução é passada para os partidos, este pensamento linear típico da era moderna, gerava regularidade, confiança e segurança na sociedade.

Como visto nos tópicos anteriores, a modernidade líquida traz em si características como a mobilidade a não fixação no espaço territorial, uma possibilidade de adaptar-se ao momento em que se vive. A modernidade líquida não se fixa, não resiste a mudanças, mas se adapta a ela, tendo como principais características a instabilidade, a insegurança e a incerteza.

O ritmo das mudanças proporcionado pelo desenvolvimento tecnológico, afetou e afeta constantemente o Direito Eleitoral em diversos pontos. Aqui será descrito e estudado como foi afetado o sistema partidário, principalmente uma instituição fundamental para o desenvolvimento da democracia: os partidos políticos. No trecho abaixo o caminho aberto para discursos vazios, de ódio e medo propagados por políticos oportunistas, frente a realidade:

Um a um, os alicerces habituais em que se assentava a segurança, tremeram, racharam e tombaram; as perspectivas de emprego e de rendas estáveis encolheram; laços e parcerias antes sólidos debilitaram-se e fragilizaram-se; muitos faróis de credibilidade supostamente inatacáveis

¹¹⁶ GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Editora UNESP. 1991, p. 87.

¹¹⁷ DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970, p. 148.

ruíram ou estremeceram sob o peso da corrupção, ou implodiram com aquela confiança de marinheiros iludidos e sem rumo. Quanto aos governos, dos quais se esperava que tornassem novamente seguros os inseguros e impusessem ordem à desordem, estes responderam com um curto grosso “Não há alternativa” às queixas e aos protestos de seus súditos cada vez mais confusos e assustados, quando se dignaram a responder em geral devolveram os pedidos de “Ajude-me” e “Faça alguma coisa” com carimbos de “Endereço errado” ou “Destinatário desconhecido”.¹¹⁸

Bauman faz referência aos governos, mas podemos muito bem colocar os partidos políticos como instituições que perderam o rumo, a centralidade da busca de respostas para a sociedade, principalmente no âmbito municipal.

De certa forma a “coincidência do partido político com a democracia em dias não oblitera, todavia algumas contradições”¹¹⁹. Esta contradição apontada, já vinha desde o início da própria modernidade sendo apontada por Rousseau. Entretanto, o sistema de partidos prevaleceu e respondeu a necessidades no início da modernidade.

O que Manin chamará de Democracia de Partidos, o que seria “a forma de governo representativo em que os partidos políticos são as unidades fundamentais da vida política”¹²⁰, isso quer dizer para o próprio funcionamento da democracia representativa. Em tempo de modernidade sólida, os partidos políticos tinham estatutos fixos, normas, regulamentos fixos. Estes deveriam mudar o menos possível de forma a dar estabilidade. Deveriam ser organizados, com dirigentes capacitados para guiar o partido, chegar ao poder e conduzir o Estado e a sociedade para um futuro promissor e estável. Havia uma exigência, ou melhor, uma tendência de que a direção dos partidos naturalmente assumiria “uma forma oligárquica. Uma verdadeira “classe de chefes” ali se constitui uma casta mais ou menos fechada, um “círculo interior” de difícil acesso”¹²¹.

Este fato era compreensível dentro do contexto da modernidade sólida, a necessidade de uma direção, de organizar uma burocracia partidária que ofereceria “o tipo de uma oligarquia institucional”¹²², como no Estado Moderno nascente em que a organização de uma burocracia era imprescindível, esta burocratização também se repetiu no partido, o que conduziu a uma formação de uma oligarquia partidária.

¹¹⁸ BAUMAN, Zygmunt. **Isto não é um Diário**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2012, p. 11-12.

¹¹⁹ BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. São Paulo: Editora Malheiros. 16^o edição. 2000, p.358.

¹²⁰ MANIN, Bernard. **A Democracia do Público Reconsiderada**. Revista Novos Estudos, n^o97, nov 2013, pág.123.

¹²¹ DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos**. Rio de Janeiro: Editora Zahar. 1970, p. 188.

¹²² DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos**, p. 190.

A noção de representação científica é ilusória: todo poder é oligárquico. E toda oligarquia tende ao envelhecimento. O problema da renovação dos quadros partidários, do rejuvenescimento do círculo interno, consiste em lutar contra este movimento natural. Quando a oligarquia partidária repousa na nomeação e na cooptação, a tendência ao envelhecimento resulta do caráter vitalício que assume então a funções dirigentes, os chefes não consentem quase nunca em deixar voluntariamente o poder e em aceitar um afastamento que não seja automático.¹²³

Acima é colocado por Duverger o movimento natural de envelhecimento, o autor está inserido dentro do momento da modernidade sólida, percebe o problema da burocratização, da oligarquia partidária, mas não faz a relação com as características próprias da modernidade.

Os partidos estavam e estão presos a organizações territoriais, a questão linguística, ao próprio Estado-nacional. Até hoje, o Direito Eleitoral e a Justiça Eleitoral exigem que partidos tenham circunscrições territoriais definidos, uma burocratização, uma estrutura sólida, em completa dissonância com o momento da modernidade líquida que se vive atualmente. Talvez seja o momento de se dar mais liberdade de organização aos partidos não os limitando aos territórios municipais.

A Lei nº. 9.096/1995, conhecida como Lei dos Partidos, em seu título II trata da organização e funcionamento dos partidos políticos. Há uma descrição detalhada de como se deve proceder, uma burocratização do procedimento. No capítulo III descreve-se a necessidade de o partido definir em seu estatuto a forma de se organizar e administrar. Há uma referência estrita a questão sensível para a modernidade sólida, a fixação territorial. No artigo 15, inciso IV¹²⁴.

A jurisdição territorial dos órgãos em seus diversos níveis, são uma preocupação constante e visa a fixar o partido. O TSE em vários momentos tem forçado os partidos a se organizarem.

Paulo Bonavides vai vincular o crescimento do partido político e sua importância com o crescimento da democracia e de suas instituições¹²⁵. Em tempo de

¹²³ DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos**, p. 197

¹²⁴ BRASIL. Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995. **Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal.**

Art. 15 – O Estatuto do partido deve conter, entre outras, normas sobre:

...

IV – Modo como se organiza e administra, com a definição de sua estrutura geral e identificação, composição e competência dos órgãos partidários nos níveis municipal, estadual e nacional, duração dos mandatos e processo de seleção de seus membros.

Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9096.htm>. Acesso em: 06 mai 2019.

¹²⁵ BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. São Paulo. Editora Malheiros. 16ª edição. 2000, p.451

modernidade sólida os partidos eram fundamentais para o Estado Moderno: “Os partidos se tornam cada vez mais instituições oficiais”¹²⁶. Quer dizer, importantes não só para o Estado como para a própria democracia.

No atual momento, os partidos enfrentam uma crise, ao passo que a modernidade líquida traz valores e características próprias que refletem nos partidos políticos. No Brasil, o sistema eleitoral não contribuiu para a construção de partidos políticos efetivos, uma vez que reforçou o próprio comportamento individualista dos políticos¹²⁷. Quando no tópico anterior foi feita referência a situação que opôs indivíduo ao cidadão, no sentido de uma supervalorização atualmente do indivíduo-consumidor em detrimento do indivíduo-cidadão.

Há então um aprofundamento do reflexo desta situação no sistema partidário brasileiro, por uma característica própria de nosso sistema. Há um “relacionamento extremamente frouxo entre políticos e partidos. Os políticos percebem os partidos como veículos para se elegerem, mas geralmente tem com eles vínculos profundos”¹²⁸. Isto reflete na relação entre filiado e partido, sendo um efeito da modernidade líquida nas organizações políticas? Sob o prisma das ideias trazidas por Bauman, pode-se lançar um novo entendimento para esta situação. Quando, como visto no ponto anterior, o indivíduo passa a rivalizar com o cidadão e o espaço público é invadido ou colonizado, conforme diz Bauman, pelo interesse privado:

Se o indivíduo é hoje o pior inimigo do cidadão, e se a individualização significa problema para a cidadania e para as políticas baseadas na cidadania, é porque são as preocupações e os interesses dos indivíduos que ocupam o espaço público, pretendendo ser seus únicos ocupantes legítimos e expulsando todo o resto do discurso público. O “público” é colonizado pelo “privado”; “o interesse público” é reduzido à curiosidade a respeito das vidas privadas das figuras públicas, limitando a arte da vida pública à exposição pública dos casos privados e das confissões públicas de sentimentos privados.¹²⁹

O espaço público foi invadido por preocupações privadas. Nas Eleições Municipais de 2016, o então candidato a Prefeito de Curitiba, no Paraná, pelo PMN,

¹²⁶ BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**, p. 461.

¹²⁷ MAINWARING, Scott. **Políticos, partidos e sistemas eleitorais: o Brasil numa perspectiva comparativa**. Brasília. Estudos Eleitorais, v. 1, nº2, mai/ago 1997, p. 337.

¹²⁸ MAINWARING, Scott. **Políticos, partidos e sistemas eleitorais: o Brasil numa perspectiva comparativa**, p. 346.

¹²⁹ BAUMAN, Zygmunt. **A Sociedade Individualizada: Vidas contada e histórias vividas**. Rio de Janeiro: Editora Zahar. 2009, p. 59.

Rafael Greca, respondeu a uma pergunta de um telespectador, que questionava sobre sua sexualidade, de forma irônica.¹³⁰

Esta pergunta reflete até que ponto chega a interferência da esfera privada no espaço público. As pessoas não lembram do teor da entrevista ou das propostas que o candidato apresentou, mas sobre a resposta do candidato todos lembram. A repercussão e o interesse despertado pela resposta do candidato despertaram mais curiosidade do que o programa do candidato.

Isto tem como consequência para os partidos o fato de que os problemas privados continuam a ser privados, mesmo quando expressos em ambientes públicos. O reflexo é “que parece resultar de sua transferência para a cena pública é a expulsão de todos os outros problemas “não privados” da agenda pública”¹³¹.

No Direito Eleitoral há uma disputa entre tentar fixar os partidos nos moldes da modernidade sólida e a realidade. Isto reflete em leis contraditórias e em cada vez mais Resoluções do TSE, aumentando a ambiguidade. Um exemplo disto é a forma de intimação do partido, primeiro pessoalmente, depois passou a permitir intimação por fax no período eleitoral, o problema é que fax está em desuso pelo próprio desenvolvimento tecnológico. Os partidos nos municípios não possuem sede própria, intimação seria para o endereço do presidente do partido. Este tipo de intimação caiu em desuso. Hoje admite-se a intimação/notificação por e-mail, indicado pelo partido, quando do registro da direção partidária na Justiça Eleitoral, o desenvolvimento tecnológico atropelou a legislação e há uma corrida por parte da Justiça para regular esta realidade.

O reflexo da modernidade líquida se deu também na questão da confiança da população nos partidos. Não há mais uma confiança de que os partidos seriam mais apropriados para guiar o governo. A pluralidade e a diversidade têm retirado dos partidos políticos a sua importância e relevância como capazes de apontar os rumos para o desenvolvimento da sociedade, outras organizações como ONGs, Associações, Entidades de Classe, Sindicatos passaram a ter mais influência.

Os cidadãos perderam interesse pela política institucional representada pelos partidos políticos, estes não são mais os únicos responsáveis para fazer a ponte entre a sociedade e o Estado.

¹³⁰ BUCHI, Ogier. **PROGRAMA DIRETO AO PONTO**, Radio Mercosul. 2016. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=Bzo2VuOhAiM>> acessado em 27/05/2019.

¹³¹ BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Editora Zahar. 2001, p. 91.

A emancipação da esfera política (em seu sentido ortodoxo, institucionalizado) é autopropulsora, pois a perda de relevância de sucessivos setores da política nacional repercute na erosão do interesse dos cidadãos pela política institucionalizada e numa tendência geral a substituí-la pelo empenho em fazer experiências com uma política incipiente, rudimentar, quase de “livre flutuação”, mediada pela eletrônica; um tipo de política que se destaca pela rapidez e agilidade, mas também por ser ad hoc, imediatista, limitada a questões isoladas, frágil e resistente; ou talvez seja melhor dizer imune à institucionalização (atributos mutuamente dependentes e reforçadores).¹³²

Este trecho, de uma das diversas cartas escritas por Bauman, pareceram ter sido escritas sobre as Eleições nos Estados Unidos, ou até sobre as Eleições que ocorreram no Brasil em 2018, mas são de um conjunto de cartas escritas por Bauman entre os anos de 2008 e 2009.

As características descritas no momento da modernidade atingem e aprofundam a crise dos partidos políticos, que possuíam pouco controle sobre os candidatos eleitos. Os partidos ficaram enfraquecidos com relação a excessiva independência de posicionamento dos candidatos eleitos. Há uma flexibilidade na relação entre filiado e partido, refletindo o visto no tópico “o cidadão e o indivíduo”, como diria Bauman:

Como muitos valores de linha de frente, a ideia de “flexibilidade” esconde sua natureza de relação social, o fato de que demanda a redistribuição de poder e implica uma intenção de expropriar o poder de resistência daqueles cuja “rigidez” está a ponto de ser superada... flexibilidade do lado da procura significa liberdade de ir aonde os pastos são verdes, deixando o lixo espalhado em volta do último acampamento para os moradores locais limparem; acima de tudo, significa liberdade de desprezar todas as considerações que “não fazem sentido economicamente”¹³³.

Bauman fez referência a uma ideia muito presente na modernidade líquida, que se espalhou e alcançou força com a globalização. Mas esta ideia atingiu também a política. Os partidos políticos no Brasil foram atingidos, como já percebido por Scott Mainwaring. O Brasil possui um sistema eleitoral que tende a enfraquecer os partidos,

¹³² BAUMAN, Zygmunt. **44 cartas do mundo líquido moderno**. Rio de Janeiro: Editora Zahar. 2011a, p.144-145.

¹³³ BAUMAN, Zygmunt. **Globalização as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1999b, p. 112.

“obriga os principais partidos a tolerar maior diversidade e autonomia e favorece um arranjo frouxo entre os políticos e os partidos”¹³⁴.

Há uma flexibilidade tão grande, que se institucionalizou o período de “leilão partidário”, previsto no artigo 22-A, parágrafo único, inciso III, da Lei nº. 9096/1995.¹³⁵

Este artigo faz com que nestes períodos, partidos corram atrás de eleitos, ou de pessoas conhecidas e que sejam expoentes na sociedade. Ofereçam vantagens, prometendo a direção e controles de órgãos partidários em Municípios. Isto para que concorram sob a legenda partidária.

No primeiro tópico desde capítulo ficou claro, pela pesquisa das Resoluções do TSE, a aceleração e intensidade das mudanças. No decorrer do próximo tópico, será realizada uma pesquisa empírica com o resultado das Eleições Municipais de todos os Municípios constantes em 1947 no Paraná, durante dois períodos históricos.

Através desta pesquisa se procurará demonstrar se esta aceleração das mudanças partidárias dos candidatos realmente foi consequência das características descritas pela modernidade líquida, se a flexibilização e o interesse individual enquanto candidato-indivíduo prevaleceu sobre o interesse dos partidos como coletividade. Os períodos democráticos estudados correspondem aos períodos em que os partidos adquiriram seu caráter nacional.

¹³⁴ MAINWARING, Scott. **Políticos, partidos e sistemas eleitorais: o Brasil numa perspectiva comparativa**. Brasília: Estudos Eleitorais, v. 1, nº2, mai/ago 1997, p. 362.

¹³⁵ BRASIL. Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995. **Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal.**

Artigo 22-A

...

III – mudança de partido efetuada durante o período de trinta dias que antecede o prazo de filiação exigido em lei para concorrer à eleição.

Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9096.htm>. Acesso em: 06 mai 2019.

2. OS PARTIDOS POLÍTICOS NO ESTADO DO PARANÁ NO PERÍODO DE 1947-1963 E 1996-2016

No capítulo anterior foram vistas as principais características da modernidade, o objetivo aqui não é descrever a origem do surgimento histórico dos partidos políticos, mas, expor o surgimento dos partidos políticos modernos, seu contexto e suas principais características dentro do ambiente da modernidade.

É importante neste momento retomar alguns tópicos, um destes pontos, é que na sociedade, o Estado moderno se desenvolveu e se organizou no final do século XIX e início do século XX. Segundo Weber, havia uma necessidade de organizar o Estado moderno, uma nova ordem que necessitava de um sistema de normas capazes de conduzir o homem rumo ao futuro.

Weber descreveu que a sociedade, organizada através do Estado precisava ser conduzida para se desenvolver de forma previsível. Conceituou o Estado Moderno como:

Um agrupamento de dominação que apresenta caráter institucional e que procurou (com êxito) monopolizar, os limites de um território, a violência física legítima como instrumento de domínio e que, tendo esse objetivo, reuniu nas mãos dos dirigentes os meios materiais de gestão.¹³⁶

Os partidos modernos surgiram em meio a este Estado que se organizava conforme descreveu Weber. Neste momento, os partidos seriam responsáveis por conduzir o Estado e garantir o futuro da sociedade¹³⁷. Era necessário um corpo profissional e uma burocracia a ser dirigida pelo partido político. Os partidos seguiram esta mesma lógica para liderar a sociedade rumo ao futuro. Para isso o partido necessitou se organizar internamente, necessitava de militantes, “vieram à tona os funcionários sindicais, os secretários do partido, os jornalistas: o partido passou, dessa maneira, ao domínio dos assuntos burocráticos”¹³⁸. Os partidos surgiram dentro do contexto da própria modernidade, acreditando na razão humana e nos conhecimentos técnico e científico como fatores fundamentais para realizar as promessas do iluminismo. Por fim, buscaram realizar estas promessas, por mais que

¹³⁶ WEBER, Max. **Ciência e Política duas vocações**. São Paulo: Editora Cultrix, 1968, p. 62.

¹³⁷ WEBER, Max. **Ciência e Política duas vocações**, p. 69.

¹³⁸ WEBER, Max. **Ciência e Política duas vocações**, p. 102.

parecessem irrealis e impossíveis de se concretizar, estas promessas não deixaram de ser uma miragem.

Neste contexto, o direito foi fundamental para a estabilização desta nova ordem jurídica, Hans Kelsen foi um de seus principais porta vozes deste momento histórico:

Se considerarmos a evolução por que o Direito passou desde os seus primeiros começos até o estado representado pelo Direito estatal moderno, podemos observar, com referência ao valor jurídico a realizar, uma certa tendência que é comum às ordens jurídicas que se encontram nos níveis mais altos da evolução.¹³⁹

Kelsen traduziu o momento histórico da modernidade para o direito, expressando muito bem esta evolução, considerando como uma ordem de coerção necessária para defender a sociedade. Em outro trecho de sua obra fica mais claro este caminho percorrido.

O direito é uma ordem de coerção e, como ordem de coerção, é – conforme o seu grau de evolução – uma ordem de segurança, quer dizer, uma ordem de paz. Mas, tal como podemos conceber a noção de segurança coletiva num sentido mais estrito e falar dela somente quando exista uma certa centralização do monopólio coercitivo por parte da comunidade, também podemos pressupor que uma pacificação da comunidade jurídica somente aparece num estágio mais elevado da evolução jurídica, a saber, naquele estágio evolutivo em que a autodefesa passa a ser proibida, pelo menos em princípio, e, por isso, nos encontramos em face de uma segurança coletiva em sentido estrito.¹⁴⁰

Estas características acima descrevem a concepção proposta por Bauman de modernidade sólida, trazendo seus conceitos para o direito. Os partidos modernos surgiram e estavam inseridos neste contexto da modernidade. Isto determinou a própria evolução e surgimento destas organizações políticas, que se transformaram em organizações cada vez mais complexas.

Apesar das diferenças em suas estruturas bem frisadas por Maurice Duverger, tantos os partidos conservadores, agrupados em torno de personalidades, que tinham atividades orientadas para eleições e combinações parlamentares; quanto os partidos liberais que se preocupavam com problemas políticos e possuíam base na doutrina liberal; até mesmo os partidos socialistas, que consideravam a doutrina importante, procurando ir além do terreno político, buscando enquadrar as massas populares.

¹³⁹ KELSEN, Hans. **Teoria Geral do Direito e do Estado**. São Paulo: Editora Martins Fontes. 2005, p. 25.

¹⁴⁰ KELSEN, Hans. **Teoria Geral do Direito e do Estado**, p. 27.

Todas estas correntes de pensamento estavam presas e recebiam influências do contexto histórico da modernidade, da necessidade de organizar, dirigir e conduzir a sociedade, com forte influência do racionalismo e visavam cumprir as promessas iluministas.

Nos partidos modernos, esse arcabouço assume grande importância: constitui ele o quadro geral da atividade dos partidários, a forma imposta à sua sociedade: determina o mecanismo de seleção dos dirigentes e os poderes deles. Explica amiúde a força e a eficácia de certos partidos, a fraqueza e a ineficácia de outros.¹⁴¹

Presos ao seu tempo, em um momento que a modernidade fortalecia o Estado Nacional, os partidos surgiam e se organizavam. A Eleição juntamente com a adoção de princípios democráticos eram fundamentais para legitimar a chegada ao Estado dos partidos. Os partidos legitimaram-se para apresentar candidatos e representar a opinião dos seus eleitores, pelo menos teoricamente, os deputados:

Representam os seus eleitores, não como um mandatário representa o seu mandante, mas como uma fotografia representa uma paisagem, um retrato, o seu modelo. O problema fundamental consiste em medir o grau de exatidão da representação, isto é, o grau de coincidência entre a opinião pública e a sua expressão parlamentar.¹⁴²

A organização dos partidos era fundamental para a chegada ao poder, Robert Michels definiu partido político moderno como “uma organização metódica das massas eleitorais”¹⁴³, segundo ele há uma relação de crescimento do partido com o aumento da prudência na política. Os partidos como toda organização “representa uma potência oligárquica repousada sobre uma base democrática”¹⁴⁴.

Há uma disputa entre o princípio democrático e as próprias estruturas partidárias, que são frutos da burocracia partidária com a origem na própria modernidade. A função de dirigir a sociedade assumida pelos partidos na modernidade, que teriam as atividades “orientadas, pelo menos em certa medida, por considerações a respeito das reações dos liderados”¹⁴⁵.

¹⁴¹ DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970, p. 39.

¹⁴² DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos**, p. 405.

¹⁴³ MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, p. 220.

¹⁴⁴ MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos**, p. 238

¹⁴⁵ BRAGA, Maria do Socorro Sousa. **Democracia e Organização nos Partidos Políticos: revisitando os Microfundamentos de Michels**. In. Revista de Sociologia e Política. V. 20, nº 14, Curitiba, nov 2012, p. 88.

Neste sentido, a organização partidária foi fundamental para o desenvolvimento da democracia, apesar de ser um local de luta pelo poder, regido pelo princípio da autoridade e da disciplina. A democracia é fragilizada, pois “a organização, em vez de ser um meio, passa a ser um fim e, dessa forma, a democracia é sorrateiramente esquecida.”¹⁴⁶

Além de toda organização, segundo Paulo Bonavides, outros elementos eram fundamentais para a composição de um partido, a existência de um grupo social, um princípio de organização e um acervo de ideias e princípios¹⁴⁷.

A legislação vinha de encontro a todo este contexto quando estabeleceria regras para criação e funcionamento dos partidos políticos. Como disse José Jairo Gomes, “os partidos modernos são produto da modernidade, notadamente do século XIX”¹⁴⁸. Os partidos tornaram-se fundamentais para a democracia, tanto que ganharam a exclusividade, em nossa Constituição, para a indicação de candidatos. Isto ocorreu nos dois períodos estudados, segundo Rodrigo López Zilio, “no atual ordenamento jurídico, a importância dos partidos políticos é inequívoca, já que não se concebe postulação de mandato eletivo senão através de filiação partidária”¹⁴⁹. A Constituição Federal determina em seu artigo 14, parágrafo 3º, inciso V, como uma condição fundamental para alguém ser eleito, estar filiado a partido político.

2.1. A POLÍTICA E OS PARTIDOS POLÍTICOS NO ESTADO DO PARANÁ

A partir deste ponto, a pesquisa se concentrará em dois períodos históricos no Paraná. Após o fim do Estado novo, o fim da Segunda Guerra Mundial e o triunfo das democracias liberais, seria um início perfeito se não fosse o início de uma nova guerra, da chamada “Guerra Fria”. Esta influenciou nossa política, restringindo a democracia partidária, de forma que enfraqueceu a própria democracia. Um partido quando aceita participar das regras do jogo democrático, é por ela regida. No Brasil a cassação do registro do Partido Comunista foi algo contraditório, pois atacou a própria liberdade de se organizar dentro das regras do jogo. Desta forma, jogando um partido que tinha

¹⁴⁶ GARCIA, Fernando Coutinho. **A Lei de Ferro da Oligarquia e o discurso da participação**. In. Revista Administração Empresarial, Rio de Janeiro, abr/jun 1988, p. 57.

¹⁴⁷ BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. São Paulo: Editora Malheiros. 16ª edição. 2000, p. 429.

¹⁴⁸ GOMES, José Jairo. **Direito Eleitoral**. São Paulo: Editora Atlas. 2016, p. 107.

¹⁴⁹ ZILIO, Rodrigo López. **Direito Eleitoral**. Porto Alegre: Editora Verbo. 2016, p. 81.

aceitado participar das regras do jogo para fora do regime democrático, alimentando extremistas dos dois lados da “Guerra Fria”.

Após esclarecer esta situação, as primeiras Eleições Municipais após o fim do Estado Novo, se realizaram em 1947, os partidos assumiram nas democracias modernas a função de atuar na formação de candidatos, da opinião pública, da preparação e controle das eleições, assim como, na aglutinação das tendências parlamentares¹⁵⁰.

Em 1945 durante o crepúsculo do Estado Novo, foi editado o decreto nº 7586 de 28 de maio de 1945, havia uma preocupação conforme expresso no artigo 110, parágrafo 1º, que os partidos só seriam admitidos se tivessem âmbito nacional, e também havia uma preocupação para não se repetir a crise e a derrubada do governo, como a ocorrida na década de trinta pelos partidos regionais. Conforme Afonso Arinos de Mello Franco diz: “foram aceitos emendas que visavam principalmente evitar a fragmentação partidária, resultado natural da representação proporcional”¹⁵¹.

A Constituição de 1946 foi posterior a este decreto, acolheu este princípio do caráter nacional dos partidos. Dentro deste contexto as Eleições Municipais de 1947 se realizaram, com o voto sendo secreto e o sufrágio ampliado. Há um progresso evidente apesar de violências e fraudes esporádicas, estas passam a não ser mais a regra, mas a exceção¹⁵².

Houve uma busca nos partidos de líderes, de alguém que conduzisse a sociedade, “O povo das cidades, vota, como o do interior, por motivos pessoais. Os motivos variam. A diferença talvez mais frisante é que, nas cidades, a população vota nos chefes e no interior com os chefes”.¹⁵³

Os períodos estudados são dois períodos em que os partidos adquiriram o caráter nacional, períodos em que a democracia exigia que partidos fossem nacionais, não mais regionalizados ou locais. Os partidos que surgiram e disputaram as primeiras eleições municipais no Paraná se encaixavam neste pressuposto.

A exigência de expressão nacional visa afastar a estruturação de agremiações com caráter meramente local ou regional. Historicamente, trata-

¹⁵⁰ LEITÃO, Claudia Souza. **A crise dos Partidos Políticos Brasileiros**. Fortaleza: Editora Grafia Tipoprogresso, 1989, p. 71-72.

¹⁵¹ FRANCO, Afonso Arinos de melo. **História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980, p. 79.

¹⁵² FRANCO, Afonso Arinos de melo. **História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil**, p. 78.

¹⁵³ FRANCO, Afonso Arinos de melo. **História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil**, p. 85.

se de reação às oligarquias estaduais e ao regionalismo político impetrantes na República Velha.¹⁵⁴

Os municípios paranaenses escolhidos para este estudo prático são os 80 municípios que realizaram as Eleições Municipais de 1947, serão acompanhados durante as Eleições de 1947, 1951, 1955, 1959 e 1963. Estes mesmos municípios serão monitorados e seus dados estudados também no período de 1996 até as Eleições de 2016. Por opção excluiu-se os períodos da ditadura e da lenta e gradual abertura política, considerando apenas os períodos em que a plena liberdade partidária estava vigente.

Estudar a fragmentação partidária, a constância da filiação partidária a partir dos resultados eleitorais sob uma outra perspectiva, demonstrou ser uma forma peculiar de análise. Fora necessário realizar uma consulta nos dados das eleições de 1947 à 1963, os dados precisavam ser comuns, como no caso das Eleições periódicas, candidatos, partidos. Durante este período de coleta de dados percebeu-se que havia várias ressalvas a serem feitas, por haver dados faltantes e incompletos de alguns municípios.

Um estudo de dados amplos visa atenuar e diminuir eventuais inconsistências que possam vir a aparecer em um ou outro momento. A medida que forem aparecendo serão expostos claramente todas estas ressalvas.

A política paranaense será analisada a partir dos dados das Eleições Municipais. Será analisada o índice de retorno, isto é, candidatos que participaram mais de uma eleição. Em um segundo momento será verificado o grau de constância, permanência no partido, a fidelidade destes candidatos que participaram em mais de uma Eleição.

Outro aspecto a ser verificado é a força dos partidos e seu crescimento a cada Eleição e verificar o grau de fragmentação partidária dos legislativos municipais.

No período de 1947 à 1963 o número de organizações partidárias variou muito. O TSE chegou a conceder o registro provisório a 32 (trinta e duas) organizações partidárias, destas organizações metade tiveram seus registros cancelados devido ao não cumprimento dos requisitos organizacionais para a obtenção do registro. Alguns

¹⁵⁴ GOMES, José Jairo. **Direito Eleitoral**. São Paulo: Editora Atlas. 2016, p. 115.

partidos se fundiram sendo que no momento do golpe militar de 1964, havia 13 partidos políticos em funcionamento legal no Brasil¹⁵⁵.

No Paraná em 1947 nove partidos estavam organizados e participaram das Eleições, no mínimo em dos municípios estudados. Eram os seguintes partidos: PSD, PTB, UDN, PRP, PR, PST, PSP, PL e PTN. Até o fim deste primeiro período democrático, mais quatro partidos participam das Eleições no Paraná: PDC, PSB, PRT e MTR.

Nossa sociedade saindo de um regime autoritário, entrava com décadas de atraso em um período de expansão da consciência e participação política, característica da sociedade moderna e do desenvolvimento das instituições.

E aqui se torna importante ressaltar o aspecto mais implicante da modernização política, ou seja, a participação política que se dá nas sociedades modernas fundamentalmente através dos partidos políticos. É, pois, característica da sociedade tradicional o baixo nível de participação política da sociedade, diferentemente da sociedade moderna onde o que se vê é a expansão da consciência e da participação política acompanhadas pelo desenvolvimento das suas instituições.¹⁵⁶

Tende-se a frisar o aspecto negativo da fragmentação partidária, alegando que seria fruto de uma política desorganizada. Isto segundo a concepção da organização partidária do ponto de vista da modernidade sólida, descrita suas características principais no primeiro capítulo desta dissertação.

Esta é a tendência dos atuais partidos políticos: graças ao princípio da divisão do trabalho se forma uma burocracia rigorosamente delimitada e hierarquizada. Observa-se ainda que à medida que evolui o partido moderno para uma organização mais sólida, os chefes ocasionais vão sendo substituídos pelos chefes profissionais.¹⁵⁷

Pode-se dizer que no Paraná o sistema partidário não refletiu a disputa existente na Câmara Federal, a lógica partidária era diferente. Os partidos tinham dificuldade de se institucionalizar nos municípios como veremos no próximo item. Neste período podíamos dizer que:

¹⁵⁵ SCHMITT, Rogério. **Os Partidos Políticos no Brasil (1945-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, p. 12-31.

¹⁵⁶ LEITÃO, Claudia Souza. **A crise dos Partidos Políticos Brasileiros**. Fortaleza: Editora Grafia Tipoprogresso, 1989, p. 76.

¹⁵⁷ LEITÃO, Claudia Souza. **A crise dos Partidos Políticos Brasileiros**, p. 78.

O essencial, portanto, é que o grau em que os partidos brasileiros do período 1945/1964, indistintamente, se alimentam do clientelismo e fazem dele uma estratégia de aquisição e consolidação do poder pode ser tomado como indicador dos obstáculos à institucionalização do sistema partidário como um todo.¹⁵⁸

Optou-se por esta forma, pois, pelo mapa da época, inserido no próximo item, mapa 1, é possível verificar a existência de alguns vazios no Estado, e outras regiões com colonizações e desenvolvimentos mais antigos. Neste sentido, cada município terá seu grau de fragmentação avaliada em cada período histórico, a ser comparado no último capítulo sob a base teórica da modernidade líquida.

O índice de retorno calculado percentualmente sobre o número de candidatos que concorreram em cada período e o total dos que concorreram mais de uma vez tanto no período de 1947-1963, quanto no período de 1996-2016. Assim como o índice de constância e permanência será considerado percentualmente sob os candidatos que concorreram a mais de uma eleição e permaneceram no mesmo partido.

Por fim, o grau de crescimento dos partidos nos 80 municípios a cada eleição será verificado pela quantidade de vereadores eleitos. A passagem dos dois períodos significa a mudança dos partidos que se adaptam com o tempo e se modificaram com a urbanização e o crescimento das cidades.

Inicialmente os partidos eram organizações quase exclusivamente parlamentares, mas foram, gradativamente, mobilizando movimentos de opinião, deixando de apenas tratar de questões concretas de ordem legislativa para agasalhar doutrinas políticas e ideologias, quase sempre, porém, marcadas por forte dose de oportunismo eleitoral.¹⁵⁹

Os partidos se modificaram e sofreram influência da modernidade. Isto refletiu no Paraná, o partido como canal de comunicação da sociedade civil com o mundo político, pelo menos deveria, de acordo com uma das promessas da modernidade sólida. No decorrer da história os partidos têm e sempre durante muito tempo tiveram a importante atribuição, “que é a de formar opiniões, pois funcionam como microcosmos, em que cada um se agrupa onde melhor lhe convêm, obviamente obedecendo a uma hierarquia de dependência ideológica.”¹⁶⁰

¹⁵⁸ SOUZA, Maria do Carmo Carvalho Campello de. **Estado e Partidos Políticos no Brasil**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976, p. 35/36.

¹⁵⁹ RABELLO FILHO, Benjamin Alves. **Partidos Políticos no Brasil**. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2001, p. 22.

¹⁶⁰ RABELLO FILHO, Benjamin Alves. **Partidos Políticos no Brasil**, p. 47.

A alta fragmentação do nosso sistema partidário pode ser decorrente, segundo alguns doutrinadores da própria indisciplina e personalismo político o tipo de partido conhecido como *catch-all*. Na pesquisa se percebe que as Eleições municipais expõem mais o problema do personalismo, “os municípios seriam os exemplos mais extremados dessa situação, ao exagerarem a orientação individualista e fisiológica desempenhada pelos prefeitos e vereadores em detrimento da força dos partidos na arena de governo”¹⁶¹.

No Paraná, os executivos estadual e federal sempre exerceram forte influência nas disputas locais, ou melhor, nas inconstantes infidelidades e trocas partidárias locais, o que no segundo período estudado de 1996-2016 veio a acentuar a fragmentação partidária, sob o efeito do aumento do individualismo e perda de coesão. Isto somado ao fato dos partidos perderem a relevância como canal exclusivo na relação com a sociedade, em decorrência do excesso de personalismo e da atuação de outros atores na arena política.

O que em tempos de modernidade sólida fazia com que “o homem, sentindo-se impotente, conjuga suas forças às de outros homens e, juntos, no partido político, passam a agir como força política, ganhando ordem e coesão”¹⁶². Isto já não ocorre mais, o desenvolvimento tecnológico ampliou as formas das pessoas tomarem conhecimento, expressarem opiniões e se agregarem, sem dependerem mais do partido político.

Os partidos no período de 1947 à 1963, repercutiram muito o formato de organização existente na Europa, embora o PCB não tenha chegado a concorrer em nenhuma Eleição Municipal no Paraná, é claro sua visão vinculada muito as concepções da modernidade sólida. Como a passagem de um livro, no qual um dirigente do PCB teria afirmado que: “Dito de outra forma, o que interessa é o avanço da organização, mesmo porque a solução dos problemas da sociedade quem tem é o partido, e ele a colocará na mesa em outro momento.”¹⁶³

¹⁶¹ KERBAUY, Maria Teresa Miceli; DIAS, André Luiz Vieira. **Eleições Municipais Brasileiras de 2016: Mudança ou Continuidade?** 9º Congresso Latino-Americano de Ciência Política – ALACIP. Montevideu, Uruguai, 26-28 jul 2017.

¹⁶² RABELLO FILHO, Benjamin Alves. **Partidos Políticos no Brasil**, p. 63.

¹⁶³ KIELLER, Marcio. **A Semilegalidade Consentida: O Desempenho Eleitoral do Partido Comunista no Paraná em meados do Século XX**. Capítulo 1. In: CODATO, Adriano Nervo, SANTOS, Fernando José dos. **Partidos e Eleições no Paraná: Uma Abordagem Histórica**. Curitiba: TRE/PR, 2006, p. 25-43.

Por este trecho podemos notar o distanciamento do ideal da realidade, principalmente a realidade dos partidos nos municípios. Com relação ao outro extremo da política, que no texto de Amanda Litzinger Gomes fica claro a força que em determinado momento o voto integralista teve no Paraná:

Enfim, a partir da análise dos dados, concluímos que a votação obtida por Plínio Salgado no Paraná segue, de fato, um padrão diferente do observado se comparado com os demais estados brasileiros, pois foi apenas nesse Estado que o líder integralista obteve tão significativa votação. Não podemos deixar de pensar que o seu partido não obteve a mesma votação no estado, sugerindo assim que foi Plínio Salgado quem obteve esses votos e não o Partido de Representação Popular, ou a ideologia integralista pregada pelo partido e pelo líder Plínio Salgado.¹⁶⁴

No estudo conseguimos comprovar este fato, deste distanciamento entre Eleições Nacionais e Municipais. Principalmente os gráficos constantes em anexo, as coligações existentes nas Eleições Municipais nos municípios paranaenses, não foram dirigidas por princípios ideológicos importados, mas por realidades locais. Isto fica claro na análise das próprias constâncias partidárias no município e coligações realizadas.

Nos municípios paranaenses verificaremos a força eleitoral autônoma dos partidos, através dos eleitos por cada legenda, tanto no executivo, quanto no legislativo; também será analisado a fixação dos candidatos nos partidos; e as conquistas de cadeiras. Será avaliado a questão da coesão partidária nos municípios, o índice de permanência. O grau de institucionalização será feito em uma avaliação da influência do Executivo Estadual/Federal na força dos partidos no legislativo e executivo municipal.

O índice de permanência no partido será um pouco diferente do analisado por Emerson Urizzi Cervi e Adriano Nervo Codato, pois não levará em conta a permanência média ao longo do mandato parlamentar, mas a mudança ocorrida ou não do retorno do candidato a concorrer em novas Eleições Municipais.

O recorte eleitoral será a cada 4 anos, como indicador sensível para a estabilidade do partido, desta forma será possível medir a institucionalização dos partidos no sentido colocado por Emerson Urizzi Cervi e Adriano Nervo Codato, “como se trata de medir fidelidade ao partido, o índice de permanência foi criado para

¹⁶⁴ GOMES, Amanda Litzinger. **O voto integralista no Paraná: Uma análise das eleições presidenciais de 1955.** Capítulo 2. In: CODATO, Adriano Nervo, SANTOS, Fernando José dos. *Partidos e Eleições no Paraná: Uma Abordagem Histórica.* Curitiba: TRE/PR, 2006, p. 45-67.

apresentar, com a maior precisão possível, não apenas as pontas de início ou fim de mandato, mas para indicar alterações durante a legislatura”.¹⁶⁵

Neste trabalho será usado o índice, não para medir as mudanças durante o mandato, mas medir a institucionalização, maior permanência média e institucionalizado do partido a cada eleição. As duas variáveis a serem usadas são tamanho da bancada e índice de permanência. Esses índices ajudaram a medir e estudar um dos motivos colocados “porque os políticos migram? Parlamentares trocam de partidos em função de estratégias eleitorais futuras de curtíssimo prazo, principalmente para garantir maior possibilidade de reeleição”.¹⁶⁶

Este ponto será analisado sob uma perspectiva nova, apresentada por Zygmunt Bauman, a migração partidária, o compromisso do filiado que se torna candidato por um partido, sua permanência neste partido é fundamental para entender a fragilidade dos partidos no atual momento.

2.2 A COMPOSIÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS ENTRE 1947-1963

Os partidos foram instituições forjadas, como visto anteriormente, em período do auge da modernidade sólida, no qual a busca por segurança, estabilidade e ordem norteavam a sociedade rumo ao futuro.

O período de redemocratização após o fim do Estado Novo, mostrou um forte interesse pela participação da população na política, como dito por Boris Fausto, nas últimas eleições diretas à presidente antes do período ditatorial, “em março de 1930, tinham votado 1,9 milhão de eleitores, representando 5,7% da população total; em dezembro de 1945 votaram 6,2 milhões, representando 13,4% da população”.¹⁶⁷

Estudar o período de 1947-1963, foi mais do que a busca de resultados objetivos, mas um trabalho similar ao da arqueologia. As lacunas existentes, não poderiam ser preenchidas, mas colocadas de forma clara e indicado qual o caminho que foi percorrido no presente estudo.

¹⁶⁵ CERVI, Emerson Urizzi; CODATO, Adriano Nervo. **Institucionalização Partidária: Uma discussão empírica a partir do caso do PFL do Paraná.** Capítulo 10. In: CODATO, Adriano Nervo, SANTOS, Fernando José dos. Partidos e Eleições no Paraná: Uma Abordagem Histórica. Curitiba: TRE/PR, 2006, p. 245-274.

¹⁶⁶ Idem, pág. 269.

¹⁶⁷ FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** 8ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000, p. 398.

Estudar a quantidade de municípios que representam 100% dos municípios que realizaram as Eleições Municipais de 1947 no Estado do Paraná, foi uma opção consciente para atenuar possíveis distorções. Um ramo que poderá ser conhecido no futuro como arqueologia eleitoral, fruto do descaso e falta de compromisso dos envolvidos nestes pleitos eleitorais.

A divisão dos municípios, por região geográfica do Paraná elaborado pelo IPARDES, foi tomada para facilitar a apresentação da pesquisa. Foram divididas em nove regiões geográficas, em que se percebe a divisão do Estado e seu desenvolvimento no decorrer dos anos. A seguir apresento um mapa do Estado dividido em municípios em 1948 para se ter uma noção aproximada da divisão do Estado.

Mapa 1 – Divisão do Estado do Paraná em Municípios – ano de 1948



Fonte: http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/livro/mapas_itcg3.htm

Dois regiões abrangem mais da metade dos municípios paranaenses em 1947, são 42 municípios, distribuídos entre a Região Metropolitana de Curitiba com 18 municípios e a Região do Norte Pioneiro Paranaense com 24 municípios.

Também é possível reparar que há regiões que estão compostas por apenas um município, como a Região Oeste Paranaense e a Região Centro Ocidental Paranaense. Quase metade do território paranaense está dividido em apenas 10 municípios. No anexo consta tabela 25 a relação dos partidos e siglas no período de 1947-1963.

Começando com a primeira ressalva importante, o município de Campina Grande do Sul não consta da pesquisa, pois embora criado em 1884, o município foi desmembrado e não realizou, conseqüentemente, eleições em 1947.

O primeiro percentual a ser exposto na pesquisa é o percentual de retorno, isto é, os candidatos que participaram em mais de uma Eleição. Qual o percentual de candidatos que após concorrer em uma eleição municipal, retorna ou não, na Eleição seguinte, ou em outras Eleições a colocar seu nome a disposição de um partido. Este índice será em um primeiro momento exposto em uma série de gráficos por região do Paraná. Ao final, expor o percentual do Estado durante este período.

Os municípios destacados nos gráficos em anexo não tiveram e não constam registros das Eleições Municipais de 1955. São eles os municípios de Irati, Jacarezinho, Jaguapitã e Jaguariaiva, o que pode gerar alguma diferença em relação aos demais, tendo em vista que realizaram apenas quatro eleições municipais ao invés de cinco.

Este percentual de retorno é de todos os candidatos que concorreram para as Eleições Municipais nos municípios, seja para prefeito ou vereador, que foram eleitos, ou suplentes, ou como não eleitos. Cabe ressaltar antes de prosseguir com os gráficos das demais regiões, que os dados constantes nas Eleições de 1947 e 1951 só constam os eleitos, não há referências a suplentes ou não eleitos, estas referências começam a aparecer nos resultados arquivados a partir de 1955.

Os gráficos 2 a 10 que constam no anexo, trazem os percentuais de todos os 80 municípios estudados, fazem referência ao percentual de retorno nas nove regiões. Cabe ressaltar que na Região Geográfica Metropolitana de Curitiba, o município de Piraquara teve o maior percentual de candidatos que participaram de mais de uma Eleição, 35,21% e o menor índice foi encontrado nos municípios de Colombo e Curitiba, com 16% e 15,95, respectivamente.

Na Região Geográfica Oeste Paranaense e na Região Geográfica Centro Ocidental são compostas por apenas um município que teve o percentual de

candidatos que participaram de mais de uma Eleição de 18,13% para Foz do Iguaçu e 12,17% para Campo Mourão.

Na Região Geográfica Centro Sul, composta pelos municípios de Guarapuava, Pitanga e Laranjeiras do Sul, o percentual de candidatos que participaram de mais de uma Eleição teve os seguintes índices 23,04%, 18,23% e 18,10%, respectivamente.

Na Região Geográfica Sudeste Paranaense, composta por onze municípios, o menor percentual de retorno, dos candidatos que participaram de mais de uma Eleição, foi do município de Irati com 15,58% e o maior percentual de retorno foi do município de Ipiranga com 30,88%.

Na Região Geográfica Sudoeste, Paranaense composta por três municípios que possuíam percentual de retorno com os seguintes índices: Mangueirinha com 26,67%, Palmas com 12,60% e Clevelândia com 12,07%.

Na Região Geográfica Norte Pioneiro, uma região de colonização mais antiga, possuía 24 municípios em 1947, o maior percentual de candidatos que participaram de mais de uma Eleição foi no município de Carlopólis com 35,29% e o menor percentual de retorno ocorreu no município de São Jerônimo da Serra com 14,65%.

Na Região Geográfica Norte Central, possuía 11 municípios, o maior percentual de candidatos que participaram de mais de uma Eleição foi constatado no município de Rolândia com 24,48% e o menor percentual de retorno foi aferido no município de Apucarana com 14,90%.

Na Região Geográfica Centro Oriental, composta por oito municípios, nesta o município com maior percentual de candidatos que participaram de mais de uma Eleição, foi Sengés com 32,05% e o município com menor percentual de retorno foi Jaguariaiva com 16,38%.

É possível constatar que o percentual de retorno variou entre os dois extremos, no município de Clevelândia, do total de candidatos que concorreram no período, apenas 12,07% participaram em mais de uma eleição, ao passo que o máximo do índice de retorno foi constatado no município de Carlopólis 35,29%.

O percentual de retorno médio entre os municípios pesquisados no Paraná durante este primeiro período é de 23,85%. O baixo percentual de retorno, principalmente nas regiões pouco desenvolvidas do Estado como a região centro ocidental com a menor média de retorno 12,17%, sudoeste paranaense com 17,11% e oeste paranaense com 18,13%. Tratavam-se de grandes regiões e que tiveram inúmeros conflitos agrários, que culminaram em um movimento “conhecido por

Revolta Camponesa, Levante dos Posseiros ou Revolta dos Colonos”.¹⁶⁸ O retorno baixo nesta região pode ter sido influenciado pelos conflitos agrários e pela extensão dos municípios. Neste período histórico não havia a referência a número do candidato, o nome é que era fundamental para se concorrer a eleição, daí a impossibilidade de duas pessoas concorrerem em um mesmo município com o mesmo nome em uma Eleição.

Estes primeiros gráficos foram importantes, pois demonstraram o interesse de retorno dos candidatos. A partir deste momento a pergunta que se faz é: Estes candidatos que retornaram permaneceram no mesmo partido ou migraram para outros partidos? Qual o grau de constância partidária?

O que se quer saber agora é o grau de coesão partidária destes partidos, tiveram forças para segurarem seus candidatos ou não? Antes de partir para os gráficos resultantes da pesquisa, deixar-se-á claro uma opção realizada ao tratar estes dados. Em algumas eleições municipais os partidos concorreram coligados, nas mais diversas coligações, que eram chamadas de Alianças pela legislação da época, não havendo como saber de qual partido dentro da Coligação o candidato fazia parte, optou-se por considerar como fazendo parte de ambos. Uma vez coligado um partido concorre sobre o signo da Coligação e a esta responde, conforme o previsto no Decreto-Lei nº 7.586/45, que regulava as Eleições, deixava claro em seus artigos 39 e 41¹⁶⁹, estes artigos consideravam as chamadas Alianças Partidárias como se fosse um único partido. O gráfico 91 vai demonstrar um outro caminho colocando os vereadores eleitos por partido e por Coligações separados (página 65).

¹⁶⁸ Revolta Camponesa conhecida como Revolta dos Colonos ocorrida em 10 de outubro de 1957, quando milhares de colonos e posseiros pegaram em armas e apoderaram-se dos principais municípios do Sudoeste Paranaense. BATTISTI, Elir. **As Disputas pela Terra no Sudoeste do Paraná**. Clevelândia: Revista de geografia agrária CAMPO-TERRITÓRIO, v.1, n.2, ago/2006, p. 72.

¹⁶⁹ BRASIL. **DECRETO-LEI Nº 7.586, DE 28 DE MAIO DE 1945.**

Art. 39 Somente podem concorrer às eleições candidatos registrados por partidos ou alianças de partidos.

...

Art. 41 Pode qualquer candidato, até 10 dias antes do pleito, requerer, em petição com firma reconhecida, o cancelamento do seu nome do registro.

§1º Dêse fato, o Presidente do Tribunal dará ciência imediata ao partido, ou à aliança de partidos, que tenha feito a inscrição, ficando salvo ao partido, ou à aliança de partidos dentro de 48 horas de recebida a comunicação, substituir por outro o nome cancelado.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del7586.htm . Acesso em 30/05/2019.

As Coligações são menos frequente neste período, até pelo reduzido número de partidos, mas ainda ocorreram da mesma forma que hoje, sem preocupação com a coerência programática dos partidos.

Os gráficos 11 a 19 que constam em anexo, trazem percentual de permanência constante dos 80 municípios distribuídos entre as nove Regiões Geográficas estudadas. Os gráficos são importantes para averiguar entre estes candidatos que retornam a participar de eleições, qual o grau de constância partidária, de fidelidade partidária. Isto quer dizer quantos destes candidatos permanecem no mesmo partido, desta forma a coesão partidária será verificada neste período e qual a influência na migração partidária.

Na Região Centro Oriental, o maior percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido foi constatado no município de Sengés com 68,00% e o menor percentual constatou-se no município de Tibagi com 27,27%.

Nas Regiões Geográfica Oeste Paranaense e Centro Ocidental, que correspondem aos municípios de Foz do Iguaçu e Campo Mourão respectivamente, o percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido foram de 59,26% e 47,83%.

Na Região Geográfica Norte Pioneiro, o maior percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido no município de Cambará com 84,21% e o menor índice de permanência partidária verificou-se no município de Jundiaí do Sul com 33,33%.

Dos onze municípios que compõe a Região Geográfica Norte Central, o maior percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido foi constatado no município de Ibiporã com 64,71% e o menor percentual ocorreu no município de Porecatu com 25,00%.

Na Região Geográfica Sudeste Paranaense, também é composta por onze municípios e teve o maior índice de permanência partidária verificado no município de Rebouças com 86,96% e o menor percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido, foi constatado no município de Teixeira Soares com 38,10%.

Na Região Geográfica Centro Sul Paranaense, composta pelos municípios de Guarapuava, Laranjeiras do Sul e Pitanga tiveram os seguintes percentual de candidatos que retornaram a concorrer e permaneceram no mesmo partido, 54,55%, 61,90% e 45,16% respectivamente.

Na Região Geográfica Sudoeste Paranaense, o percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido foi para o Município de Manguaçu de 50,00%, para o Município de Palmas de 62,50% e para o Município de Clevelândia de 71,43%.

Na Região Geográfica Metropolitana de Curitiba, composta por 18 municípios teve o maior percentual, de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido constatado no Município de Morretes com 73,08% e o menor verificado no Município de Guaratuba com 13,79%.

Esse critério de coesão partidária, usado no sentido do índice de permanência descrito por Emerson Urizzi Cervi e Adriano Nervo Codato, “o objetivo desse indicador é avaliar o percentual médio de permanência”¹⁷⁰, não nas bancadas de deputados ao longo do mandato, como os autores utilizam, mas a permanência nas Eleições Municipais que o candidato venha a participar pelo partido.

Com estes resultados pode-se aferir que o município em que houve menos coesão partidária foi Guaratuba com 13,79% dos candidatos que concorreram a mais de uma Eleição permaneceram no mesmo partido. Já o grau de fidelidade partidária, de coesão partidária, que teve um percentual maior foi Rebouças com 86,96% dos candidatos que retornaram a concorrer em mais de uma Eleição permaneceram no mesmo partido. Este percentual é extremamente alto até mesmo para os padrões do período histórico que teve uma média de 50,03% de fidelidade dos candidatos aos partidos políticos.

Até o presente momento verificou-se o índice de retorno dos candidatos que concorreram a mais de uma eleição, o índice de permanência partidária que mede a fidelidade e constância na filiação partidária. E por fim, o desempenho de cada partido neste período e sua força individual.

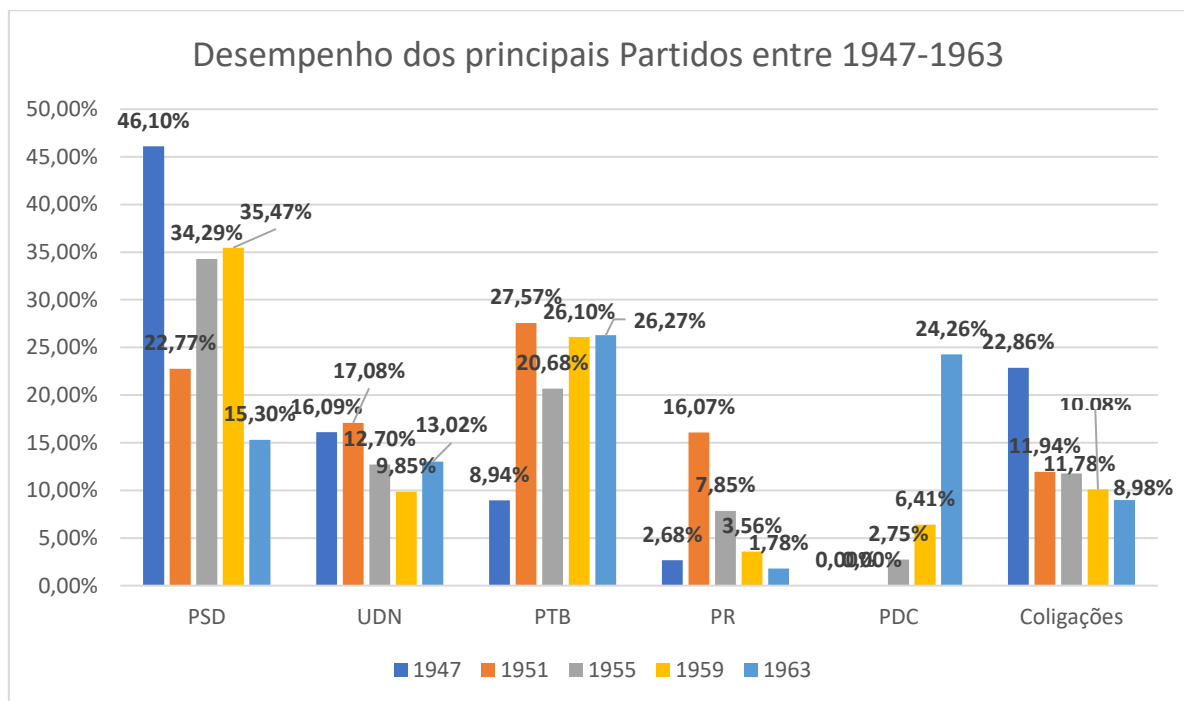
Vale destacar que os partidos neste período eram o canal de expressão da sociedade, um período em que a “Guerra Fria” estava em destaque. O rádio e o jornal escrito eram os canais de circulação das informações, o partido era visto como necessário e pelos índices de constância de filiação partidária, pode-se dizer que contavam com certo respeito na sociedade. A televisão chegou ao Brasil no início da

¹⁷⁰ CERVI, Emerson Urizzi; CODATO, Adriano Nervo. **Institucionalização Partidária: Uma discussão empírica a partir do caso do PFL do Paraná.** Capítulo 10. In: CODATO, Adriano Nervo, SANTOS, Fernando José dos. Partidos e Eleições no Paraná: Uma Abordagem Histórica. Curitiba: TRE/PR, 2006, p. 262.

década de 50 do século passado, não era ainda um veículo de penetração na sociedade neste período democrático.

A tabela 2, a tabela 2.1 e o gráfico que virão a seguir tendem a descrever a evolução de cada partido, durante o período de 1947 a 1963, o quanto cada partido elegeu percentualmente para a Câmara de vereadores em cada uma das cinco eleições realizadas no decorrer deste período. Em 1947 percebe-se a ocorrência de uma grande concentração do percentual de cadeiras nos principais partidos PSD, PTB e UDN, a medida que a democracia vai amadurecendo no Estado, há uma maior distribuição das vagas nas Câmaras Municipais.

Gráfico 20 – Desempenho dos principais partidos nas Eleições Municipais.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR.

Por mais que houvesse divisões a nível nacional entre PSD, PTB e UDN, não se confirmava a mesma tendência nas Eleições Municipais. Pode-se perceber que não existia, neste período, um sentimento de antipartidarismo como afirmou Maria do Carmo Carvalho Campello de Souza¹⁷¹.

Contando que as brigas locais possam ter influenciado as infidelidades ocorridas, a força de cada partido pode ser vista pela quantidade de cadeiras conquistadas. Em um próximo índice estudado sobre a força dos partidos. Agora

¹⁷¹ SOUSA, Maria do Carmo Carvalho Campello de. **Estado e Partidos Políticos no Brasil**. São Paulo: Editora Alfa-Omega. 1976, p. 30.

percebe-se que como as coligações ocorridas neste período não identificavam a que partido pertence um candidato. Foi feita a opção de dividir a cadeira entre os partidos participantes da Coligação. Por exemplo quando uma coligação entre o partido A e o partido B elegia 3 vereadores, optou-se por contar como 1,5 vereador para cada partido coligado, desta forma minimizando a distorção, desta forma extraindo o percentual constante da tabela

No primeiro capítulo percebemos pelo número de Resoluções do TSE neste período, que a interferência e a velocidade das mudanças, não se comparam ao segundo período a ser estudado, das Eleições Municipais de 1996 a 2016.

A Tabela 2 - abaixo reflete o percentual de cadeiras conquistadas pelos partidos nas Eleições de 1947 a 1963:

PARTIDOS	1947	1951	1955	1959	1963
PSD	49,88%	25,74%	39,09%	36,47%	16,86%
UDN	22,46%	18,79%	14,54%	12,97%	14,66%
PTB	15,61%	29,84%	21,04%	28,02%	26,21%
PRP	3,55%	1,59%	0,78%	1,59%	0,81%
PR	5,33%	19,25%	10,65%	3,92%	1,85%
PSP	1,39%	3,07%	8,96%	4,40%	3,69%
PST	0,51%	0,91%	0,13%	0,00%	0,11%
MTR	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,58%
PTN	0,25%	0,11%	0,65%	2,94%	4,16%
PDC	0,00%	0,00%	3,12%	8,08%	25,64%
PRT	0,00%	0,00%	0,26%	0,61%	4,16%
PSB	0,00%	0,00%	0,13%	0,00%	0,00%
PL	1,02%	0,34%	0,26%	0,49%	0,92%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR.

A Tabela 2.1 é uma variação da tabela 2, nela se despreza os vereadores eleitos pelas Coligações, uma vez que não há como identificar a qual Partido pertence o vereador eleito, esta tabela reflete a quantidade de cadeiras conquistadas pelos partidos nas Eleições de 1947 a 1963:

Tabela 2.1 - abaixo reflete o percentual de cadeiras conquistadas pelos partidos nas Eleições de 1947 a 1963:

PARTIDOS	1947	1951	1955	1959	1963
PSD	46,10%	22,77%	34,29%	35,47%	15,30%
UDN	16,09%	17,08%	12,70%	9,85%	13,02%
PTB	8,94%	27,57%	20,68%	26,10%	26,27%
PRP	1,40%	1,12%	0,79%	0,83%	0,83%

PR	2,68%	16,07%	7,85%	3,56%	1,78%
PSP	0,39%	2,34%	7,72%	3,91%	3,55%
PST	0,39%	0,89%	0,00%	0,00%	0,47%
MTR	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,59%
PTN	0,00%	0,00%	0,79%	2,73%	4,14%
PDC	0,00%	0,00%	2,75%	6,41%	24,26%
PRT	0,00%	0,00%	0,26%	0,59%	0,12%
PSB	0,00%	0,00%	0,13%	0,00%	0,00%
PL	1,15%	0,22%	0,26%	0,47%	0,71%
Coligações	22,86%	11,94%	11,78%	10,08%	8,98%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR.

Nos gráficos 21 a 30, que constam no anexo, é possível visualizar o desempenho de cada partido durante o período de 1947 a 1963, de forma a verificar como a instabilidade partidária atingiu os partidos no Paraná. Nestes gráficos constam duas linhas, uma indicando a divisão dos vereadores eleitos pelas Coligações entre os partidos que a compõe, conforme aparece na tabela 2. A outra linha corresponde ao número de vereadores desprezando a Coligação, pois não há como separar qual seria o partido do vereador eleito pela Coligação.

Estes três partidos PSD/PTB/UDN estiveram presentes desde 1947 na maioria dos municípios estudados no período. Percebe-se que foram perdendo ao passar das Eleições os papéis de protagonistas.

Por mais que a ideologia partidária não tenha sido o catalisador das coligações municipais, podemos verificar por estes motivos que a “ausência de partidos políticos integrados de âmbito nacional, capazes de atuar como estruturas de articulação à medida que o sistema político se expande”¹⁷².

O clientelismo manteve-se mais forte do que a disputa nacional entre ser anti-varguismo ou pró-varguismo. Ser eleito tinha mais valor e manter o poder local independia do partido ou Coligação.

O gráfico 21 mostra o desempenho PSD no Paraná entre 1947 e 1963, mostra uma tendência descendente do partido, que partiu de 361 vagas conquistadas no início da redemocratização para 129 vagas conquistadas nas Eleições de 1963.

¹⁷² SOUSA, Maria do Carmo Carvalho Campelo de. **Estado e Partidos Políticos no Brasil**, p. 38.

O desempenho da UDN nos 80 municípios do Paraná entre 1947 e 1963 está descrito no gráfico 22 e mostra que também houve uma queda acentuada no número de vereadores eleitos de 126 em 1947, subiu sua representação na eleição seguinte chegando a 153 vereadores, mas foi decaindo conquistando apenas 83 no ano de 1959. Nas Eleições seguintes recuperou parte das cadeiras, elegendo 110 vereadores.

No gráfico 23 o desempenho do PTB no Paraná entre 1947 e 1963 foi um pouco diferente dos outros, apesar de ter conquistado 70 cadeiras no ano de 1947. Chegou a mais do que dobrar sua força nas Eleições seguintes, fazendo 247 cadeiras, perdendo quase 100 cadeiras nas Eleições de 1955 e recuperando-se parcialmente nas seguintes mantendo uma estabilidade com 222 vereadores nas Eleições de 1963.

Podemos perceber o desempenho dos partidos que concorreram desde 1947, o PR, PST e o PRP, conforme gráficos 24 a 26 no anexo, percebemos que os três partidos entraram em um viés de descenso acentuado neste período. O caso do PR é o mais surpreendente, chegou a eleger 144 vereadores nas Eleições municipais de 1951, mas nas últimas Eleições democráticas realizadas em 1963, tinha eleito apenas 15 vereadores nos 80 municípios pesquisados.

Os gráficos 27 a 29 demonstra o desempenho de três partidos PTN, PSP e PL. Estes partidos tiveram altos e baixos, mas apresentaram uma tendência ascendente. O PTN tinha eleito apenas dois vereadores em 1947, terminando o período com 35 cadeiras conquistadas. O PSP elegeu 3 vereadores em 1947, chegando a 59 vereadores em 1955, mas terminando nas Eleições de 1963 com 30 vereadores. O PL elegeu apenas 9 vereadores em 1947, entrando em declínio chegando a apenas duas cadeiras em 1955 e recuperando-se nas Eleições seguintes, chegando a 1963 com 6 cadeiras conquistadas.

Outros três partidos que atuaram nos municípios paranaenses tiveram desempenho ruim e não demonstraram força eleitoral. O PST chegou a eleger 8 em seu melhor momento em 1951, mas nas últimas eleições conquistou somente 4 cadeiras. O MTR elegeu 5 vereadores apenas em 1963 e o PSB durante o período eleitoral estudado elegeu apenas 1 vereador em 1955.

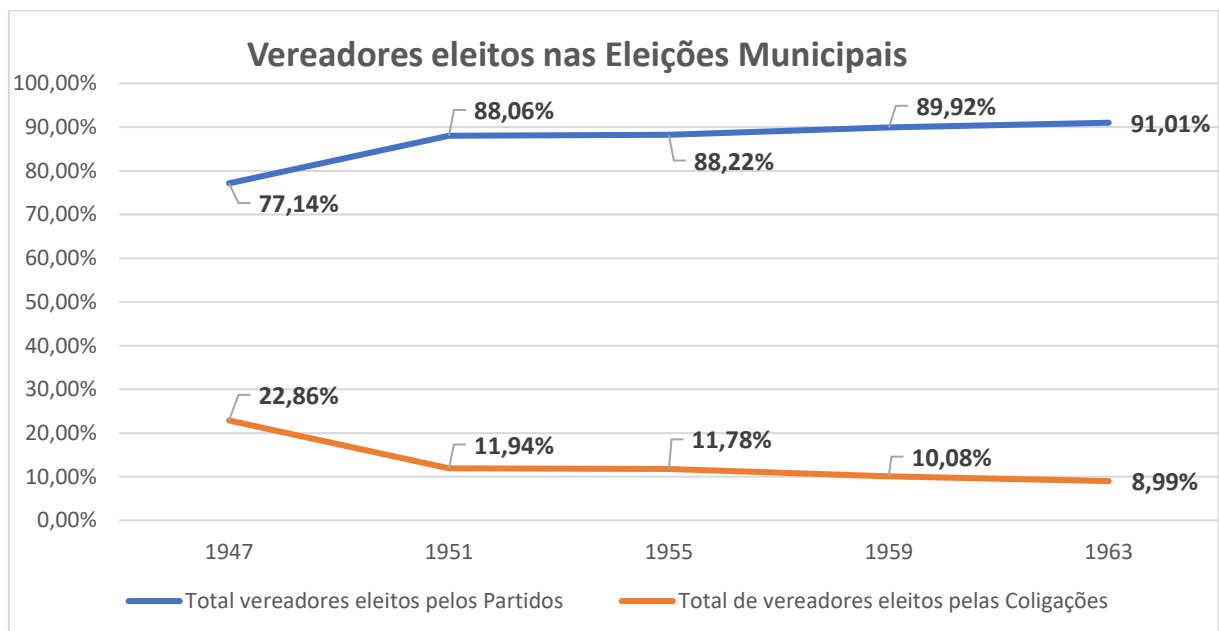
Dos quatro partidos que não estiveram presentes desde 1947 no Paraná, mas vieram a se organizar no Estado nas Eleições seguintes, cabe ressaltar o caso do PDC, que se mostrou ser um partido em ascensão, catalisou descontentes com os

partidos tradicionais, não se prendendo a divisões ideológicas, mas de forma pragmática cresceu vertiginosamente em um período de três eleições.

Conforme se pode observar no gráfico 30, o desempenho do PDC começou em 1955 com 21 cadeiras conquistadas nos 80 municípios do Paraná, passando para 54 nas Eleições de 1955 e terminando com 205 vereadores eleitos em 1963, superando o PSD e a UDN.

Na tabela 2.1 cabe ressaltar que o PSD estava forte e foi o principal partido nas Eleições de 1947, as Coligações nesta primeira eleição cumpriram um papel fundamental para a organização partidária. A medida que os partidos foram se organizando a quantidade de candidatos eleitos pelas coligações tendeu a diminuir.

Gráfico 91- percentual de vereadores eleitos por Coligação e por partido:



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR.

Havia 13 partidos no Brasil e no Paraná regulares neste período, mas como comentado anteriormente, não é o fato de existir um número de partidos reduzido que haveria coerência ideológica. As coligações tenderam a ser mais pragmáticas e ligadas as questões locais, como demonstram os gráficos 31 a 38, constante dos anexos.

O gráfico 31 confirma que as coligações do PSD no Paraná, entre 1947 e 1963, foram bem heterogêneas, oito partidos coligaram com o PSD. Mas fica claro que a rivalidade nacional não repercutiu na democracia local. O PSD coligou o maior número de vezes com PTB foram 15 coligações e com a UDN 11 coligações.

O PTB por sua vez fez alianças eleitorais com menos partidos, foram apenas seis partidos que coligaram. O gráfico 32 mostra que nos 80 municípios do Paraná entre 1947 e 1963, o PTB coligou 25 vezes com a UDN e 15 vezes com o PSD.

As coligações da UDN no Paraná entre 1947 e 1963, demonstradas no gráfico 33, foram mais ecléticas, coligou com oito partidos diferentes neste período, sendo que seu maior parceiro foi o PTB com 25 coligações e o PR com 21 coligações.

O gráfico 34 mostra que as preferências para Coligações do PR no Paraná entre 1947 e 1963, foi a UDN com 21 coligações em seguida veio o PTB com 9 coligações.

O PRP coligou-se no Paraná entre 1947 e 1963, conforme gráfico 35, dez vezes com o PTB e a UDN e nove vezes com o PR.

No gráfico 36 percebe-se que as coligações do PSP no Paraná entre 1947 e 1963, foram mais democráticas e diversificadas não apontando parceiros preferenciais. Foram cinco vezes coligados com a UDN, o PTB e o PR; outras quatro vezes com o PRP e o PDC; e por fim, três vezes com o PSD e o PST.

O gráfico 37 vai mostrar também as Coligações do PST no Paraná entre 1947 e 1963, não foram muitas pelo tamanho do partido, mas seus principais parceiros foram o PR, o PRP e o PSD.

O PDC foi um partido que se instalou nos municípios estudados a partir de 1955, conforme gráfico 38. Suas coligações foram diversificadas, em oito ocasiões coligou-se com a UDN e em outras seis com o PSD, mas isso não significava que não coligasse com outros partidos.

Dos demais partidos analisados no período de 1947 a 1963, nos 80 municípios, apenas três coligaram ocasionalmente, o PTN coligou duas vezes com a UDN e uma vez com o PL; o PL coligou uma vez com o PSP e outra com o PTN; já o PRT coligou uma única vez com o PRP.

Percebe-se que, neste período, o crescimento natural dos partidos se dá com a tomada de espaço dos principais partidos que tinham melhor organização em 1947 (PTB, UDN e PSD). A fragmentação foi resultado de uma disputa por alternativa, não foi uma grande fragmentação, mas moderada. Desta forma a primeira experiência democrática, com partidos de formato nacional foi efetivamente positiva. A Justiça Eleitoral começou a dar seus primeiros passos rumo a fiscalização e organização das eleições.

Como colocou Rogério Schmitt, “basta mencionar que em nenhum momento anterior de nossa trajetória política e institucional combinaram-se de modo duradouro o sufrágio universal e eleições competitivas, isto é, com efetiva alternância no poder”¹⁷³. O sistema funcionava, verificou-se uma alternância de poder nos municípios, em poucos casos teve-se uma preponderância de um partido, com a formação de uma maioria absoluta na última eleição democrática que se realizou em 1963. Em 1947, em apenas cinco municípios não ocorreu uma maioria absoluta na Câmara Municipal, estes foram Antonina, Apucarana, Curitiba, Londrina e Rebouças.

A evolução da democracia fica clara, uma vez que nos demais 75 municípios, a Câmara Municipal foi dominada por uma maioria absoluta, por um único partido ou uma única Coligação.

A tabela 3, colocada a seguir, demonstra como os três principais partidos em 1947, dominavam a quase totalidade das Câmaras Municipais. Cabe fazer uma ressalva, que como colocado no início deste capítulo, que não havendo como determinar a qual partido pertence o candidato, optou-se por considerar como se a maioria pertencesse a todos os partidos coligados. Disto resultou que a soma do número de municípios foi maior devido as Coligações, uma vez que a preponderância ficou para os partidos que compõe a Coligação.

Tabela 3 – Domínio absoluto das Câmaras Municipais nas Eleições de 1947.

Eleições Municipais de 1947	
Câmara de Vereadores/Majoria	
PSD	48 municípios
UDN	22 municípios
PTB	16 municípios
PR	6 municípios
PRP	3 municípios
PSP	1 município

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR.

Em 1963, a preponderância ocorreu em apenas 19 municípios dos 80 acompanhados, sendo que o partido com o maior número Câmaras Municipais com maioria absoluta era o PDC com 10 Câmaras municipais.

¹⁷³ SCHMITT, Rogério. **Os Partidos Políticos no Brasil (1945-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, p. 11.

O grau de fragmentação partidária no período foi avaliado, dividindo a quantidade de partidos que conquistaram cadeiras pelo número de vagas em disputa para a Câmara de vereadores. Este índice de fragmentação permitiu o cálculo mais preciso e independente do número de cadeiras das Câmaras de Vereadores e da quantidade de cadeiras conquistadas por cada partido. Quanto mais próximo de 1 maior a fragmentação partidária na Câmara de Vereadores.

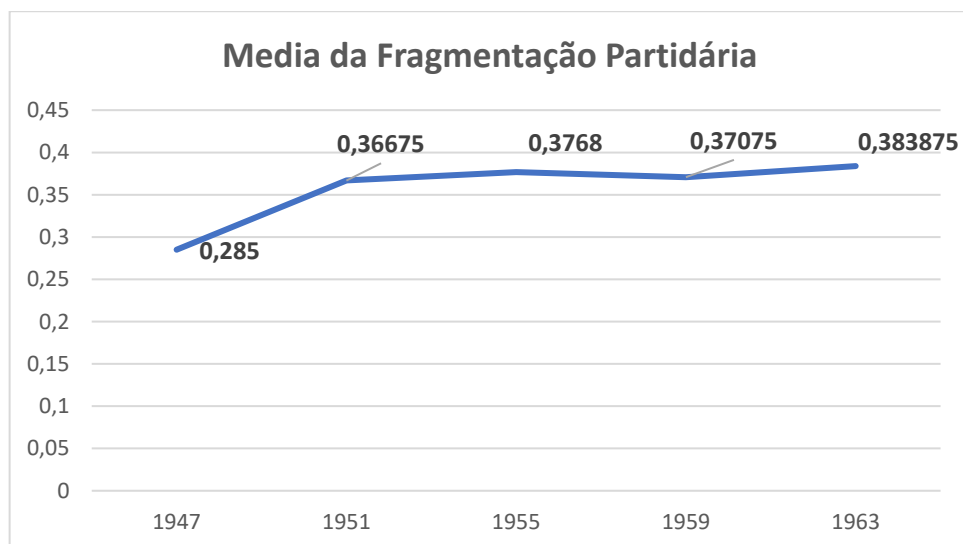
Durante este período adotou-se a opção de contar todos os partidos coligados que elegeram. A tabela 4 consta do anexo demonstra o índice de fragmentação de cada município em todas as cinco eleições municipais ocorridas no período de 1947 a 1963.

O índice de fragmentação partidária nas Câmaras Municipais em 1947, variou de no mínimo 0,11 nos municípios de Abatiá, São Jerônimo da Serra, Jataizinho, Jundiá do Sul e Ribeirão do Pinhal, e o máximo de fragmentação na Eleição Municipal de 1947 de 0,54 no município de Irati.

Na Eleição de 1951, apenas o município de Pitanga atingiu o menor índice 0,16 e o maior índice foi de 0,55 atingido pelos municípios de Ribeirão do Pinhal, Porto Amazonas, Porecatu, Piraquara, Palmeira, Mallet e Ipiranga.

O gráfico a seguir mostra a média da fragmentação partidária ocorrida no período, a estabilidade a partir das Eleições Municipais de 1951.

Gráfico 75 – Média da fragmentação partidária nas Eleições de 1947 a 1963.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR.

Em 1955 o menor índice de fragmentação partidária foi atingido pelos municípios de Pitanga, Bela Vista do Paraíso e Mandaguari de 0,2 e, por sua vez, nesta Eleição o maior índice foi atingido no município de Assaí, sendo de 0,7.

Nas Eleições de 1959, o mínimo do índice de fragmentação ocorreu no município de Santo Antônio da Platina com 0,16 e o máximo ocorreu no município de Sertanópolis de 0,7.

Na última Eleição ocorrida em um regime democrático, no sentido colocado por Robert Dahl¹⁷⁴, o menor índice de fragmentação foi de 0,22 nos municípios de Teixeira Soares, São Jerônimo da Serra, Porto Amazonas, Cornélio Procópio e Cerro Azul. O maior índice ocorreu no município de Foz do Iguaçu com 0,77.

Neste tópico tratou-se do índice de retorno, coesão e força dos partidos no período de 1947-1963, para no último tópico deste capítulo avaliar a influência do momento da modernidade sobre os partidos. Estes partidos tão necessários para manter a democracia, pois “para o Brasil, cultivar e robustecer a instituição dos partidos, que tão dificilmente se afirmou e progrediu”¹⁷⁵.

A ruptura ocorrida em 1964 quebrou a estrutura partidária que, mesmo com a redemocratização, demorou para se firmar e ainda sofre os efeitos perversos da confusão entre Eleição e Democracia. A maioria dos países do mundo possuem eleições, mesmo países autoritários e ditaduras, isto acontece ainda que não exista as condições necessárias, ou mesmo, as garantias que caracterizam uma democracia. No Brasil, eleições municipais ocorreram continuamente, por mais que a liberdade de se manifestar, escolher candidatos ou até mesmo outros partidos fossem limitados. Mas, democracia com cidadãos politicamente iguais envolve muito mais do que ter eleição, envolve o direito:

1. de formular suas preferências;
2. de expressar suas preferências a seus concidadãos e ao governo através da ação individual e da coletiva;
3. de ter suas preferências igualmente consideradas na conduta do governo, ou seja, consideradas sem discriminação decorrente do conteúdo ou da fonte da preferência.¹⁷⁶

As Eleições ocorridas durante o período da ditadura, não se poderia caracterizar como democráticas de acordo com os critérios acima citados por Robert Dahl como essenciais para a democracia. No Brasil as Eleições foram fortemente

¹⁷⁴ DAHL, Robert. **Poliarquia**. São Paulo: Edusp. 2015, p.27.

¹⁷⁵ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980, p. 121.

¹⁷⁶ DAHL, Robert. **Poliarquia**. São Paulo: Edusp. 2015, p.26.

tuteladas pelo Estado, apenas a partir da lei 9096/1995 os partidos tiveram um pouco mais de liberdade para se organizar.

No próximo tópico será analisado os mesmos índices analisados durante o período de 1947-1963.

2.3 A COMPOSIÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS ENTRE 1996-2016

Após o fim de tempos sombrios para a democracia, veio um novo período de redemocratização. Renasceu um entusiasmo ao fim da ditadura militar, a demora para a estabilização deveu-se ao formato superficial e conciliador, utilizando-se de arranjos institucionais para concretizar a passagem para a democracia. Por este motivo, só em 1995 surge a lei nº 9.096, dos partidos, tornando-se um marco para a democratização e estabilização partidária. Desta forma, dando início a este segundo período da pesquisa, que abrangerá as Eleições Municipais de 1996 à 2016.

Neste segundo período democrático, duas preocupações sempre assombraram os democratas: a primeira preocupação, diz respeito ao “ideal do máximo de participação do povo, precisam de uma revisão drástica, quando não uma rejeição pura e simples”¹⁷⁷, deste entendimento fica claro a opção pela democracia pelos partidos políticos, conforme está claro na própria Constituição em seu artigo 14, parágrafo 3º., inciso V¹⁷⁸, que coloca os partidos como essenciais para o exercício da democracia.

A segunda preocupação colocada por Carole Pateman sobre o respeito a estabilidade “do sistema político e com as condições ou pré-requisitos necessários para assegurar tal estabilidade”¹⁷⁹, colocando uma comparação entre democracia e totalitarismo “enquanto as duas únicas alternativas políticas possíveis no mundo moderno”¹⁸⁰. Estabilizar o instável é uma tarefa árdua e contraditória para o próprio

¹⁷⁷ PATEMAN, Carole. **Participação e Teoria Democrática**. São Paulo: Editora Paz e Terra. 1992, p. 10.

¹⁷⁸ BRASIL. Constituição Federal de 1988 “Art. 14 A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

...
§3º São condições de elegibilidade, na forma da lei:

...
V – a filiação partidária” Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> acessado em 30/05/2019.

¹⁷⁹ PATEMAN, Carole. **Participação e Teoria Democrática**. São Paulo: Editora Paz e Terra. 1992, p. 10.

¹⁸⁰ PATEMAN, Carole. **Participação e Teoria Democrática**, p. 10.

sistema democrático, uma vez que democracia é instabilidade, é debate, conforme diria Norberto Bobbio, “para um regime democrático, o estar em transformação é seu estado natural: a democracia é dinâmica, o despotismo é estático e sempre igual a si mesmo”¹⁸¹.

Neste contexto, os partidos se reconstróem e ajudam a construir durante este processo a própria democracia. Os partidos foram entendidos como fundamentais para a preservação do Estado Democrático de Direito¹⁸², mesmo segundo Alexandre de Moraes que os partidos tenham autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento, dando autonomia para que os partidos estabelecessem normas de fidelidade e disciplina partidária. Mas, Alexandre de Moraes não faz referência com relação a democracia interna dos partidos.

O país passou por uma crescente urbanização durante o período anterior. No Paraná, o número de municípios se multiplicou quase cinco vezes, já o jornal impresso começou a entrar em declínio, a revolução da internet, a popularização do telefone celular e mídias sociais começaram a se fazer sentir na sociedade.

A guerra fria, que marcou o fim do período democrático anterior, esfriou definitivamente. Os conceitos sólidos, as verdades universais começaram a ser questionadas em um novo momento da modernidade. Isto afetou os partidos políticos, há uma nova dimensão a ser levada em conta, a visão binária da política, a divisão entre bem e mal, amigo e inimigo, esquerda e direita começam a perder relevância na política, mesmo que segundo Peter Mair ainda são levados em consideração:

Por la tanto incluso em las nuevas circunstancias de la política de finales del siglo XX, las diferencias entre partidos y las oposiciones izquierda-derecha seguían desempeñando um papel destacado em el processo político.^{183 184}

Os resultados deste segundo bloco da pesquisa podem trazer algumas respostas. Neste novo período, o jornal impresso vem sendo substituído pela Internet, a rapidez com que as notícias e a informação circulam é espantosa. O

¹⁸¹ BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia: Uma defesa das regras do jogo**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1992. p. 9.

¹⁸² MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. São Paulo. Editora Atlas Ltda, 2016, 32ªed., pág. 286.

¹⁸³ Tradução livre do autor: “Portanto, mesmo nas novas circunstâncias da política do final do século XX, as diferenças entre os partidos e as oposições de esquerda e direita continuaram a desempenhar um papel proeminente no processo político.”

¹⁸⁴ MAIR, Peter. **Gobernando el Vacío la Banalización de la Democracia Occidental**. 2 reimpressão. Madrid: Alianza Editorial. 2017, p. 69.

desenvolvimento tecnológico atropelou o antigo partido fundado no período da modernidade sólida, isto quer dizer força os partidos a uma adaptação aos instrumentos tecnológicos colocados a disposição.

Em 1996, na primeira eleição em que a liberdade partidária efetivamente ganhou mais destaque, assim como a liberdade do filiado de se afastar cada vez com mais facilidade das amarras partidárias. Os partidos que deveriam assumir a posição de representantes e canais de manifestação da sociedade, pelo menos esse era o caminho que deveriam ter adotado, caso a sociedade não tivesse passado por mudanças.

Entretanto, o mundo mudou e novas perspectivas surgiram com o fim da guerra fria, as certezas de um lado ou do outro se diluíram. Neste contexto, outras organizações passaram a representar a sociedade, a apresentar reivindicações e influir nas próprias políticas públicas do Estado.

Os partidos políticos tendem a não desaparecer, pois segundo Alessandra Maria Cornazzani Sales, seria inconcebível uma democracia sem partidos, pode ser que uma forma de sistema de partidos entre em crise e seja substituída por uma outra forma de sistemas.¹⁸⁵

Uma democracia de partidos, como disse André Norberto Carbone de Carvalho necessita de fidelidade partidária¹⁸⁶, e mais do que isso, necessita de normas, de regulamentação para estabilizar e apontar um rumo para o próprio desenvolvimento da democracia.

A regulamentação foi relevante principalmente porque conferiu às organizações partidárias o respaldo de que precisavam para se firmarem como verdadeiras protagonistas do processo eleitoral. Com efeito, ainda que tardiamente, percebeu-se a importância de uma das premissas básicas e necessárias para a efetivação da democracia pelos partidos: a de que o vínculo de um representante ao partido é tão forte quanto aquele que o mesmo possui com o eleitor.¹⁸⁷

¹⁸⁵ SALES, Alessandra Maria Cornazzani. **Do Regime Jurídico Partidário na Democracia Brasileira**. 2016, fls. 17-23. Dissertação de Mestrado em Direito. São Paulo: Universidade Mackenzie. Biblioteca Depositária: Setorial – Direito. Disponível em: <<http://tede.mackenzie.br/jspui/bitstream/tede/2877/5/Alessandra%20Mara%20Cornazzani%20Sales.pdf>> acessado em 28/06/2019.

¹⁸⁶ CARVALHO, André Norberto Carbone de. **A Democracia Brasileira: Uma Democracia pelos Partidos? Análise da evolução da figura do Partido Político na democracia praticada no Brasil, sob a égide da constituição federal de 1988**. 2012, fls. 147. Dissertação de Mestrado em Direito. São Paulo. Universidade Mackenzie. Biblioteca Depositária: Setorial – Direito. Disponível em: <<http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/1063>> acessado em: 10/04/2018. P. 91.

¹⁸⁷ CARVALHO, André Norberto Carbone de. **A Democracia Brasileira: Uma Democracia pelos Partidos? Análise da evolução da figura do Partido Político na democracia praticada no Brasil, sob a égide da constituição federal de 1988**, p. 95.

Percebe-se esta situação tanto na legislação, quanto nas Resoluções do TSE que tratam da organização partidária. A realidade atropelou esta construção, a imprensa partidária que era fundamental para a circulação de informações e outras versões sobre um fato. Esta imprensa não resistiu a dinâmica das redes sociais, na qual a informação é difusa e fragmentada.

Os gráficos 39 à 47, em anexo, irão confirmar ou não a influência deste novo momento histórico na realidade partidária.

A primeira série de gráficos tratarão do índice de retorno, isto é, os candidatos que retornam para participar em mais de uma Eleição, neste período de 1996 à 2016, realizaram-se seis eleições municipais. Não há tantas ressalvas como as que ocorreram no período anterior, mas há casos principalmente entre as mulheres que concorreram e mudaram de nome em virtude de casamento ou de separação. Os municípios serão os mesmos analisados no tópico anterior o que possibilitará um trabalho comparativo a ser desenvolvido no último capítulo.

Os gráficos trazem os percentuais de todos os 80 municípios estudados, fazem referência ao percentual de retorno nas nove regiões. Na Região Geográfica Norte Pioneiro, percentual de candidatos que participaram de mais de uma Eleição, traz o município de São Jerônimo da Serra com 24,41%, tendo o menor índice dos 24 municípios da região. O município que teve o maior índice o município de Congonhas com 35,05% de retorno no período de 1996 a 2016.

Na Região Geográfica Sudeste Paranaense, o menor percentual de candidatos que participaram de mais de uma Eleição no período analisado foi o município de Rio Azul com 24,16%, e o município com maior percentual de retorno foi o município de São Mateus do Sul com 30,58% dos candidatos participaram em mais de uma eleição.

Na Região Geográfica Centro Oriental, percentual de candidatos que participaram de mais de uma Eleição no município de Tibagi o maior índice de retorno com 45,56% e o menor índice de retorno ocorreu no município de Ponta Grossa com 21,70%.

Na Região Geográfica Norte Central, constata-se que o município de Arapongas apresentou o menor percentual de candidatos que participaram de mais de uma Eleição e retornaram com 28,50%. Constata-se que o município de Jaguapitã possuiu o maior percentual de retorno com 35,54%.

Na Região Geográfica Metropolitana de Curitiba, o município que teve um dos menores índices de retorno, foi o município de Curitiba com 19,22%. Nesta região o município em que ocorreu o maior percentual de candidatos que participaram de mais de uma Eleição, foi o município de Porto Amazonas com 31,69%.

Na Região Geográfica Sudoeste Paranaense, o percentual de candidatos que participaram de mais de uma Eleição, esta região geográfica é formada por apenas três municípios: Mangueirinha com 28,51%, Palmas com 26,81% e Clevelândia o maior índice de retorno de 34,16%.

Na Região Geográfica Sul Paranaense, foram estudados no período de 1996 a 2016 os dados dos três municípios que a compunham em 1947, o percentual de candidatos que participaram de mais de uma Eleição. O maior índice foi do município de Pitanga com 31,86% e os demais municípios da região Guarapuava e Laranjeiras do Sul tiveram 24,46% e 21,87, respectivamente.

Na Região Geográfica Centro Ocidental, o percentual de candidatos que participaram de mais de uma Eleição, isto é que retornaram a concorrer no município de Campo Mourão foi de 25,09%.

Em outra região formada por apenas um município, Região Geográfica Oeste Paranaense, Foz de Iguaçu o percentual de candidatos que participaram de mais de uma Eleição foi de 22,76%.

Durante este período o município com o menor número de candidatos que retornaram a concorrerem a mais de uma Eleição Municipal, foi Curitiba com 19,22% de percentual de retorno. O município com maior percentual de retorno foi Tibagi com 45,56%. A média no período nos 80 municípios estudados foi de 28,04% como percentual de retorno.

Os dados estudados demonstram que os partidos continuam com o percentual de retorno semelhante ao do período de 1947-1963, o município de Tibagi destoou dos demais, por um elevado percentual de retorno. Pois, o segundo município com maior percentual de retorno no período de 1996-2016 foi Jaguapitã com 35,54%, aproximando-se da média de retorno dos 80 municípios.

O grau de coesão, índice de permanência no partido adotado, ajudará a medir a constância partidária, o quanto os partidos conseguiram manter os candidatos em seus quadros para concorrer pelo partido. Em 1996 existia cerca de 23 partidos aptos a concorrer às Eleições, este número aumentou gradualmente para 35 até as Eleições

de 2016¹⁸⁸. A constância do filiado que se propõe a concorrer pelo mesmo partido é o índice que se busca medir nos gráficos 48 a 56 que constam em anexo.

Na Região Geográfica Oeste Paranaense o percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido foi de 32,37% no município de Foz do Iguaçu.

Na Região Geográfica Centro Ocidental, o percentual foi de 39,72% de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido, no município de Campo Mourão.

Na Região Geográfica Sul Paranaense, composta pelos municípios de Guarapuava, Laranjeiras do Sul e Pitanga, teve os seguintes percentuais de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido, 32,89%, 31,25% e 34,72%, respectivamente.

Na Região Geográfica Sudeste Paranaense, foram analisados os dados de onze municípios, constatou-se que o percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido, teve o menor índice no município de Rio Azul com 24,62% e o maior índice no município de São Mateus do Sul com 46,03%.

Três municípios foram estudados na Região Geográfica Sudoeste Paranaense, Mangueirinha com o índice de 30,67, Palmas com 45% e o maior índice o município de Clevelândia com 45,45% de percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido.

Dos oito municípios que compõe a Região Geográfica Centro Oriental, o percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido, teve o menor índice no município de Tibagi com 25,97% e o maior índice ficou com o município de Reserva com 44,45%.

Em uma das Regiões habitadas a mais tempo no Paraná, a Região Geográfica Norte Pioneiro com 24 municípios. Teve o percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido, com o menor índice no município de São Jerônimo da Serra com 15,38% e o maior foi constatado no município de Cambará com 44,32%.

A Região Geográfica Norte Central teve analisados, em onze municípios, o percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido.

¹⁸⁸ SALES, Alessandra Mara Cornazzani. **Do regime jurídico partidário na democracia brasileira.** 2016. Dissertação de Mestrado em Direito. Universidade Mackenzie. São Paulo. Biblioteca Depositária setorial de direito, p. 158-162 Disponível em: <<http://tede.mackenzie.br/jspui/bitstream/tede/2877/5/Alessandra%20Mara%20Cornazzani%20Sales.pdf>>. Acesso em 28 jun 2019.

Constatou-se o menor índice de 23,50% no município de Apucarana e o maior de fidelidade foi verificado no município de Porecatu com 48,78%.

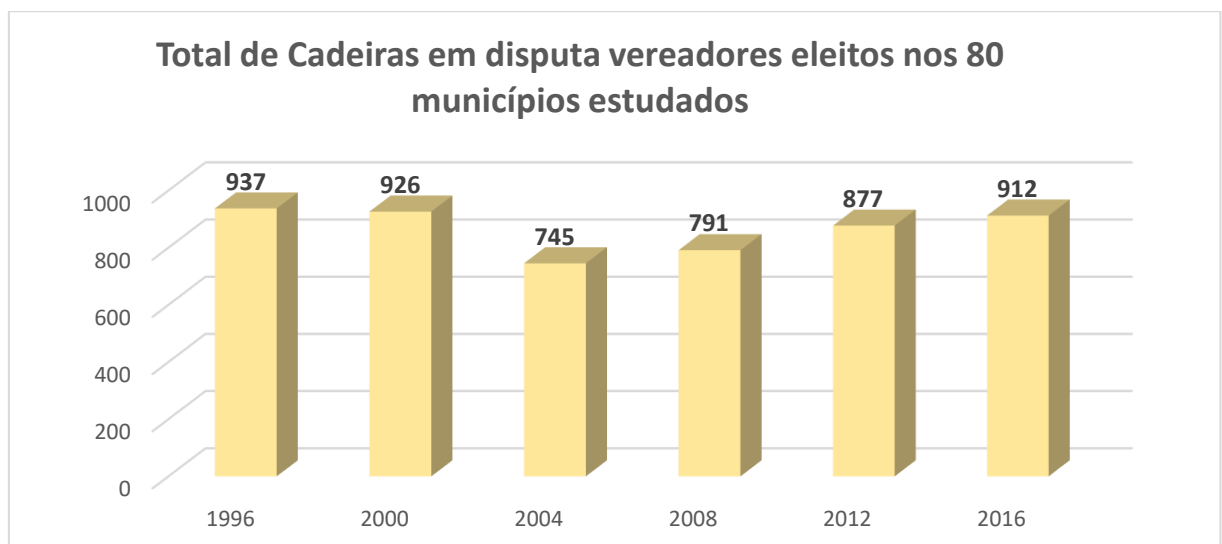
Foram estudados 18 municípios na Região Geográfica Metropolitana de Curitiba, tendo sido verificado o maior percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido, no município de Rio Negro com 47,76% e o menor índice no município de Antonina com 19,59%.

Com relação ao índice de permanência partidária, que mede entre os candidatos que retornaram a participar de mais de uma Eleição, os que concorreram pelo mesmo partido. Com relação a este índice há uma diferença considerável em relação ao período de 1996-2016 e 1947-1963.

O município que teve o menor índice de fidelidade partidária, de coesão e retorno de seus candidatos foi o município de São Jeronimo da Serra com 15,38% de constância partidária, ao passo que o município de Porecatu teve o maior índice de 49,78%. A média no período foi de 33,15% de constância da filiação partidária.

Com relação a Eleição realizada em 2004 e 2008 houve interferência do TSE, por meio da Resolução 21.803/2004, quanto a quantidade de vereadores que cada município poderia eleger.

Gráfico 57 – Total de Cadeiras em disputa nas Eleições Municipais de 1996-2016.

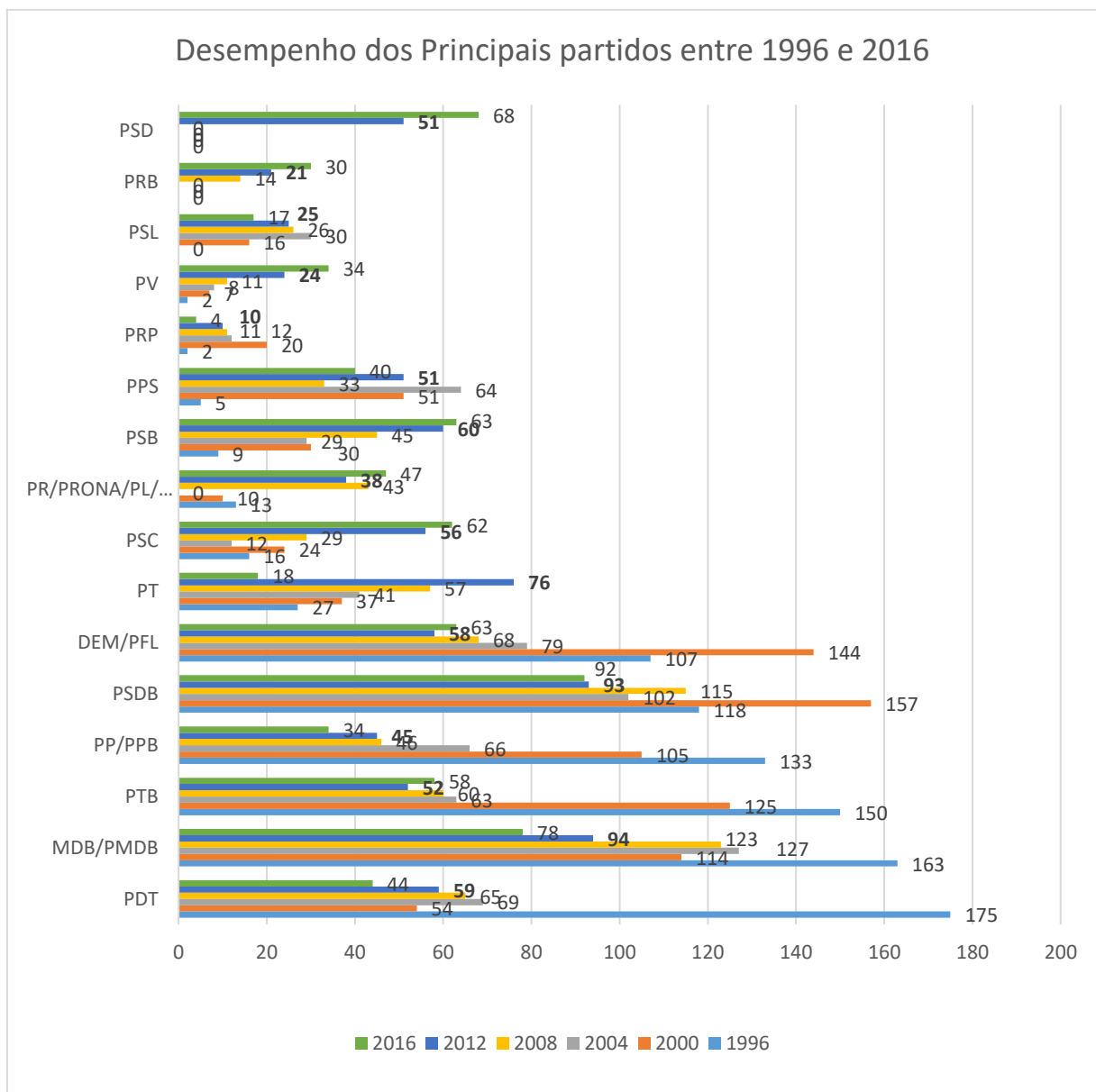


Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR.

Dos 80 municípios analisados, 48 Câmaras municipais perderam vereadores e apenas Curitiba ganhou 3 vereadores. Nos demais municípios não houve alteração, foram 181 cadeiras a menos.

O gráfico que virá a seguir mostrará qual a força que cada partido, isto com base na quantidade de vereadores eleitos nos 80 municípios analisados, como foi o desempenho durante o período de 1996-2016 dos partidos. Em anexo constará variações do gráfico 58 discriminando o resultado por Eleição, gráfico 58.1 ao gráfico 58.6.

Gráfico 58 – Desempenho dos partidos nas Eleições Municipais de 1996-2016.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR.

A impressão do Gráfico anterior é que os grandes partidos são fortes e estáveis. Entretanto, o desempenho individual dos partidos que existiam em 1996 no Paraná

será acompanhado na série de gráficos que constam do anexo evidenciará o desgaste dos partidos. Na tabela a seguir teremos uma noção da evolução dos partidos nos 80 municípios, constará da tabela 5, em anexo, o nº de vereadores e na tabela 5.1 abaixo o percentual em referência ao total de vereadores eleitos por eleição.

Tabela 5.1 – Vereadores eleitos pelos partidos no período de 1996-2016, nos 80 municípios estudados.

Eleições Municipais	1996	2000	2004	2008	2012	2016
PDT	18,89%	5,83%	9,39%	8,34%	6,65%	4,71%
MDB/PMDB	17,39%	12,31%	17,05%	15,67%	10,60%	8,11%
PTB	16,43%	13,82%	8,46%	7,58%	5,86%	7,13%
PP/PPB	14,19%	11,12%	8,86%	5,81%	5,07%	4,06%
PSDB	12,80%	16,95%	13,96%	14,54%	10,60%	9,54%
DEM/PFL	11,74%	15,55%	10,60%	8,85%	6,76%	7,67%
PT	2,88%	3,99%	5,50%	7,33%	8,57%	1,97%
PSC	1,71%	2,59%	1,61%	3,66%	6,43%	7,24%
PR/PRONA/PL/PST	1,39%	1,40%	0,13%	5,79%	4,51%	4,93%
PSB	0,96%	3,35%	3,89%	5,79%	6,76%	7,24%
PPS/CIDADANIA	0,53%	5,51%	8,86%	4,17%	5,75%	4,38%
PTC/PRN	0,32%	0,54%	0,40%	1,01%	0,45%	0,97%
PRP	0,21%	2,27%	1,74%	1,39%	1,13%	0,44%
PV	0,21%	0,75%	1,07%	1,39%	2,70%	3,73%
PMN	0,21%	0,54%	1,07%	0,76%	1,13%	1,21%
PC do B	0,10%	0,11%	0,67%	0,63%	0,90%	0,44%
PSL	0,00%	1,94%	4,02%	3,29%	2,82%	2,30%
DC/PSDC	0,00%	0,97%	0,54%	0,50%	1,13%	0,98%
PHS	0,00%	0,21%	0,80%	0,38%	1,46%	2,74%
PODE/PTN	0,00%	0,11%	1,21%	1,01%	1,01%	1,31%
AVANTE/PT do B	0,00%	0,11%	0,13%	0,38%	0,34%	0,22%
PRB/REPUBLICANOS	0,00%	0,00%	0,00%	1,77%	2,48%	3,29%
PRTB	0,00%	0,00%	0,00%	0,13%	0,11%	0,33%
PSD	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	6,09%	7,23%
PPL	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,68%	0,22%
PROS	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,41%
SD	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,41%
PATRI/PEN	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,98%
PMB	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,98%
REDE	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,77%
NOVO	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
PCB	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
PCO	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

PSOL	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
PSTU	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR.

Os partidos que em 1996 demonstraram certa força elegendo mais de 100 vereadores, percebe-se pelos gráficos perderam força ao longo do tempo, serão apresentados agora.

Os gráficos 59, 60 e 61, constantes do anexo, vão demonstrar como foi o desempenho dos partidos PP, PTB e MDB nos 80 municípios acompanhados durante as Eleições Municipais de 1996-2016. Estes partidos conquistaram 133, 154 e 163, respectivamente, e entraram em um viés de descenso. O PP foi o partido que teve a queda mais acentuada saindo de 133 vereadores em 1996 para 37 nas Eleições de 2016. O MDB chegou a 74 e o PTB conquistou 65 cadeiras em 2016.

No Gráfico 62 pode ser verificado o desempenho do PSDB nas Eleições Municipais de 1996-2016, contanto que o partido elegeu presidente em 1998 e o governo do Estado em 2010 e o reelegeu em 2014. O seu desempenho difere dos partidos anteriores, constatou-se um crescimento significativo nas Eleições Municipais de 2000, quando atingiu seu maior patamar com 157 cadeiras. Após esta eleição, perdeu cadeiras significativamente, manteve uma certa estabilidade, entretanto entrou em viés de descenso, nas duas últimas eleições, chegando com 87 cadeiras conquistadas nas Eleições de 2016.

Abaixo, dois casos curiosos pela dependência dos partidos de figuras pessoais, que repercutiram no desempenho do partido. O caso do PDT e do DEM, gráficos 63 e 64 no anexo, que demonstraram ter forte influência nas Eleições, o desempenho pessoal do governador Jaime Lerner, assunto bem explorado, por Emerson Urizzi Cervi e Adriano Nervo Codato, na análise sobre as Eleições para deputado estadual¹⁸⁹. Os anos em que houve aumento no número de vereadores nestes partidos, corresponde aos anos em que Jaime Lerner estava no partido e era governador do Estado.

Ambos os partidos tiveram seus maiores índices quando o governador Jaime Lerner foi eleito, no caso do PDT nas Eleições Municipais de 1996 atingiu 175 cadeiras

¹⁸⁹ CERVI, Emerson Urizzi; CODATO, Adriano Nervo. **Institucionalização Partidária: Uma discussão empírica a partir do caso do PFL do Paraná**. Capítulo 10. In: CODATO, Adriano Nervo, SANTOS, Fernando José dos. Partidos e Eleições no Paraná: Uma Abordagem Histórica. Curitiba: TRE/PR, 2006, p. 259-271.

e no caso do PFL/DEM verificou-se seu melhor desempenho nas Eleições Municipais de 2000, quando o partido elegeu 144 vereadores. Este fenômeno não se repetiu quando o MDB ou o PSDB estiveram na direção do governo do Estado.

Todos estes partidos entraram em declínio, ora mais acentuado ora menos, abaixo partidos que apontaram tendência de ascensão, ao final do período estudado.

Os gráficos 64, 65, 66 e 67, constantes do anexo, demonstram o desempenho do PSB, PV, PSC e PR, todos demonstraram um crescimento nos municípios estudados durante o período das Eleições Municipais de 1996 a 2016.

O Partido dos Trabalhadores, conforme gráfico 68 em anexo, sofreu forte influência dos anos em que o partido esteve em evidência no governo federal, vinha em um viés ascendente que foi de 27 vereadores eleitos em 1996 a 76 nas Eleições Municipais de 2012. Nas Eleições Municipais de 2016, fica claro o impacto direto nos municípios do processo de Impeachment sofrido pela Presidenta eleita pelo PT e das recorrentes denúncias de corrupção.

O gráfico 69 demonstra o desempenho do PRP vindo desde às Eleições Municipais de 1996 até 2016, o partido chegou a eleger 20 vereadores em seu melhor período nas Eleições de 2000, em 2016 conquistou apenas 4 cadeiras nos municípios estudados. Atingido pela última minirreforma eleitoral, nas Eleições de 2020 teve sua fusão com o Patriotas homologada pelo TSE¹⁹⁰.

O gráfico 70 o PSL teve seu melhor desempenho em 2004 com 30 cadeiras conquistadas, a partir deste momento entrou em descenso. Mas a Eleição do presidente da República em 2018 pode vir a modificar este quadro.

O desempenho do PPS/CIDADANIA nas Eleições Municipais de 1996-2016, conforme se verifica no anexo no gráfico 71, foi um partido que começou em 1996 elegendo apenas 5 vereadores dando um salto para 51 nas Eleições seguintes e entre altos e baixos manteve certa estabilidade.

O gráfico 72 irá demonstrar o desempenho do PHS nas Eleições Municipais de 1996-2016, que sempre obteve um desempenho baixo, mas a partir das Eleições de 2012 mostrou um crescimento que se sustentou e se ampliou nas Eleições de 2016,

¹⁹⁰ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 12 abr 2019 Disponível em: <www.tse.jud.br/imprensa/noticias-tse/2019/Abril/incorporacao-efusao-de-partidos-politicos-voce-conhece-a-diferenca> Acessado em: 13 set 2019.

mas afetado pela última minirreforma eleitoral está em processo de discussão com outros partidos sua incorporação ou fusão.¹⁹¹

O caso dos partidos PSD e PRB/REPUBLICANOS, que apareceram na metade do período estudado, conforme gráficos 73 e 74, respectivamente. Estes partidos demonstraram um crescimento até o momento consistente, merecendo destaque pelo desempenho demonstrado nas poucas Eleições que concorreram.

Até o momento, verificamos o índice de retorno dos candidatos, a coesão partidária, ou melhor, o grau de constância das filiações partidárias. Os partidos políticos estão em número maior no período de 1996-2016, percebe-se uma fragmentação dos partidos, o que poderia ser considerado normal em uma democracia. A pergunta a ser feita neste momento é que as mudanças constantes dos filiados seria considerado como um dos efeitos do atual momento da modernidade? De acordo com os conceitos expostos, no primeiro capítulo, os partidos estariam sofrendo os efeitos da modernidade líquida? Qual o futuro da democracia pelos partidos? Perguntas serão discutidas na sequência.

A mudança legislativa da minirreforma eleitoral que introduziu a cláusula de barreira, irá levar para as próximas Eleições uma pequena redução no número de partidos em disputa. A interrupção forçada da democracia produzida pelo golpe militar, prejudicou seu desenvolvimento, influenciando indiretamente até a própria fragmentação partidária.

O índice de fragmentação exposto no período anterior será repetido na tabela 6, que demonstrará o índice de fragmentação partidária nas Câmaras Municipais, que consta em anexo, referente ao período de 1996 a 2016. Este cálculo será mais um indício que comporá a análise do capítulo final, ao se falar do reflexo da modernidade líquida nos partidos políticos.

Quanto mais próximo do número 1 maior a fragmentação da Câmara Municipal, quanto mais próximo de zero menor o índice de fragmentação na Câmara Municipal.

Nas Eleições Municipais de 1996, tivemos o menor índice de fragmentação registrado no município de Curitiba com 0,2 e nos municípios de Quatiguá e Morretes com 0,22. O maior índice de fragmentação foi constatado nos municípios de Teixeira

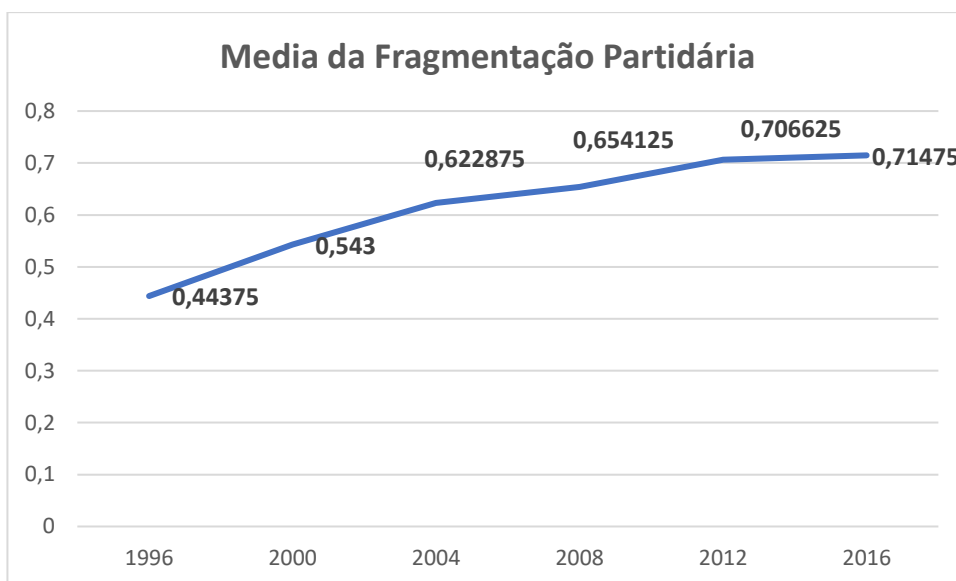
¹⁹¹ Site CONGRESSO EM FOCO. Disponível em: < <https://congressoemfoco.uol.com.br/legislativo/tse-aprova-fusao-do-ppl-com-pcdob-e-partidos-devem-escapar-da-clausula-de-barreira/> > Acessado em 13 set 2019.

Soares, Rio Branco do Sul e Clevelândia com 0,66. A média de fragmentação partidária constatada nesta Eleição foi de 0,44375.

Nas Eleições Municipais de 2000, o menor índice de fragmentação partidária foi de 0,28 em Curitiba e 0,3 em Santo Antônio da Platina. Por sua vez o maior índice de fragmentação se deu nos municípios de Guaraqueçaba e Rebouças com 0,77. A média nesta Eleição ficou em torno de 0,543.

Nas Eleições Municipais de 2004, o TSE regulamentou diretamente o número de cadeiras das Câmaras Municipais, o que de acordo com o gráfico 76 abaixo, proporcionou um aumento da fragmentação partidária quando comparado com as Eleições Municipais de 2000. Os menores índices foram nos municípios de Curitiba com 0,31, Jacarezinho e Rio Negro com 0,33. A média de fragmentação ficou em 0,622875.

Gráfico 76 – demonstra a evolução do grau de fragmentação partidária no período de 1996 a 2016 nos municípios estudados.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados disponíveis no site do TSE.

Nas Eleições Municipais 2008, houve uma ligeira diminuição, a média ficou em torno de 0,654125. O menor índice de fragmentação foi no município de Curiúva com 0,33 e o maior índice de fragmentação ocorreu no município de Uraí, atingindo o maior índice de 1.

Nas Eleições Municipais de 2012, o índice de fragmentação voltou a subir, ficando a média com o índice de 0,706625 de fragmentação. Tendo o menor índice

em 0,42 no município de Curitiba, e 0,44 nos municípios de Curiúva, Jaguapitã e Rio Negro. O maior índice ocorreu nos municípios de Reserva, Castro e Cornélio Procópio com 0,9.

Nas Eleições Municipais de 2016, o menor índice foi de 0,5 ocorrido nos municípios de Rolândia e Curitiba e o maior grau de fragmentação novamente foi atingido o índice de 1 nos municípios de Rio Azul, Jataizinho e Ipiranga. A média nesta eleição foi de 0,71475.

A evolução desta fragmentação é visível neste segundo período estudado, sua comparação com o período anterior será analisada no próximo capítulo sob a ótica da modernidade líquida.

3. O REFLEXO DA MODERNIDADE LÍQUIDA NA COMPOSIÇÃO E NA IDENTIDADE DOS PARTIDOS POLÍTICOS

Durante o período da modernidade sólida, a concentração do poder e a política estavam ligados fortemente. O Estado representava a força capaz de organizar, dar efetividade e manter a estabilidade na sociedade. O poder político influenciava a sociedade, os meios de comunicação eram pouco numerosos e a propagação das informações ocorria de forma mais lenta, “é justamente nisto que consiste a função do poder: ele garante as cadeias possíveis dos efeitos, independentemente da vontade do agente subalterno”¹⁹². Luhmann disse isto antes da grande expansão da internet, o livro foi escrito no ano de 1975.

O período descrito por Bauman ao se referir a crise de 1929, na qual o colapso da bolsa de valores:

Embora horrorizadas pela visão de mercados fora de controle fazendo com que as fortunas evaporem junto com os locais de trabalho, enquanto levavam negócios viáveis à falência, as vítimas do colapso da bolsa no final dos anos 1920 tinham poucas dúvidas quanto a onde procurar resgate: no Estado, claro; num Estado forte, forte a ponto de ser capaz de forçar as circunstâncias gerais a coincidirem com sua vontade. As opiniões sobre a melhor saída para a difícil situação podem ter deferido, até consideravelmente, mas não havia desacordo sobre quem podia pôs a situação geral no caminho afinal escolhido: claro, o Estado, equipado com os recursos indispensáveis à tarefa: o poder, isto é, a capacidade de levar coisas a cabo, e a política, isto é, a habilidade de decidir como as coisas devem ser feitas.¹⁹³

Esta confiança no Estado foi uma das características do Estado moderno, o bem comum e a vontade geral nortearam os administradores eleitos, ou não, pela população. A crise da modernidade trouxe como reflexo a desconfiança no Estado, no poder e na política. Os partidos após a Segunda Guerra organizaram-se de forma a evitar os desvios que levaram extremistas ao poder. Repensaram a democracia, ainda com um Estado forte, na maior parte da Europa Ocidental, neste período a concentração do poder estava ligado a política. Para manter a coerência democrática permitiram até a participação de partidos com visões mais extremistas. Este não foi o caso do Brasil que nos primeiros ventos da guerra fria afastou da disputa democrática o PCB.

¹⁹² LUHMANN, Niklas. **Poder**. Brasília. Editora Universidade de Brasília. 1985, p. 11.

¹⁹³ BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. **Estado de Crise**. Rio de Janeiro. Editora Zahar, 2016, p. 16-17.

Com o fim da Segunda Guerra, com o mundo insensibilizado pelo impacto devastador do conflito, principalmente no continente europeu, os partidos não sentiram os efeitos de um novo período que se iniciava. Com o retorno da democracia, partidos se organizaram, em alguns países coalizões e alianças tinham afastado a possibilidade de alguns partidos mais extremistas chegarem ao poder. O medo não afastou os partidos comunistas de participarem de Eleições, mesmo com a guerra fria.

Esta situação levou a adoção em alguns textos constitucionais de salvaguardas para enfrentar o paradoxo da democracia, como a previsão de dissolução dos próprios partidos políticos prevista na Lei Fundamental Alemã:

São inconstitucionais os partidos que, pelos seus objetivos ou pelas atitudes dos seus adeptos, tentarem prejudicar ou eliminar a ordem fundamental livre e democrática ou por em perigo a existência da República Federal da Alemanha. Cabe ao Tribunal Constitucional Federal decidir sobre a questão da inconstitucionalidade.¹⁹⁴

Chamado de paradoxo da democracia a situação colocada por Ingo Wolfgang Sarlet ao explicar a adoção de previsões legais de proibição e dissolução de partidos políticos que atentem contra a própria ordem democrática. Expõe a preocupação com o avanço gradual de movimentos sociais, partidos políticos e governos com tendências reacionárias e extremistas.

Nesse contexto, o papel dos partidos políticos, que no campo das democracias representativas e da evolução constitucional se transformaram em estruturas onipresentes e articuladoras das relações entre a sociedade e o Estado, é essencial, podendo tanto assegurar e mesmo aperfeiçoar os regimes democráticos, mas também, a depender do seu discurso programático e modo de ação, contribuir para o esvaziamento e mesmo derrubada de determinada ordem democrática.¹⁹⁵

Ingo Wolfgang Sarlet justifica a existência de previsão legal para a própria defesa da democracia, a experiência da própria história da Alemanha justificava este tipo de cuidado.

No Reino Unido, Conservadores e Trabalhistas se revezaram; na França Socialistas e Republicanos; na Alemanha a União Democrata Cristã e a Social

¹⁹⁴ Artigo 21, item 2 da Lei Fundamental Alemã. Disponível em: <<https://www.btg-bestellservice.de/pdf/80208000.pdf>> Acessado em 08 ago 2019.

¹⁹⁵ SARLET, Ingo Wolfgang. **Proibição e dissolução de partidos políticos na Lei Fundamental da Alemanha**. Revista Consultor Jurídico. 20 jan 2017. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2017-jan-20/proibicao-dissolucao-partidos-lei-fundamental-alemanha>> Acessado em 08 ago 2019.

Democracia; na Espanha o Partido Socialista e o Partido Popular se revezavam no governo, após a queda da ditadura de Franco.

Depois da Segunda Guerra Mundial e durante quase todo o século XX, este foi o quadro até começar a se fazer sentir os primeiros efeitos da modernidade líquida na política. Outras opções e movimentos começaram a surgir, pacifistas, ecologistas, feministas, não alinhados aos dois grandes blocos formados na Guerra Fria.

A espiral do desenvolvimento tecnológico acelerou o tempo, encurtou distâncias. O que era sólido e pesado tornou-se leve e líquido, a obsessiva marcha adiante da Modernidade¹⁹⁶, transformou-se em uma corrida desenfreada rumo ao novo.

Os Estados nacionais tentaram e não conseguiram garantir segurança, estabilidade ou até mesmo previsibilidade para a sociedade durante um longo período. As novas mídias sociais e a internet criaram uma nova tendência:

O advento da internet acrescentou, contudo, uma nova tendência ao processo que marcou o ambiente simbólico dominado pela televisão: o processo de dissipação de recursos, o qual, apesar do aumento em curso do poder dos conglomerados da mídia, assiste ao estabelecimento do regime de “pluralismo regulamentado”... a “regulamentação” foi “subsidiarizada” e deixada a critério do indivíduo”.¹⁹⁷

As organizações políticas foram afetadas por este movimento da modernidade, que se intensificou com o fim da guerra fria. Estes fatores aprofundaram a própria crise do Estado, é possível dizer que atualmente “o Estado não dispõe dos meios e recursos para realizar as tarefas que exigem a supervisão e o controle efetivos dos mercados, para não falar de sua regulação e administração.”¹⁹⁸ No Reino Unido a fragmentação partidária está se acentuando a cada Eleição, em 2017 nas Eleições para o Parlamento é claro o aumento da fragmentação¹⁹⁹, isto se acentuou mais nas Eleições locais de maio de 2019. O partido conservador perdeu 1334 assentos e os Trabalhistas perderam 82 assentos nos Conselhos locais, dando espaço para o crescimento dos Democratas Liberais, Verdes e outros partidos menores²⁰⁰.

¹⁹⁶ BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1999, p. 18.

¹⁹⁷ BAUMAN, Zygmunt. **Retropia**. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 2017, p.35.

¹⁹⁸ BAUMAN, Zygmunt. **Crise do Estado**. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 2016, p. 21.

¹⁹⁹ JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. **Conservadores vencem eleição, mas perdem maioria no reino unido**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/06/1891381-conservadores-vencem-eleicao-mas-perdem-maioria-no-reino-unido-shtml>>. Acesso em: 08 mai 2019.

²⁰⁰ THE ECONOMIST. **As cross-party talks stall, Theresa May faces calls to quit**. Disponível em: <<https://www.economist.com/britain/2019/05/11/as-cross-party-talks-stall-theresa-may-faces-calls-to->

Este efeito nos partidos tornou-se perceptível na França em que um partido recém-criado, A República em Marcha – REM, desbancou os partidos tradicionais²⁰¹. Também na Espanha a fragmentação partidária foi mais intensa em 2019, o que impede que os partidos tradicionais governem sozinhos²⁰².

É possível notar este reflexo em outros países, como na Alemanha, na qual a fragmentação levou a um crescimento enorme do Parlamento que conta atualmente com 709 cadeiras e 7 partidos representados, os dois principais partidos já não possuem força isoladamente para conduzir o governo. Os partidos extremistas Alternativa pela Alemanha (Afd) e o Die Linke juntos somam 22,1% dos votos o que é preocupante para a democracia²⁰³.

A preocupação de Ingo Wolfgang Scarlet se torna evidente, quando mesmo dentro das regras do jogo democrático partidos extremistas podem afetar e implodir a democracia por dentro. Caminho já percorrido por outras democracias, conforme Steven Levitsky e Daniel Ziblatt expuseram em seu estudo.

No caminho eleitoral, nada disso acontece. Não há tanques nas ruas. Constituições e outros institutos nominalmente democráticos permanecem em vigor. As pessoas ainda votam. Os autocratas eleitos mantêm um verniz da democracia enquanto evisceram sua substância. Muitos esforços do governo para subverter a democracia são "legais", aceitos pelos tribunais.²⁰⁴²⁰⁵

Alguns destes países possuem fórmulas eleitorais ou cláusulas de barreiras mais rigorosas do que a aprovada na última reforma eleitoral no Brasil. O processo de fragmentação dos partidos políticos, como resultante do atual momento da modernidade, também pode ser percebido em nosso país. Na presente dissertação,

quit?cid1=cust/dailypicks/n/bl/n/20190510n/owned/n/n/dailypicks/n/n/LA/238476/n >. Acesso em 10 mai 2019.

²⁰¹ BRANFORD, Becky. **Eleições na França: cinco razões para entender a vitória de Macron**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-39840643>>. Acesso em 06 mai 2019.

²⁰² MARTIN, Maria. **Socialistas vencem na Espanha, a extrema direita entra no Parlamento**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/28/internacional/1556464385_092351.html>. Acesso em 06 mai 2019.

²⁰³ CARBAJOSA, Ana. **Avanço da ultradireita na Alemanha estraga vitória de Angela Merkel**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/24/internacional/1506267027_800182.html>. Acesso em 06 mai 2019.

²⁰⁴ Tradução livre do autor: "On the electoral road, none of these things happen. There are no tanks in the streets. Constitutions and other nominally democratic institutons remain in place. People still vote. Elected autocrats maintain a veneer of democracy while eviscerating its substance. Many government efforts to subvert democracy are "legal", accepted by the courts."

²⁰⁵ LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **How Democracies Die**. New York: Crown Publishing Group, Ebook, 2018.

o recorte estudado restringe-se aos municípios paranaenses, verificando como se deu a influência da modernidade líquida nos partidos políticos no Paraná.

Comparando os índices de fragmentação partidária nas Câmaras Municipais, do índice de retorno dos candidatos que concorreram a mais de uma Eleição, do índice de permanência partidária, além do próprio desempenho dos partidos. Estes índices serão visualizados nos 80 municípios pesquisados, durante os dois períodos históricos 1947-1963 e 1996-2016, analisados no capítulo anterior.

3.1 OS PARTIDOS POLÍTICOS COMO INSTITUIÇÕES QUE TAMBÉM SE DILUEM

Os partidos modernos, como exposto no primeiro capítulo, nasceram dentro de um contexto da modernidade sólida. Para o Estado de Direito era fundamental proporcionar segurança e estabilidade na sociedade, o discurso racional fornecia elementos para esse fim.

Mas Neil MacCornick apresenta a complexidade das relações sociais, como uma das causas de certa indeterminação no próprio direito, gerando tensão. A legalidade tão necessária para a previsibilidade, segurança e estabilidade teria que levar em consideração todos os argumentos razoáveis:

A questão é saber de que formas manter-se fiel a esse passado, e com qual grau de consideração àqueles valores que se apresentam em situação de tensão mútua, tais como aquele relativo a criação e manutenção de um Direito que contenha razoável grau de certeza e previsibilidade e aquele concernente à existência de procedimentos jurídicos que sejam capazes de escutar todos os argumentos razoáveis.²⁰⁶

Esta tensão foi consequência da própria mudança ocorrida na modernidade, pois “essa modernidade pesada/sólida/condensada/sistêmica da “teoria crítica” era impregnada da tendência ao totalitarismo”²⁰⁷. Os efeitos da modernidade levaram a fé na razão, influenciando os partidos que se colocaram como única organização apta a conduzir o Estado rumo ao futuro.

Os partidos tornaram-se cada vez mais organizações pesadas, como descrito no capítulo dois. As mudanças na modernidade começaram a ser percebidas e foram se acelerando após a metade do século passado. Características desprezadas e

²⁰⁶ MACCORMICK, Neil. **Retórica e o Estado de Direito**. Rio de Janeiro. Editora Elsevier. 2008, p.41.

²⁰⁷ BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro. Editora Zahar, 2001, p. 36.

combatidas no momento da modernidade sólida, começaram a dissolver certezas e organizações.

As características descritas da modernidade líquida aprofundaram a incerteza, a insegurança e a falta de garantia, pois “no coração da política da vida, jaz um desejo profundo e insaciável de segurança, mas agir segundo esse desejo redundaria em insegurança ainda maior e mais profunda”.²⁰⁸

Os partidos sentiram este impacto mesmo nos países em que eram mais fortes e organizados. Sentiram o surgimento de movimentos, organizações não governamentais que começaram a apontar outras soluções e caminhos para pressionar o Estado, como o movimento ambientalista. Caminhos que não fossem exclusivamente pelos partidos. Os partidos perderam a condição de condutores exclusivos da sociedade, este movimento contou com apoio de setores que queriam mais liberdade para agir e menos influência dos partidos. Percebe-se este movimento no mercado de trabalho. A flexibilização dos direitos trabalhistas foi um dos primeiros efeitos deste novo momento²⁰⁹. Alguns movimentos se institucionalizam, nem sempre na forma de partidos políticos, podendo como organizações não governamentais, associações, ou movimentos que contam com o uso da internet ganham maior liberdade para pressionar governos e os próprios partidos políticos.

Esta tendência da modernidade reflete na política no próprio enfraquecimento do Estado:

Em vez de cerrar fileiras na guerra contra a incerteza, praticamente todos os agentes institucionalizados eficientes de ação coletiva juntam-se ao coro neoliberal para louvar como “estado natural da humanidade” as “forças livres do mercado” e o livre comércio, fontes primordiais da incerteza existencial, e insistem na mensagem de que deixar livres as finanças e o capital, abandonando todas as tentativas de frear ou regular os seus movimentos, não é uma opção política dentre outras mas um ditame da razão e uma necessidade.²¹⁰

Estes fatores somados com as características da modernidade, refletiram também na política e tornaram os partidos mais frágeis. Fato que ficará mais evidente ao comparar os resultados das pesquisas realizadas. O índice de fragmentação partidária nos períodos históricos demonstra como os partidos foram perdendo a exclusividade da representação da sociedade na relação com o governo, além de

²⁰⁸ BAUMAN, Zygmunt **Em Busca da Política**. Rio de Janeiro. Editora Zahar, 2000, p. 31.

²⁰⁹ BAUMAN, Zygmunt. **Globalização**. Rio de Janeiro. Editora Zahar. 1999, p.112.

²¹⁰ BAUMAN, Zygmunt. **Em Busca da Política**. Rio de Janeiro. Editora Zahar. 2000, p. 36.

demonstrar um aumento da diversidade partidária. Demonstra como a multiplicação de partidos enfraqueceu a relação de preponderância do partido sobre o filiado.

A opção em observar esta fragmentação partidária pelo âmbito da estrutura organizacional do município, foi no sentido descrito por Bauman que:

A política, por outro lado, continua sendo, como antes, um assunto essencialmente local – e uma vez que a linguagem da política é a única em que podemos falar de curas e remédios para as misérias e preocupações comuns, a tendência natural da classe política é buscar explicações e tratamento numa área próxima ao território doméstico da experiência cotidiana.²¹¹

No município que a política começa e os partidos possuem sua base de organização, a experiência democrática não começa no parlamento, mas próximo do cidadão:

Em primeiro lugar, somente se o indivíduo tiver a oportunidade de participar de modo direto no processo de decisão e na escolha de representantes nas áreas alternativas é que, nas modernas circunstâncias, ele pode esperar ter qualquer controle real sobre o curso de sua vida ou sobre o desenvolvimento do ambiente em que ele vive.²¹²

A participação da política começa no município, no desenvolvimento da democracia local. O processo de aumento da fragmentação nas Câmaras Municipais fica evidente a perda da hegemonia das organizações partidárias e aumento da força de candidatos individuais ou grupos políticos que se sobrepõe aos próprios partidos.

As tabelas 4 e 6 constantes dos anexos demonstram a fragmentação ocorrida a cada Eleição, em cada um dos 80 municípios analisados no Paraná, e analisando os dois períodos pode-se perceber o efeito da fragmentação nas Câmaras Municipais. Entre os dois períodos analisados há um hiato de seis eleições municipais, período em que a democracia foi abalada pelo autoritarismo e teve um lento retorno.

Citando novamente Bauman, percebemos que democracia é uma condição necessária para a partir de uma discussão pública se alcançar a justiça social, o próprio desenvolvimento enquanto sociedade:

A democracia é também uma condição necessária à livre discussão pública de certos temas – particularmente o da justiça social e o do caráter ético dos assuntos públicos. Sem democracia, com a sua liberdade de expressão e franca controvérsia, é difícil imaginar qualquer abordagem séria da

²¹¹ BAUMAN, Zygmunt. **Em Busca da Política**, p. 57.

²¹² PATEMAN, Carole. **Participação e Teoria Democrática**. São Paulo. Editora Paz e Terra, 1992, p. 145-146.

configuração de uma sociedade satisfatória, dos objetivos totais com a tomada política de decisões deveria promover, dos princípios pelos quais os seus efeitos deveriam ser criticamente avaliados, ou a madura percepção pública dos riscos subsequentes das possibilidades de sua preservação.²¹³

As Eleições municipais de 1968, 1972 e 1976, correspondem as Eleições do período autoritário, nestas prevaleceu o bipartidarismo forçado. De acordo com os requisitos de uma democracia para um grande número de pessoas, como diria Robert Dahl, não tínhamos garantias institucionais nem para formular preferências, ou exprimir preferências, ou ainda para ter preferências igualmente consideradas na conduta do governo.²¹⁴

Também tendo como referência os estudos de modelos de Democracia de Arend Lijphart, em que descreve um estudo sobre trinta e seis democracias até meados de 1996²¹⁵, o Brasil não era considerado um país democrático, pois não havia plena liberdade de aderir a uma sigla, ter direito de fazer oposição, havia uma interferência do Estado na organização, vida partidária e principalmente nas campanhas partidária para as Eleições.

Tampouco havia democracia, de acordo com a definição mínima de democracia de Norberto Bobbio, decisões tomadas com base em regras pela maioria, com o respeito aos direitos da minoria e das garantias individuais.²¹⁶ Principalmente ao respeito das regras do jogo, aumento dos espaços de participação e tomada de decisões.

Tendo estes parâmetros descritos acima, podemos afirmar que tínhamos Eleições Municipais, mas não tínhamos Democracia. Com relação as Eleições de 1982, 1988 e 1992 podiam ser considerados como um período de transição lenta e gradual para a Democracia.

Apenas no final de 1988 a Constituição democrática foi aprovada e uma nova lei dos Partidos Políticos surgiu somente em 1995²¹⁷, aprovada em plena vigência de um regime democrático. Por este motivo a opção pela comparação dos dois períodos estudados de 1947-1963 e de 1996-2016.

²¹³ BAUMAN, Zygmunt. **O Mal-estar da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro. Editora Zahar, 1998, p. 83.

²¹⁴ DAHL, Robert. **Poliarquia**. São Paulo. Edusp, 2015, p.27.

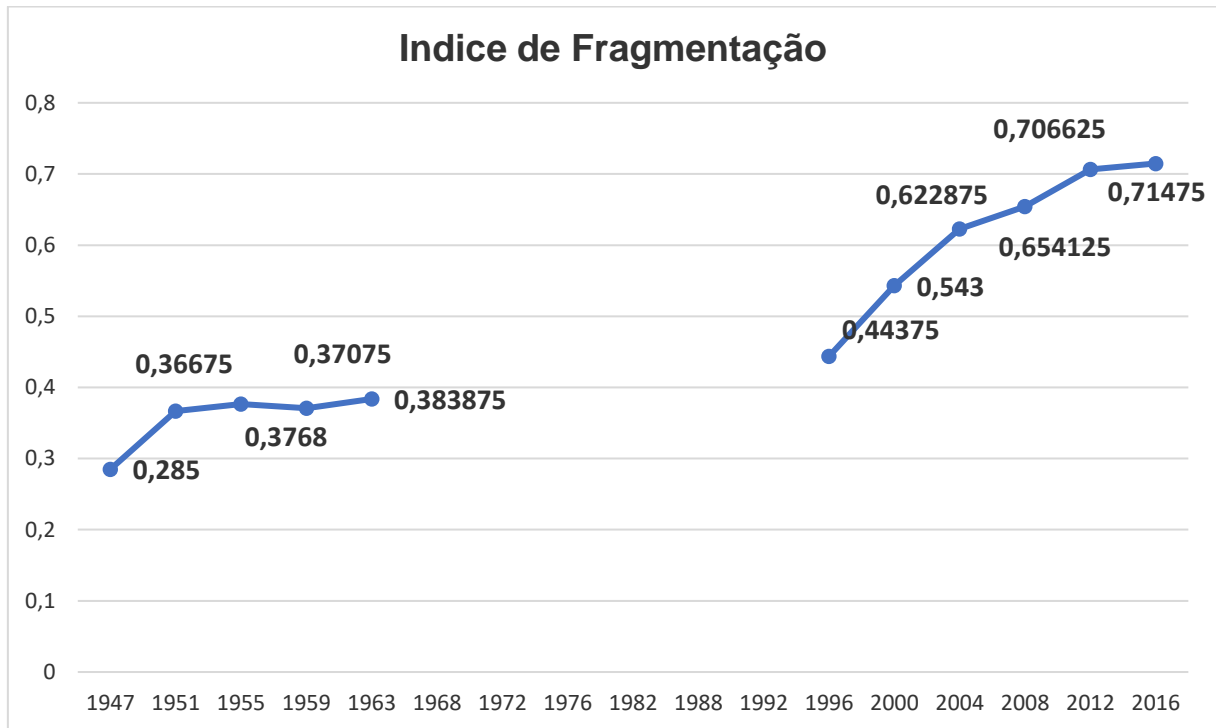
²¹⁵ LIJPHART, Arend. **Modelos de Democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 71.

²¹⁶ BOBBIO, Norberto. **O futuro da Democracia**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1992, p. 18-21.

²¹⁷ BRASIL. Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995. **Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19096.htm>. Acesso em: 06 mai 2019.

O gráfico 77 reflete como se deu a fragmentação nos 80 municípios do Paraná nos dois momentos históricos.

Gráfico 77 – Fragmentação partidária nas Câmaras Municipais.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

O fator agravante na aceleração da fragmentação pode estar ligado a interrupção do curso do desenvolvimento dos partidos políticos ocorrido em 1964, esta interrupção desestabilizou e extinguiu os partidos políticos. Os partidos não conseguiram se organizar na clandestinidade durante este longo período, aliado a uma interferência forte do poder central na liberdade de organização dos partidos mesmo durante o período de transição.

Pode-se afirmar pelo resultado da pesquisa nos municípios paranaenses que os partidos sofreram influência e perderam um momento histórico de se construírem e se fortalecerem, antes do aprofundamento dos efeitos da modernidade líquida. Durante o regime militar outras organizações sociais tomaram a frente para expor reivindicações e abrir um canal para pressionar os governos nas esferas municipais e estaduais.

Estes outros movimentos e organizações, foram os sindicatos, Comunidades Eclesiais de Base, Associação de Moradores, Centros Acadêmicos, OAB, CNBB, Organizações de defesa do meio ambiente, outros grupos e organizações da

sociedade civil. Todos foram palcos para os cidadãos para as pessoas comuns começarem a se considerar como sujeitos de direitos e deveres frente a Administração Pública²¹⁸.

Os partidos políticos neste novo momento perderam a exclusividade como canal de comunicação com a sociedade. A redemocratização chegou tarde, aos partidos quando estes começaram a se organizar. Após, o rompimento da estrutura jurídica autoritária²¹⁹ e o surgimento de novos valores como parte do ordenamento jurídico, os partidos já não eram mais os únicos canais de expressão de reivindicações.

A própria dinâmica da sociedade se acelerou, o que caracteriza esse ritmo cada vez mais acelerado da modernidade, já descrito por Antony Giddens é

o ritmo de mudança nítido que a era da modernidade põe em movimento. As civilizações tradicionais podem ter sido consideravelmente mais dinâmicas que outros sistemas pré-modernos, mas a rapidez da mudança em condições de modernidade é extrema.²²⁰

Esta mudança no que Bauman chama de modernidade líquida tornou-se cada vez mais acelerada. Este movimento após o fim da guerra fria e a expansão da globalização eram sentidos em todo o mundo. Os efeitos da modernidade já se faziam sentir nos partidos, os quais precisavam se adaptar.

No Brasil não houve tempo para os partidos se prepararem para este momento, devido a própria interrupção da democracia e pela forma como se deu a redemocratização. Assim, podemos entender que a conclusão a que chegaram Luiz Domingos Costa e Bruno Bolognesi no artigo sobre o sistema partidário no Paraná:

Não é possível, entretanto, concluir que dessa situação de estruturação e alinhamento decorra um subsistema partidário institucionalizado, especialmente porque esse conceito exige menor instabilidade quantitativa (estabilização do número de partidos, o que só ocorreria se a crescente fragmentação não ocorresse), somado a baixa movimentação das lideranças entre as agremiações e menor inconsistência no conjunto das sucessivas coligações. Todos esses fatores somados produzem instabilidade das

²¹⁸ LEAL, Rogerio Gesta; CASTRO, Martins Felipe de. **Fundamentos Redefinitórios do Direito Fundamental de Participação Social na Política Brasileira**. Fortaleza. In: Opinião Jurídica, ano 11, jan/dez 2011, p. 314.

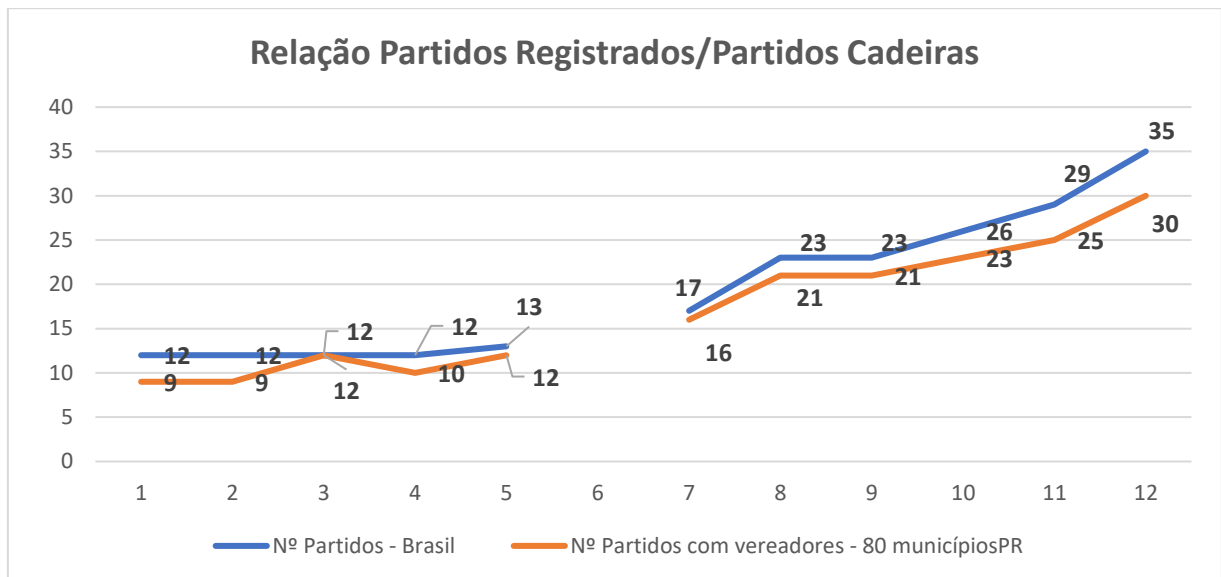
²¹⁹ SCHIER, Adriana da Costa Ricardo. **A Participação Popular na Administração Pública: O Direito de Reclamação**. São Paulo: Editora Renovar. 2002, pág. 7.

²²⁰ GIDDENS, Antony. **As consequências da Modernidade**. São Paulo: Editora UNESP. 1991, p. 15.

performances dos partidos entre as eleições, contexto que pode colocar em discussão inclusive a definição de um sistema partidário estadual.²²¹

A Justiça Eleitoral também não conseguiu enxergar este momento e com os olhos no passado, tentou forçar a estruturação de regras rígidas e não regras voltadas para um novo momento que exigiria uma maior flexibilidade, tentando forçar a construção de organizações partidárias sólidas em um mundo líquido. O gráfico 78 abaixo mostrará a relação do total de partidos em cada eleição com os partidos que conquistaram vagas nos 80 municípios estudados.

Gráfico 78 – Relação Partidos Registrados por Partidos com Cadeiras



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

O reflexo deste enfraquecimento dos partidos pode ser percebido na tabela 5, constante do item 2.3, na qual dos 35 partidos registrados no TSE, 30 partidos elegeram vereadores nos 80 municípios paranaenses pesquisados nas Eleições Municipais de 2016.

Já no período de 1945 a 1959, doze partidos sempre estiveram presentes no Brasil, apenas em 1963 passou a ter 13 partidos regulares dos quais 12 destes partidos elegeram vereadores conforme tabela 2 que consta do tópico 2.2.

Percebe-se que a relação das duas linhas segue uma constante. Podemos perceber como os partidos foram se fragmentando muito mais no período de 1996 a

²²¹ COSTA, Luiz Domingos Costa; BOLOGNESI, Bruno. **O Sistema Partidário no Paraná: do Personalismo à Estruturação**. Porto Alegre: Revista Debates, v.8, n.1, jan./abr. 2014, p. 239-240.

2016. Uma das características do atual momento da modernidade, a rapidez com que as informações passam a circular disseminando opiniões, críticas e fatos pode ter contribuído para a perda da exclusividade dos partidos para a agenda das discussões da sociedade.

Entre 1947 à 1963 tinha-se na sociedade telefones fixos, rádio e jornais impressos para as pessoas buscarem informações, inclusive até alguns partidos tinham seus próprios jornais. No segundo período, o telefone celular e a internet mudaram radicalmente a forma das pessoas se comunicarem e receberem informações. Os partidos perderam a hegemonia como canais de participação e influência nos governos, os indivíduos começaram a ter maior valor do que o próprio partido. Um dos efeitos positivos da própria redemocratização é o despertar dos direitos individuais que na relação partidária entre filiado e partido gera uma ambiguidade.

O advento da internet acrescentou, contudo, uma nova tendência ao processo que marcou o ambiente simbólico dominado pela televisão: o processo de dissipação de recursos, o qual, apesar do aumento em curso do poder dos conglomerados da mídia, assiste ao estabelecimento do regime de “pluralismo regulamentado”²²²

O indivíduo hoje participa, faz muitas vezes sua própria denúncia ou reportagem e a lança nas redes sociais. Muitas vezes a frente das próprias redes tradicionais de comunicação.

A velocidade das mudanças continua a aumentar com a internet, os smartphones ganham cada vez mais espaço na vida das pessoas. O despreparo dos partidos, frente a esta nova realidade trazida pela internet e a rapidez da circulação de informações, atingiu os partidos que vinham perdendo espaço como representantes da sociedade para outros movimentos sociais.

A redemocratização com os primeiros governos civis, após a queda dos governos militares, trouxe juntamente com a abertura política, a abertura econômica e por fim a globalização influenciou a sociedade e os partidos que começaram a se organizar foram abalados pela própria velocidade das mudanças. Estes fatores afetaram a própria sociedade democrática:

A luta pelo poder nas sociedades democráticas atuais passa pela política midiática, pela política do escândalo e pela autonomia comunicativa dos

²²² BAUMAN, Zygmunt. **Retropia**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2017, p. 35.

cidadãos. Por um lado, a digitalização de toda a informação e a interconexão modal das mensagens criaram um universo midiático no qual estamos permanentemente imersos.²²³

Esta aceleração trazida pela tecnologia, fez com que a comunicação e as informações fossem afetadas e se expandissem em uma velocidade inimaginável no período de 1945-1963.

Durante o período autoritário, até o surgimento da lei 9.096/95, os partidos foram fortemente tutelados pelo Estado, e no período de transição até hoje tutelados pela Justiça Eleitoral. “As normas oficiais constituem um limite que permite o cotejamento entre o funcionamento partidário formalmente previsto e a dinâmica real da organização, avaliável por meio de outros métodos”²²⁴; esta tutela excessiva impediu uma adaptação ao momento da modernidade. Além da dificuldade da própria realidade dos efeitos da modernidade, a forte regulamentação formal prejudicou os partidos, uma regulamentação sem critérios que garantissem e valorizassem princípios para uma democracia interna dos partidos. Mas, regulamentasse fortemente uma estrutura formal.

O partido moderno acabaria tornando-se, em consequência, um fim em si mesmo, organizando-se ao redor de propósitos e interesses próprios, o que resultaria na separação entre elite dirigente e classe que o representa.²²⁵

Esta situação do partido se tornar um fim em si mesmo não o protegeu dos efeitos da modernidade, seu enfraquecimento e sua acentuada fragmentação. O Direito Eleitoral também não compreendeu bem este período.

Os partidos, alguns mais outros menos, não representam mais estabilidade, os gráficos 59 a 74 que constam do anexo, demonstram o desempenho de 17 partidos nos 80 municípios paranaenses, no período de seis eleições municipais que vão de 1996 a 2016. Fica claro o enfraquecimento dos partidos, no gráfico 79 exposto a seguir, é possível verificar o derretimento de seis partidos (PP, PTB, PMDB, PSDB, PDT e DEM) que tinham conquistado nas Eleições Municipais de 1996 mais de 100 cadeiras nas Câmaras de Vereadores. Também constará do gráfico o PT, que mesmo

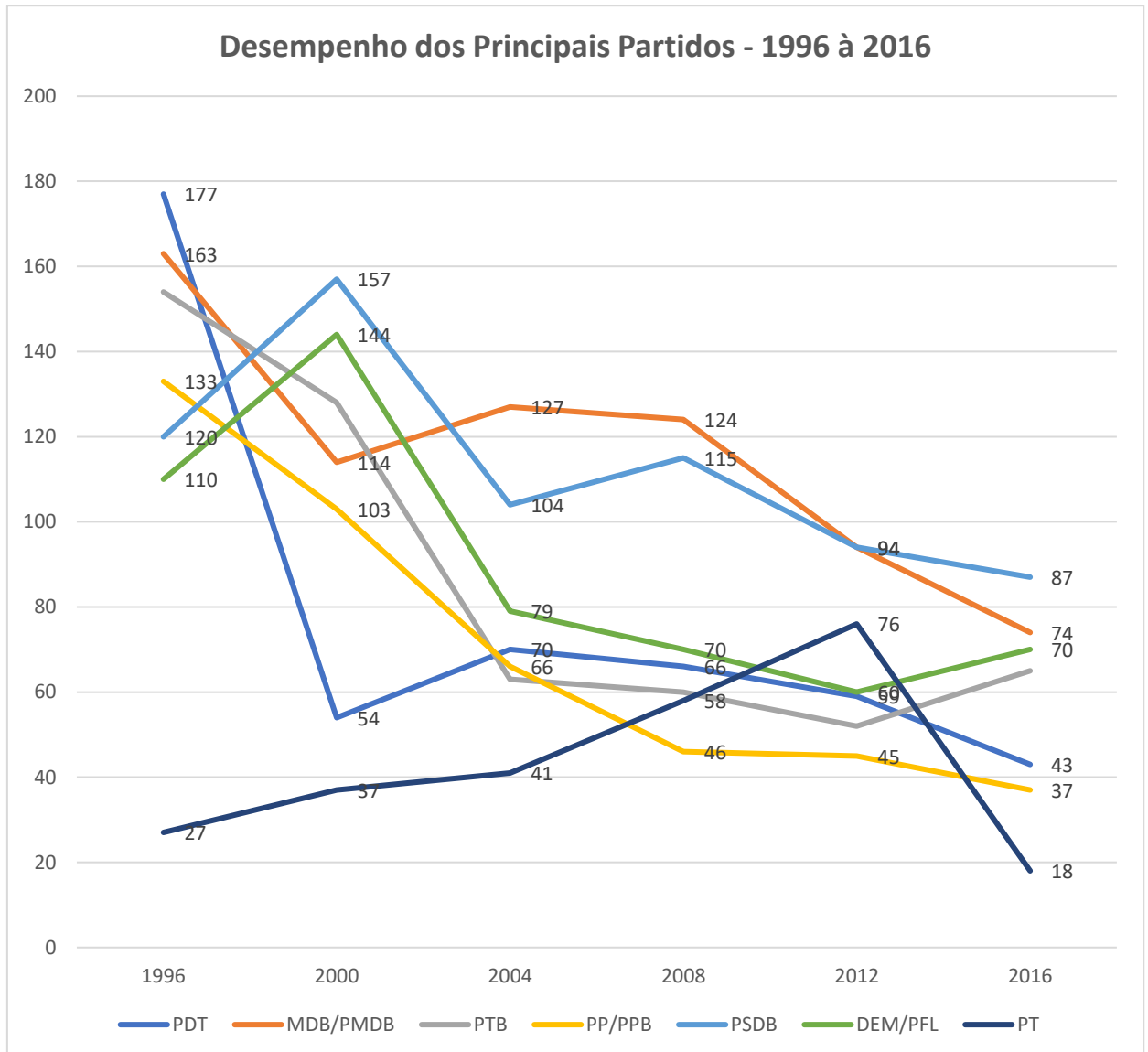
²²³ CASTELLS, Manuel. **Ruptura: A crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2017 p. 26.

²²⁴ RIBEIRO, Pedro Floriano. **Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos**. Brasília: Revista Brasileira de Ciência Política, nº 10, jan./abr. de 2013, p. 229.

²²⁵ BRAGA, Maria do Socorro Sousa. **Democracia e Organização dos Partidos Políticos: Revisitando os Microfundamentos de Michels**. Curitiba: Revista de Sociologia e Política, nov./2012, v.20, nº14, p. 86.

não tendo conquistado um número significativo de cadeiras em 1996, foi crescendo a cada Eleição e também foi afetado. Os gráficos demonstram como os partidos foram perdendo cadeiras em cada eleição ao ponto de que nas Eleições Municipais de 2016 nenhum dos partidos atingiu 100 cadeiras na soma dos municípios estudados.

Gráfico 79 – Desempenho dos principais partidos.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Observa-se uma desconcentração da hegemonia partidária, há uma mudança na política, os surgimentos de outras formas de atuação além dos partidos políticos, que pelos resultados das eleições não se adaptaram para o momento. Mas, esta situação não chegou exclusivamente por incompetência dos partidos, eles possuem

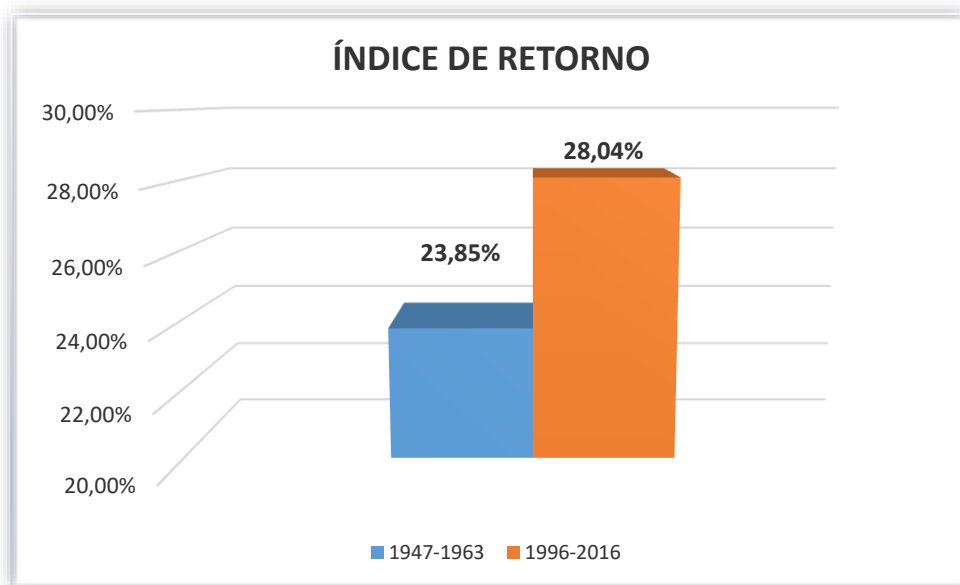
sua parcela de responsabilidade, assim como a própria Justiça Eleitoral foi atropelada pela velocidade das mudanças.

A Justiça Eleitoral ainda tutela os partidos, preocupando-se com a burocracia organizacional e processual, omitindo-se sobre a importância do aperfeiçoamento da democracia intrapartidária.

Um outro índice estudado é o índice de retorno, que mediu nos municípios o percentual de candidatos que após participar de uma Eleição retornava nas Eleições seguintes. No capítulo anterior vimos isoladamente em cada região e no período 1947 à 1963 e 1996 à 2016.

Nas tabelas 7 a 15 que constam do anexo, verifica-se como se deu este índice de retorno por região geográfica. Abaixo verifica-se que a média do índice de retorno dos candidatos nos dois períodos estudados é muito próxima.

Gráfico 80 – Média do Índice de retorno – Eleições Municipais



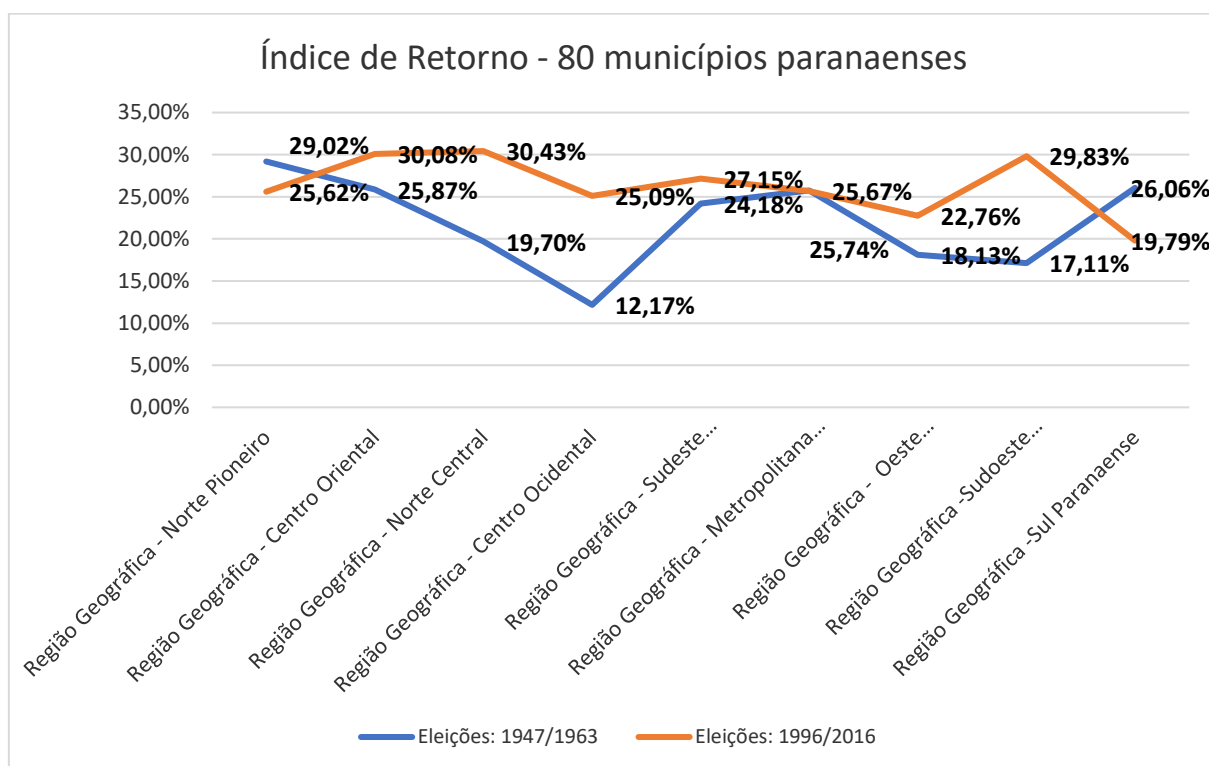
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Com base nestes resultados, desmistifica-se a ideia de que não haja interesse pela política, o interesse das pessoas pela política não diminuiu, os candidatos continuam a concorrer em um patamar semelhante nos dois períodos eleitorais. As pessoas acreditam ainda na democracia, de tal forma que “as eleições regulares são um desses arranjos e continuam a ser o grande alicerce da política democrática”.²²⁶

²²⁶ RUNCIMAN, David. **Como a democracia chega ao fim**. São Paulo: Editora Todavia, 2018, p. 10.

Comparando o desempenho por região geográfica, demonstrada no gráfico 81 a seguir, pode-se notar que as pessoas continuam a ter interesse e retornam a colocar seus nomes a disposição dos partidos em percentual semelhante, tanto no período de 1996 a 2016, como no primeiro período de 1947 a 1963. O interesse por participar da política aumentou em seis das nove regiões geográficas do Paraná.

Gráfico 81 – Índice de retorno – Média por região geográfica do Paraná



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

A ideia de discutir a crise da democracia, liga-se com a própria crise dos partidos tradicionais. Os partidos foram afetados por esta crise e a Eleição de Trump, que concorreu por dentro de um partido tradicional nos Estados Unidos, tenha servido de gatilho para uma discussão mais séria sobre o tema. Sem uma crise nos partidos, candidatos fora do sistema, chamados de “outsiders” não chegariam ao poder pelo voto e iriam corroer a democracia lentamente²²⁷. Estes candidatos não são os únicos responsáveis pela corrosão da democracia, mas aproveitam-se da crise da

²²⁷ LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **How Democracies Die**. New York: Crown Publishing, 2018, p. 8.

democracia. Além da existência da instabilidade, do medo e da insegurança na sociedade.

Um dos pontos levantados por David Runciman quando discorre sobre os três pontos que distinguem esta crise com a crise das democracias do passado, chama a atenção. O primeiro ponto dirá que a violência política não é a mesma, assim quanto no segundo ponto a ameaça de calamidade também é diferente. Entretanto, o terceiro ponto “a revolução da informática alterou por completo os termos em que a democracia precisa operar”²²⁸. Este ponto é um dos apontados por Bauman como reflexo da própria modernidade líquida e este afetou e afeta os partidos políticos, haja vista os efeitos que as redes sociais causaram nas Eleições de Trump e até na Eleição em 2018 no Brasil.

Cabe ressaltar que a tecnologia em si não é má, ela “não determina suas utilizações humanas, mas influência – fortemente – a distribuição de suas probabilidades”²²⁹, isto vai dizer que mais do que dar vozes as pessoas, aproxima opiniões dos mais diversos tipos, chegando a tornar “algumas escolhas mais fáceis, menos custosas e, assim, mais prováveis, enquanto torna outras mais difíceis de manejar, impondo preços mais elevados e, portanto, menos prováveis”.²³⁰

Estes fatores podem indicar um maior enfraquecimento dos partidos neste período em que o desenvolvimento tecnológico se acelerou. Os meios de comunicação também sofreram grandes modificações nos dois períodos e os indivíduos passaram a ter mais importância.

Como salientado no primeiro capítulo, o filiado-cidadão perdeu influência frente ao filiado-indivíduo fato que contribuiu mais para o enfraquecimento das estruturas partidárias.

A perda de preponderância dos partidos na relação com os filiados, ficou caracterizada no segundo período. O fato de não conseguirem manter as filiações partidárias, a constância dos candidatos no seu partido. No próximo tópico a comparação dos resultados da constância dos candidatos nos partidos poderá ilustrar melhor os efeitos do imediatismo e flexibilidade do atual momento.

²²⁸ RUNCIMAN, David. **Como a democracia chega ao fim**. São Paulo: Editora Todavia, 2018, p. 13.

²²⁹ BAUMAN, Zygmunt. **A individualidade numa época de incertezas**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2018, p. 114.

²³⁰ BAUMAN, Zygmunt. **A individualidade numa época de incertezas**, p.114.

3.2. IMEDIATISMO E FLEXIBILIDADE NO ATUAR DOS PARTIDOS POLÍTICOS

A supervalorização do indivíduo que ocorre neste período da modernidade influenciou diretamente na estabilidade e coesão dos partidos políticos. No ponto 1.2 verificamos uma valorização excessiva do filiado enquanto indivíduo em detrimento do filiado cidadão. Pois, “a apresentação dos membros como indivíduos é a marca registrada da sociedade moderna”²³¹, mas é preciso destacar que o sentido do indivíduo mudou com o tempo:

A “individualização” agora significa uma coisa muito diferente do que significava há cem anos e do que implicava nos primeiros tempos da era moderna – os tempos da exaltada “emancipação” do homem da trama estreita da dependência, da vigilância e da imposição comunitárias.²³²

Percebe-se que no Direito Eleitoral esta mudança de concepção do indivíduo afetou diretamente os partidos políticos, conforme a valorização do filiado indivíduo foi aumentando em detrimento do partido.

Nos gráficos, em anexo, 82 a 90 é possível verificar que o índice de permanência, possibilitou medir a coesão dos partidos nas nove Regiões geográficas do Estado do Paraná em todos os 80 municípios estudados. Através deste índice foi possível verificar o percentual de candidatos, que retornaram a participar em mais de uma Eleição e permaneceram ou não no mesmo partido.

Cabe destacar que de todos os 80 municípios apenas nos municípios de Guaratuba, Rio Branco do Sul, Rio Negro, Bocaíuva do Sul, Teixeira Soares, Londrina, Mandaguari e Reserva houve um índice de permanência maior no período de 1996-2016 do que no período anterior de 1947-1963.

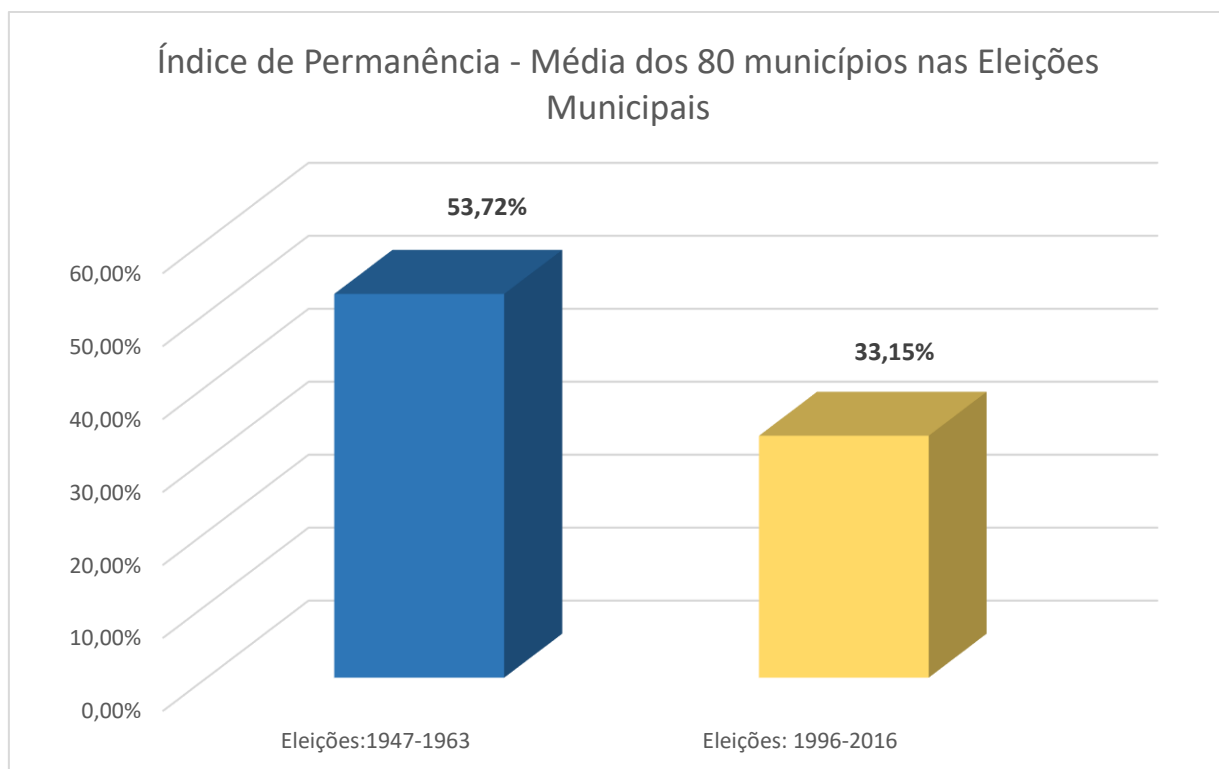
No gráfico a seguir é possível verificar que diferente do índice de retorno visto no item 3.1, em que os percentuais foram menores do que cinco pontos percentuais, nos dois períodos estudados, com relação ao índice de permanência a diferença é visível. Neste gráfico o índice de permanência dos filiados no partido teve um percentual diferente nos períodos de 1947-1963 e de 1996-2016, sendo um dos possíveis efeitos ou consequência da mudança apresentada na modernidade, na qual

²³¹ BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001, p. 42.

²³² BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**, p.43.

o imediatismo do filiado-candidato, que prioriza a possibilidade imediata de ser eleito em uma eleição do que a construção do partido político para participação de eleições futuras.

Gráfico 90.1 – Índice de Permanência Média.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

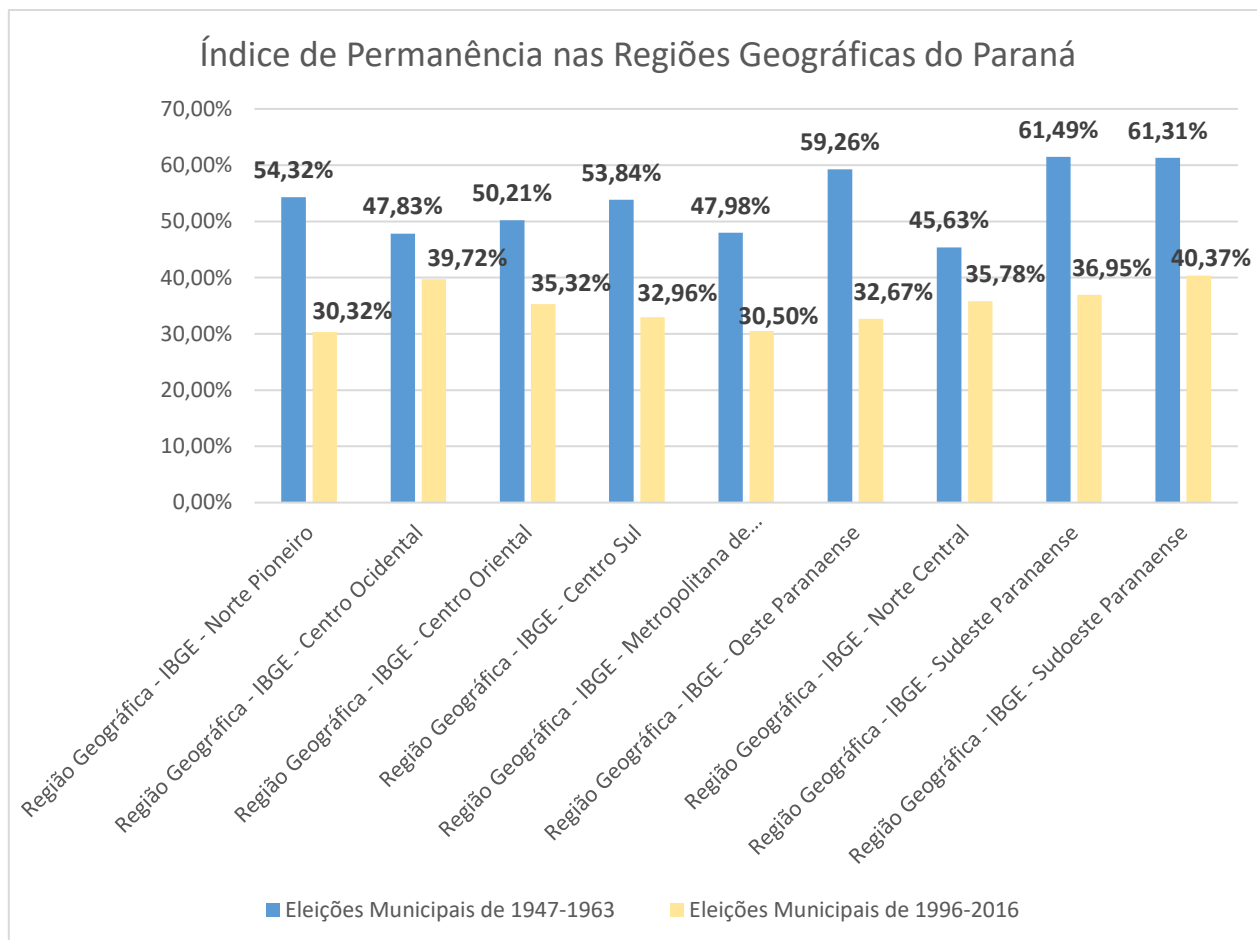
O gráfico deixa claro que provavelmente os efeitos nos partidos políticos da preponderância do indivíduo sobre o cidadão. O imediatismo dos indivíduos, a busca pelo novo e as novas tecnologias de comunicação não refletiram em uma abertura maior dos partidos políticos para a sociedade.

A maior parte das direções partidárias mantiveram com rigor e mão firme o controle dos partidos, as novas tecnologias não serviram para o desenvolvimento da democracia interna dos partidos políticos. Este fator gerou reflexo na fidelidade partidária, o fato que no período de 1947-1963, 53,72% dos candidatos que concorreram a mais de uma Eleição nos 80 municípios paranaenses mantiveram-se em um mesmo partido. Enquanto no período de 1996-2016 este percentual foi bem menor, permanecendo em torno de 33,15%.

O próximo gráfico vai deixar mais explícito, a média por região do índice de permanência dos candidatos filiados, que concorreram a mais de uma eleição e

permanecerão no mesmo partido. A comparação nos dois períodos históricos demonstra o aumento do desapego, da falta de confiança e espaço nos partidos políticos.

Gráfico 92 – Índice de Permanência – Regiões Geográficas do Paraná.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Percebemos o reflexo melhor destas médias quando se analisa mais de perto o reflexo em cada Região Geográfica. Na Região Norte Pioneiro, em que se concentram o maior número de municípios, constatou-se que dos 24 municípios nenhum teve um percentual de permanência maior no período de 1996-2016. No município de Joaquim Távora foi uma exceção, menos de 3% de diferença; todos os demais o percentual variou de pouco mais de 9% para até mais de 55% de diferença.

Nesta Região no período de 1947-1963 o município com maior percentual de permanência foi Cambará com 84,21% e o menor foi Andirá com 37,50%; já no

período de 1996-2016 o maior índice continuou a ser do município de Cambará com 44,32% e o menor São Jerônimo da Serra com 15,38%.

Na Região Geográfica Metropolitana de Curitiba, composta por 18 municípios, comparando os resultados nos dois períodos ocorreu que em quatro municípios (Rio Negro, Rio Branco do Sul, Bocaiuva do Sul e Guaratuba) o percentual de permanência foi maior no período de 1996-2016. Nesta Região cabe destacar que no município de Guaratuba houve uma diferença de quase dez pontos percentuais, 13,79% no período de 1947-1963 e 23,33% no período de 1996-2016. A menor diferença entre os dois períodos ocorreu em Bocaiuva do Sul, em torno de 1,13%.

Nesta Região no período de 1947-1963 o município com maior percentual de permanência foi Morretes com 73,08% e o menor foi Guaratuba com 13,79%; já no período de 1996-2016 o maior índice foi no município de Rio Negro com 47,76% e o menor no município de Antonina com 19,59%.

Na Região Geográfica Centro-Oriental, composta por 8 municípios, a pesquisa demonstrou que apenas no município de Reserva teve um percentual maior no segundo período, neste município no primeiro período teve 39,13%, ao passo que o resultado de 44,45% no período de 1996-2016. O município de Tibagi nos dois períodos teve o menor índice de permanência.

Nesta Região no período de 1947-1963 o município com maior percentual de permanência foi Sengés com 68% e no período de 1996-2016 foi o município de Reserva com 44,45%; já o menor foi Tibagi com 27,27% no primeiro período e 25,97% no segundo.

Na Região Geográfica Norte Central, composta por 11 municípios a menor diferença ocorreu no município de Londrina, menos de um por cento de um período para outro. Nesta região três municípios tiveram um percentual maior no período de 1996-2016, foram Porecatu, Mandaguari e Londrina, respectivamente no período de 1947-1963 com percentuais de 25%, 41,03% e 36,71% e no período de 1996-2016 tiveram 46,91%, 43,59% e 37,72%.

Nesta Região no período de 1947-1963 o município com maior percentual de permanência foi Ibiporã com 64,71% e o menor foi Porecatu com 25%; no segundo período estudado Porecatu foi o município com maior percentual, 46,91% e Apucarana obteve o menor percentual 23,50%.

Na Região Geográfica Sudeste Paranaense, composta também por 11 municípios, tivemos no município de Teixeira Soares o índice maior no segundo período, com 43,94%.

Nesta Região o maior percentual no período de 1947-1963 foi de Rebouças com 86,96% e o menor no município de Teixeira Soares com 38,10%; já no período de 1996-2016 o maior percentual encontrado deu-se em São Mateus do Sul com 46,03% e o menor no município de Rio Azul com 24,62%.

A Região Geográfica Sudoeste Paranaense, é composta por 3 municípios, nesta região ocorreu que os mesmos municípios com maior e menor índice são os mesmos nos dois períodos. No período de 1947-1963, Clevelândia teve o maior índice de permanência com 71,43% e o município de Mangueirinha o menor com 50%; já no período de 1996-2016 o maior índice ocorreu no município de Clevelândia com 45,45% e o menor no município de Mangueirinha com 30,67%.

A Região Geográfica Centro Sul, também composta por 3 municípios, houve ao contrário do descrito no parágrafo anterior uma inversão. No período de 1947-1963 o município com maior índice de permanência foi Laranjeiras do Sul com 61,90% e o menor Pitanga com 45,16%; por sua vez no período de 1996-2016, o maior índice de permanência ocorreu no município de Pitanga com 34,72% e o menor no município de Laranjeiras do Sul com 31,25%.

As duas últimas regiões geográficas estudadas eram compostas por apenas um município cada um; na Região Geográfica Centro Ocidental, o município de Campo Mourão teve o índice de permanência no período de 1947-1963 de 47,83% e no período de 1996-2016 de 39,72%. A Região Geográfica Oeste Paranaense composta pelo município de Foz do Iguaçu teve no primeiro período o índice de 59,26% e no segundo 32,37%.

Dos 80 municípios estudados nesta pesquisa, apenas 9 tiveram um índice de permanência maior no período de 1996-2016, os gráficos 82 a 90 e as tabelas 16 à 24 que constam no anexo trazem o resultado detalhado de toda a pesquisa realizada por região.

Estes resultados refletem a mudança ocorrida na sociedade. Pode-se identificar dois problemas no momento em que a modernidade modificava rapidamente, o meio e a forma como as informações são transmitidas e se propagam na sociedade. Neste sentido a institucionalização do sistema partidário caminhou em sentido inverso da realidade, os partidos viveram um paradoxo entre autonomia e interferência estatal.

O problema central do desenvolvimento político é, porém, a institucionalização de um sistema partidário – mesmo que isto se dê de maneira camuflada, como a institucionalização de facções e normas de convivência dentro de um partido único ou dominante, de modo a assegurar tanto a estabilidade e efetividade da função de governar quanto o vigor e autenticidade da função de representar interesses diversos.²³³

Os valores que vigiam na sociedade durante a modernidade sólida, refletem melhor o apresentado por Maria do Carmo Carvalho Campelo de Souza. Mas, ao pesquisar as instituições partidárias municipais foi possível constatar esta fragilidade, uma distância entre o que é e o que deveria ser uma instituição partidária, a falta de coesão e permanência nos partidos deixa esta situação bem evidente.

Esta baixa coesão partidária pode ser decorrente desta própria estrutura institucional forçada pela legislação que não corresponde as realidades municipais.²³⁴ Os municípios diferentes deveriam ser tratados de forma diversa pela legislação, um partido em um município de dez mil eleitores não pode ter a mesma exigência e estrutura administrativa de um município com cem, duzentos mil ou mais eleitores. Neste sentido pode-se perceber que talvez o foco dado pela legislação não seja o adequado, os partidos deveriam ter uma maior autonomia administrativa para se organizar, há uma necessidade de se repensar o formato nacional dos partidos políticos.

A autonomia tutelada forçada pela legislação e pela Justiça Eleitoral é um dos fatores que aumenta a distância entre os partidos e a sociedade, por mais que haja alguns que defendem que “no Brasil argumenta-se que em decorrência de uma legislação eleitoral frouxa, a criação de partidos (em sua maioria pequenos) é a regra”.²³⁵ Isto deve ser visto com ressalvas, pois não é o caso de haver pouca legislação, mas que esta se concentra em aspectos prejudiciais, recai sobre a organização burocrática, não se atendo a fomentar e incentivar a democracia interna nos partidos políticos.

Há uma burocratização crescente dos partidos, por mais que a Constituição diga que há liberdade, a legislação e o TSE atuam em sentido oposto.

²³³ SOUSA, Maria do Carmo Carvalho Campelo de. **Estado e Partidos Políticos no Brasil**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976, p.50.

²³⁴SOUSA, Maria do Carmo Carvalho Campelo de. **Estado e Partidos Políticos no Brasil**, pág.56.

²³⁵ NASCIMENTO, Wilber da Silva. **Partidos Pequenos e a Competição Partidária no Brasil**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPE. 2016, p.15. Disponível em <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/25966> . Acesso em 03 jan 2019.

A Constituição Federal adotou o princípio da liberdade de organização ao assegurar ao partido político autonomia para definir sua estrutura interna, organização e seu funcionamento e, também, ao prescrever ser “livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana” (CF, art. 17, § 1º). Mas essa liberdade não é absoluta, devendo o partido observar as restrições legalmente postas para sua criação e funcionamento.²³⁶

O fato de não ser absoluta esta liberdade levou a excessos, uma vez que a legislação não garante a democracia interna nos partidos o que, pode vir a gerar “um alto índice de votos nulos”²³⁷, pela falta de espaço nos partidos, ou até aumentar a própria criação de novos partidos. Isto demonstra um fato reconhecido pelo próprio José Jairo Gomes, revelando “o descontentamento do povo com a classe política; demonstra o seu desprezo pela deficiência dos partidos e candidatos apresentados ou de seus programas, que não merecem seu apoio nem despertam seu entusiasmo”.²³⁸

Percebe-se na doutrina que quando se fala de liberdade partidária, dizem respeito a “liberdade de criação e filiação, autonomia partidária (nas diversas acepções), a legitimação e participação democrática no plano intrapartidário”²³⁹ entre outros direitos, mas há uma omissão quanto as garantias da democracia intrapartidária.

Em um mundo no qual a participação política teve ampliada sua possibilidade pelo desenvolvimento tecnológico, principalmente pelas possibilidades surgidas pelo advento da internet e do smartphone. As pessoas podem deixar sua opinião e participar seja através de reportagens, enquetes e até de grandes mobilizações. Estas novas possibilidades não foram reconhecidas, ou pelo menos foram subutilizadas, pelo nosso sistema partidário preso a uma lógica anterior da modernidade.

A fragmentação notada durante a pesquisa, percebida pelo gráfico 77 e pelo percentual de permanência no gráfico 90.1, pode ter sido gerada por esta falta de espaço nos partidos. Esta situação foi aprofundada pela presença de características presentes na modernidade líquida.

²³⁶ GOMES, José Jairo. **Direito Eleitoral**. São Paulo: Editora Atlas, 2016, p. 113.

²³⁷ GOMES, José Jairo. **Direito Eleitoral**, p.64.

²³⁸ GOMES, José Jairo. **Direito Eleitoral**, p. 64.

²³⁹ SARLET, Ingo Wolfgang. MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Direito Constitucional**. Editora Saraiva, São Paulo, 2018, p. 779.

Por sua vez a doutrina deixa claro a existência de um excesso de controle e normatização:

(...) Autonomia para definir sua estrutura interna, sua organização, seu funcionamento, além de, notadamente, conceder expressamente aos partidos políticos autonomia para prescreverem, em seus estatutos nacionais, normas de fidelidade e disciplina partidária, compreendendo-se, nesse ensejo, por via oblíqua, a estipulação de sanções por ocasião da incidência de infidelidades partidárias.²⁴⁰

Em vez de se primar por uma normatização que garanta a existência de uma democracia interna nos partidos e fomente a participação. A autonomia partidária garantida pela Constituição ao invés de atuar a favor, acaba atuando como limitador da democracia intrapartidária.

Quando a incerteza presente na sociedade aprofunda a individualidade, atua como força que amplifica esta situação.²⁴¹ Em um momento em que o filiado se sobrepõe ao cidadão, pois “o outro lado da individualização parece ser a corrosão e a lenta desintegração da cidadania”.²⁴²

Percebe-se no gráfico 79 a desintegração dos principais partidos ocorridos nos 80 municípios estudados, esta é aprofundada pela sensação de impotência, pela ausência quase completa de democracia interna nos partidos. Este fato observado por Robert Michels, sobre o dilema do crescimento do partido em choque com a manutenção de seus princípios, aprofundando nas organizações que tendem a chegar ao poder, e restringindo a influência dos filiados.²⁴³

Foi possível constatar, pelo gráfico 77 no item 3.1 e as tabelas 4 e 6 do anexo, que a velocidade e a intensidade das migrações partidárias podem refletir as ausências de espaço interno nos partidos tanto para dissidências se manifestarem quanto para filiados. Podendo representar uma preponderância do indivíduo-candidato sobre a organização partidária, pois, “o partido moderno acabaria tornando-se, em consequência, um fim em si mesmo”²⁴⁴ de tal forma que aumenta o poder

²⁴⁰ ÁVALO, Alexandre; et al. **O Novo Direito Eleitoral Brasileiro. Manual de Direito Eleitoral.** Belo Horizonte: Editora Fórum, 2014, p. 132.

²⁴¹ BAUMAN, Zygmunt. **A Sociedade Individualizada: Vidas contada e histórias vividas.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2009, p. 32.

²⁴² BAUMAN, Zygmunt. **A Sociedade Individualizada: Vidas contada e histórias vividas,** p. 58.

²⁴³ MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, p. 219-222.

²⁴⁴ BRAGA, Maria do Socorro Sousa. **Democracia e Organização dos Partidos Políticos: Revisitando os Microfundamentos de Michels.** Curitiba: Revista de Sociologia e Política., n. 2012, v. 20, nº 14, p. 86.

centralizador do partido com base na autoridade e na disciplina. Deste modo ocorre uma mudança dos fins originários da organização partidária.

A modernidade líquida trouxe mais leveza para o indivíduo, isto é, instrumentos que possibilitaram a emancipação do indivíduo. Esta situação repercutiu na relação com os partidos políticos;

O processo de individualização se tornou um elemento relevante para a concepção da modernidade líquida proposta por Bauman, como uma característica desta modernidade, advinda de toda uma elaboração sobre os meios de enfrentar o seu impacto sobre o medo pelo qual levamos a nossa vida. Trouxe junto a ela uma liberdade sem precedentes para experimentar, e enfrentar suas consequências.²⁴⁵

Esta liberdade trazida para os indivíduos, os fez confrontar e buscar fontes alternativas de informação. O partido não é mais sua única opção para se fazer ouvir na sociedade, há diversas outras instituições mais abertas a sua reivindicação. Este fato trouxe uma liberdade de experimentar, consistindo “em transformar a identidade humana de um “dado” para uma “tarefa”, ou seja, a transformação em um sujeito ativo dentro das mudanças presentes na sociedade a qual faz parte, realizando tarefas e sendo responsável pelas suas consequências”.²⁴⁶

Se um partido não proporciona este espaço de participação, o filiado passa para outro partido, isto expresso na crescente busca de espaços por meio da migração partidária.

A valorização do indivíduo e o livre acesso a informações proporcionadas pelo desenvolvimento tecnológico, são fatores que ajudaram a libertar e ao mesmo tempo aumentar a insegurança, uma vez que o fim da ilusão de que há um progresso linear da sociedade, pois, há uma mudança que aponta em sentido contrário, na política os partidos perdem mais espaço.

O contrário disso é o convívio com uma sociedade desencantada e que vive a angústia do fim das utopias, da exaustão das grandes metanarrativas, a ascensão de um mundo de vida menos político e mais estético, menos

²⁴⁵ OLIVEIRA, Fernando Maluf Dib. **A Constituição da Identidade na Pós-Modernidade: o Simulacro da Realidade**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Uberlândia. 2016, p. 41. Disponível em <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/18029>.>

²⁴⁶ OLIVEIRA, Fernando Maluf Dib. **A Constituição da Identidade na Pós-Modernidade: o Simulacro da Realidade**, p. 52.

coletivo e mais individual, mais leve e consumista, mais líquido e inconsistente, mais frenético e de bussolado²⁴⁷.

As organizações partidárias apegam-se a uma luta pelo poder e existe uma tentativa da direção partidária de se manter no controle por meio da autoridade e da disciplina. Por isso, nunca é demais repetir que “a organização, em vez de ser um meio, passa então a ser um fim e, dessa forma, a democracia é sorrateiramente esquecida”.²⁴⁸

A lei 9096/95 que concedeu maior autonomia organizativa aos partidos, em tese, em vez de aumentar a democracia interna, aumentou o controle das direções partidárias. Pois, como já afirmado no artigo de Pedro Floriano Ribeiro há o que é previsto formalmente e a real dinâmica da organização partidária.²⁴⁹

Este fato pode ser percebido com o Partido Democratas - DEM que promoveu alterações que diminuíram a representatividade da base, atribuindo às executivas todas as prerrogativas.²⁵⁰ O mesmo processo de concentração atingiu o Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB.²⁵¹ Até os partidos que historicamente surgiram dos movimentos populares, caso do Partido dos Trabalhadores - PT, veriam a passar também por um processo de concentração de poder após 2001. “Esses processos estiveram ligados a estratégia da liderança do Campo Majoritário, que a partir de 1995 alteraram a estrutura inclusiva construída nos anos 1980”.²⁵²

Recentemente, partidos como a REDE e o NOVO surgiram para tentar romper esta situação, com uma nova perspectiva. Um foi tomado pelo ímpeto da centralização e personalismo, o outro confundiu princípios democráticos com princípios organizatórios e administrativos empresariais²⁵³.

No sistema partidário brasileiro, após a pesquisa dos dois períodos eleitorais, ficou evidente o enfraquecimento dos partidos políticos, o fortalecimento do indivíduo-

²⁴⁷ BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **O Direito na Pós-Modernidade**. Revista Sequência, n. 57, dez./2008, p. 131-152.

²⁴⁸ GARCIA, Fernando Coutinho. **A Lei de Ferro da Oligarquia e o discurso da participação**. In: Revista Administração Empresarial, Rio de Janeiro, abr./jun. 1988, p. 57.

²⁴⁹ RIBEIRO, Pedro Floriano. **Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos**. Brasília. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 10, jan./abr. 2013. p. 225-265.

²⁵⁰ RIBEIRO, Pedro Floriano. **Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos**, p. 239.

²⁵¹ RIBEIRO, Pedro Floriano. **Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos**, p. 242.

²⁵² RIBEIRO, Pedro Floriano. **Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos**, p. 244.

²⁵³ Artigo 24 do Estatuto do NOVO trata da Gestão partidária e em seu §1º diz que além de outros requisitos é necessário aptidão para gestão”. Estatutos de todos os partidos estão disponíveis no site do TSE.

filiado frente ao indivíduo-cidadão, em um movimento agravado e acelerado pelas características da modernidade líquida.

No estudo realizado até o momento ficou claro que o interesse por participar da política nos oitenta municípios estudados, manteve-se em níveis similar nos dois períodos 1947-1963 e 1996-2016.

(...) Essa profunda individualização e liquefação gerou uma migração dos poderes do sistema para a sociedade, do nível macro para o nível micro das relações sociais, gerando um desajuste político e econômico e o abandono do espaço público. De fato, no que pode parecer uma incongruência, essa perda de espaço para a discussão dos temas públicos está intrinsecamente ligado ao aumento da liberdade individual, tendo em vista que os elos entre o público e o privado são quebrados, desencadeando uma verdadeira colonização do privado pelo público.²⁵⁴

Estes passos levam a uma nova reflexão, qual seria o papel dos partidos políticos em um mundo líquido? No próximo item levantar-se-á esta questão e como isto pode ajudar a reconstruir os partidos sobre os fundamentos da democracia, de forma a propiciar uma saída para a atual crise da democracia liberal.

3.3 O PAPEL DOS PARTIDOS POLÍTICOS EM UM MUNDO LÍQUIDO

A previsibilidade, estabilidade e segurança demonstraram seus limites e seu caráter ilusório. O momento da modernidade sólida, um mundo em que nossas utopias modernas, em busca de um mundo perfeito, no qual o amanhã e o depois poderiam ser previstos. Estes fatores já não existem no atual momento da modernidade, isto afetou diretamente o sistema político, como é possível verificar com o resultado das pesquisas realizadas:

A maioria dos sistemas políticos democráticos desloca-se, atualmente, dos modelos de domínio dos partidos ou parlamentar em direção ao modelo de “domínio da pesquisa de opinião”, em que a composição das plataformas políticas e a tomada de decisões sobre temas controversos são guiadas pela ponderação antecipada da relativa popularidade do futuro ato e pela cuidadosa avaliação dos ganhos e perdas eleitorais – previstos – o total de votos para uma dada medida possa atrair e o total de eleitores que ela possa afastar”.²⁵⁵

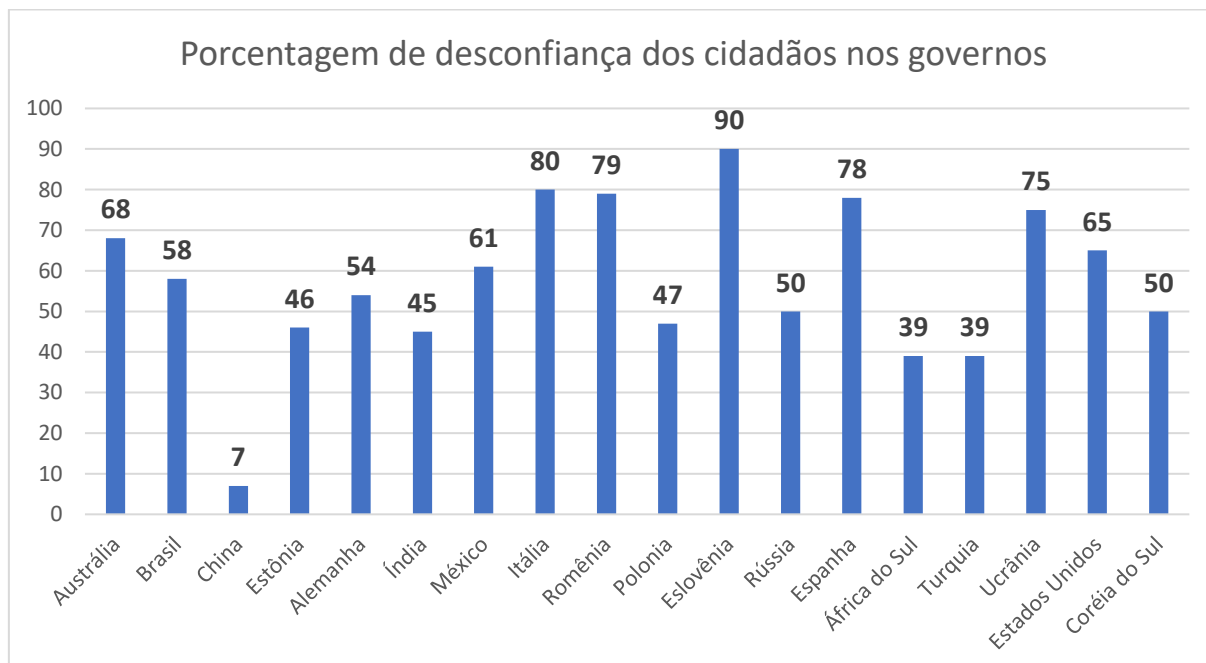
²⁵⁴ ASSIS, Victor Hugo Siqueira de. **O Declínio da Política e o Papel da Cultura, Mídia e Tecnologia na Formação de um novo paradigma na era da Modernidade Líquida**. In: Direito Político: políticas pública, modernidade e o paradoxo de um Estado mínimo. 1ª ed. Fortaleza: Kindle Direct Publishing. 2018, p. 381/382.

²⁵⁵ BAUMAN, Zygmunt. **O Mal-Estar da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1998a, p. 82.

A realidade gera um estresse, conviver com a insegurança, com a imprevisibilidade, com a instabilidade e principalmente com a ambivalência colocam o ser humano em contato com um mundo líquido, sem forma. Estas características atingiram as instituições moldadas na modernidade. Entre estas instituições o partido político, fundamental para o desenvolvimento da democracia liberal.

O momento não foi simplesmente interpretado equivocadamente pelos partidos políticos, isto foi bem além disto, como dito por Manuel Castells e através dos gráficos apresentados no anexo de seu livro, podemos notar a seguir que as razões da ira dos cidadãos.

Gráfico 93 – Índice de desconfiança nos governos em âmbito mundial



Fonte: World Value Survey. Universidade de Michigan. Rodada 6 (2010-2014). Inserido no anexo do Livro Ruptura de Manuel Castells.

Por estes gráficos percebemos a frustração causada, os governos dirigidos por políticos que por sua vez são identificados como representantes dos partidos, o porquê os partidos se dissolvem e são incapazes de manter seus filiados, por mais que perdurem no tempo. Os gráficos 92 e 91, baseados na pesquisa empírica, demonstram a variação do índice de permanência dos filiados bem superior no período de 1996-2016. Tal fato deixa a mostra os limites e dificuldade dos partidos em manter seus filiados fieis, o gráfico 79 também corrobora com este entendimento.

Situação que ao estudar as eleições municipais pode ser confirmada, indo na linha do já percebido por Maria Teresa Miceli Kerbauy no IV Congresso de la Asociacion Latinoamericana de Ciência Política:

Ao contrário do que mostram os estudos feitos para as esferas federal e estadual – indicando a recuperação da importância dos partidos -, as pesquisas realizadas na esfera local apontam para o desprestígio da função de coordenação exercida pelos partidos, ao mesmo tempo com que se ressalta a atuação do prefeito como o maior detentor de poder no processo legislativo, responsável por individualizar a negociação política e desconsiderar totalmente o papel da organização partidária.²⁵⁶

A situação apenas aumenta mais a tensão entre o filiado e o partido político, a falta de espaço e democracia interna leva ao que tem interesse em disputar uma eleição a mudar de partido. A dificuldade dos partidos tradicionais de renovar as suas lideranças, dos próprios políticos de deixarem a disputa política por livre e espontânea vontade e não simplesmente por esgotarem a discussão:

De alguma forma sua participação e influência no jogo político (por exposição em escândalos, idade avançada ou por grupo em decadência, seja um partido ou um perfil sócio ocupacional) ou de grupos que ainda não conseguem penetrar no campo com a mesma desenvoltura de seus pares (mulheres, estreates de primeiro mandato-suplentes e parlamentares de bancadas muito pequenas).²⁵⁷

Em um mundo líquido, partidos não devem mais ter donos e o apego aos cargos necessita ser superado. Os partidos como fim em si mesmo sentem os efeitos da desconfiança dos cidadãos. Neste mundo mais conectado, alguns partidos como no caso da REDE e do NOVO tentam se adaptar, mas um partido disposto a aceitar disputar eleições em um mundo líquido, implica no fato de as direções partidárias aceitarem que estar hoje no controle do partido não significa que estará amanhã e muito menos depois de amanhã na direção do partido.

Este fato implica que a estabilidade partidária só se tornará real com o fim da segurança do controle da direção partidária, mas com o estabelecimento de um modelo de democracia interna.

La “democracia interna” en un partido supone la adopción de los principios de este sistema político em el interior de la organización. Desde una

²⁵⁶ KERBAUY, Maria Teresa Miceli. **Camaras Municipais, Partidos Políticos e Clientelismo**. IV Congresso de la Asociacion Latinoamericana de Ciência Política. Universidad de Costa Rica, San José/Costa Rica, 5 a 7 de agosto de 2008.

²⁵⁷ FLORENTINO, Renata. **Saindo de Cena**: Parlamentares que desistem da disputa eleitoral (1990-2006). In: Revista Sociologia Política. Curitiba, v. 16, n. 30, p. 45-63, jun./2008, p. 61.

perspectiva pluralista eso significa la inclusión del criterio de competência, adopción de valores democráticos tales como la libertad de expresión y la libertad de elección para sus miembros y, por tanto, utilizar mecanismos competitivos em el proceso de toma de decisiones, la participación del afiliado em la formación de la voluntad partidista y la existência de canales que permitan el ejercicio efectivo del control político.^{258 259}

A democracia interna é uma necessidade para os partidos políticos, uma forma de superarem a desconfiança da sociedade, serem mais democráticos e até superar a insatisfação dos cidadãos com os partidos nos municípios. Há uma necessidade de reconhecimento de dimensões e indicadores, como: a seleção de candidato a cargos de eleição popular de dirigentes partidários; abertura para a participação de minorias e setores pouco representados no processo de tomada de decisões e na definição programática do partido; assim como na necessidade de prestação de contas dos candidatos, dos ocupantes de cargos públicos e autoridades dos partidos a suas bases.²⁶⁰

Um mundo líquido impõe mudanças e reconhecimento por parte dos partidos políticos, não que evitará fragmentações partidárias, pois um mundo plural e complexo vai sempre implicar uma nova possibilidade. Hoje será possível aos dirigentes partidários estarem abertos aos filiados, suas opiniões, um resgate da democracia. O que é mais provável, com base no próprio desenvolvimento tecnológico, é uma rejeição ao tipo partidário tradicional, hoje tende-se a prevalecer uma visão da realidade por meio de um olhar diferente.

Outras reações, talvez mais numerosas, provavelmente mais estimulantes e sem dúvida mais barulhentas, olham o pluralismo nos olhos, aceitam sua irreversibilidade e propõe reconsiderarem o papel que um filósofo ou um intelectual em geral possa aprender a desempenhar num mundo tão incorrigivelmente plural com a mesma medida de respeitabilidade e benefício que o papel do legislador outrora produzira.²⁶¹

²⁵⁸ Tradução livre do autor: A "democracia interna" de um partido implica a adoção dos princípios desse sistema político dentro da organização. De uma perspectiva pluralista, isso significa a inclusão do critério de competição, a adoção de valores democráticos como liberdade de expressão e liberdade de escolha para seus membros e, portanto, utilizar mecanismos competitivos no processo decisório, a participação do Afiliado na formação da vontade partidária e na existência de canais que permitam o efetivo exercício do controle político

²⁵⁹ FREIDENBERG, Flavia. **Democracia Interna**: Reto Ineludible de los Partidos Políticos. In: Revista de Derecho Electoral, n. 1, Primer Semestre, 2006, p. 3.

²⁶⁰ FREIDENBERG, Flavia. **Democracia Interna**: Reto Ineludible de los Partidos Políticos, p. 4.

²⁶¹ BAUMAN, Zygmunt. **Legisladores e Interpretés**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2010a, p. 196.

Ao se referir ao termo legislador e interprete Bauman coloca em relação ao papel do intelectual. Entendendo como legislador, aquele que ditava regras tendentes a serem seguidas, apontava o caminho, dirigia e organizava. Este papel do intelectual mudou, juntamente com a sociedade. Pode-se trazer esta questão para o papel do dirigente partidário. O novo dirigente partidário, terá que interpretar, isto é, reconhecer a opinião pública e dos filiados, prestar contas de suas atividades, abrir a participação dos filiados. O dirigente partidário não é mais aquele que dita o caminho para outros seguirem, este tipo de dirigente autoritário, que tem a “verdade”, corre o risco de ver seu partido esvaziado de uma eleição municipal para outra, fato notado nos municípios estudados no capítulo dois, principalmente no período de 1996-2016.

O dirigente partidário, principalmente se quiser que seu partido seja aceito como opção para governar, deve estar aberto a realidade e as manifestações da própria sociedade, de filiados e de outras organizações presentes na sociedade.

Atualmente, as promessas iluministas em que a modernidade sólida foi fiadora, não mais fazem sentido como a promessa de dar segurança controlando a natureza; a promessa oriunda do progresso como desenvolvimento contínuo, assim como a promessa de que o Estado será um fiador universal.²⁶²

As ilusões foram abandonadas, “as promessas, elas mesmas permaneceram extraordinariamente constantes, de modo surpreendente, imunes às ondas cruzadas da história”.²⁶³ O grande paradoxo é que gostar das promessas e tentar se iludir, fazem parte do próprio contexto político.

Com as promessas abandonadas, os partidos precisam reconhecer este mesmo momento, reconhecer principalmente que o indivíduo que não quer simplesmente ser conduzido, mas quer opinar e ser ouvido pelos partidos. Neste sentido, a migração partidária foi um caminho encontrado pelos filiados, quando o partido fecha o caminho da comunicação interna.

A modernidade líquida exige um novo tipo de partido, uma necessidade de repensar a relação com a sociedade, de forma a evitar o risco da desintegração e destruição dos próprios partidos, que podem por sua vez provocar a própria ruptura da democracia. Mas ainda há ensaios dos partidos em busca de mudanças no Brasil. Apesar do risco de abrir caminho para novos partidos populistas como na Espanha.

²⁶² BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. **Estado de Crise**. Rio de Janeiro. Editora Zahar, 2016, p. 70-71.

²⁶³ BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. **Estado de Crise**, p. 75.

O movimento social que teve início em 15 de maio de 2011 nas praças das principais cidades espanholas foi o mais poderoso e influente das mobilizações de protesto contra as consequências iniciais da crise financeira de 2008 na Europa e nos Estados Unidos. Foi amplamente espontâneo e se desenvolveu à margem de partidos e sindicatos, embora muitos militantes de esquerda e do movimento antiglobalização participassem dele. Surgiu a partir de manifestações a um chamado difundido nas redes sob a epígrafe “Democracia Real Ya!”. Na verdade, esse foi o único ponto comum aos milhares de pessoas que participaram dos acampamentos mantidos durante um mês no espaço urbano liberado para a ocupação pacífica.²⁶⁴

Este movimento que teve as mais diversas reivindicações, estas ficaram conhecidas como os indignados. No Brasil houve mobilizações semelhantes, também com uma diversidade de demandas ocorridas em 2013.

Os “indignados”, como se autodenominou o movimento, tentaram reinventar a democracia em sua própria prática, mediante uma organização assemblear e deliberativa, que combinou os debates no espaço público urbano com a interação constante no espaço público virtual das redes de internet.²⁶⁵

Cabe notar nos dois trechos citados, o papel que as redes sociais tiveram nestes movimentos. A internet possibilitou um movimento independente dos meios de comunicações tradicionais e da própria política tradicional. Os partidos foram atropelados por este movimento, em um mundo líquido, o desenvolvimento da internet mudou a forma de se fazer e vivenciar a política.

No Brasil as manifestações de 2013 também surgiram e tiveram as mais diversas motivações. As Eleições nos EUA e no Brasil, assim como o Brexit tiveram forte influência das redes sociais.

Alguns deputados federais eleitos em 2018, vieram das mobilizações via redes sociais, apesar de estarem filiados a partidos políticos, por uma imposição constitucional. Imposição esta que é cada vez mais questionada na sociedade.

Os partidos políticos precisam resgatar suas origens como instrumentos da democracia. Neste sentido:

Os partidos políticos foram os instrumentos primários para combinar as virtudes positivas da democracia. Hoje, esses partidos também tendem a se desfazer, à medida que as aspirações de reconhecimento pessoal alimentam a frustração política com a mecânica da representação democrática.²⁶⁶

²⁶⁴ CASTELLS, Manuel. **Ruptura**: A crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2017, p. 99-100.

²⁶⁵ CASTELLS, Manuel. **Ruptura**: A crise da democracia liberal, p. 100.

²⁶⁶ RUNCIMAN, David. **Como a democracia chega ao fim**. São Paulo: Editora Todavia, 2018, p. 229.

Os partidos, para o bem da própria democracia liberal, necessitam se repensar, pois, a “revolução digital vem acelerando esse processo”²⁶⁷, em um movimento de aceleração do tempo e encurtamento das distâncias. Por fim, dando voz e aproximando pessoas que em outros tempos (modernidade sólida) jamais encontrariam eco na sociedade.

Um partido deve se reconhecer não mais como o centro, mas como uma possibilidade em movimento, aberto ao diálogo com a sociedade e principalmente com suas bases municipais. A internet possibilita este movimento e o surgimento de um novo tipo de política são possíveis, de forma que se adquire “um sentido muito mais amplo do que o de transitar rumo a uma nova transição democrática: ela poderia ser o protótipo vivo de que outra política, e outra democracia, são possíveis no século XXI”.²⁶⁸

No Brasil alguns estudos já apontam a dificuldade de renovação das direções partidárias. No estudo realizado por João Victor Guedes Neto, percebe-se a existência de uma “clara diferenciação entre o partido e a juventude”²⁶⁹, a pesquisa realizada na juventude do partido Democratas deixou evidente a existência de uma diferença de percepção dos jovens filiados.

A questão é se os jovens filiados conseguiram romper ou não a resistência da burocracia partidária dominada pelos princípios da gerontocracia. Afinal, “a alternativa seria fortalecer a ala jovem dos partidos, provocando maior interação e engajamento da juventude e, assim, revertendo o cenário em longo prazo”.²⁷⁰ Esta situação seria possível com apoio da tecnologia que proporciona meios de comunicação mais rápido e eficazes.

A saída da crise pela qual passa os partidos políticos, que reflete na própria crise da democracia liberal, precisa ser superada reconhecendo em um primeiro momento os aspectos presentes no atual momento da modernidade. Também

²⁶⁷ RUNCIMAN, David. **Como a democracia chega ao fim**, p. 229.

²⁶⁸ CASTELLS, Manuel. **Ruptura: A crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2017, p. 143.

²⁶⁹ GUEDES-NETO, João Victor. Transformação intrapartidária? Um estudo sobre as percepções de poder e gestão entre jovens filiados. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba. V.26, n.68. p. 43-60, dez. 2018. P.54.

²⁷⁰ GUEDES-NETO, João Victor. Transformação intrapartidária? Um estudo sobre as percepções de poder e gestão entre jovens filiados. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba. V.26, n.68. p. 43-60, dez. 2018. P.43.

reconhecer que muitas decisões recaem em instituições que não respondem diretamente ao eleitorado.²⁷¹

O momento requer atenção não apenas dos partidos políticos, mas de todos que acreditam na democracia. Nos últimos anos é evidente o desgaste dos partidos tradicionais, o medo de perder o controle das direções partidárias, além da falta de democracia interna levaram ao aprofundamento da crise.

Em tempos de modernidade líquida, candidatos com perfis autoritários e partidos antidemocráticos reconheceram primeiro a importância das mídias sociais e das novas tecnologias, aproveitando-se do paradoxo da democracia para minar a democracia a partir de dentro.

A visão binária da política que coloca amigo versus inimigo, nacional versus estrangeiro, sim versus não, zero versus um, esquerda versus direita. Esta visão típica de um mundo sólido, seguro, estável e previsível, entrou em um ritmo de mudança acentuado na segunda metade do século vinte. Os partidos não conseguiram se adaptar com a velocidade esperada, sendo mais um ingrediente da crise da democracia. Políticos oportunistas, com perfis autoritários e um discurso binário, presa a uma visão do mundo que predominou na maior parte do século vinte. Aproveitaram-se melhor das próprias ferramentas desenvolvidas no atual momento da modernidade, para levar ao colapso diversas democracias, como na Geórgia, Hungria, Nicaraguá, Filipinas, Polônia, Rússia, Turquia e Venezuela.²⁷² Uma mensagem simples, mais eficaz, prometendo resolver a instabilidade, a insegurança e a imprevisibilidade a medida que dividem o mundo entre nós e eles.

A democracia vive um momento de adaptação e os partidos políticos precisam encarar de frente e ser claros na defesa da pluralidade, da diversidade e da própria democracia.

²⁷¹ JURADO, Roberto Garcia. De la crisis de la democracia a las crisis de los partidos políticos. **Política y Cultura**. Outubro 2017, n.48 p. 203-207.

²⁷² LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **How Democracies Die**. New York: Crown Publishing, 2018, p. 9.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil o desenvolvimento da modernidade é recente, se comparado com os países europeus. O Estado e os partidos modernos começaram a se desenvolver tardiamente.

Saiu-se do obscurantismo com a vinda da família real e a independência, iniciando a construção do Estado, mas introduziu-se na modernidade após a proclamação da República e a separação definitiva entre Estado e Religião. A confiança na razão e na ciência começaram a se fortalecer, a democracia e a organização dos partidos iniciaram-se tardiamente, após o fim da Segunda Guerra Mundial e a queda da ditadura de Vargas.

Neste período os partidos começaram a se fortalecer. O mundo começava a sentir a crise da modernidade e no Brasil esta crise demorou a se fazer sentir. Os partidos no período de 1947-1963, estavam se estruturando nos municípios, fato que ficou evidente com esta dissertação.

Foram desenvolvidos alguns índices para poder ter parâmetros de comparação entre os dois períodos estudados, de forma a que se pudesse auferir se o desenvolvimento, de algumas das características marcantes da modernidade líquida, tiveram ou não reflexo na relação entre partido e filiado. Por este motivo em um primeiro momento definiu-se o índice de retorno, o percentual de candidatos que retornavam após participar de uma eleição. Com este índice pode-se auferir se a participação do filiados na política por meio dos partidos, qual o percentual que continuam a participar após uma primeira experiência. Também foi desenvolvido o índice de permanência ou coesão partidária, medindo-se o percentual dos candidatos que retornavam a participar de uma eleição, quantos permaneciam no mesmo partido. Este índice é importante para se verificar se o partido é ou não um polo de referência para o filiado, para a atuação na política. Outro índice salientou a fragmentação das Câmaras municipais, um índice destinado a medir o comportamento das agremiações partidárias, tal balizamento foi utilizado tanto no período de 1947-1963 como no período de 1996-2016.

A primeira descoberta interessante foi descrita pelo o gráfico 91, o qual demonstra que as Coligações, no período de 1947-1963, foram perdendo importância. A medida que as Coligações passaram a eleger menos vereadores a cada eleição, os partidos demonstraram menos dependência das coligações, eles foram se estruturando

ao longo do tempo, situação muito diferente do verificado no período de 1996-2016. Evidenciou-se um crescimento da organização dos partidos nos municípios, por meio da fragmentação constatada no gráfico 75, pode-se verificar uma estabilidade partidária e uma estrutura partidária que começava a amadurecer.

No segundo período a média de fragmentação, conforme gráfico 76, foi bem diferente do primeiro. A interrupção da democracia e seu longo período de transição afetou muito os partidos políticos. O interesse das pessoas em participar da política municipal, medido pelo índice de retorno dos candidatos, permaneceu com uma diferença menor do que cinco pontos percentuais entre os dois períodos, conforme gráfico 80, evidenciando-se semelhança entre os períodos.

A fragmentação e o índice de permanência já demonstram uma variação, uma diferença marcante entre o período de 1947-1963 e de 1996-2016. As tabelas 4 e 6, assim como o gráfico 77, vão deixar evidente que nos municípios estudados a fragmentação das Câmaras Municipais foi bem diferente, assim como o índice de permanência, conforme gráfico 90.1 e 92. No gráfico 90.1 são quase vinte pontos percentuais de diferença.

O que mudou entre os dois períodos, no primeiro capítulo apresentado foi descrito as características presentes na modernidade líquida. Estas estavam presente de forma mais intensa no período de 1996-2016, tais como a valorização excessiva do indivíduo, desenvolvimento da tecnologia que ampliou a velocidade com que as informações circulam, assim como o alcance das mesmas informações e a relativização do espaço no âmbito da Justiça Eleitoral.

No primeiro período os meios de comunicação que disseminavam as informações eram principalmente o jornal impresso e o rádio, a televisão era incipiente nesse momento. Os partidos representavam um dos principais canais de comunicação com a Administração Pública Municipal. No segundo período a internet e o desenvolvimento tecnológico aprofundaram a circulação das informações. Outras formas de participação e fazer política também se fizeram presente de forma mais acentuada na sociedade. Em um período em que os partidos tiveram atuação restrita pela ditadura, estas organizações assumiram um papel fundamental na sociedade, através de Sindicatos, associação de Moradores, Organizações Não Governamentais, Grupos religiosos, organizações estudantis e outras entidades participavam de forma mais ativa.

O mundo em que havia mais certeza, segurança e estabilidade, que era prometido pela modernidade em seus primórdios, alimentou uma visão binária da política e do mundo, visão que predominou no pós-guerra. Dividindo o mundo em dois, uma divisão entre amigo e inimigo, nacional e estrangeiro, direita e esquerda, zero e um. Esta visão apresentava uma resposta fácil para problemas da vida e da política, afinal, ou se era governo ou oposição. Visão ainda presente na política, com fortes tendências autoritárias.

Entretanto, a sociedade mudou em um ritmo cada vez mais acelerado, não se restringiu a divisão proposta pela visão binária. Houve a manifestação de grupos que não se enquadravam em um mundo com dois polos, havia os não alinhados, os ecologistas, os pacifistas, as feministas e inúmeros outros movimentos, todos eles ampliaram sua participação na sociedade. Nos novos tempos da modernidade a pluralidade e a diversidade foram ampliadas, não se tinha mais possibilidade de uma resposta fácil. A ambiguidade voltou a fazer parte e ser admitida no contexto da sociedade, uma vez que não poderia ser eliminada²⁷³.

Na política, os partidos já não eram os únicos atuantes no debate. O desenvolvimento tecnológico possibilitou uma comunicação mais rápida e as mídias sociais foram instrumentos para uma nova forma de política.

Os partidos políticos não se adaptaram de forma eficaz a esta nova realidade. Não havia resposta fácil ou pronta, os partidos foram questionados e assim como a própria democracia liberal, fragilizados no segundo período, conforme demonstrado nos gráficos, principalmente em sua relação com os filiados. A falta de espaço e debate no interior dos partidos pode ter ampliado o problema da democracia.

Nos municípios paranaenses estudados aprofundou-se o personalismo e a força de pequenos grupos em detrimento dos partidos. Os partidos contribuíram para aprofundar a crise da própria democracia representativa, quando se fecharam em si mesmo, aumentando a concentração do poder e diminuindo a participação dos filiados.

A crise da democracia representativa é um dos efeitos de um mundo líquido, um mundo cada vez mais instável, inseguro, imprevisível, incerto, ambíguo e em constante mudança. Esta situação foi ampliada através do smartfone, da internet e das mídias sociais. A relação entre os partidos políticos e os filiados foi definitivamente

²⁷³ BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1999, p.15-35.

modificada, o índice de permanência, conforme gráfico 92, demonstra que em todas as Regiões Geográficas do Paraná os filiados mudaram mais de partido, no período de 1996-2016 do que no período anterior.

A pesquisa foi desenvolvida no âmbito municipal refere-se a relação entre partido e sociedade e partido e filiado.

Entre os dois períodos que fizeram parte desta pesquisa, pode-se perceber que há um enfraquecimento da relação entre filiado e partido. Este pode ser um dos efeitos deste mundo em transformação no partido e por conseguinte na própria democracia liberal. Os partidos no segundo período não conseguiram se organizar ou se preparar de forma adequada, para enfrentar este novo momento da modernidade.

A pesquisa possibilitou ainda descobrir a existência de mais um município para fazer parte da base da pesquisa, ao invés de 79 municípios que realizaram Eleições Municipais em 1947, conseguiu-se confirmar a existência de 80 municípios, o município de Antonina passou a fazer parte da pesquisa.

Pode-se confirmar que a relação entre partido e filiado no âmbito municipal sofreu forte influência do personalismo e grupos locais, que dirigem as organizações partidárias como propriedades pessoais, de forma a limitar o debate interno e a democracia intrapartidária. O estudo possibilitou verificar o efeito disto através do índice de permanência, principalmente com relação ao segundo período.

O município de Tibagi teve um índice de retorno no período de 1947-1963 em 45,56%, bem acima da média que foi de 23,85%, situação que não se repetiu no segundo período. Outra descoberta se refere ao índice de permanência, que diz respeito aos filiados que retornaram a participar das Eleições e permaneceram no mesmo partido. Verificou-se que no município de Rebouças o índice atingiu o percentual de 86,96% no primeiro período, mais de trinta pontos percentuais acima da média do período de 52,29%, constatada nos 80 municípios que foram objeto do trabalho. Mais surpreendente é quando se compara este resultado com a média do segundo período, que não passou de 33,14%.

Dos oitenta municípios acompanhados nos dois períodos percebeu-se que em apenas nove: Guaratuba, Rio Branco do Sul, Rio Negro, Bocaíuva do Sul, Teixeira Soares, Londrina, Mandaguari, Porecatu e Reserva tiveram o índice de permanência maior no segundo período.

Cabe destacar a situação do município de Guaratuba em que apenas 13,79% dos candidatos que retornaram a participar das Eleições, durante o período de 1947-

1963, permaneceram no mesmo partido. Este índice é extremamente baixo, uma vez que a média do período foi de 52,59% e está quase dez pontos percentuais abaixo do outro município com percentual mais baixo.

Com relação ao índice de permanência o município de São Jerônimo da Serra possui uma diferença de mais de cinquenta e cinco pontos percentuais do período de 1947-1963, para o período de 1996-2016.

A pesquisa procurou identificar e responder a questão da fragmentação partidária, da relação entre partido e filiado através do prisma de um novo referencial teórico e principalmente sobre a ótica das Eleições Municipais. A pesquisa se desenvolveu em 80 municípios paranaenses acompanhados em dois períodos históricos. Grupos locais e o personalismo se demonstraram fatores que vão além da fidelidade partidária. A estrutura baseada na ficção legal e no excesso de normatização não reflete a realidade partidária municipal.

A crise da democracia liberal afeta os partidos políticos, que devido a instabilidade local e a falta de democracia intrapartidária se distanciam da sociedade, abrindo um abismo entre direção partidária e filiado político. O que fica evidente na diminuição ocorrida no período de 1996-2016 do índice de permanência, conforme demonstrado pelo gráfico 90.1.

Candidatos que prometem cumprir as promessas da modernidade sólida, prometem algo que não podem cumprir, encarar a dura realidade da instabilidade, da ambivalência, da insegurança e da incerteza é um caminho tortuoso e difícil de seguir. Estas são algumas das causas da facilidade, com que os discursos baseados no salvador do país ou da nação, são assimilados e encontram ecos na sociedade. Os partidos tradicionais precisam reconhecer a necessidade da democracia interna, como meio para discutir e apresentar propostas.

O aprofundamento da democracia interna nos partidos políticos pode ser um dos caminhos para a saída da crise, para fugir da visão binária e buscar um caminho mais compatível com a própria realidade da sociedade. É necessário correr o risco democrático, de perder a direção partidária, para salvar a própria democracia de aventureiros autoritários de plantão. A pesquisa demonstrou que ainda não surgiu nos municípios estudados, partidos que conseguissem identificar e superar o abismo crescente entre partidos políticos e sociedade, principalmente entre direção partidária e filiados.

Há necessidade de buscar alternativas para o futuro dos partidos. Em um mundo em constante transformação, no qual a rapidez e leveza com que informações se movem, com que o indivíduo ganhou e continua a ganhar destaque, como resultado do próprio desenvolvimento dos direitos fundamentais e da tecnologia, os partidos necessitam estar abertos ao diálogo com a sociedade e com os próprios filiados.

O espaço territorial tradicionalmente fixo e sólido, passa a cada dia ficar mais instável, inseguro e incerto. Mas o atual momento da modernidade trouxe consigo pontos positivos, como o reconhecimento da pluralidade e da diversidade na sociedade. O próprio fortalecimento do indivíduo é fruto deste momento, entretanto, há necessidade dos partidos políticos repensarem sua forma de se relacionar com a sociedade e com os próprios filiados. Eles não possuem mais o monopólio da representação dos interesses sociais frente ao Governo e ao Estado, embora ainda na questão parlamentar em sua relação com o governo tenham garantias jurídicas.

A reforma eleitoral que estabeleceu o fim das Coligações proporcionais, será um grande teste para os partidos, haverá um período de adaptação proporcionado pelas Eleições municipais de 2020. A perspectiva após esta pesquisa é que estaremos retornando ao desenvolvimento dos partidos nos moldes de 1963. Uma redução drástica de partidos quanto menor for o município em que ocorre a Eleição e um provável declínio e desprestígio das estruturas partidárias, caso não haja abertura dos partidos para uma democracia intrapartidária.

A pesquisa confirmou que não se pode exigir fidelidade partidária na atuação de parlamentares, tanto na Câmara Federal como nas Assembleias Legislativas, com base em diretrizes partidárias. Uma vez que na base da democracia, que é a democracia local, construída nos municípios, percebe-se que esta não amadureceu e os partidos não conseguiram se distanciar do personalismo. Em tempo em que os partidos perdem a oportunidade de desenvolver a democracia interna, aproveitando-se dos meios tecnológicos existentes, há um distanciamento preocupante do filiado da direção partidária e da sociedade com o próprio partido político. Estes fatos sem dúvida ampliam a crise da democracia liberal.

Há necessidade de adaptação por parte dos partidos, de reconhecer que o caminho mais simples, que a resposta mais fácil, pode não ser a melhor para a democracia. Democracia em si abrange o reconhecimento do outro como adversário, como cidadão de direitos e deveres. Neste sentido a visão de uma política partidária, com base em uma visão binária, pode não ser o melhor caminho para a democracia

liberal. Reconhecer a diversidade e a necessidade de um diálogo multipolar, pode ser um caminho para os partidos voltarem a ter relevância na vida dos cidadãos.

Os partidos no período de 1996-2016 estiveram mais expostos as características descritas como da modernidade líquida por Bauman, estas influenciaram os partidos políticos estudados nos municípios paranaenses. Ficou evidente nos gráficos, que tratam da comparação do índice de permanência e de fragmentação partidária nos períodos de 1947-1963 e de 1996-2016, a influência da modernidade líquida sobre os partidos políticos.

Por fim a pesquisa sugere que as características descritas da modernidade líquida, como a preponderância do indivíduo frente ao cidadão, a velocidade com que as informações circulam e a rapidez das mudanças proporcionadas pelo desenvolvimento tecnológico, influenciaram a relação entre partido e filiado. Os partidos foram afetados por estas mudanças e sentiram o reflexo do atual momento da modernidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADELMAN, Mirian. **Visões da Pós-modernidade: discursos e perspectivas teóricas**. Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 11, nº 21, pág. 184-217, jan.-jun. 2009.

ALMEIDA, Onésimo Teotônio. **Modernidade, pós-modernidade e outras nublosidades**. Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias, vol. 22, pág. 49-69. 2006. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cultura/2147>.

AMARAL, Oswaldo E do. **O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura**. Revista Debates, Porto Alegre, v. 7, pág. 11-32, mai-ago, 2013.

AMORA, Antonio Soares. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Editora Saraiva. 2009.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária. 2010.

ASSIS, Victor Hugo Siqueira de. **O Declínio da Política e o Papel da Cultura, Mídia e Tecnologia na Formação de um novo paradigma na era da Modernidade Líquida**. In: Direito Político: políticas pública, modernidade e o paradoxo de um Estado mínimo. 1ª ed. Fortaleza: Kindle Direct Publishing. 2018.

ÁVALO, Alexandre; et al. **O NOVO DIREITO LEITORAL BRASILEIRO Manual de Direito Eleitoral**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2014.

BARROS FILHO, Mario Thadeu Leme de, **Liquidez e Resiliência no Direito Constitucional Brasileiro**. Dissertação de Mestrado, São Paulo, 2015, Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/6887>.

BAUMAN, Zygmunt. **O Mal-Estar da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1998.

_____. **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1998.

_____. **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1999.

_____. **Globalização as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1999.

_____. **Em busca da Política**. Rio de Janeiro: Editora Zahar. 2000.

_____. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.

_____. **Medo Líquido**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2008.

_____. **A Sociedade Individualizada: Vidas contada e histórias vividas**. Rio de Janeiro: Editora Zahar. 2009.

_____. **Vida em fragmentos: Sobre a ética pós-moderna**. Rio de Janeiro: Editora Zahar. 2009.

_____. **Legisladores e Interpretes**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2010.

_____. **BAUMAN sobre BAUMAN**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2011.

_____. **44 cartas do mundo líquido moderno**. Rio de Janeiro: Editora Zahar. 2011.

_____. **Isto não é um Diário**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2012.

_____; BORDONI, Carlo. **Estado de Crise**. Rio de Janeiro. Editora Zahar, 2016.

_____. **Retropia**. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 2017.

_____. **A individualidade numa época de incertezas**. Rio de Janeiro: Editora Zahar. 2018.

BATTISTI, Elir. **As Disputas pela Terra no Sudoeste do Paraná**". Clevelândia: Revista de geografia agrária CAMPO-TERRITÓRIO, v.1, n.2, ago/2006.

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **O Direito na Pós-Modernidade**. Revista Sequência, n. 57, dez./2008, p. 131-152.

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia: Uma defesa das regras do jogo**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1992.

_____. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda. 7ª reimpressão. 2004.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. São Paulo: Editora Malheiros. 16º edição. 2000.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa. **Democracia e Organização nos Partidos Políticos: revisitando os Microfundamentos de Michels**. In. Revista de Sociologia e Política. V. 20, nº 14, Curitiba, nov 2012.

BRANFORD, Becky. **Eleições na França: cinco razões para entender a vitória de Macron**. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-39840643> >. Acesso em 06 mai 2019.

BRASIL. **Lei 9096/1995, de 19 de setembro de 1995.** Lei dos Partidos Políticos. Disponível em : < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9096.htm>. Acesso em 27/05/2019.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1988.** Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilada.htm . Acesso em 02/11/2018.

BRASIL. **DECRETO-LEI Nº 7.586, DE 28 DE MAIO DE 1945.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del7586.htm . Acesso em 30/05/2019.

BUCHI, Ogier. **PROGRAMA DIRETO AO PONTO**, Radio Mercosul. 2016. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=Bzo2VuOhAiM>> acessado em 27/05/2019.

CAGGIANO, Monica Herman S. **O Cidadão-Eleitor O voto e o papel que desempenha no quadro Brasileiro.** MARTINS, Ives Gandra da Silva (Coord), In As Vertentes do Direito Constitucional Contemporâneo: Editora América Jurídica. 2002.

CARBAJOSA, Ana. **Avanço da ultradireita na Alemanha estraga vitória de Angela Merkel.** Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/24/internacional/1506267027_800182.html>. Acesso em 06 mai 2019.

CARVALHO, André Norberto Carbone de. **A Democracia Brasileira: Uma Democracia pelos Partidos? Análise da evolução da figura do Partido Político na democracia praticada no Brasil, sob a égide da constituição federal de 1988.** 2012, fls. 147. Dissertação de Mestrado em Direito. São Paulo. Universidade Mackenzie. Biblioteca Depositária: Setorial – Direito. Disponível em: <<http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/1063>> acessado em: 10/04/2018.

CARVALHO, Volgane Oliveira. **Direitos Políticos no Brasil. O Eleitor do século XXI.** Curitiba: Editora Juruá. 2016.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura: A crise da democracia liberal.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2017.

CASTRO, Jonathas Ramos de. **Direito e modernidade: estudo sobre Eugen Ehrlich e Hans Kelsen.** Convent Internacional, 22, set-dez2016. Cemoroc-Feus/IJI, Universidade do Porto.

CERVI, Emerson Urizzi; CODATO, Adriano Nervo. **Institucionalização Partidária: Uma discussão empírica a partir do caso do PFL do Paraná.** Capítulo 10. In:

CODATO, Adriano Nervo, SANTOS, Fernando José dos. Partidos e Eleições no Paraná: Uma Abordagem Histórica. Curitiba: TRE/PR, 2006, p. 245-274.

CICCO, Claudio de; GONZAGA, Álvaro de Azevedo. **Teoria Geral do Estado e Ciência Política**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2008.

CICERO. **Da Republica**. Editora Escala: São Paulo. 1999.

COELHO, Thales Dyego de Andrade. **O Direito sólido na Modernidade Líquida: a crise de efetividade do direito criminal na contemporaneidade**. 2017. F.170. Dissertação de Mestrado em DIREITO, Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, São Luis. Biblioteca UFMA.

CONGRESSO EM FOCO. **TSE aprova fusão do PPL com o PCdoB**. Disponível em: < <https://congressoemfoco.uol.com.br/legislativo/tse-aprova-fusao-do-ppl-com-pcdob-e-partidos-devem-escapar-da-clausula-de-barreira/> > Acessado em 13 set 2019.

COSTA, Everton G.. **Pós-modernidade ou antimodernidade? Uma reflexão em torno do debate moderno/pós moderno**. Sinais Revista de Ciências Sociais. UFES, Vitória, nº 19 , pág. 125-144. Jan-jun 2016.

COSTA, Luiz Domingos Costa; BOLOGNESI, Bruno. **O Sistema Partidário no Paraná: do Personalismo à Estruturação**. Porto Alegre: Revista Debates, v.8, n.1, jan./abr. 2014, p. 239-240.

COUTINHO, André Norberto Carbone de. **A Democracia Brasileira: Uma Democracia pelos Partidos? Análise da evolução da figura do partido político na democracia praticada no Brasil, sob a égide da Constituição Federal de 1988**. Dissertação de Mestrado, São Paulo 2012. Disponível em: <http://tede.mackenzie.br/jspui/bitstream/tede/1063/1/Andre%20Norberto%20Carbone%20de%20Carvalho.pdf>

CUNHA, Isabel Ferin. **Da “Desdemocratização” da Europa: Democracia, Media e Corrupção política**. Intercom – Revista Brasileira de ciências da Comunicação. São Paulo, v.38, nº 1, p.37-63, jan/jun 2015.

DAHL, Robert. **Poliarquia**. São Paulo: Edusp. 2015.

DIAS, Eduardo Rocha; ROCHA, Ronald Fontenele. **A Constituição Líquida: Mutação Constitucional e Expansão de Direitos Fundamentais na Hipermmodernidade**. Revista Direitos Fundamentais & SDemocracia. Curitiba, vol 24, nº 1, 2019. Disponível em: <http://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/1423>.

DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

FAGANELLO, Marco Antonio; FERNANDES, Jean Lucas Macedo. **Migração partidária nos municípios brasileiros (2000-2016)**. Revista Sociologia Política. Curitiba, v26, nº66, pág101-124, jun 2018.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 8ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

FISCHER-BOLIN, Peter. **Los partidos políticos em uma democracia: funciones, tareas y desafios**. Revista de Derecho Electoral. Tribunal Supremo de Elecciones. Costa Rica.nº16, pág 202-217, 2013. Disponível em:
https://www.redib.org/recursos/Record/oai_articulo805697-partidos-pol%C3%ADticos-democracia-funciones-tareas-desaf%C3%ADos

FLORENTINO, Renata. **Saindo de Cena**: Parlamentares que desistem da disputa eleitoral (1990-2006). In: Revista Sociologia Política. Curitiba, v. 16, n. 30, p. 45-63, jun./2008.

FRANCO, Afonso Arinos de melo. **História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980.

FREIDENBERG, Flavia. **Democracia Interna**: Reto Ineludible de los Partidos Políticos. In: Revista de Derecho Electoral, n. 1, Primer Semestre, 2006.

GARCIA, Fernando Coutinho. **A Lei de Ferro da Oligarquia e o discurso da participação**. In. Revista Administração Empresarial, Rio de Janeiro, abr/jun 1988.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Editora UNESP. 1991.

GLOTZ, Gustave. **A Cidade Grega**. São Paulo: Editora Difel, 1980.

GOMES, José Jairo. **Direito Eleitoral**. São Paulo: Editora Atlas. 2016.

GOMES, Amanda Litzinger. **O voto integralista no Paraná: Uma análise das eleições presidenciais de 1955**. Capítulo 2. In: CODATO, Adriano Nervo, SANTOS, Fernando José dos. Partidos e Eleições no Paraná: Uma Abordagem Histórica. Curitiba: TRE/PR, 2006, p. 45-67.

GUEDES-NETO, João Victor. Transformação intrapartidária? Um estudo sobre as percepções de poder e gestão entre jovens filiados. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba. V.26, n.68. p. 43-60, dez. 2018.

GUERRA, Isabel. **Participar por que e para que? Reflexões em torno dos efeitos da democracia local na equidade e na legitimidade dos eleitos**. Revista Crítica de Ciências Sociais, Portugal, p. 121-134, 2010, Disponível em:
<https://journals.openedition.org/rccs/4182>

HABERMAS, Jürgen. Modernidad: um projecto incompleto. In: CASULLO, Nicolas. **El debate modernidad pos-modernidad**. Buenos Aires. Editorial Punto Sur, 1989, p.131-144.

_____. **Direito e Democracia**. Volume II. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro. 2003.

HAMILTON, Alexander; **O Federalista: Hamilton, Madison e Jay**. Belo Horizonte: Livraria Líder e Editora Ltda. 2003.

HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Nova des-ordem mundial**. São Paulo. Editora UNESP; 2005.

HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. **A Condição Pós-moderna**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 2002.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. São Paulo: Editora Paz e Terra. 1990.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. **Conservadores vencem eleição, mas perdem maioria no reino unido**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/06/1891381-conservadores-vencem-eleicao-mas-perdem-maioria-no-reino-unido-shtml>>. Acesso em: 08 mai 2019.

JUNIOR, João Marcos de Araújo Braga. **Biopolítica e soberania na pós-modernidade: Foucault e a crise do Estado-nação como questão para um diagnóstico do presente**. Revista Sequência, UFSC, nº58, pág 131-166, jul 2009.

JUNIOR, Manoel Ribeiro de Moraes. **Encontros e Desencontros da Razão Considerações sobre Modernidade e Pós-modernidade entre Heidegger, Lyotard e Habermas**. Problemata: Revista Intern. Filosofia, vol. 6, nº3 , pág. 121-197. 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/313731169_ENCONTROS_E_DESENCONTROS_DA_RAZAO_CONSIDERACOES SOBRE MODERNIDADE E POS-MODERNIDADE ENTRE HEIDEGGER LYOTARD E HABERMAS.

JUNIOR, Orlando Alves dos Santos. **Democracia, Desigualdade e Governança Local: Dilemas da Reforma Municipal**. Cadernos Metrôpoles, São Paulo, PUC, nº 8, pág. 87-103, 2ºsem 2002.

JUNIOR, Vicente de Paula Ataíde. **Eugen Ehrlich e Hans Kelsen: Uma Reconciliação Possível**. Cadernos da Escola de Direito. Centro Universitário Autônomo do Brasil, Curitiba. Vol. 1, nº 12 pág174-181. 2010. Disponível em: <http://revistas.unibrasil.com.br/cadernosdireito/index.php/direito/article/view/669>.

JURADO, Roberto Garcia. De la crisis de la democracia a las crisis de los partidos políticos. **Política y Cultura**. n.48, Outubro 2017.

KELSEN, Hans. **Teoria Geral do Direito e do Estado**. São Paulo: Editora Martins Fontes. 2005.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli; DIAS, André Luiz Vieira. **Eleições Municipais Brasileiras de 2016: Mudança ou Continuidade?** 9º Congresso Latino-Americano de Ciência Política – ALACIP. Montevidéo, Uruguai, 26-28 jul 2017.

_____. **Camaras Municipais, Partidos Políticos e Clientelismo.** IV Congresso de la Asociacion Latinoamericana de Ciência Política. Universidad de Costa Rica, San José/Costa Rica, 5 a 7 de agosto de 2008.

KIELLER, Marcio. **A Semilegalidade Consentida: O Desempenho Eleitoral do Partido Comunista no Paraná em meados do Século XX.** Capítulo 1. In: CODATO, Adriano Nervo, SANTOS, Fernando José dos. Partidos e Eleições no Paraná: Uma Abordagem Histórica. Curitiba: TRE/PR, 2006, pág. 25-43.

KIRCHHEIMER, Otto. **A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental.** Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, nº 7, pág. 349-385, abril de 2012.

KOZICKI, Katia; BARBOSA, Claudia Maria; SANTANO, Ana Claudia. **Problemas de la representación proporcional em el Sistema Electoral Brasileño actual y sus reflejos em uma eventual crise de los Partidos Políticos.** Estudios Constitucionales, año 13, nº 2, pág. 351-390. 2015.

LEAL, Rogerio Gesta; CASTRO, Martins Felipe de. **Fundamentos Redefinitórios do Direito Fundamental de Participação Social na Política Brasileira.** Fortaleza. In: Opinião Jurídica, ano 11, jan/dez 2011.

LEGISLAÇÃO ESTRANGEIRA, **Artigo 21, item 2 da Lei Fundamental Alemã.** Disponível em: <<https://www.btg-bestellservice.de/pdf/80208000.pdf>> Acessado em 08 ago 2019.

LEITÃO, Claudia Souza. **A crise dos Partidos Políticos Brasileiros.** Fortaleza: Editora Grafia Tipoprogresso, 1989.

LEMOS, Maria Werner de. **Institucionalização Partidária: Modelo Analítico e Aplicação em PSDB, DEM e PT.** 2016. Dissertação de mestrado em Ciência Política, Instituição de ensino UFPR. Curitiba.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **How Democracies Die.** New York: Crown Publishing Group, Ebook, 2018.

LIMA, Eusebio de Queiroz. **Theoria do Estado.** Rio de Janeiro: Livraria Editora Freitas Bastos. 1936.

LIMONGI, Maria Isabel de Magalhães Papaterra. **Os contratualistas: Hobbes, Locke e Rousseau.** In: Manual de Filosofia Política, São Paulo: Editora Saraiva, 2015.

LIJPHART, Arend. **Modelos de Democracia.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LUHMANN, Niklas. **Poder.** Brasília. Editora Universidade de Brasília. 1985.

MACCORMICK, Neil. **Retórica e o Estado de Direito.** Rio de Janeiro. Editora Elsevier. 2008.

MAIR, Peter. **Gobernando el Vacío la Banalización de la Democracia Occidental**. 2 reimpressão. Madrid: Alianza Editorial. 2017.

MAINWARING, Scott. **Políticos, partidos e sistemas eleitorais: o Brasil numa perspectiva comparativa**. Brasília: Estudos Eleitorais, v. 1, nº2, mai/ago 1997.

MALISKA, Marcos Augusto. **Hegel, Idealismo e Nacionalismo**. *Crítica Jurídica*, Curitiba, v. 24, p. 121-130, 2006.

_____. **Estado e Século XXI, A integração supranacional sob a ótica do Direito Constitucional**. Recife, Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Renovar. 2006.

_____. **Educação, Constituição e Democracia**. In. SOUZA NETO, Cláudio Pereira de. e SARMENTO, Daniel (orgs.) **Direitos Sociais. Fundamento, Judicialização e Direitos Sociais em Espécie**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008, pág. 789-800.

_____. **Fundamentos da Constituição. Abertura. Cooperação. Integração**. Curitiba: Juruá, 2013.

_____. **Introdução à Sociologia do Direito de Eugen Ehrlich**. Curitiba: Editora Juruá, 2015

MANIN, Bernard. **A Democracia do Público Reconsiderada**. Revista Novos Estudos, nº97, nov 2013.

_____. **As Metamorfoses do Governo Representativo**. 2018.

Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4418905/mod_resource/content/1/Manin%20-%20Metamorfoses%20do%20governo%20representativo%20%28artigo%29.pdf.

_____. **O princípio da distinção**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº4. Brasília, pág. 187-226, jul-dez 2010. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4279957/mod_resource/content/1/o%20princ%C3%ADpio%20da%20distin%C3%A7%C3%A3o%20-%20manin.pdf.

MARTIN, Maria. **Socialistas vencem na Espanha, a extrema direita entra no Parlamento**. Disponível em: <

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/28/internacional/1556464385_092351.html >.

Acesso em 06 mai 2019.

MATTOS, André Machado de Almeida. **Narrativas, Identidades e Ação Política na Pós-Modernidade**. Revista Educ. Soc. Unicamp. Campinas, v. 31, nº 111, pág. 587-602, abr-jun. 2010. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/es/v31n111/v31n111a15.pdf>.

MARQUES, Angela Cristina Salgueiro. **Comunicação, Mídia e processos de democracia local: estratégias de aproximação entre Governo e Cidadãos.** Revista Opinião Pública. Campinas, vol 15, nº1, pág. 107-132, jun 2009.

MENDONÇA, José Carlos. **Partidos Políticos: da visão dos clássicos aos desafios da (pós?) modernidade.** Florianópolis. Em Tese – Revista Eletrônica dos Pós-graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 4, nº 2, jun-jul/2008.

MEZZARROBA, Orides. **O Partido político: concepção tradicional e orgânica.** Revista de Informação Legislativa, Brasília, nº 122, pág. 133-143, mai-jun 1994.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional.** São Paulo. Editora Atlas Ltda, 2016, 32ªed.

MURTA, Antonio Carlos Diniz; VIANA, Priscila Ramos Netto. **A Crise do Estado e do Direito na Modernidade e Perspectivas Pós-Modernas.** Brasília. Revista de Teorias e Filosofias do Estado. Vol 3, nº 1. Jan/jun 2017, p. 21. Disponível em < <http://dx.doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2525-9652/2017.v3i1.2144>> acessado em 28/05/2019.

NASCIMENTO, Wilber da Silva. **Partidos Pequenos e a Competição Partidária no Brasil.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPE. 2016, p.15. Disponível em <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/25966>> . Acesso em 03 jan 2019.

OLIVEIRA, Antonio Candido de. **A Democracia Local (Aspectos jurídicos).** Coimbra/Portugal; Coimbra Editora, 2005

OLIVEIRA, Fernando Maluf Dib. **A Constituição da Identidade na Pós-Modernidade: o Simulacro da Realidade.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Uberlândia. 2016, p. 41. Disponível em < <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/18029>.

OLIVEIRA, Cicero Josinaldo da Silva. **Descontrole e risco na modernidade: uma análise a partir de considerações sociológicas e filosóficas.** Tese de doutorado, Rio de Janeiro, 2014, Disponível em : <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=24284@1>

PALHARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **Entrevista com Zigmunt Baumen.** Revista Tempo Social, vol.16, p.321. Disponível em <<https://doi.org/10.1595/S0103-20702004000100015>> Acesso em 09/11/2018.

PATEMAN, Carole. **Participação e Teoria Democrática.** São Paulo: Editora Paz e Terra. 1992.

PERES, Paulo; MACHADO, Amanda. **Uma tipologia do recrutamento partidário.** Revista Opinião Pública. Campinas, vol 23, nº1, pág. 126-167, jan-abr 2017.

PILATI, José Isaak. **A Dimensão Filosófica da Pós-Modernidade Jurídica: ponto de partida de uma reconstrução paradigmática.** Revista Sequência, UFSC, nº 63, pág. 291-317, dez 2011.

RABELLO FILHO, Benjamin Alves. **Partidos Políticos no Brasil.** Belo Horizonte: Editora Del Rey. 2001.

RAMAYANA, Marcos. **Direito Eleitoral.** Niterói. Editora Impetus, 2016.

REDONDO, Ronald Alfaro. **Están los partidos políticos em declive? Aportes recientes em el Campo.** Revista Derecho Electoral. Tribunal Supremo de Elecciones. Costa Rica, nº18 pág. 150-164 julio-diciembre 2014. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:fO50QYMSi5QJ:https://dianet.unirioja.es/descarga/articulo/5607349.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>.

RIBEIRO, Pedro Floriano. **Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos.** Brasília: Revista Brasileira de Ciência Política, nº 10, jan./abr. de 2013.

ROCHA, Manoel Ilson Cordeiro. **Pós-modernidade e Crise do Estado Moderno: a crise do constitucionalismo liberal.** Revista Nucleus. Ituverava, vol. 6, nº 2, pág. 377-384, out. 2009.

ROUSSEAU, Jean Jacque. **O Contrato Social.** São Paulo: Editora Martins Fontes. 1999.

RUNCIMAN, David. **Como a democracia chega ao fim.** São Paulo: Editora Todavia, 2018.

SALES, Alessandra Maria Cornazzani. **Do Regime Jurídico Partidário na Democracia Brasileira.** 2016, fls. 17-23. Dissertação de Mestrado em Direito. São Paulo: Universidade Mackenzie. Biblioteca Depositária: Setorial – Direito. Disponível em:

<<http://tede.mackenzie.br/jspui/bitstream/tede/2877/5/Alessandra%20Mara%20Cornazzani%20Sales.pdf>> acessado em 28/06/2019.

SANTANO, Ana Claudia. **Vamos discutir deveres dos partidos na democracia brasileira?** Disponível em < <https://jota.info/colunas/e-leitor/e-leitor-vamos-discutir-os-deveres-dos-partidos-na-democracia-brasileira-01/03/2016>> Acessado em 07/09/2019.

_____. KOZICKI, Katia. **A Democracia. A sociedade e os Partidos Políticos: uma análise da eventual existência de uma crise das organizações partidárias.** Revista Quaestio Iuris. Vol 10, nº3, Rio de Janeiro, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 2002.

_____. **A crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência.** Cortez Editora, 4ª edição, v. 1. 2002.

SARAMAGO, José. **Ensaio Sobre a Lucidez.** Editora Schwarcz S.A. , São Paulo, 2012, pág. 78.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Proibição e dissolução de partidos políticos na Lei Fundamental da Alemanha.** Revista Consultor Jurídico. 20 jan 2017. Disponível em: < <http://www.conjur.com.br/2017-jan-20/proibicao-dissolucao-partidos-lei-fundamental-alemanha>> Acessado em 08 ago 2019.

SARLET, Ingo Wolfgang. MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Direito Constitucional.** Editora Saraiva, São Paulo, 2018.

SCHIER, Adriana da Costa Ricardo. **A Participação Popular na Administração Pública: O Direito de Reclamação.** São Paulo: Editora Renovar. 2002.

SCHMITT, Carl . **O Conceito de Político.** Rio de Janeiro. Editora Vozes, 1992.

_____. **A crise da Democracia parlamentar.** São Paulo. Editora Página Aberta Ltda. 1996.

SCHMITT, Rogério. **Os Partidos Políticos no Brasil (1945-2000).** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

SENADO FEDERAL. **Partidos Políticos Brasileiros. Programas e Diretrizes Doutrinárias.** Brasília. Editora Secretaria de Editoração e Publicações do Senado Federal, 2014.

SOUSA, Maria do Carmo Carvalho Campello de. **Estado e Partidos Políticos no Brasil.** São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976.

SOUZA, Fábio Jacinto Barreto de; SILVA Suylan Almeida Midlej e. **Orçamento Participativo: Mais Qualidade da Democracia?** Revista O& S. Salvador, vol. 24, nº 81, pág. 195-215, abril/jun 2017.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL **Incorporação e fusão de partidos políticos. Você conhece a diferença?**, 12 abr 2019 Disponível em: <www.tse.jud.br/imprensa/noticias-tse/2019/Abril/incorporacao-efusao-de-partidos-politicos-voce-conhece-a-diferenca> Acessado em:13 set 2019.

THE ECONOMIST. **As cross-party talks stall, Theresa May faces calls to quit.** Disponível em: < <https://www.economist.com/britain/2019/05/11/as-cross-party-talks-stall-theresa-may-faces-calls-to-quit?cid1=cust/dailypicks/n/bl/n/20190510n/owned/n/n/dailypicks/n/n/LA/238476/n>> . Acesso em 10 mai 2019.

VIANA, Priscila Ramos Netto; MURTA, Antonio Carlos Diniz. **A crise do Estado e do direito na Modernidade e Perspectivas Pós-modernas**. Revista de Teorias e Filosofias do Estado, Brasília. Vol. 3, nº 1, pág. 21-41, jan/jun 2017.

WEBER, Max. **Ciência e Política duas vocações**. São Paulo: Editora Cultrix, 1968.

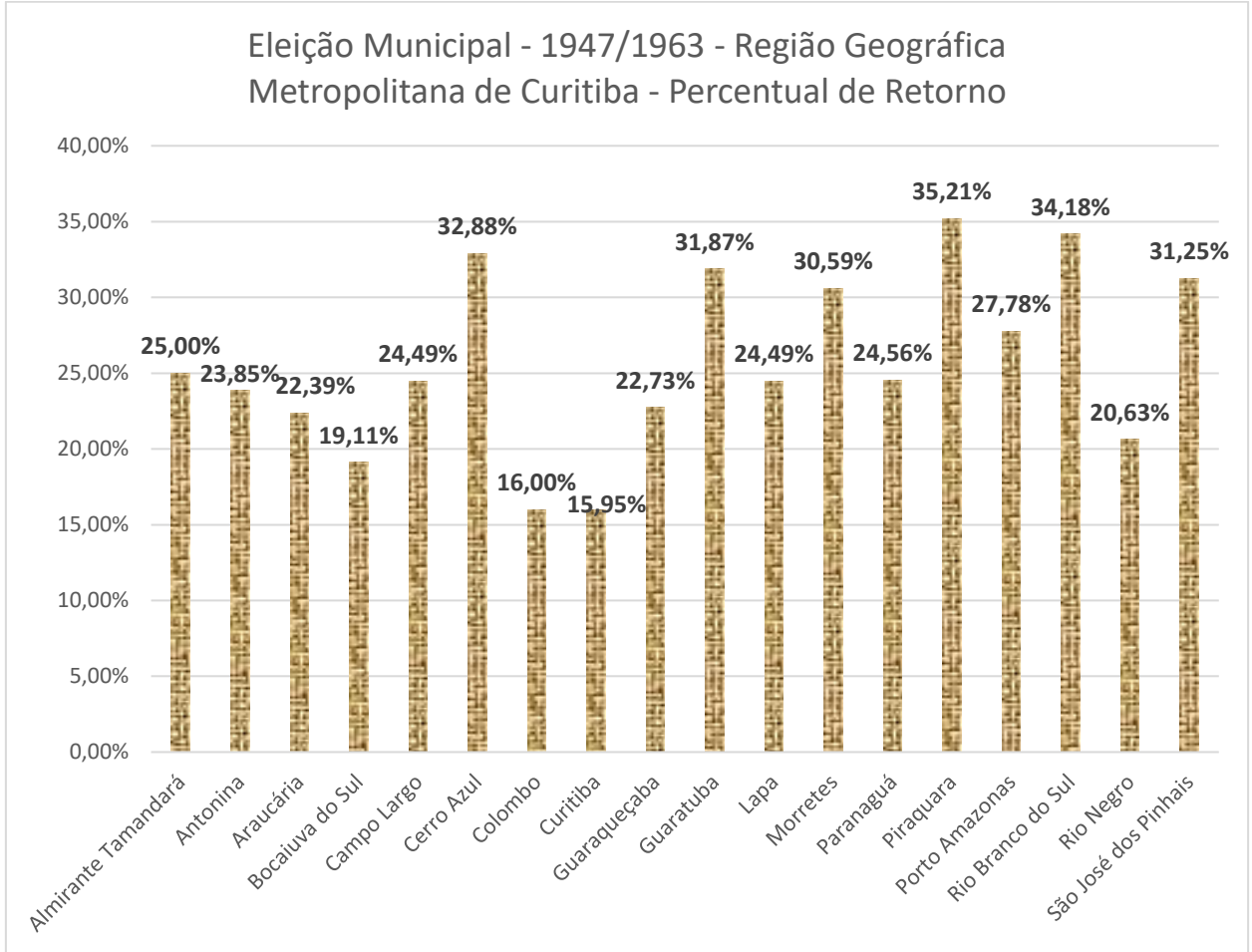
_____. **Metodologia das Ciências Sociais**. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

_____. **Economia e Sociedade**. Volume II. São Paulo: Editora UNB, 2004.

ZILIO, Rodrigo López. **Direito Eleitoral**. Porto Alegre: Editora Verbo. 2016.

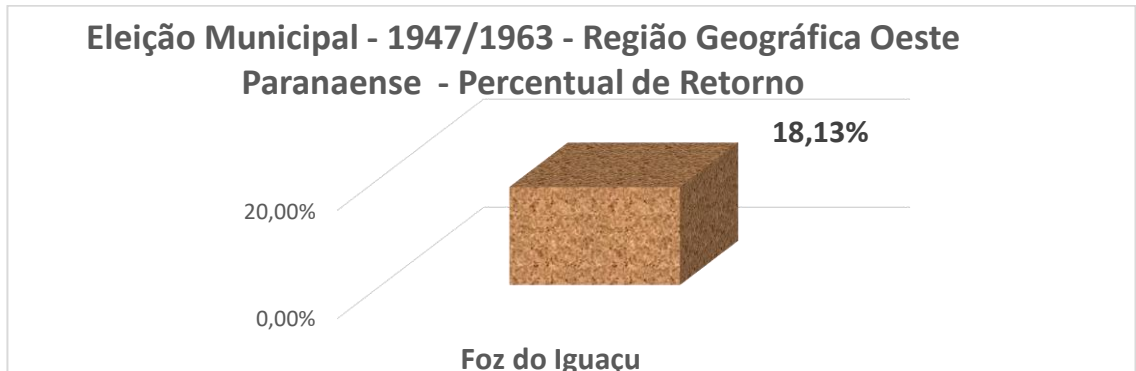
ANEXOS

Gráfico 2 – Região Geográfica Metropolitana de Curitiba, percentual de candidatos que participaram de mais de uma Eleição.



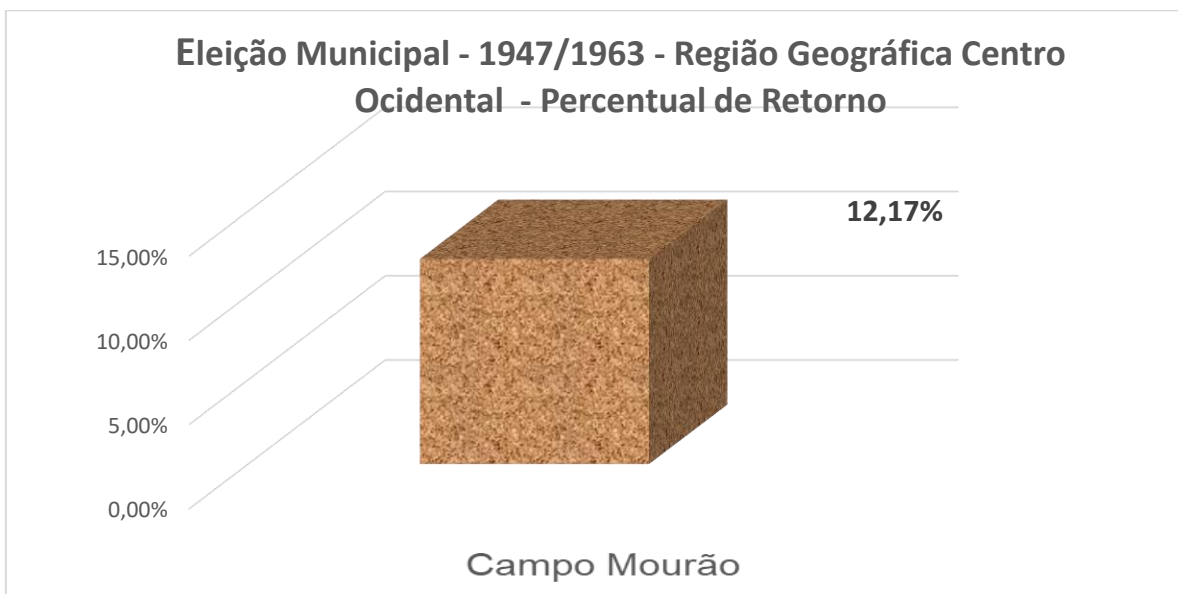
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 3 – Região Geográfica Oeste Paranaense, percentual de candidatos que participaram de mais de uma Eleição.



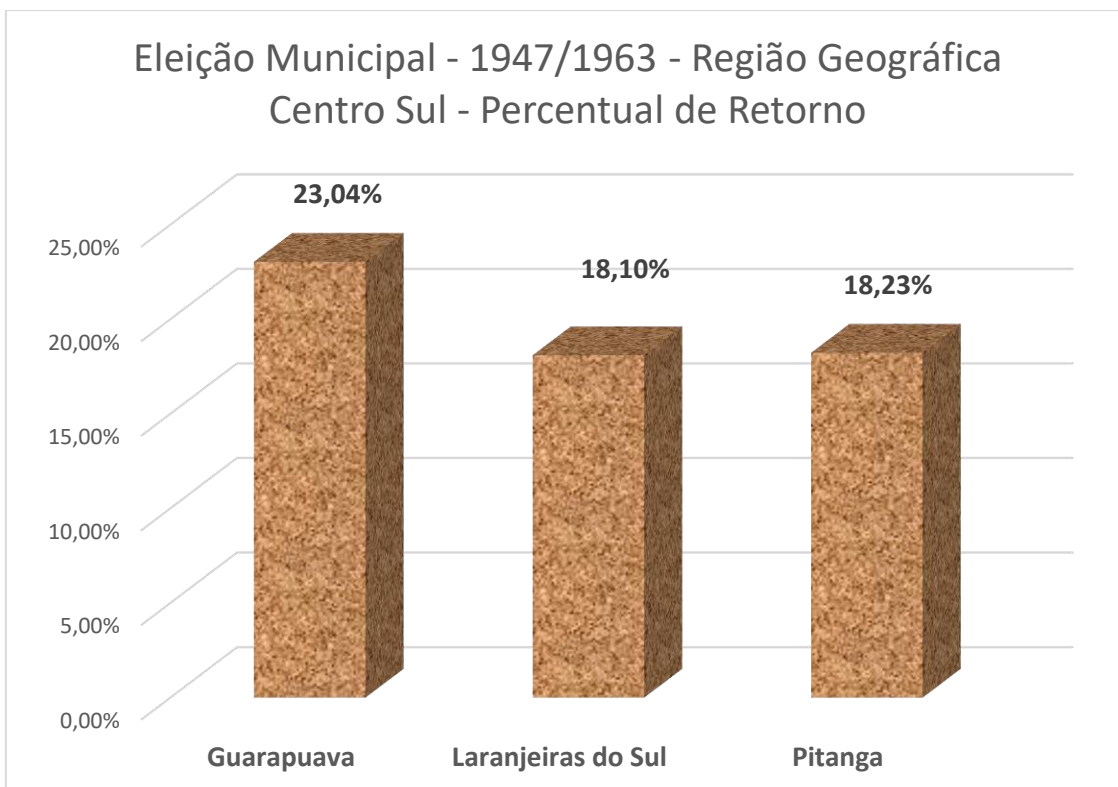
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 4 – Região Geográfica Centro Ocidental, percentual de candidatos que participaram de mais de uma Eleição.



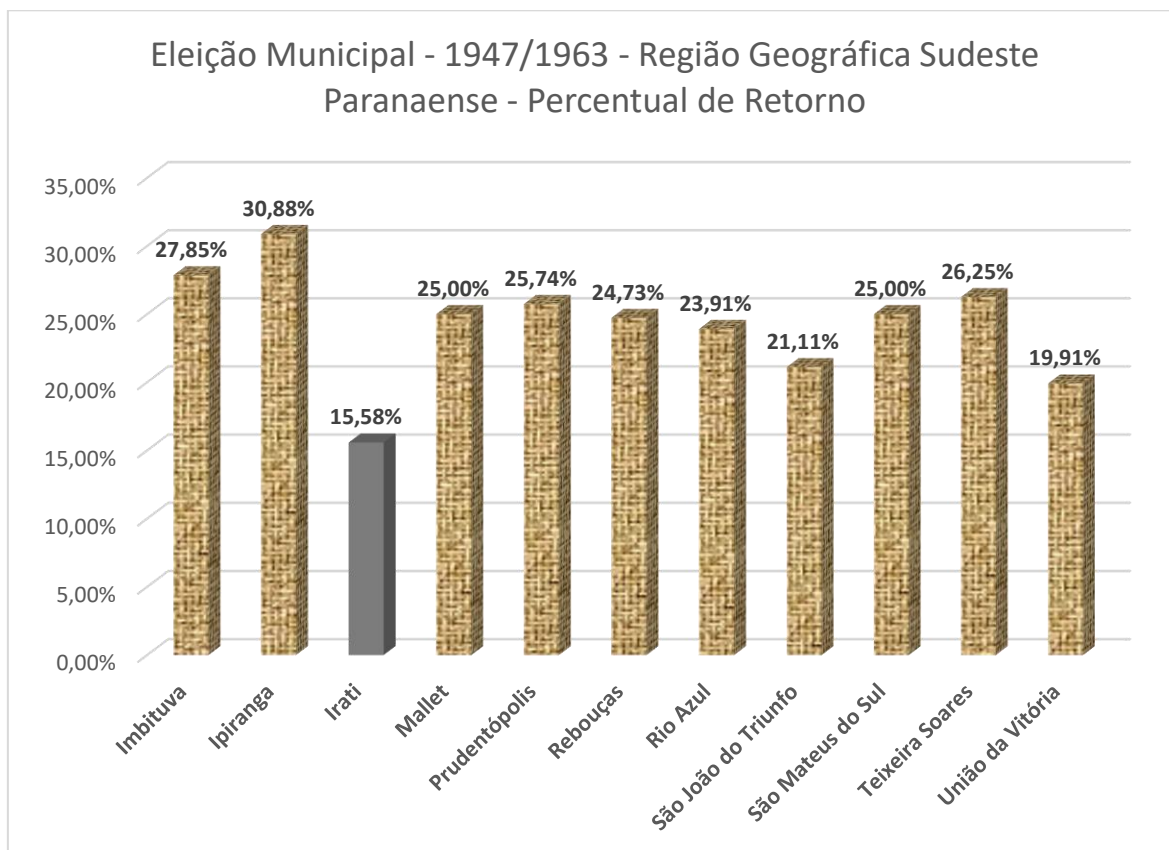
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 5 – Região Geográfica Centro Sul, percentual de candidatos que participaram de mais de uma Eleição.



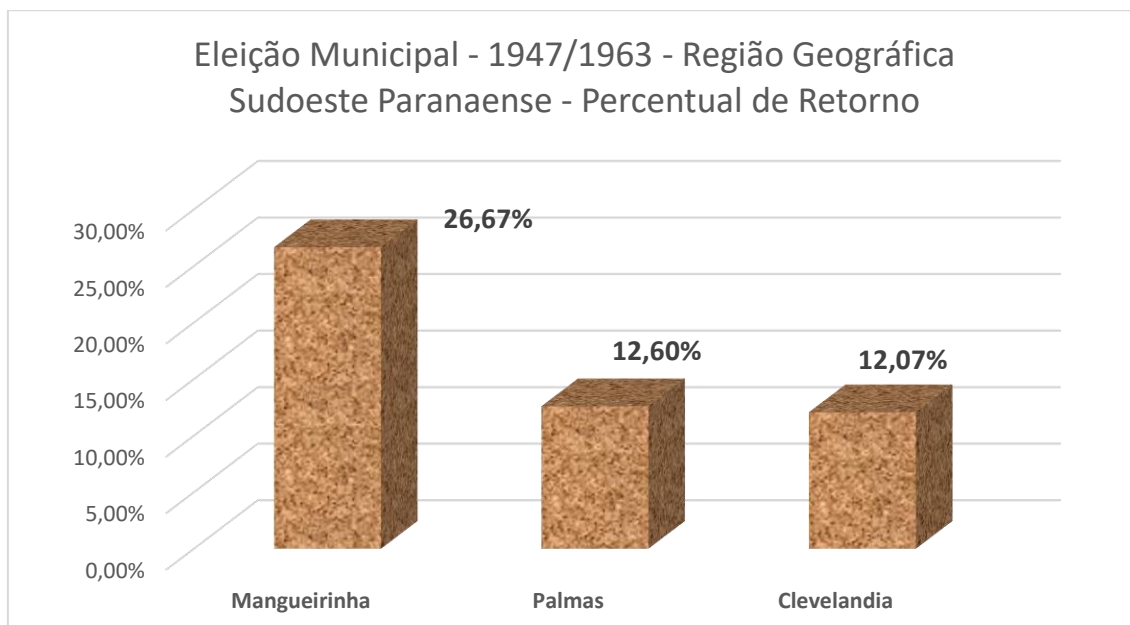
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 6 – Região Geográfica Sudeste Paranaense, percentual de candidatos que participaram de mais de uma Eleição.



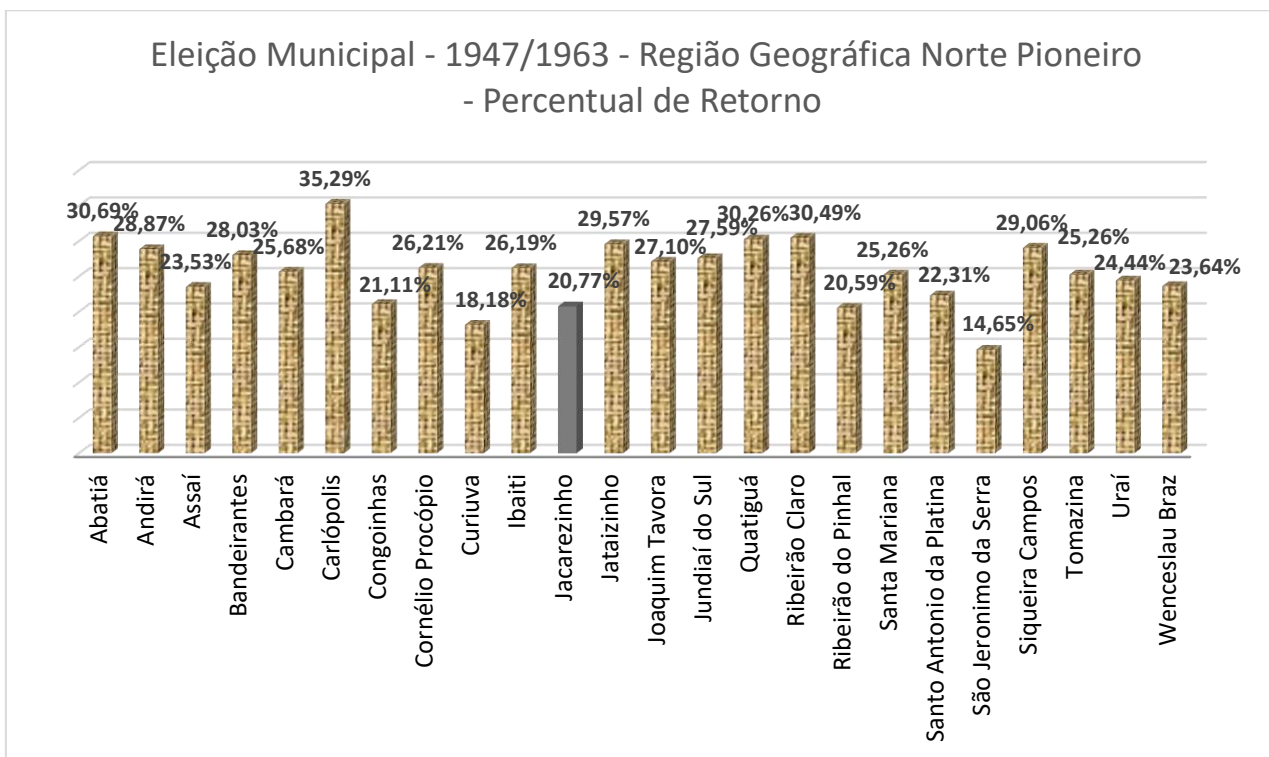
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 7 – Região Geográfica Sudoeste Paranaense, percentual de candidatos que participaram de mais de uma Eleição.



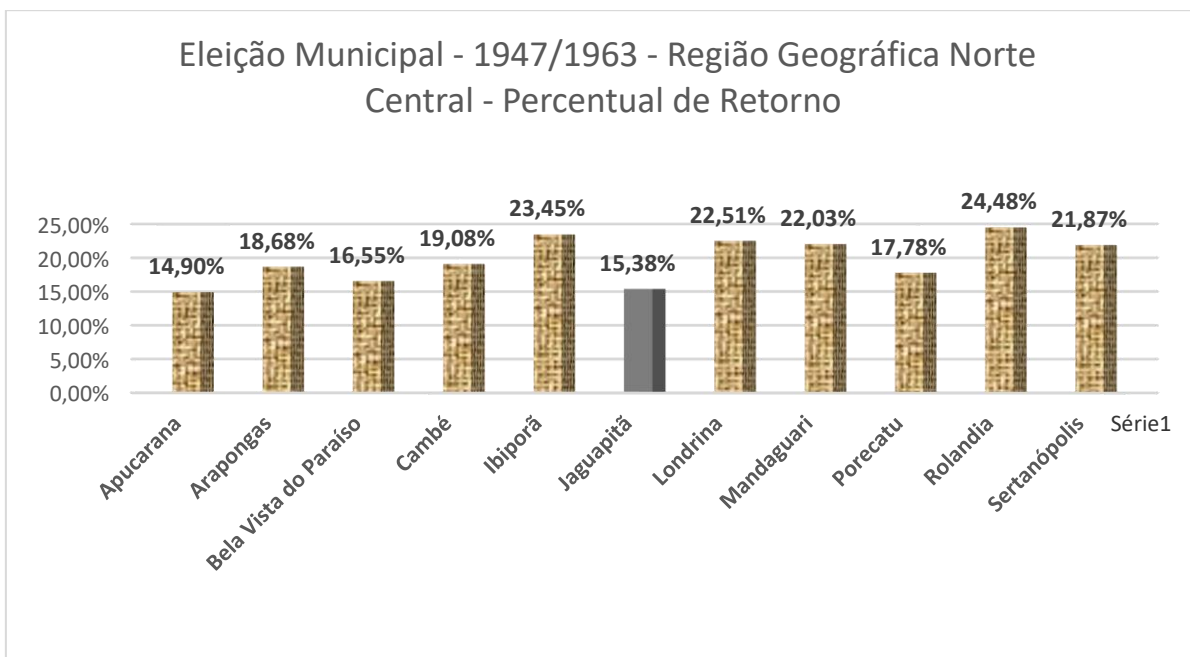
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 8 – Região Geográfica Norte Pioneiro, percentual de candidatos que participaram de mais de uma Eleição.



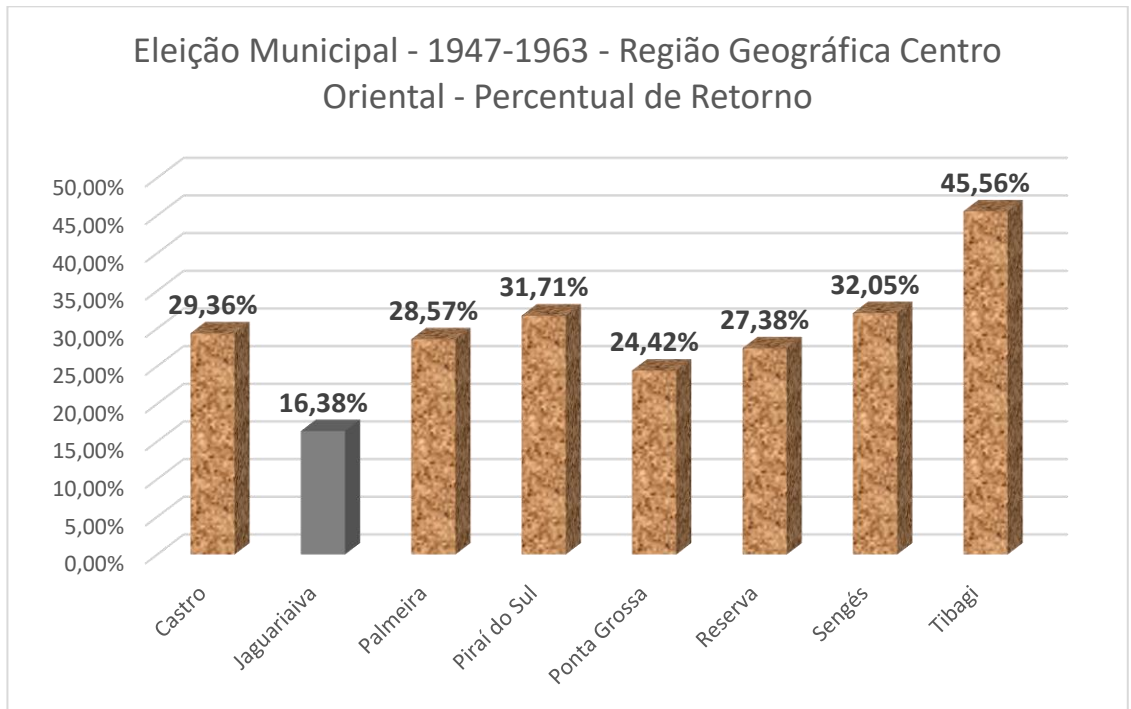
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 9 – Região Geográfica Norte Central, percentual de candidatos que participaram de mais de uma Eleição.



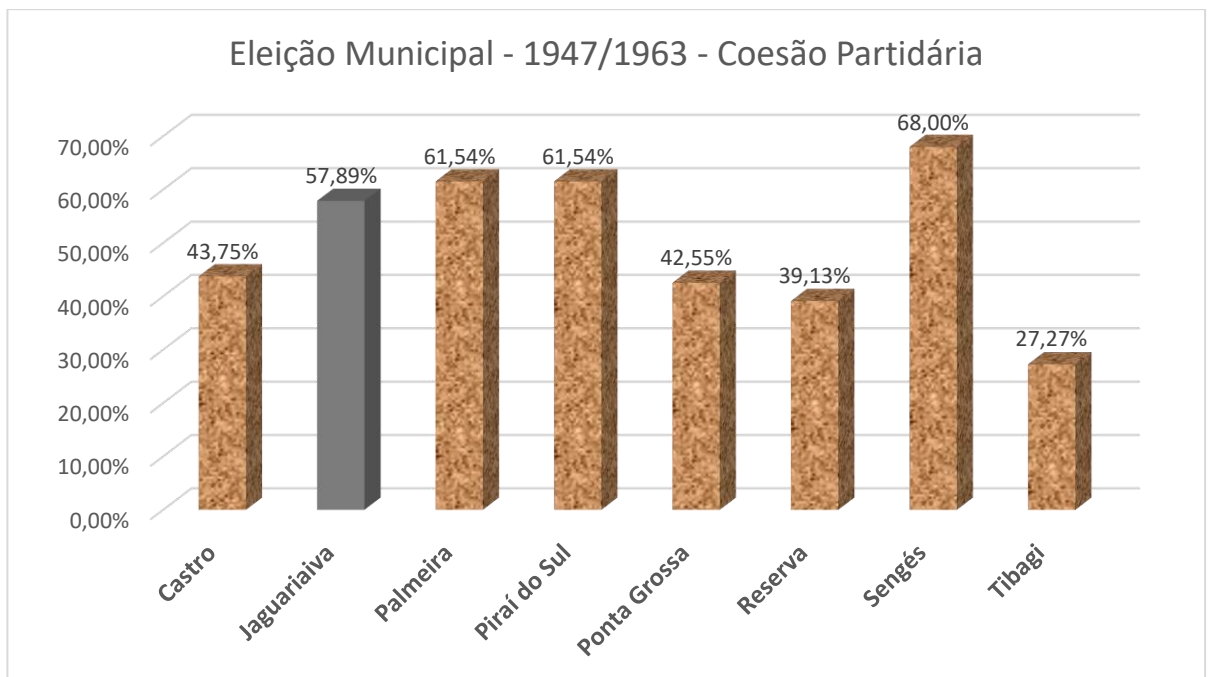
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 10 – Região Geográfica Centro Oriental, percentual de candidatos que participaram de mais de uma Eleição.



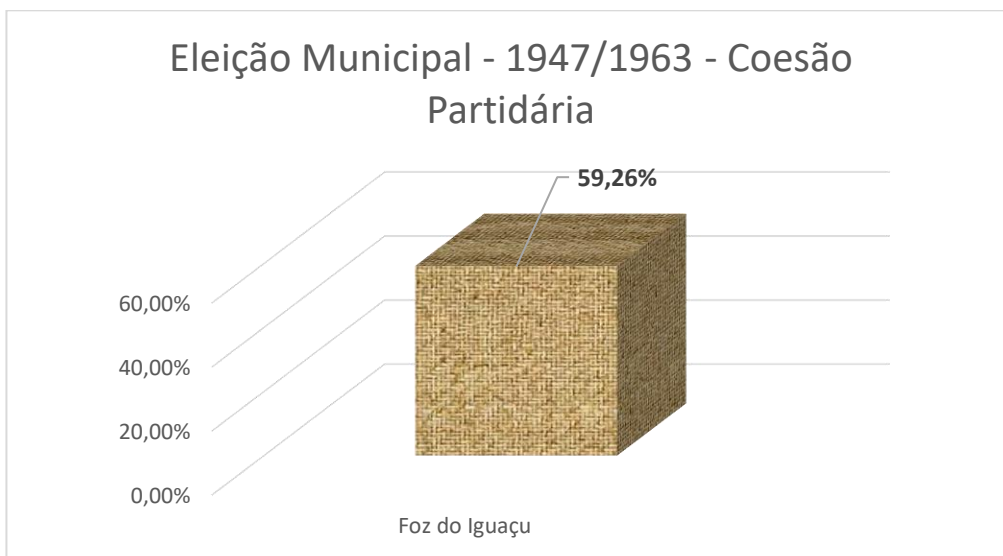
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 11 – Região Centro Oriental – percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido.



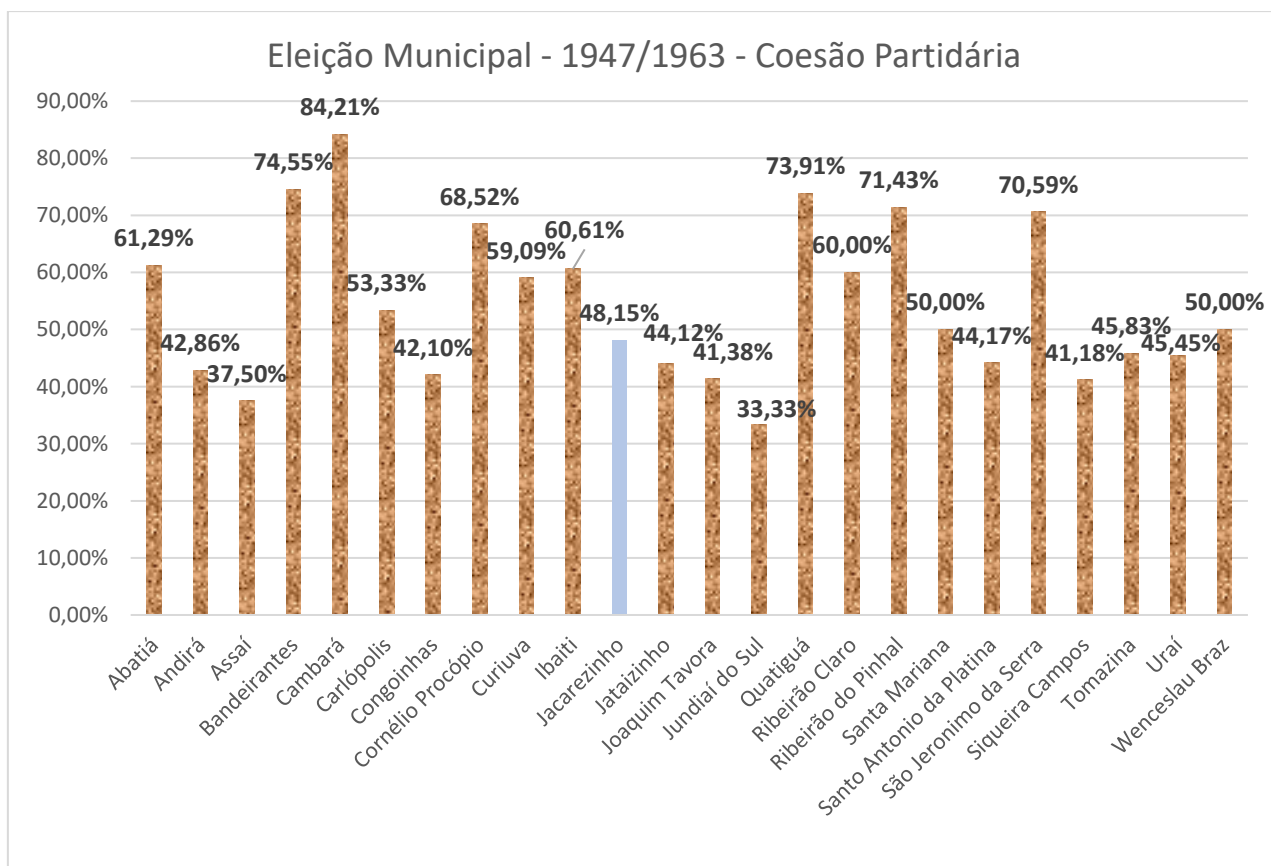
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 12 – Região Geográfica Oeste Paranaense - percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido.



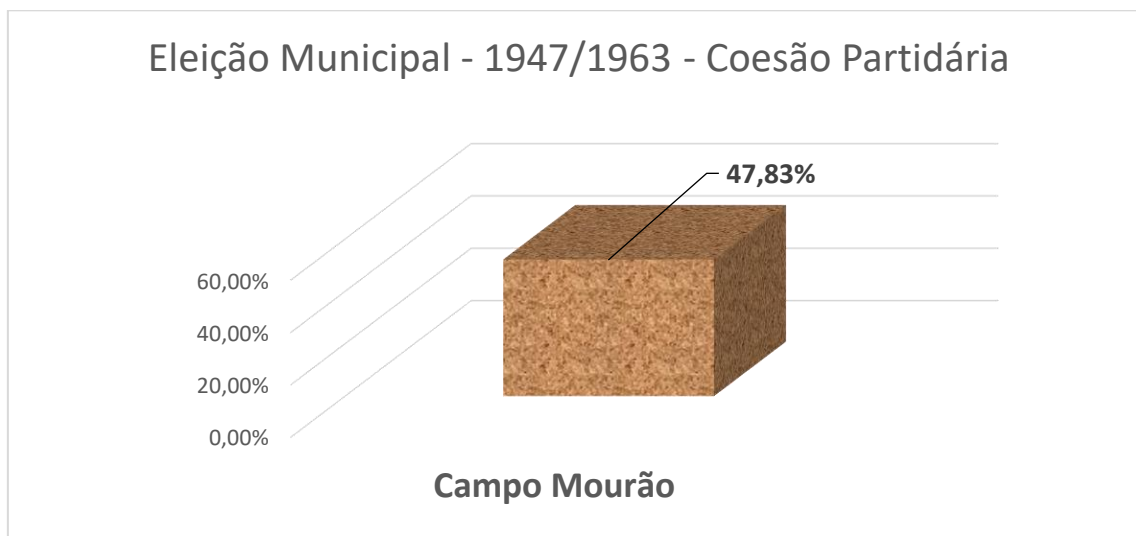
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 13 – Região Geográfica Norte Pioneiro - percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido.



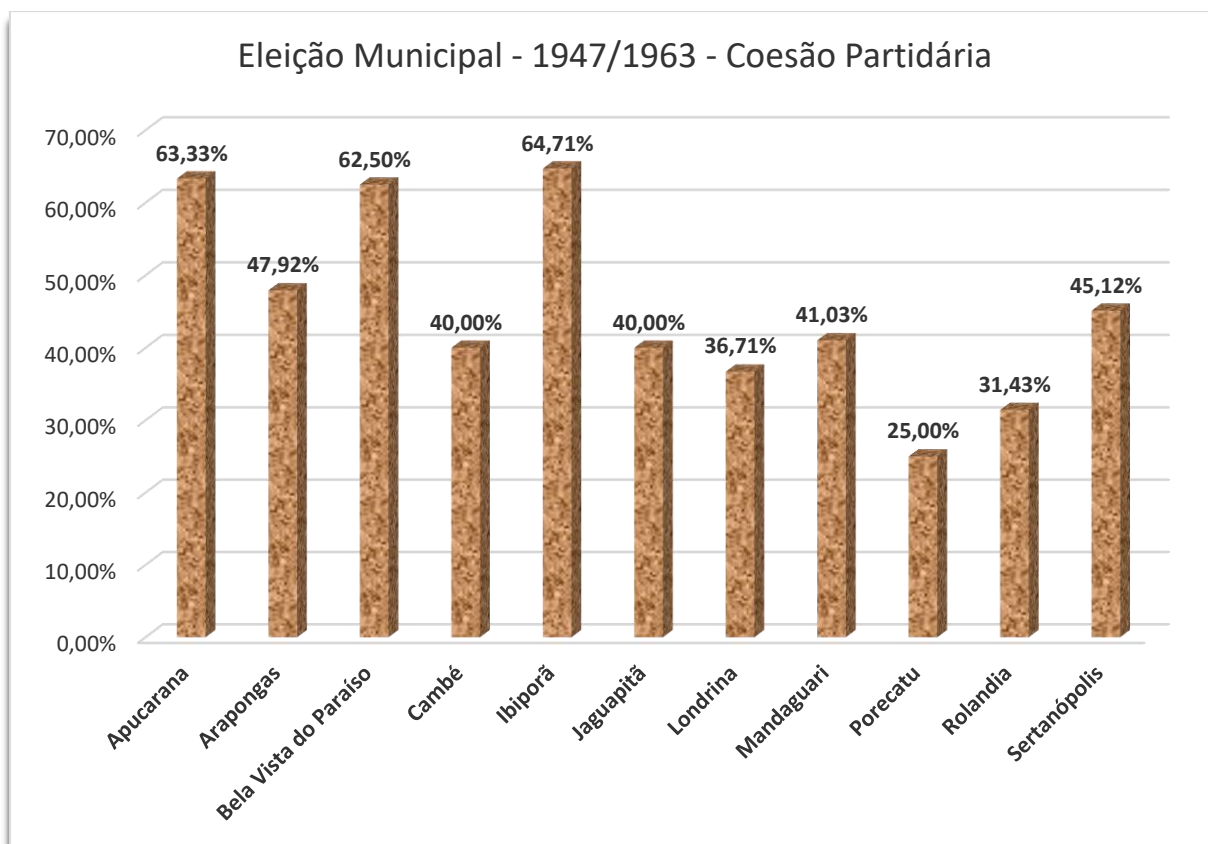
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 14 – Região Geográfica Centro Ocidental - percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido.



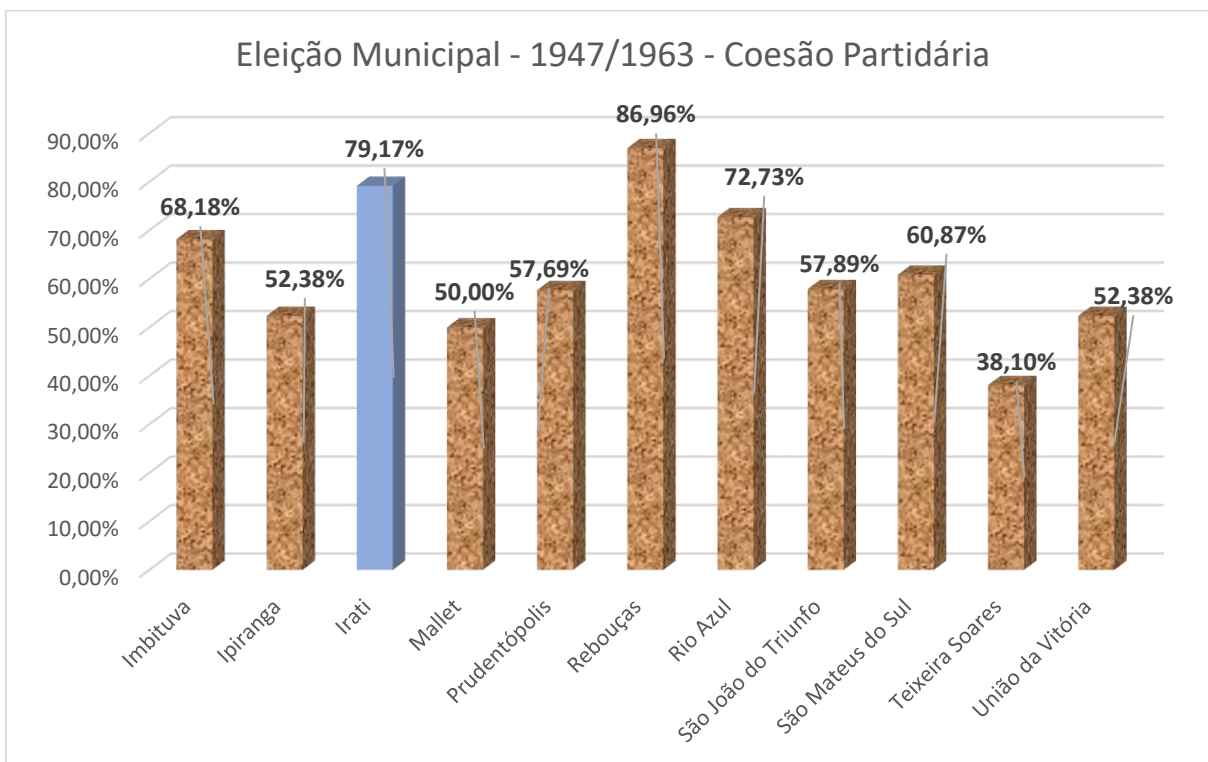
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 15 – Região Geográfica Norte Central - percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido.



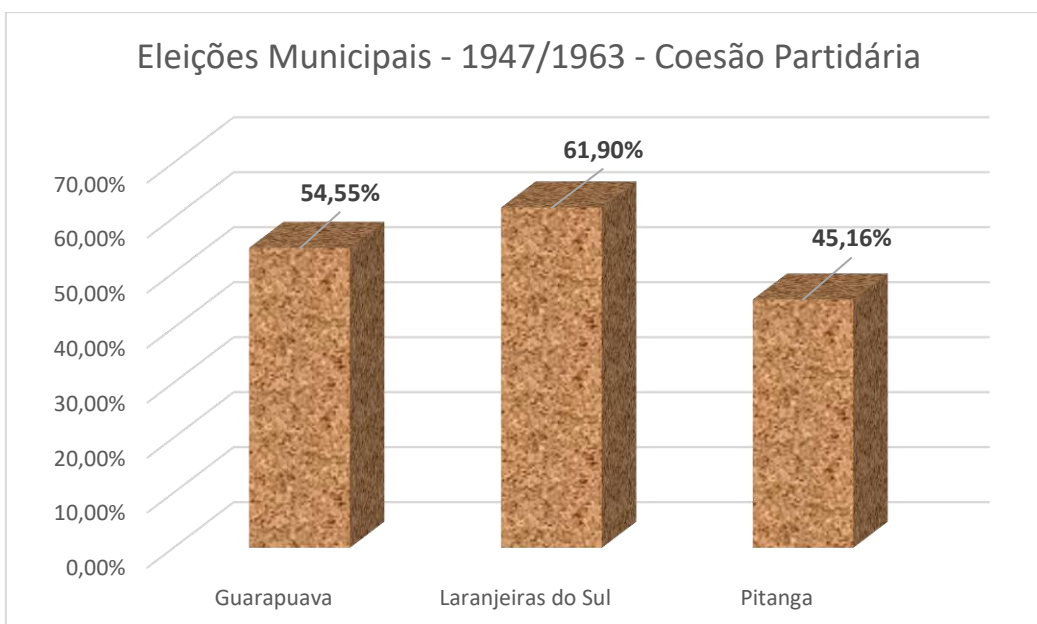
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 16 – Região Geográfica Sudeste Paranaense - percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido.



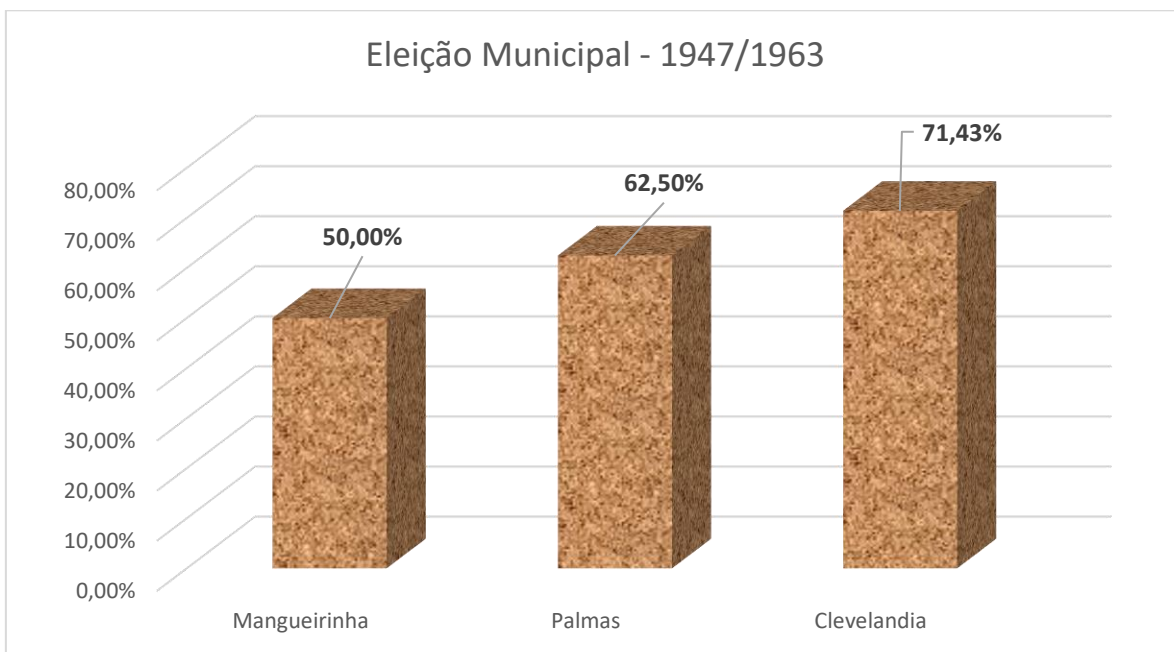
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 17 – Região Geográfica Centro Sul Paranaense - percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido.



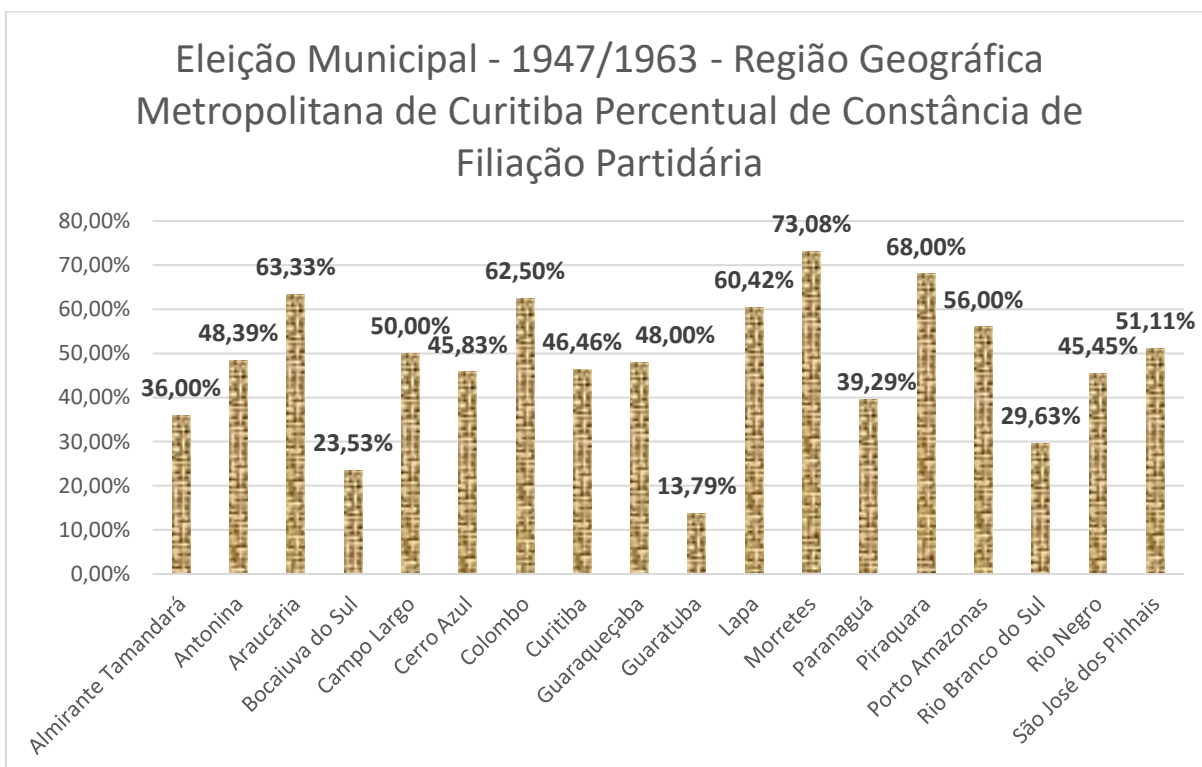
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 18 – Região Geográfica Sudoeste Paranaense - percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido.



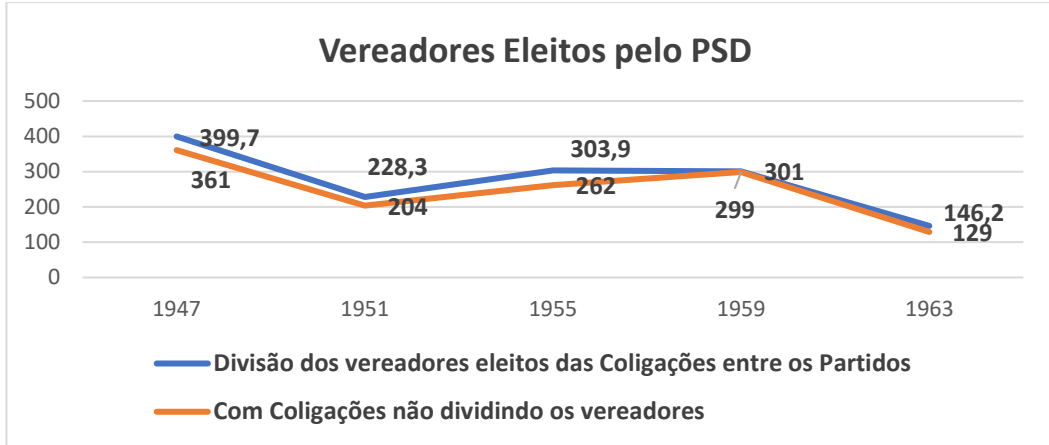
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 19 – Região Geográfica Metropolitana de Curitiba - percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido.



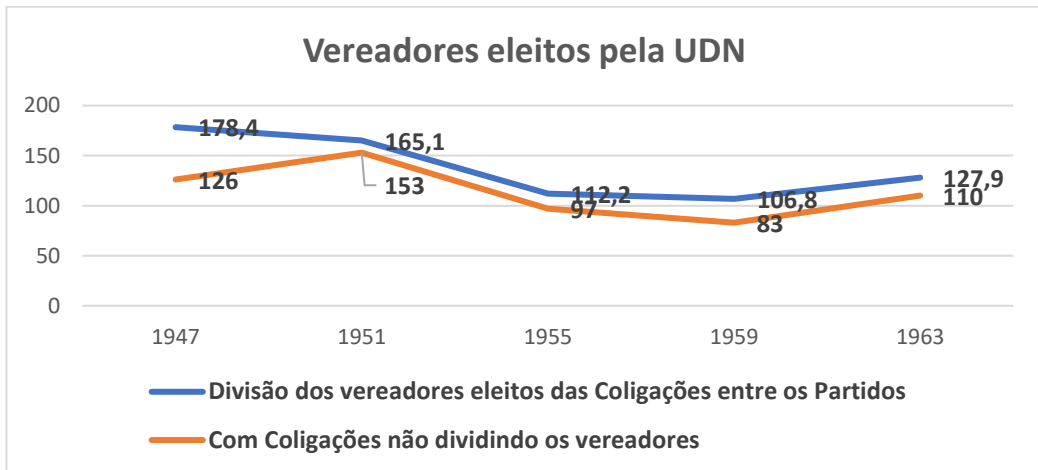
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 21 – Desempenho PSD no Paraná entre 1947 e 1963



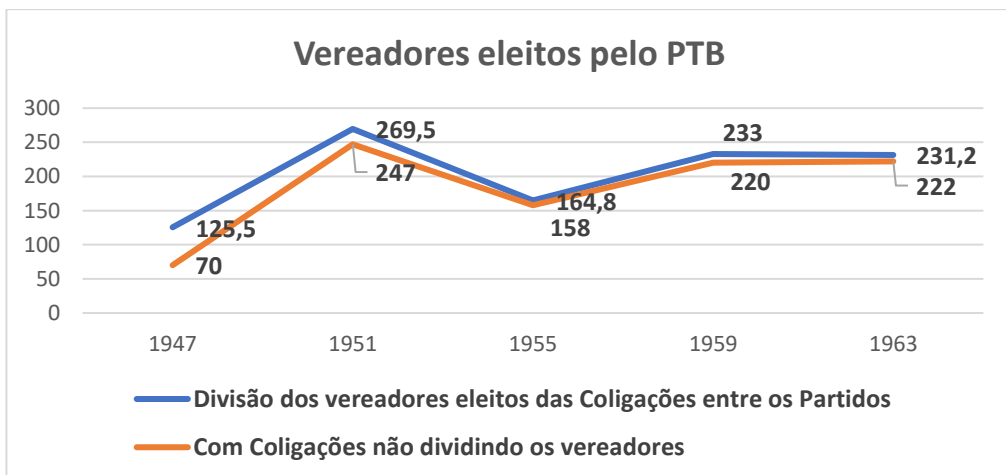
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 22 – Desempenho da UDN no Paraná entre 1947 e 1963



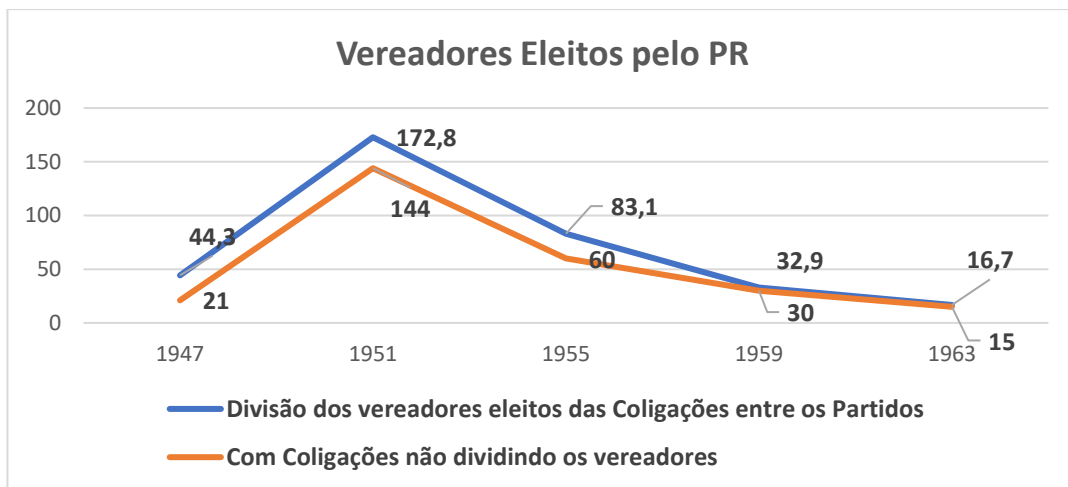
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 23 – Desempenho do PTB no Paraná entre 1947 e 1963



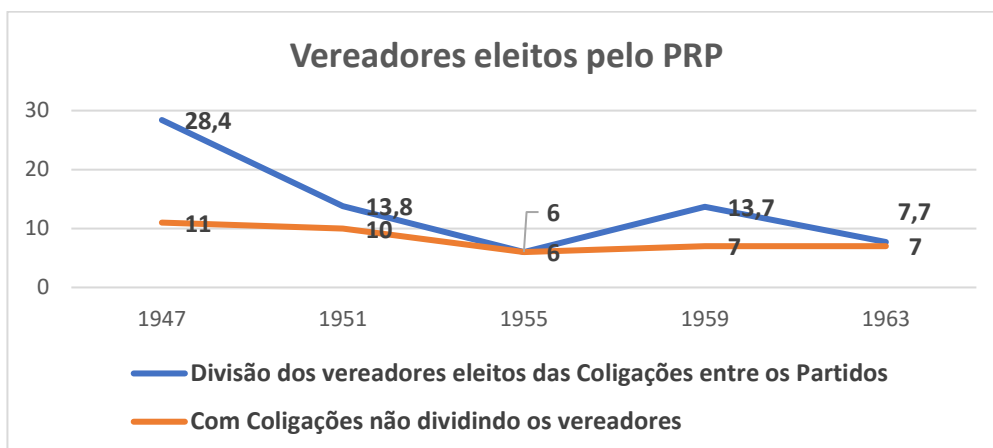
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 24 – Desempenho do PR no Paraná entre 1947 e 1963



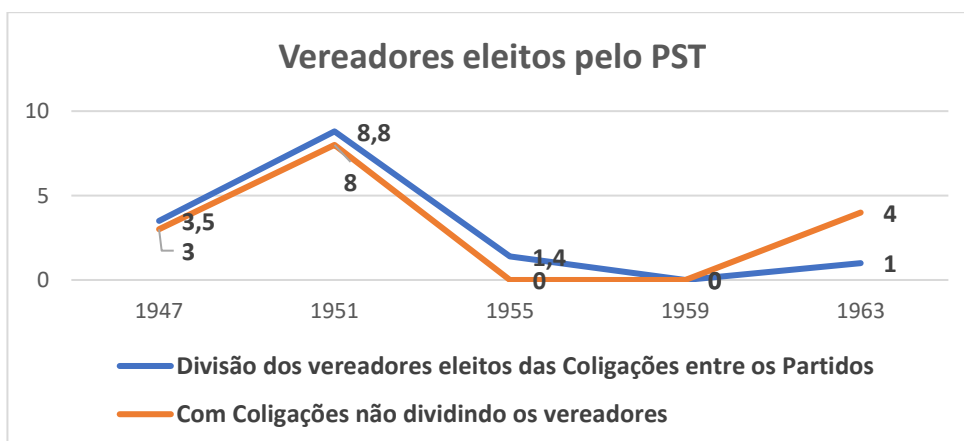
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 25 – Desempenho do PRP no Paraná entre 1947 e 1963



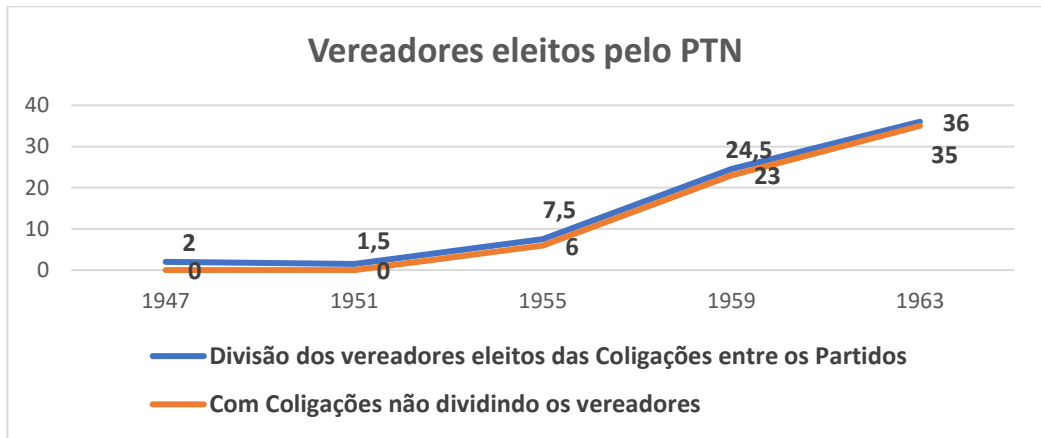
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 26 – Desempenho do PST no Paraná entre 1947 e 1963



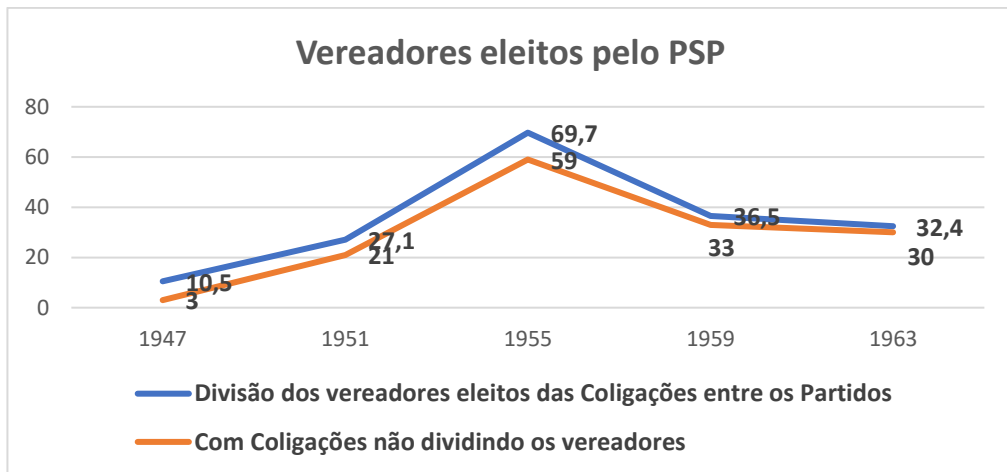
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 27 – Desempenho do PTN no Paraná entre 1947 e 1963



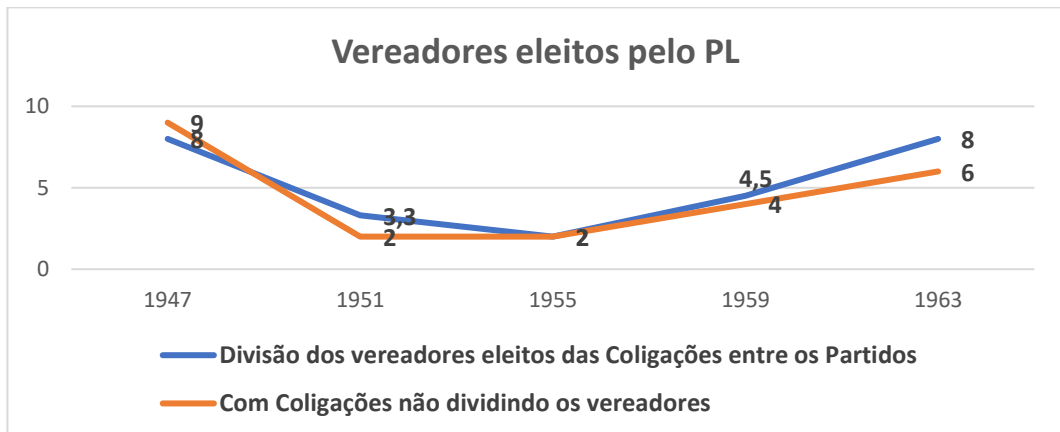
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 28 – Desempenho do PSP no Paraná entre 1947 e 1963



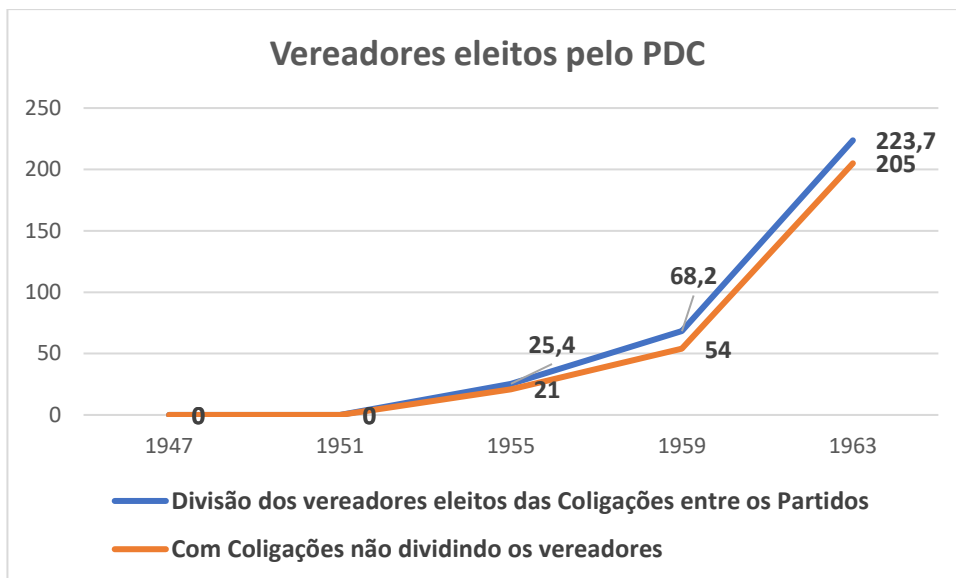
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 29 – Desempenho do PL no Paraná entre 1947 e 1963



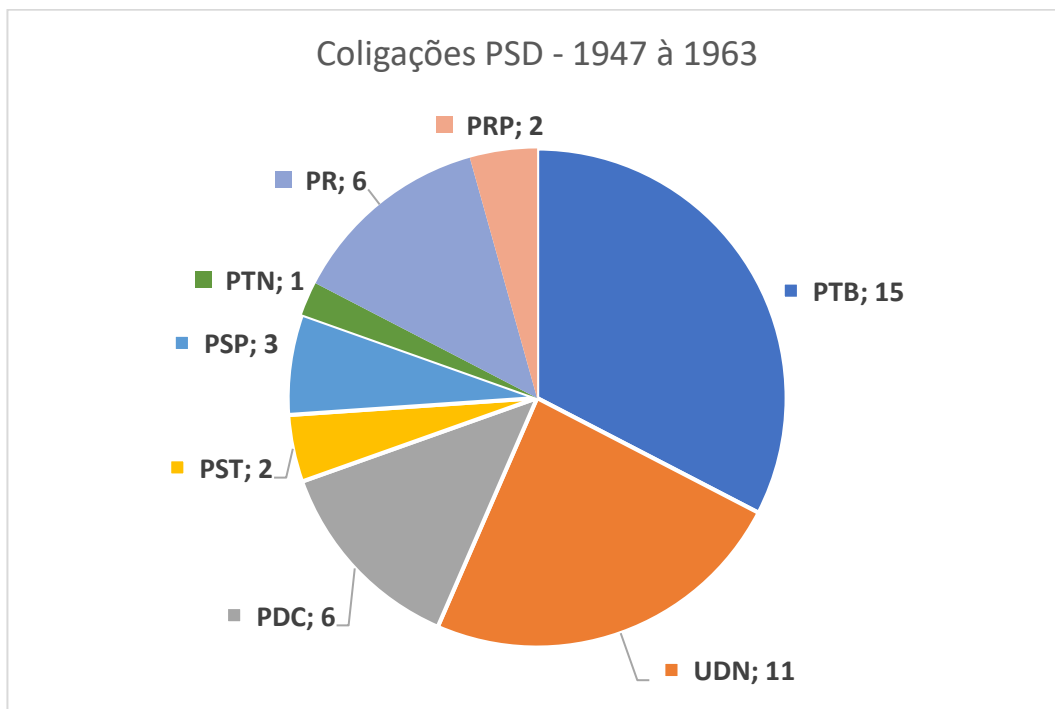
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 30 – Desempenho do PDC no Paraná entre 1947 e 1963



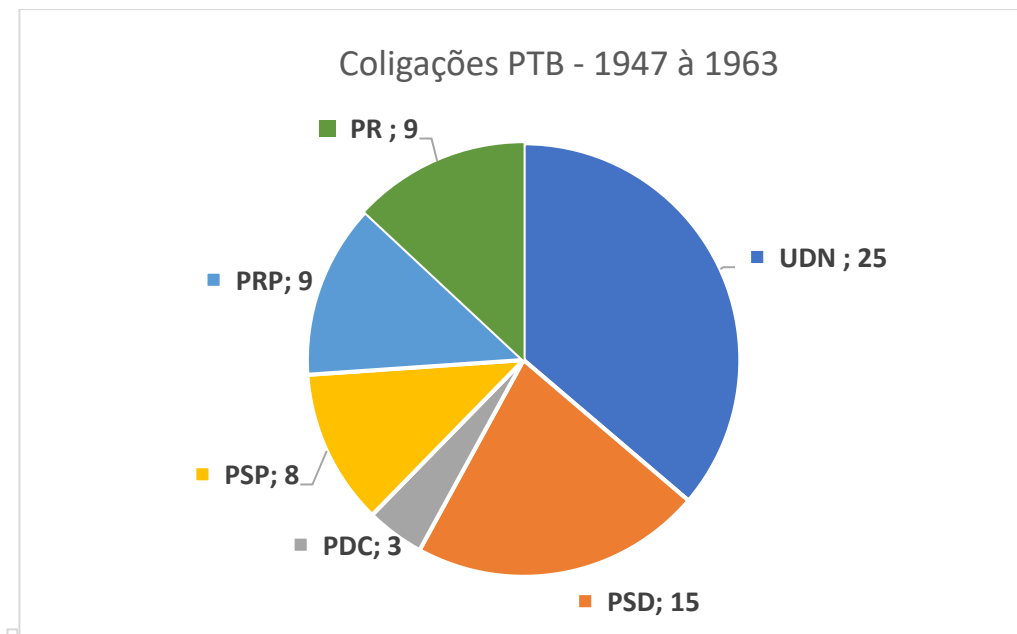
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 31 – Coligações do PSD no Paraná entre 1947 e 1963



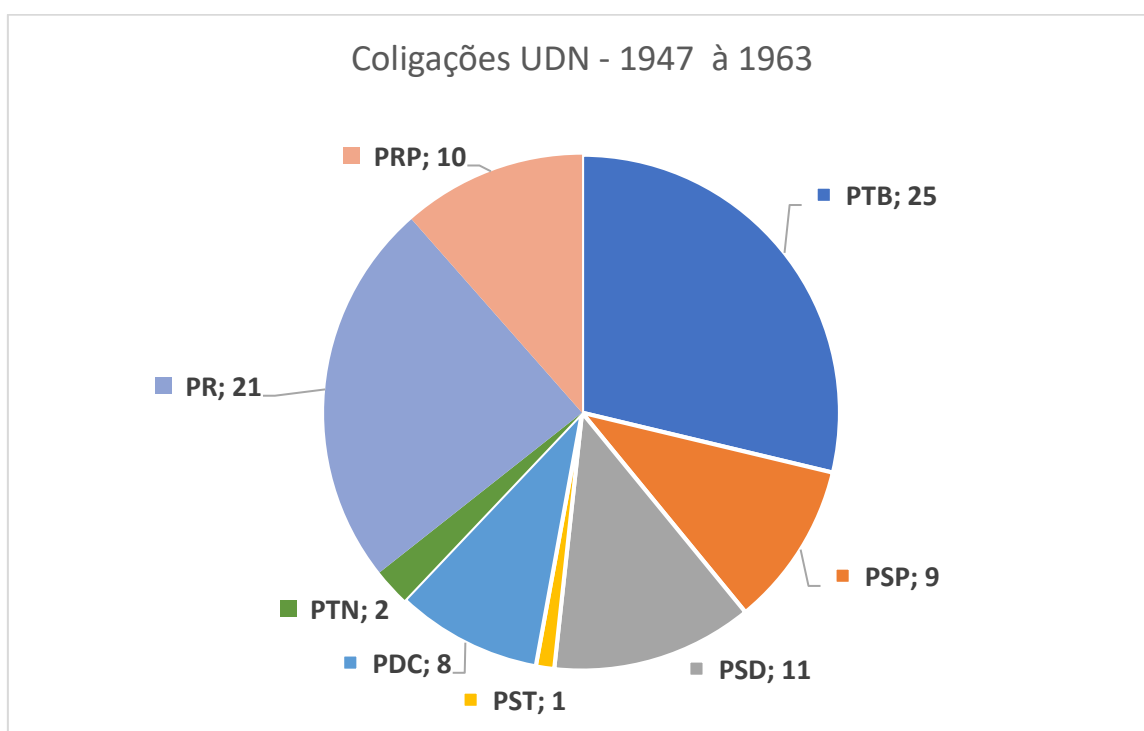
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 32 – Coligações do PTB no Paraná entre 1947 e 1963



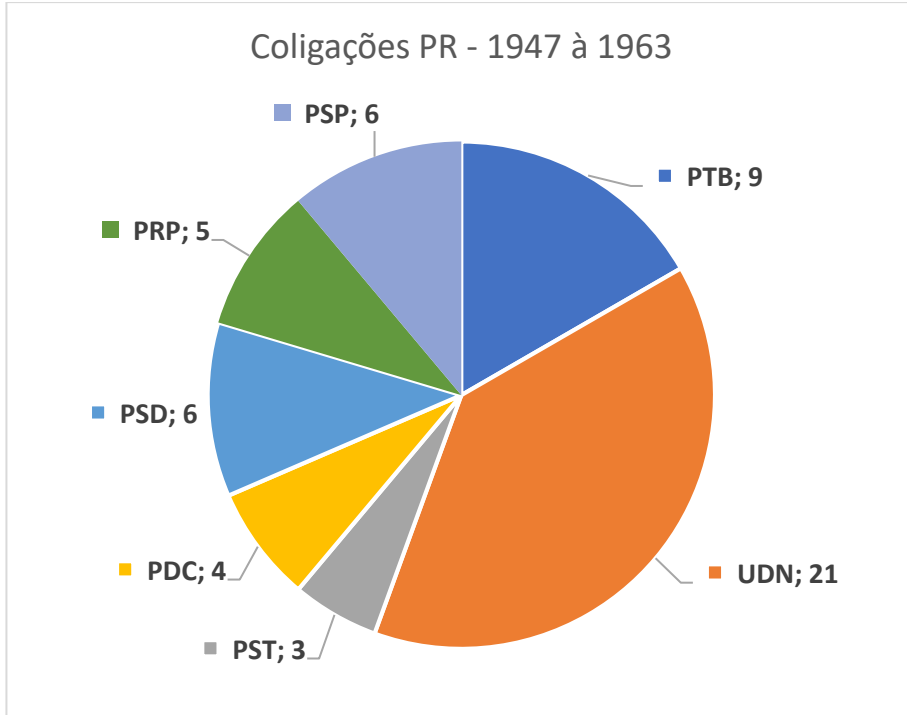
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 33 – Coligações da UDN no Paraná entre 1947 e 1963



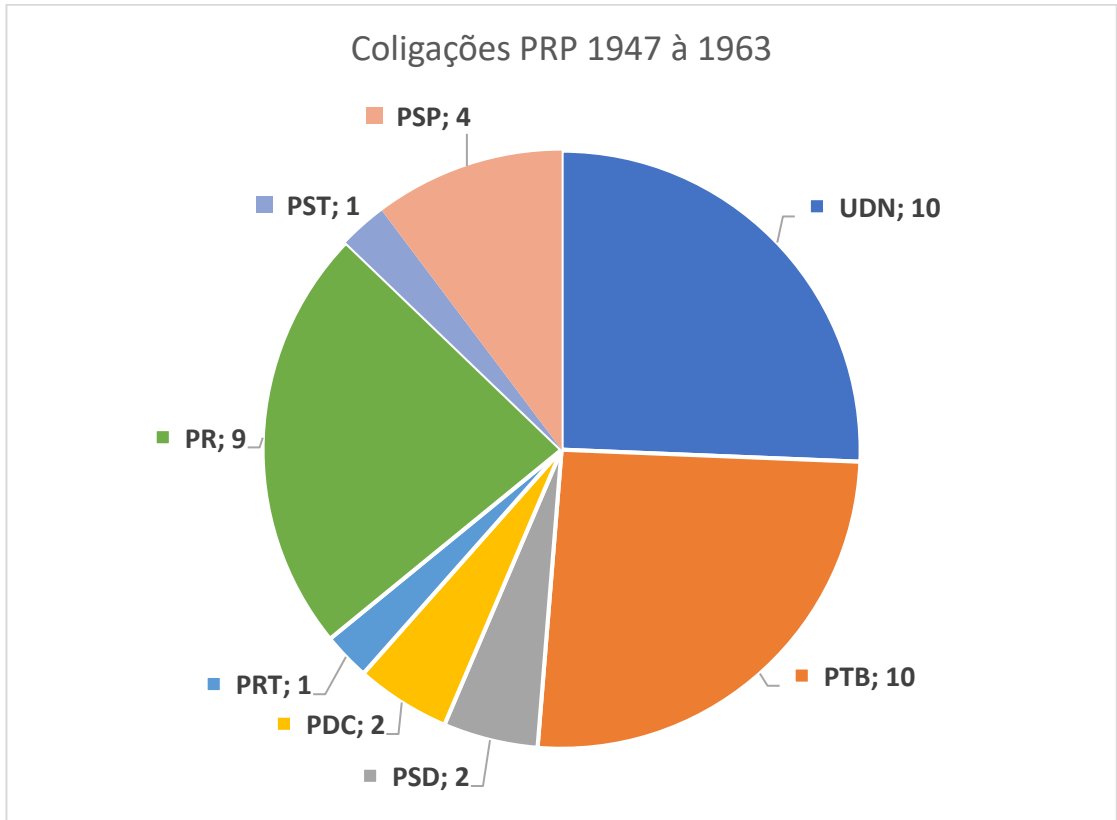
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 34 – Coligações da PR no Paraná entre 1947 e 1963



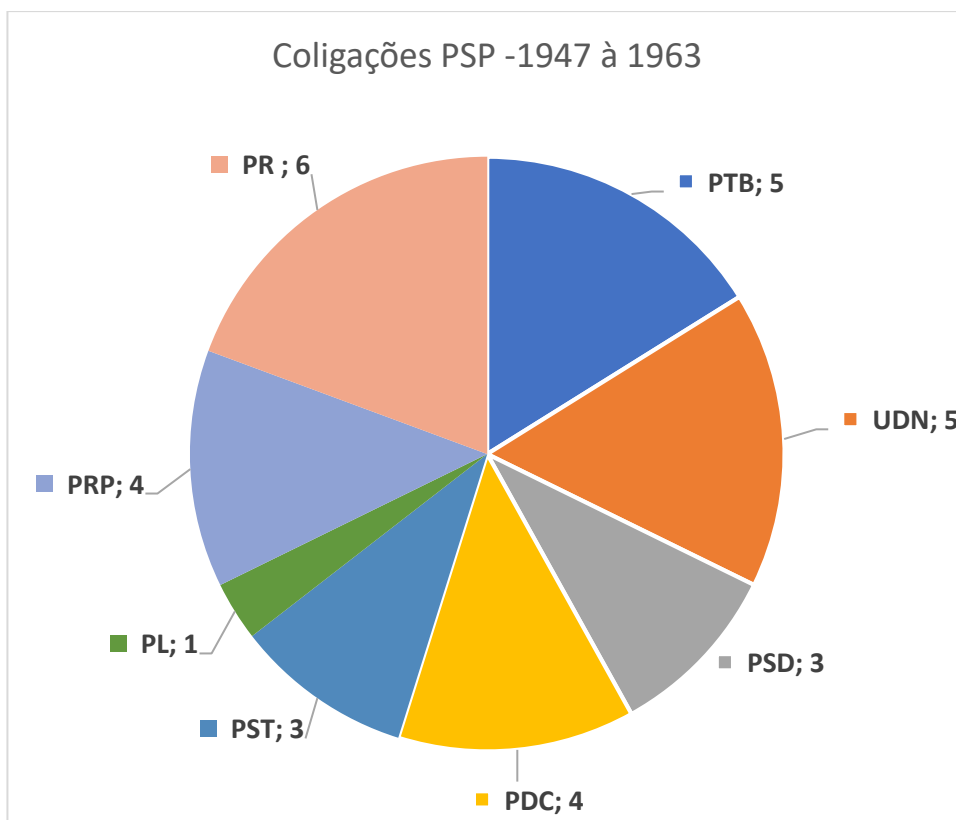
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 35 – Coligações da PRP no Paraná entre 1947 e 1963



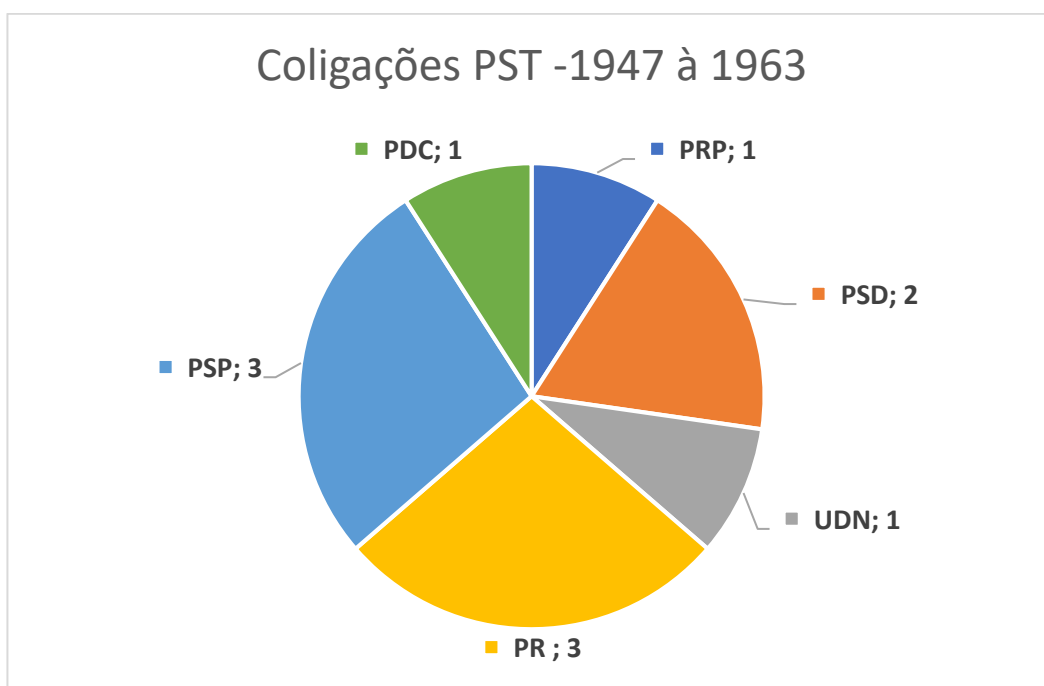
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 36 – Coligações da PSP no Paraná entre 1947 e 1963



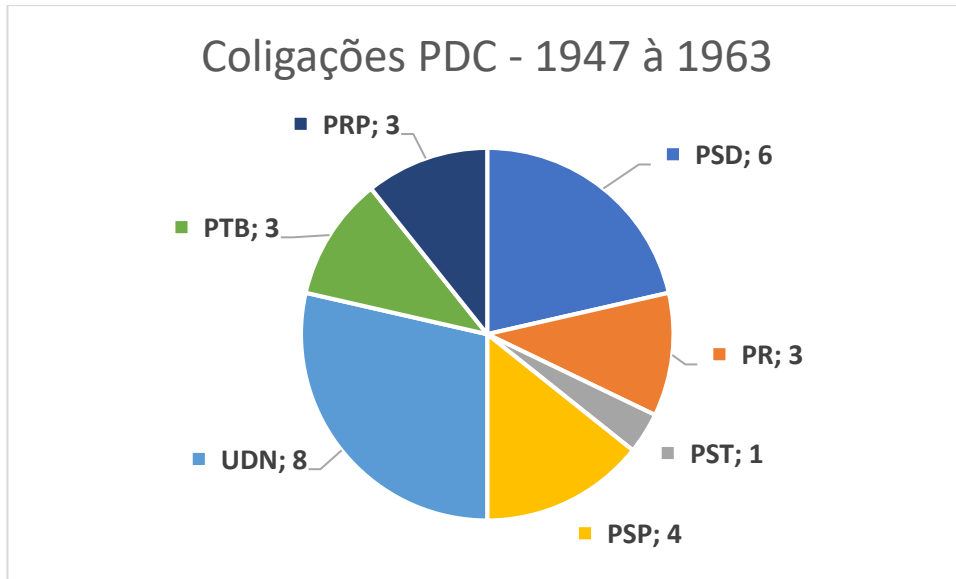
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 37 – Coligações da PST no Paraná entre 1947 e 1963



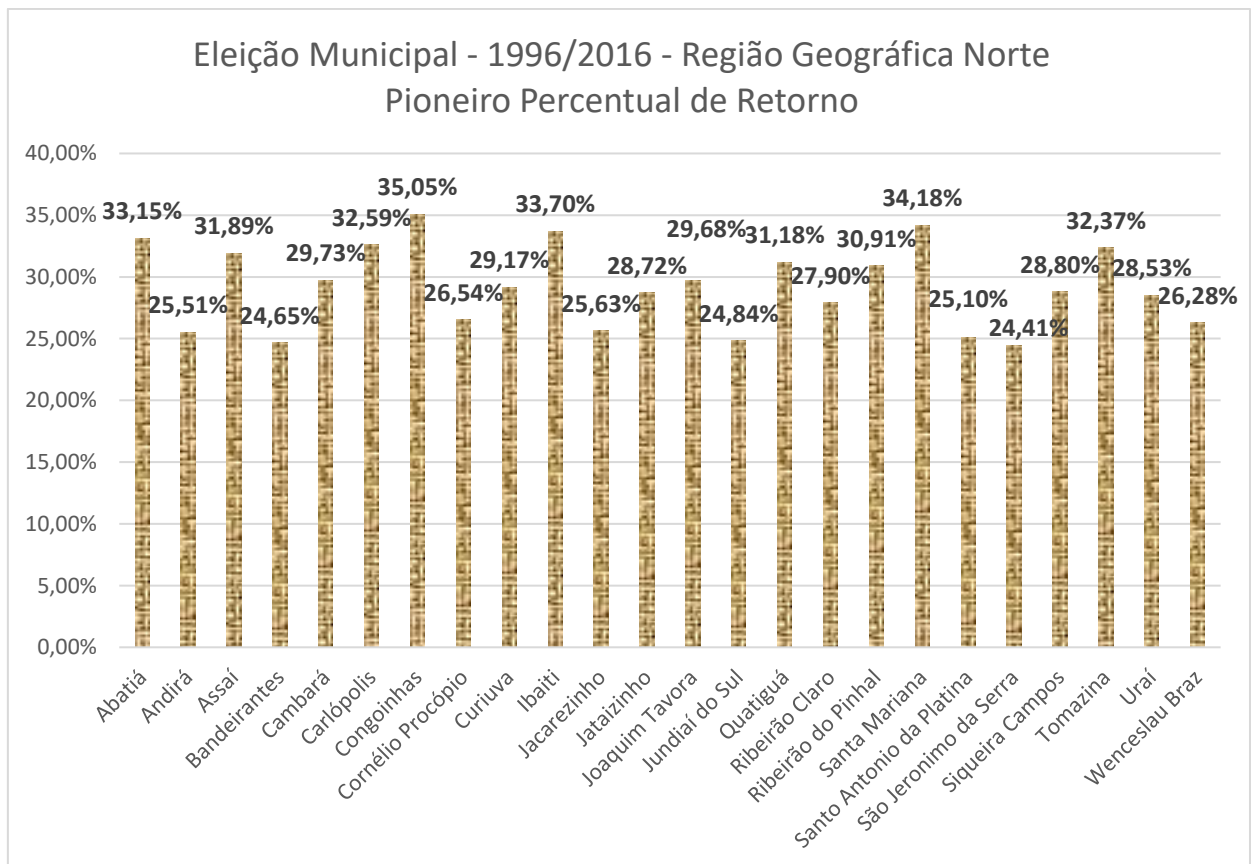
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 38 – Coligações da PDC no Paraná entre 1947 e 1963



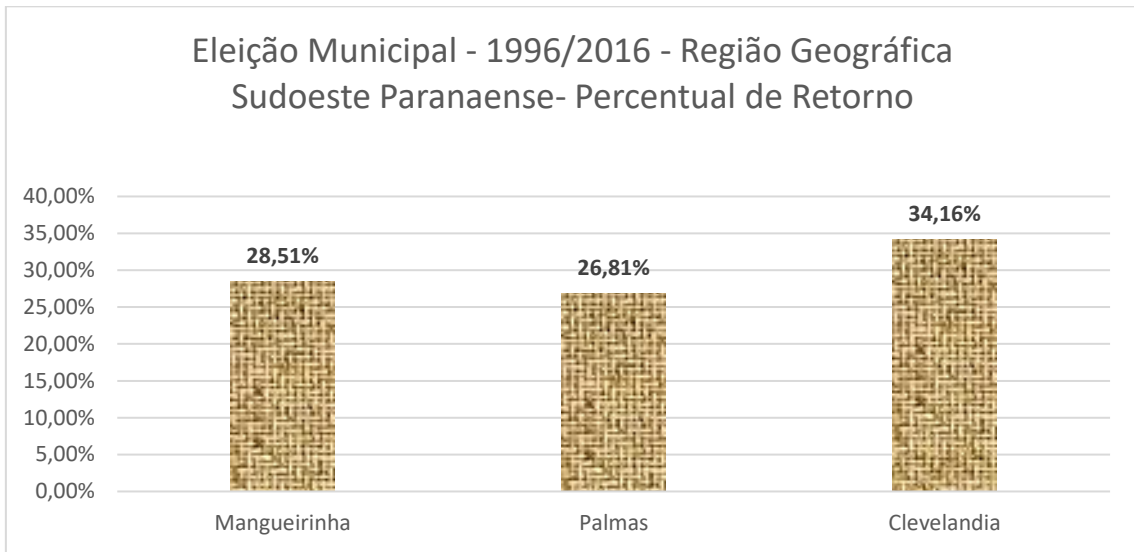
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 39 – Região Geográfica Norte Pioneiro, percentual de candidatos que participaram de mais de uma Eleição.



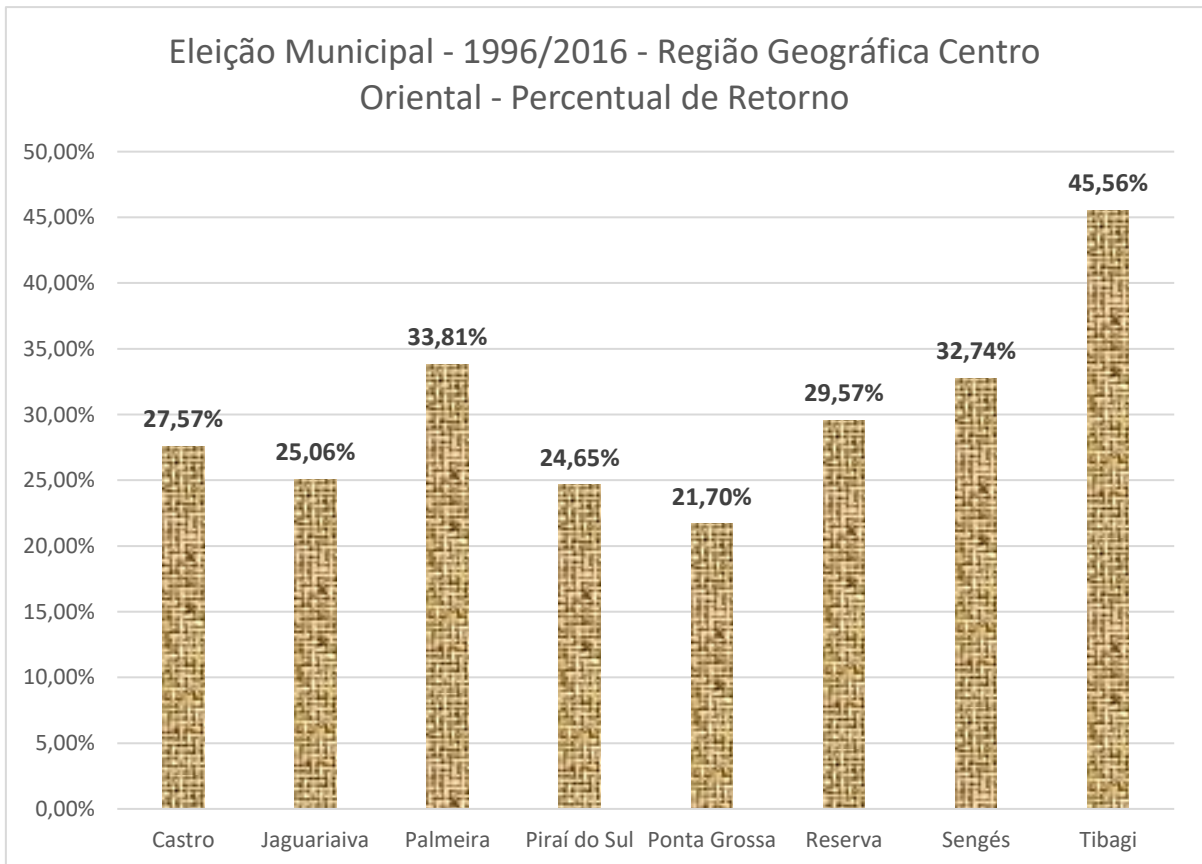
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 40 – Região Geográfica Sudoeste Paranaense, percentual de candidatos que participaram de mais de uma Eleição.



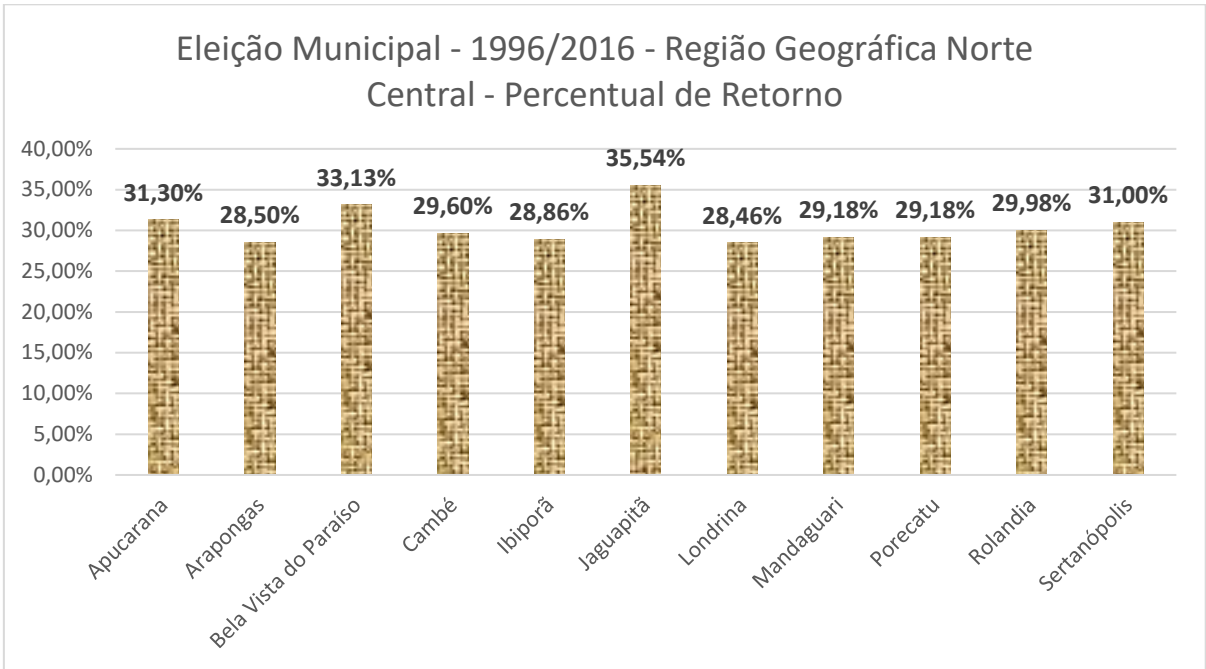
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 41 – Região Geográfica Centro Oriental, percentual de candidatos que participaram de mais de uma Eleição.



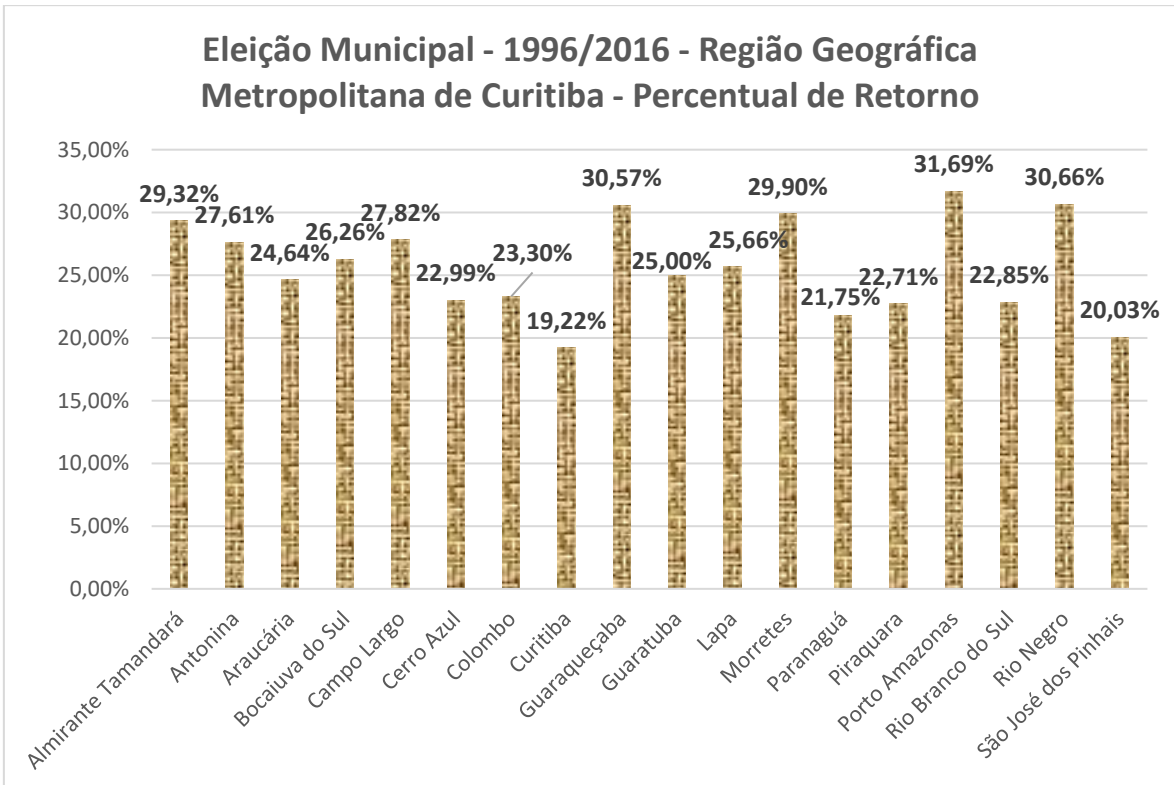
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 42 – Região Geográfica Norte Central, percentual de candidatos que participaram de mais de uma Eleição.



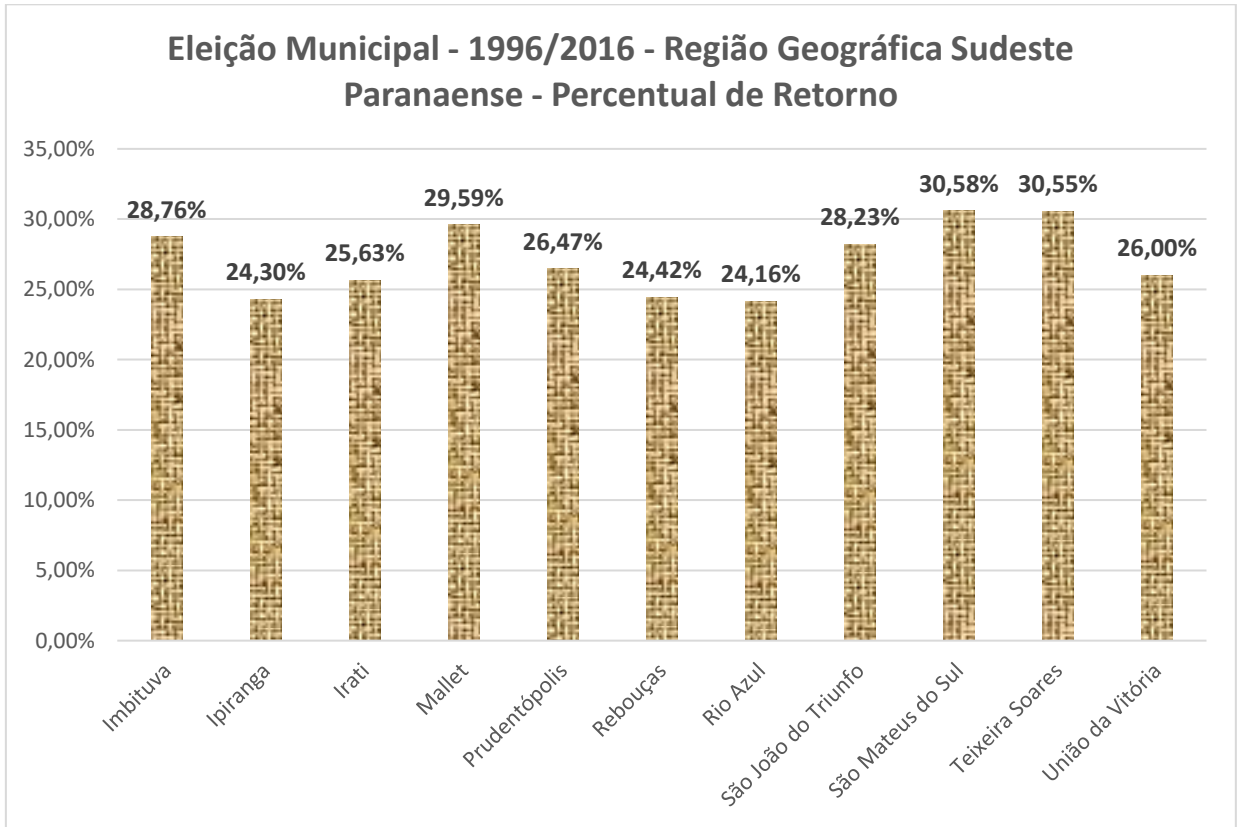
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 43 – Região Geográfica Metropolitana de Curitiba, percentual de candidatos que participaram de mais de uma Eleição.



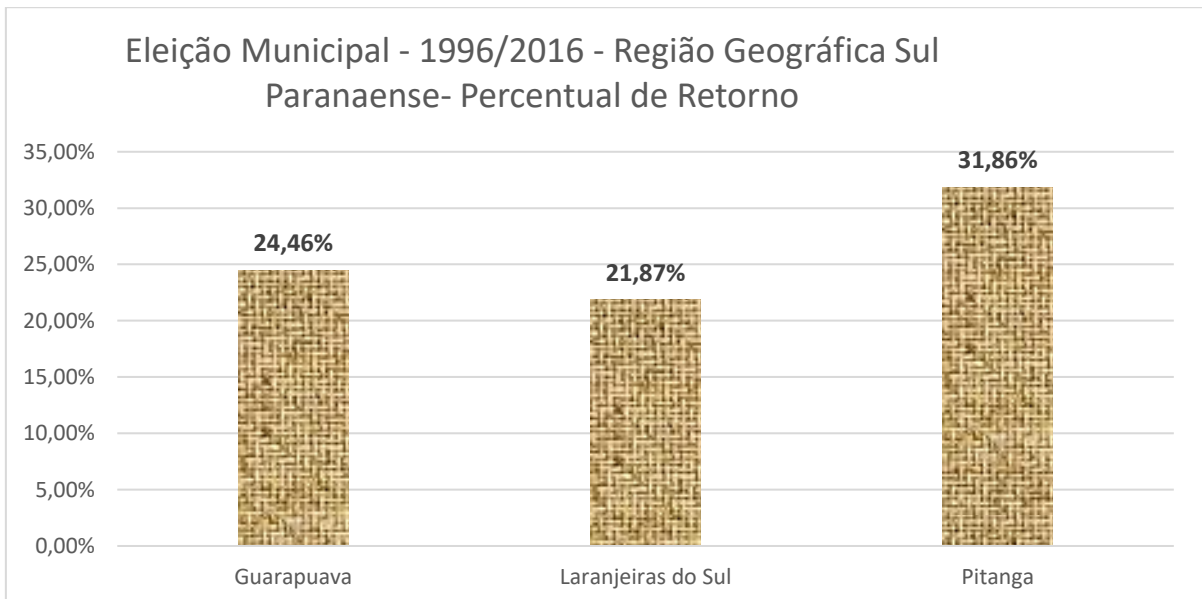
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 44 – Região Geográfica Sudeste Paranaense, percentual de candidatos que participaram de mais de uma Eleição.



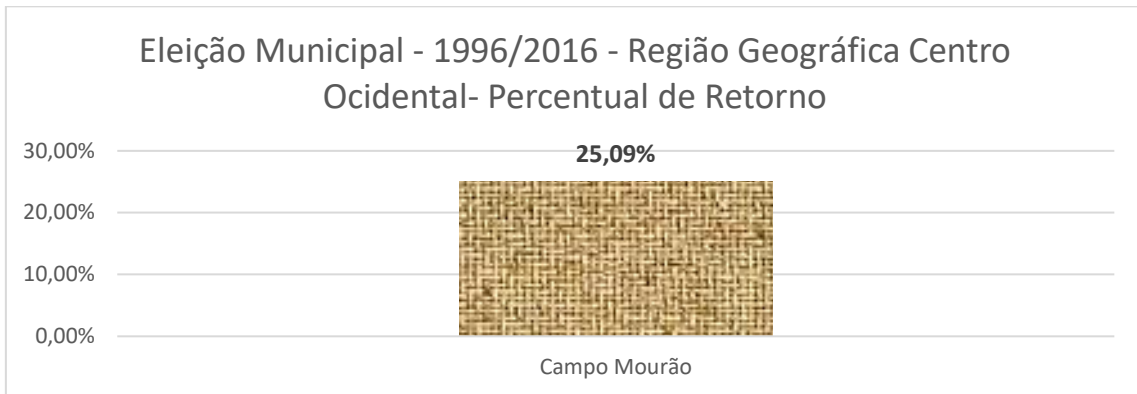
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 45 – Região Geográfica Sul Paranaense, percentual de candidatos que participaram de mais de uma Eleição.



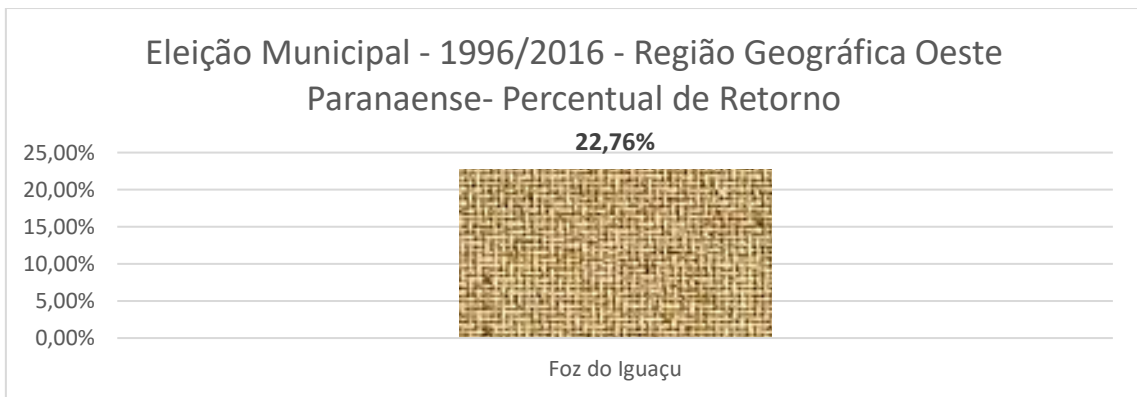
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 46 – Região Geográfica Centro Ocidental, percentual de candidatos que participaram de mais de uma Eleição.



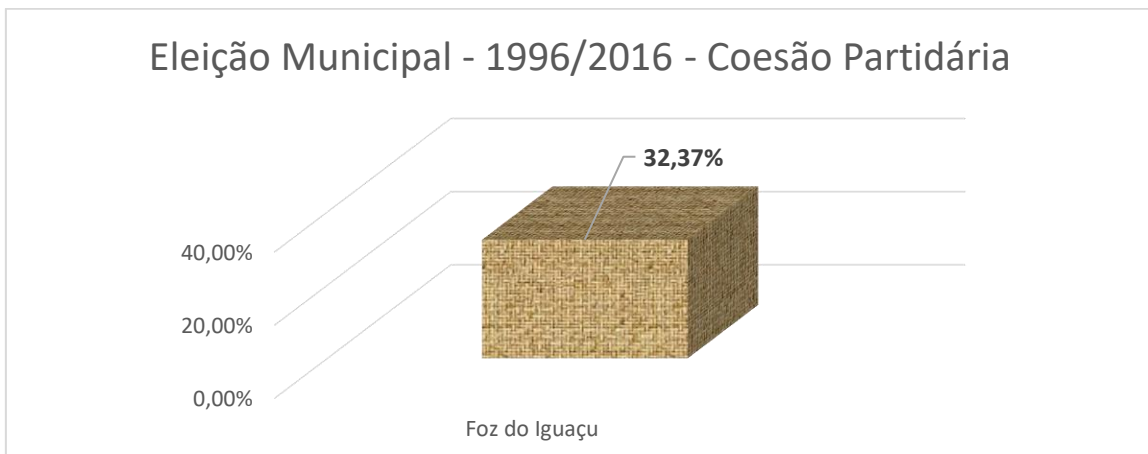
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 47 – Região Geográfica Oeste Paranaense, percentual de candidatos que participaram de mais de uma Eleição.



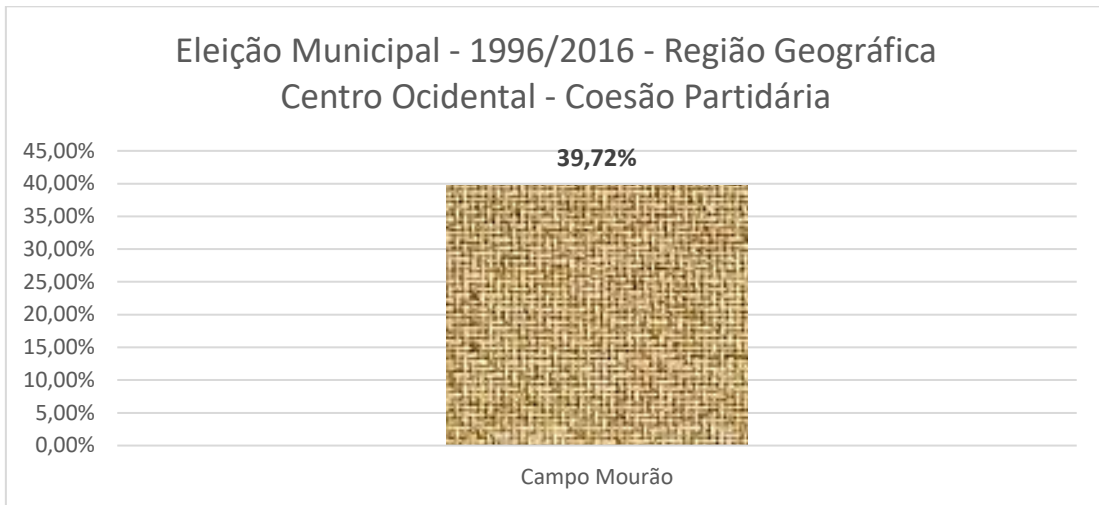
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 48 – Região Geográfica Oeste Paranaense - percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido.



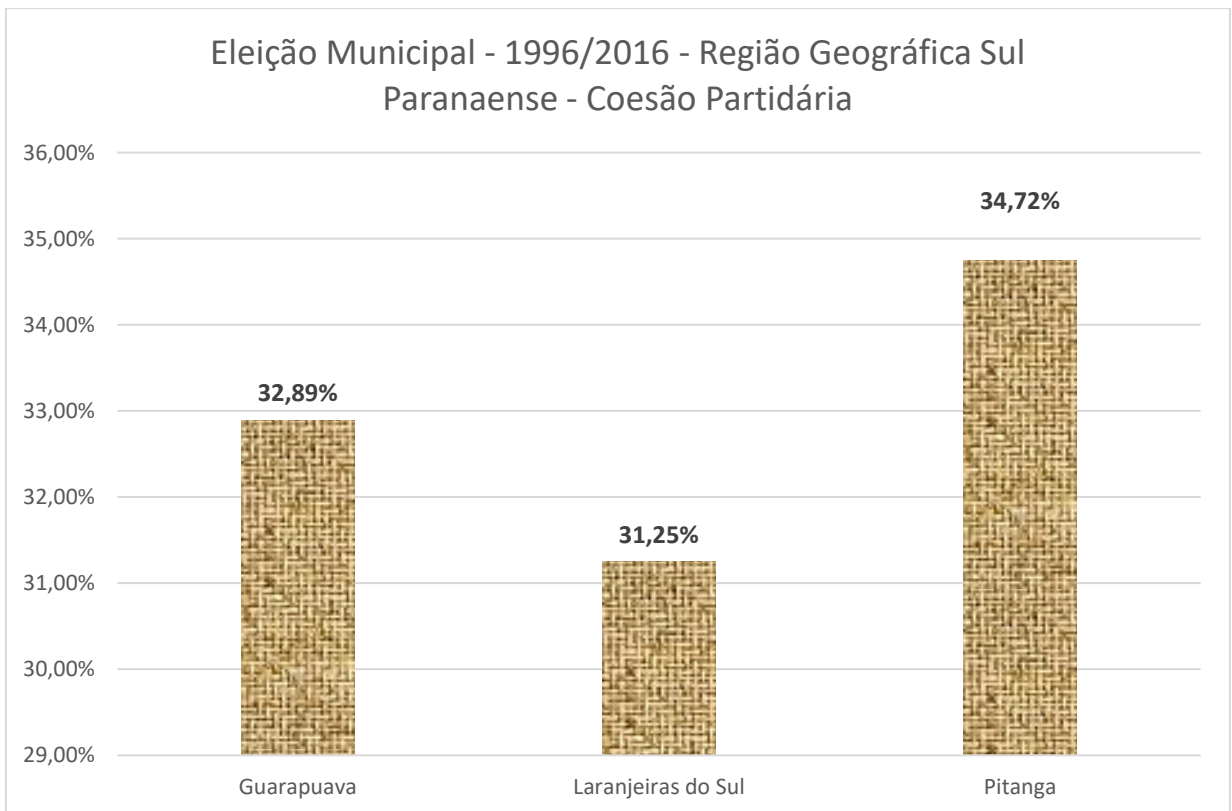
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 49 – Região Geográfica Centro Ocidental - percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido.



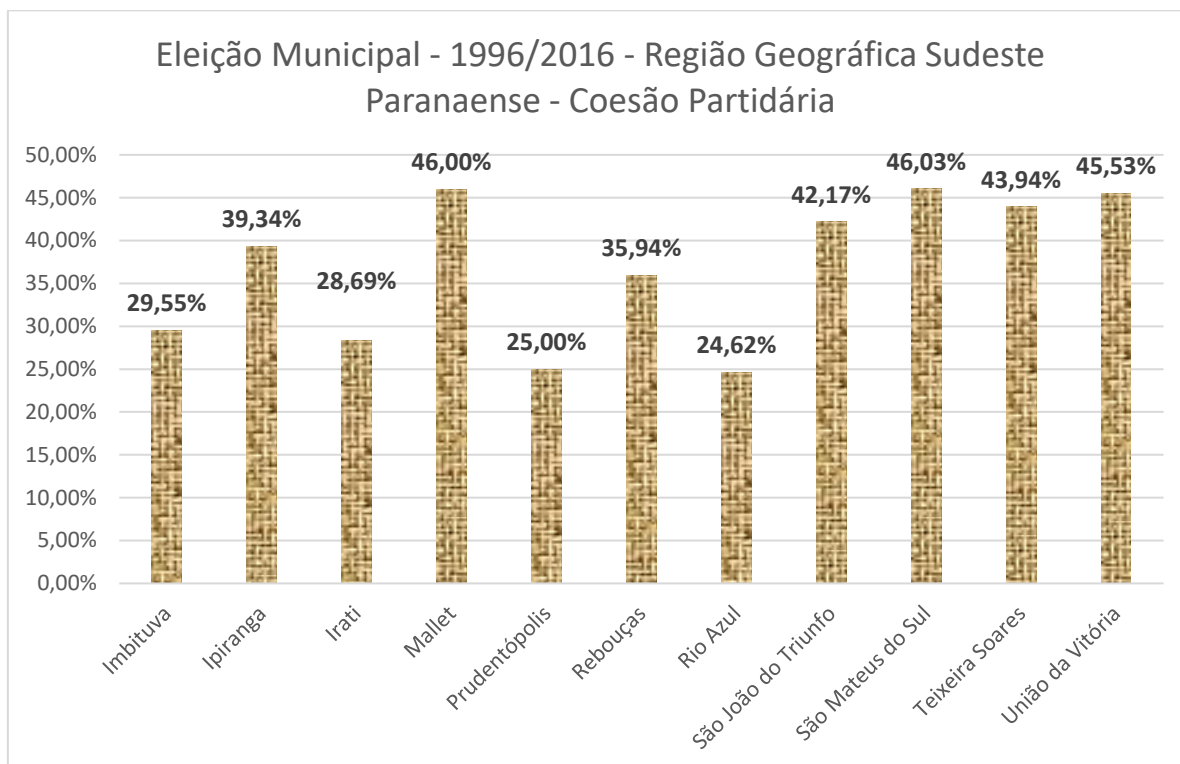
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 50 – Região Geográfica Sul Paranaense - percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido.



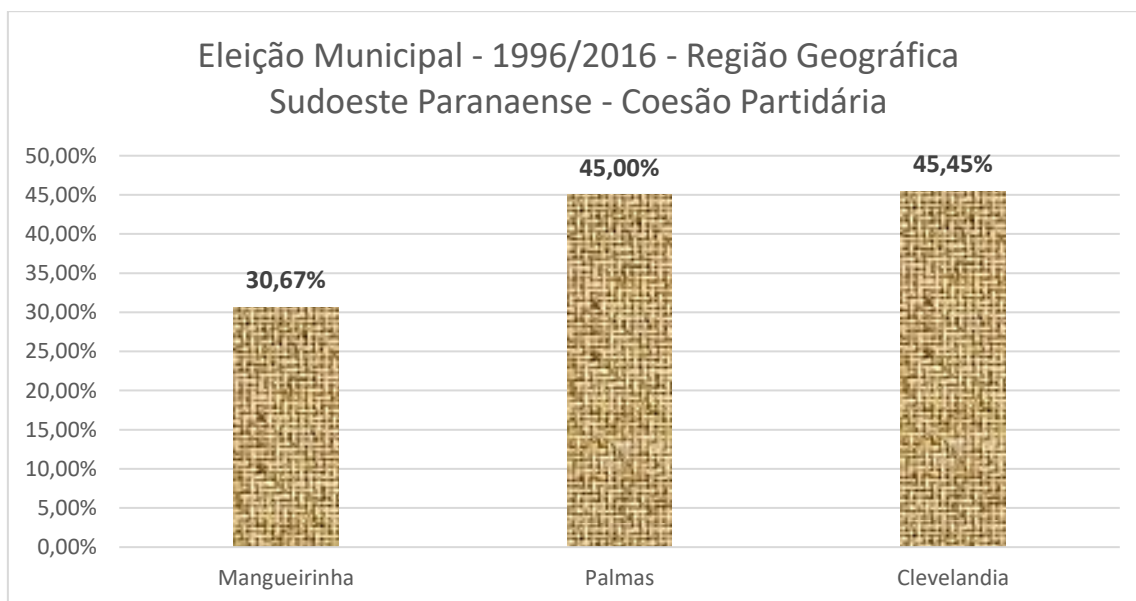
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 51 – Região Geográfica Sudeste Paranaense - percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido.



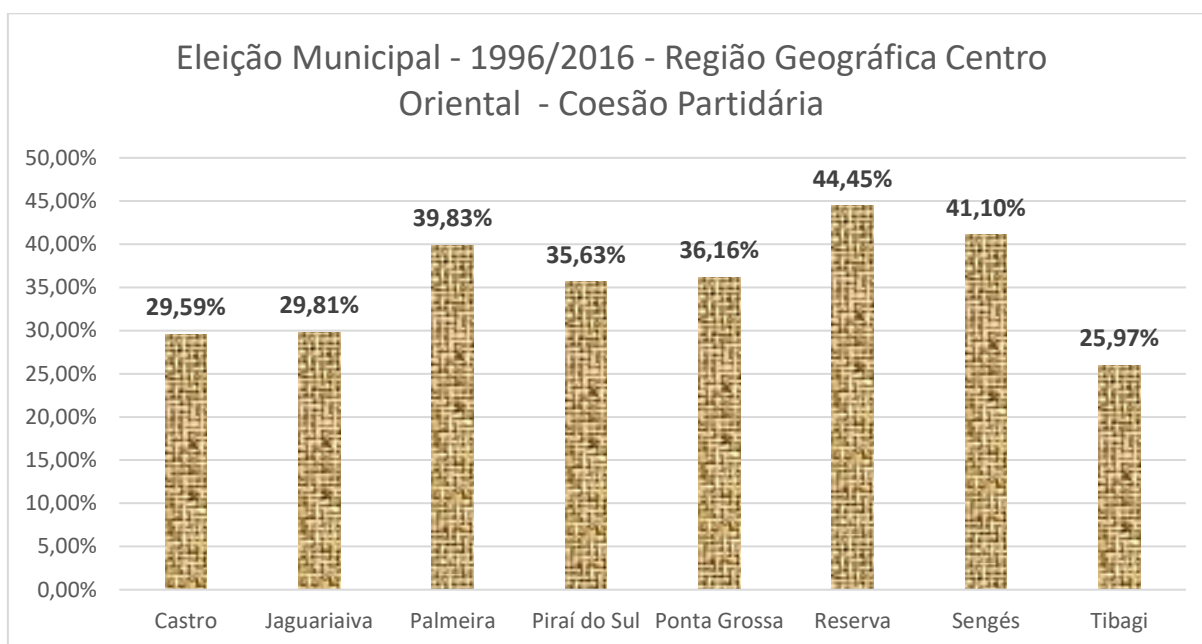
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 52 – Região Geográfica Sudoeste Paranaense - percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido.



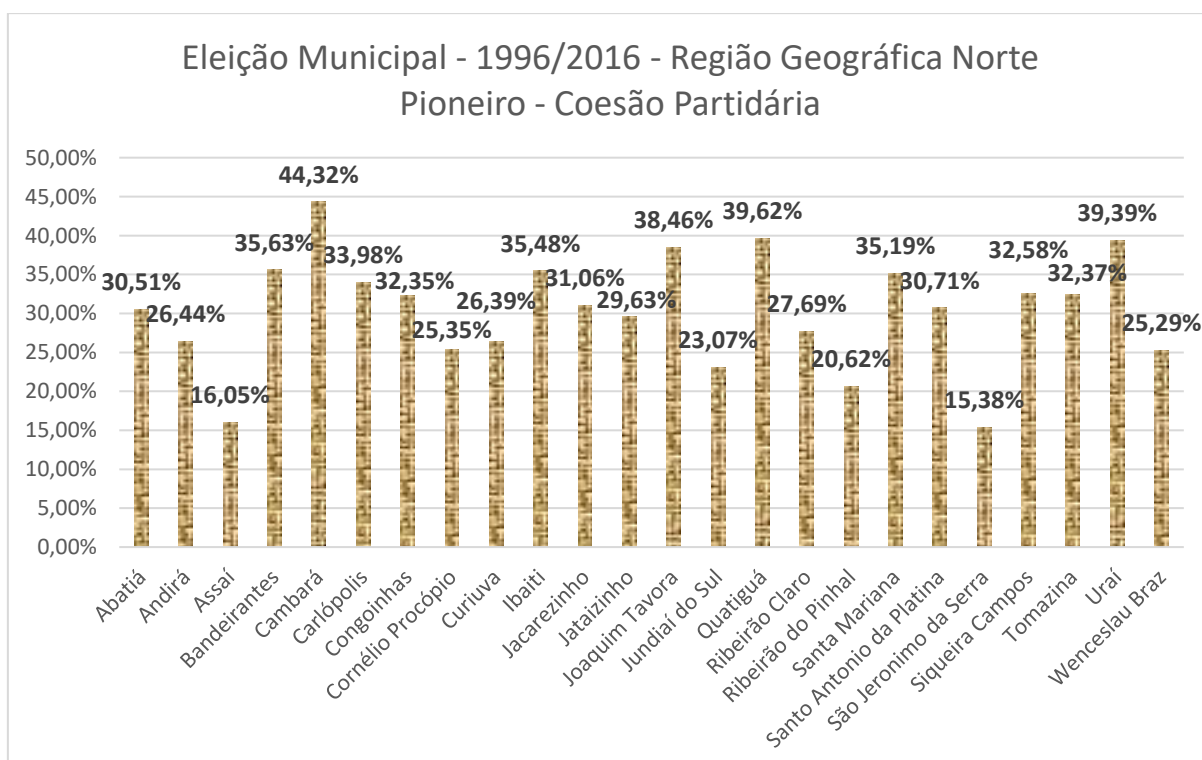
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 53 – Região Geográfica Centro Oriental - percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido.



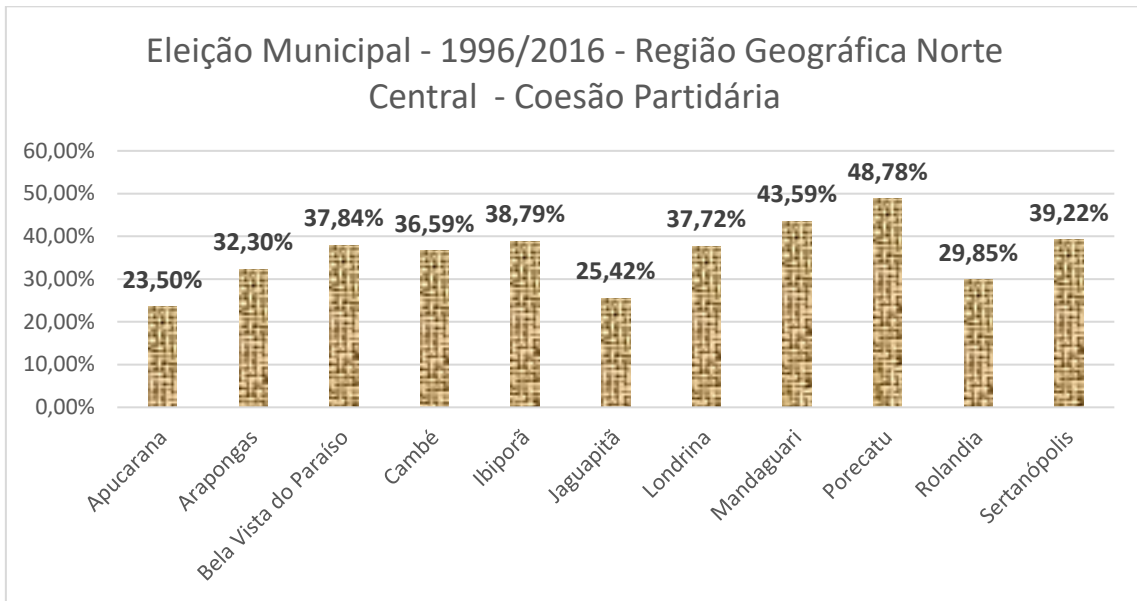
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 54 – Região Geográfica Norte Pioneiro - percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido.



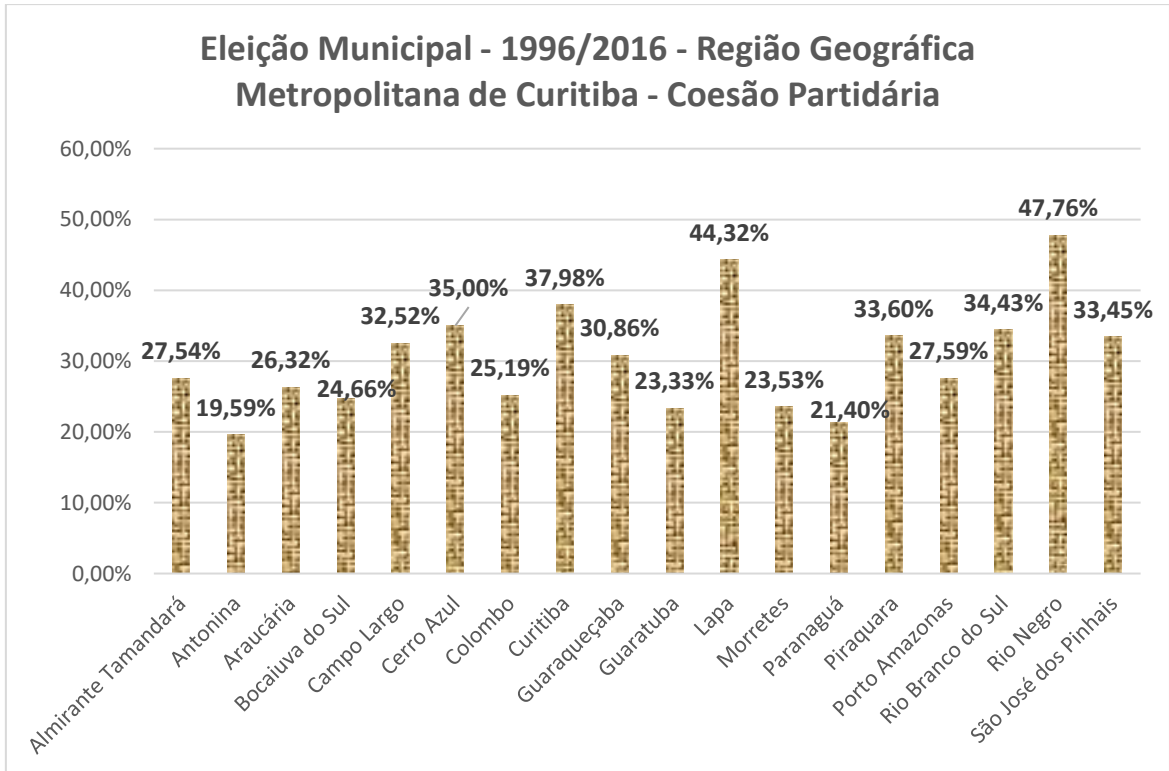
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 55 – Região Geográfica Norte Central - percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido.



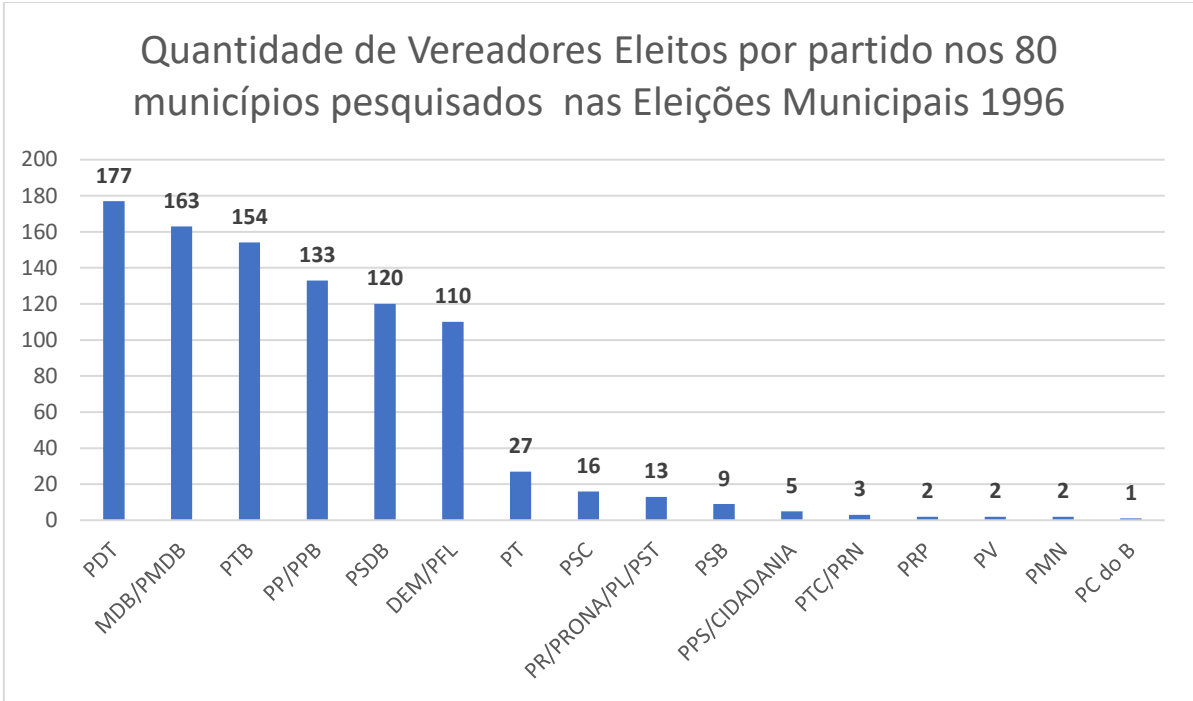
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 56 – Região Geográfica Metropolitana de Curitiba - percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido.



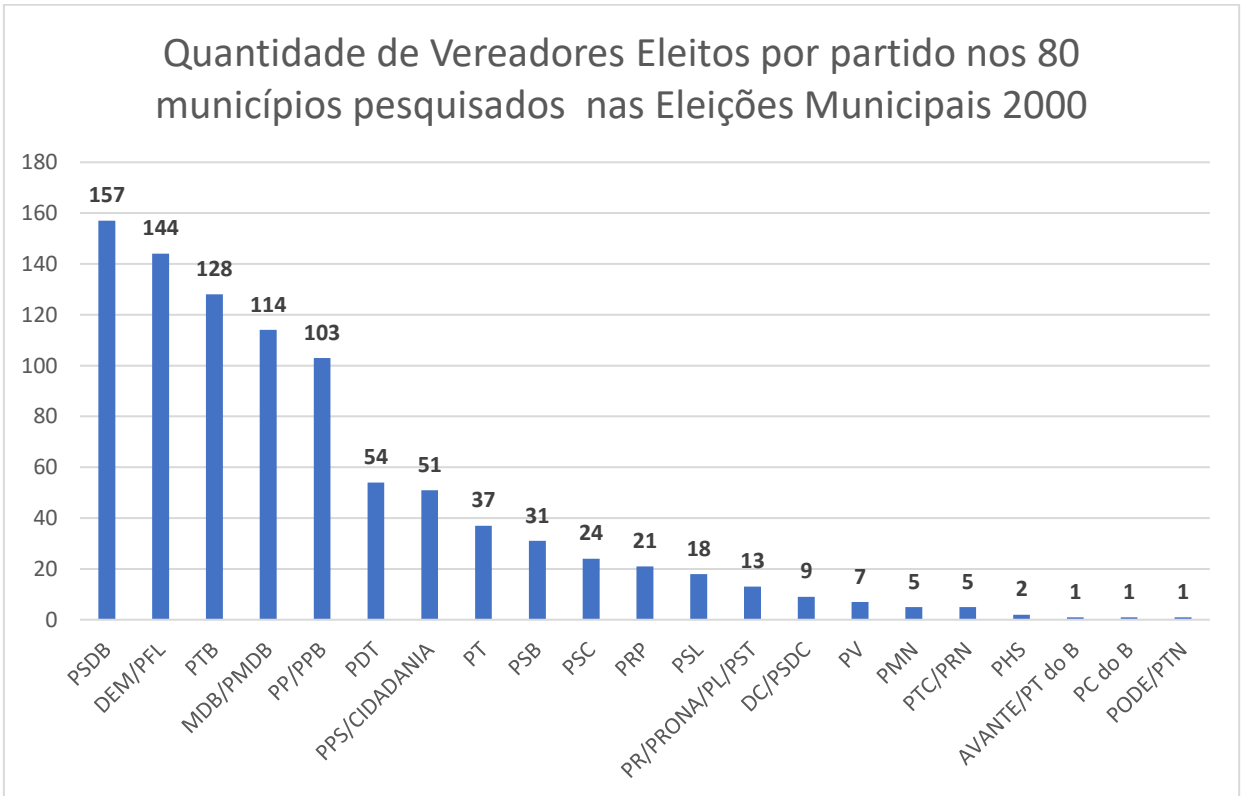
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 58.1 – Eleições Municipais 1996.



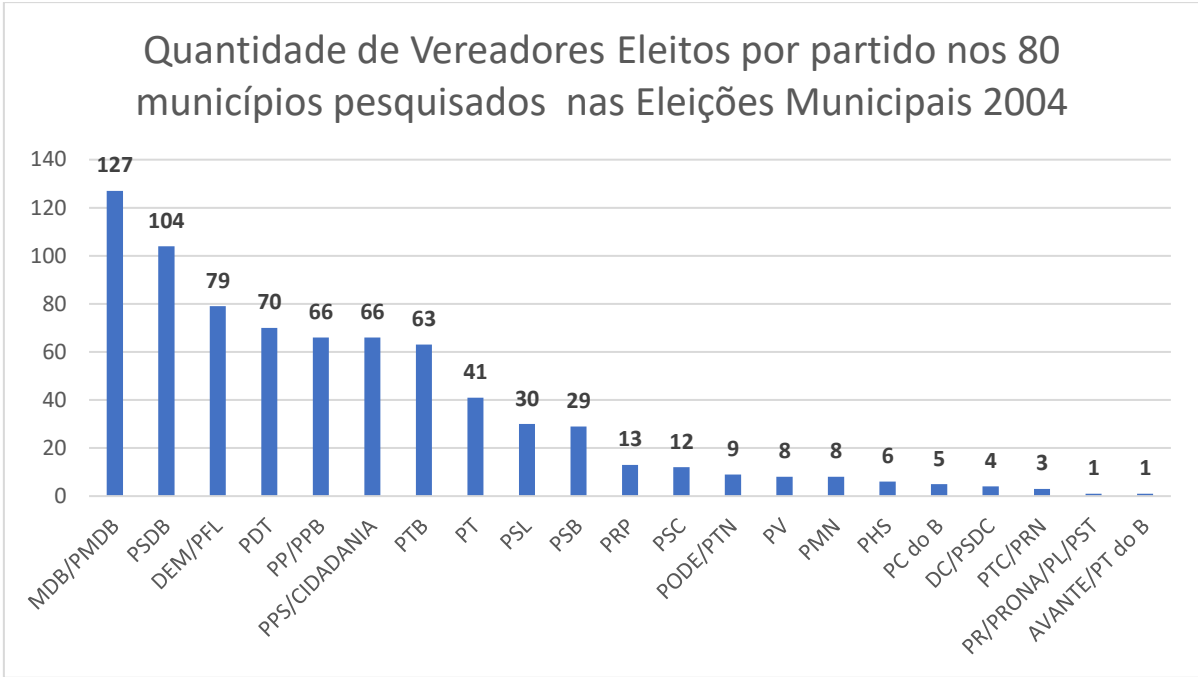
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 58.2 – Eleições Municipais 2000.



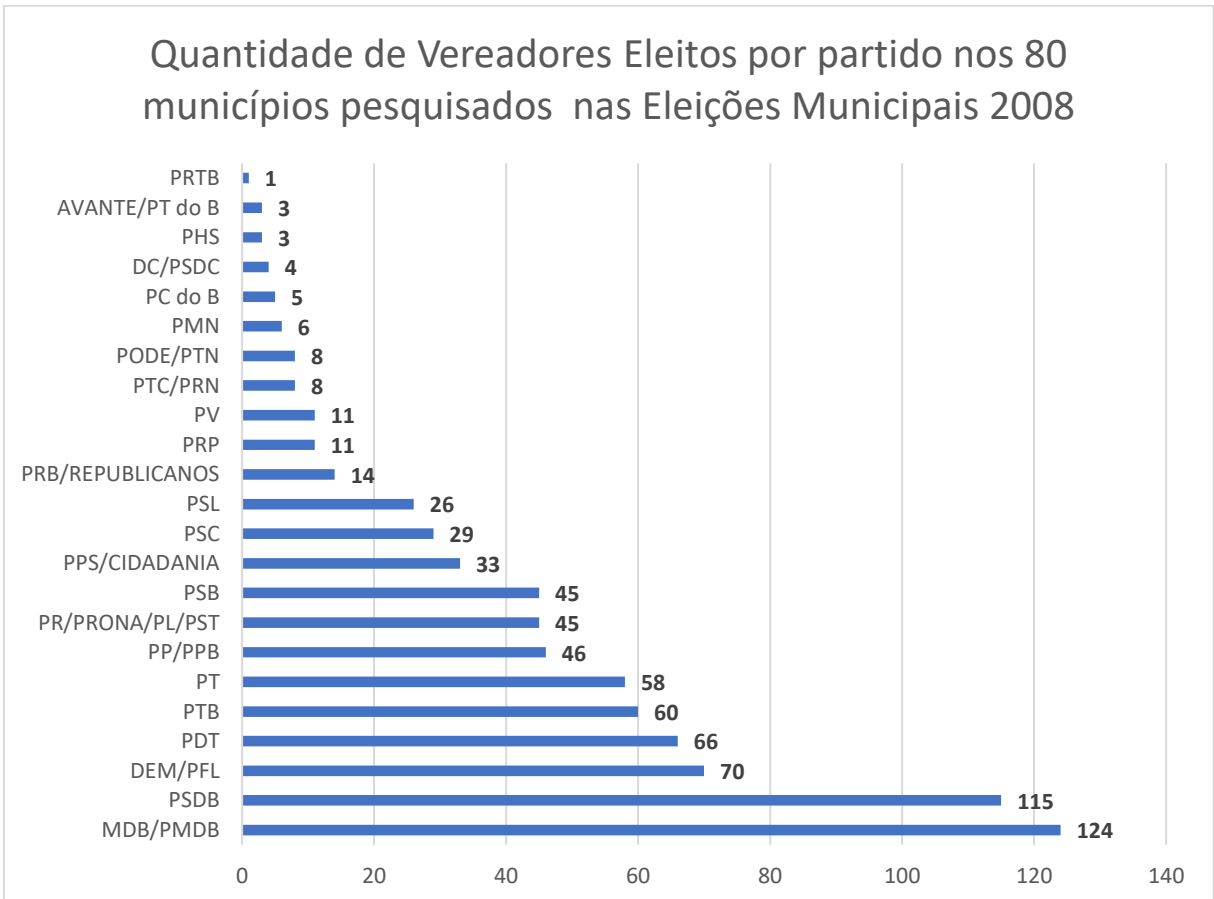
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 58.3 – Eleições Municipais 2004.



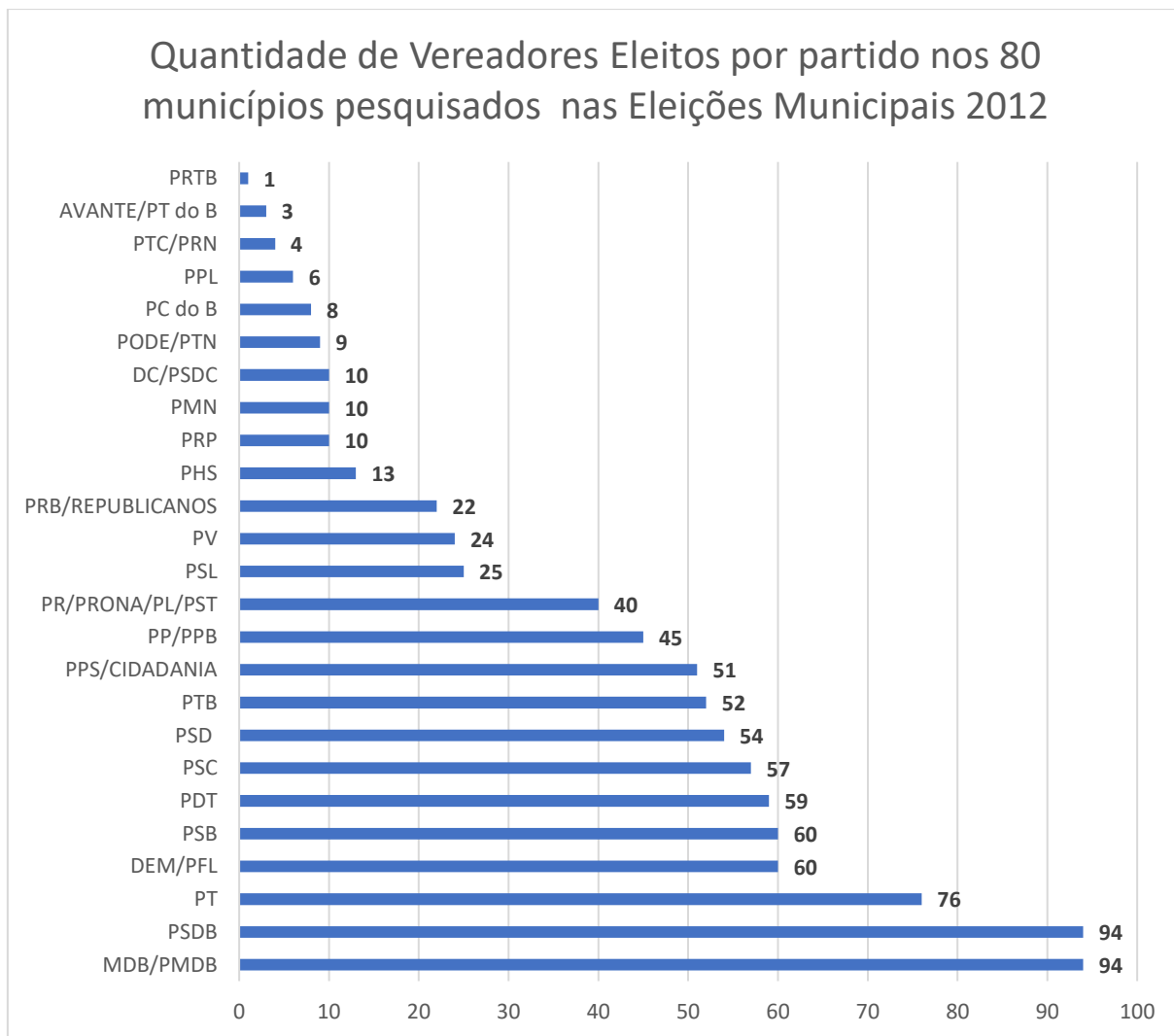
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 58.4 – Eleições Municipais 2008.



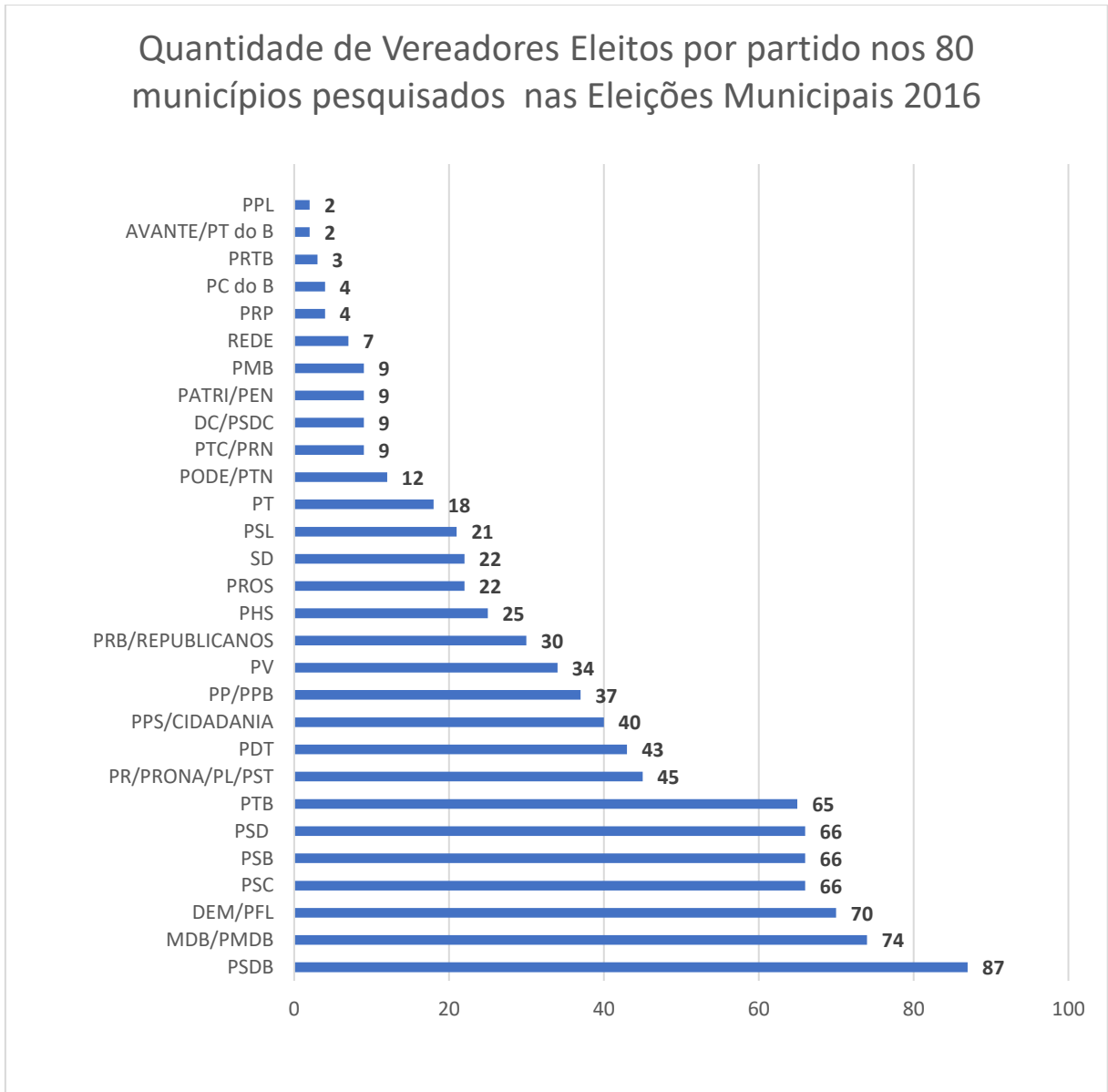
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 58.5 – Eleições Municipais 2012.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 58.6 – Eleições Municipais 2016.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 59 – Desempenho do PP nas Eleições Municipais de 1996-2016.



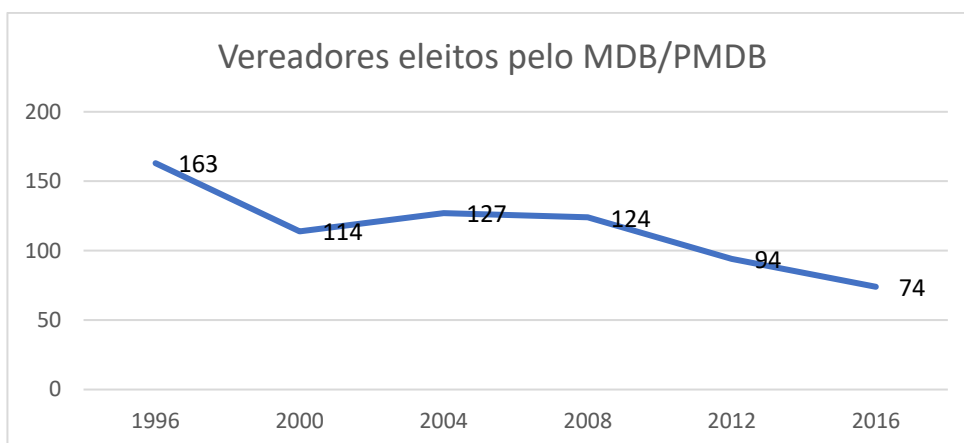
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 60 – Desempenho do PTB nas Eleições Municipais de 1996-2016.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 61 – Desempenho do MDB/PMDB nas Eleições Municipais de 1996-2016.



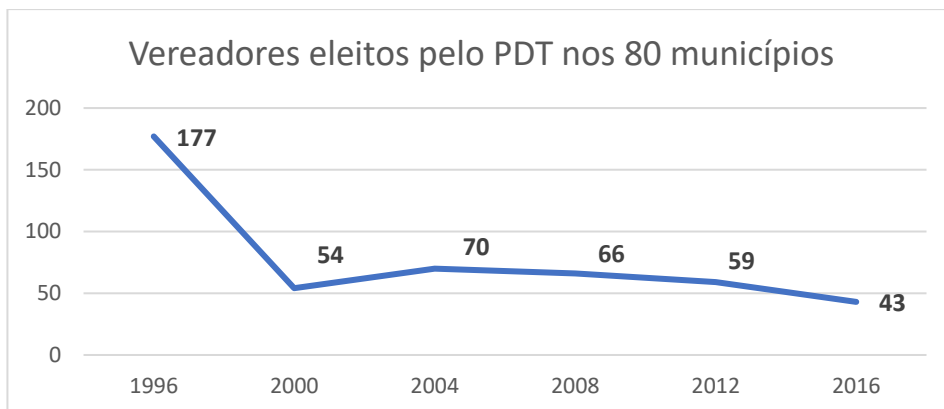
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 62 – Desempenho do PSDB nas Eleições Municipais de 1996-2016.



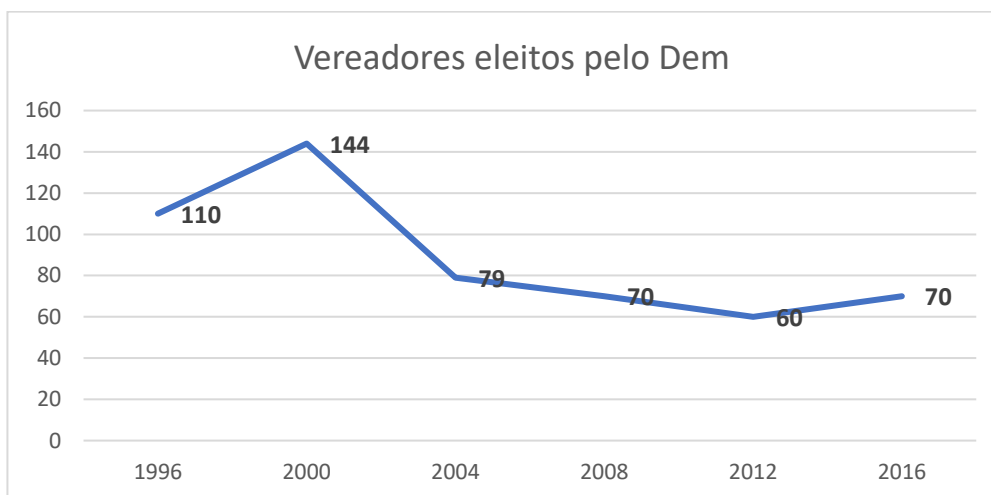
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 63 – Desempenho do PDT nas Eleições Municipais de 1996-2016.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 64 – Desempenho do PFL/DEM nas Eleições Municipais de 1996-2016.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 64 – Desempenho do PSB nas Eleições Municipais de 1996-2016.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 65 – Desempenho do PV nas Eleições Municipais de 1996-2016.



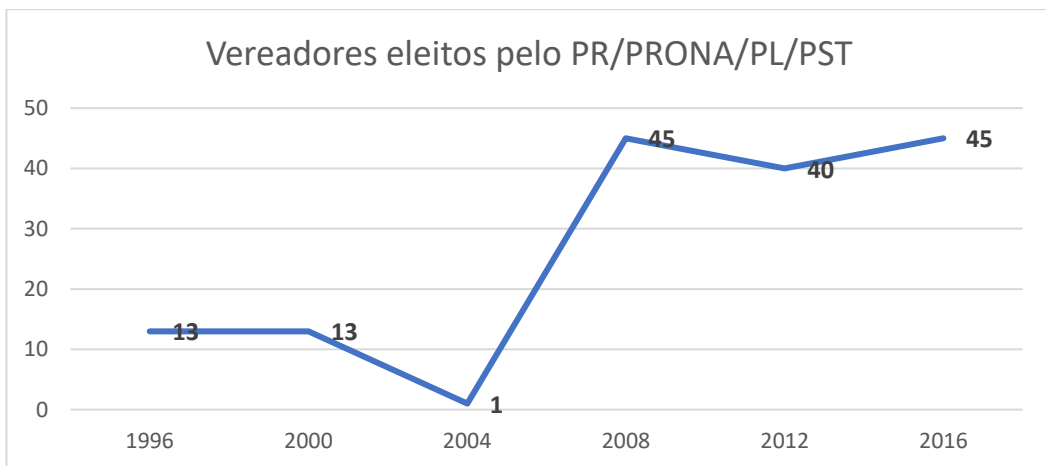
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 66 – Desempenho do PSC nas Eleições Municipais de 1996-2016.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 67 – Desempenho do PR nas Eleições Municipais de 1996-2016



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 68 – Desempenho do PT nas Eleições Municipais de 1996-2016.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 69 – Desempenho do PRP nas Eleições Municipais de 1996-2016.



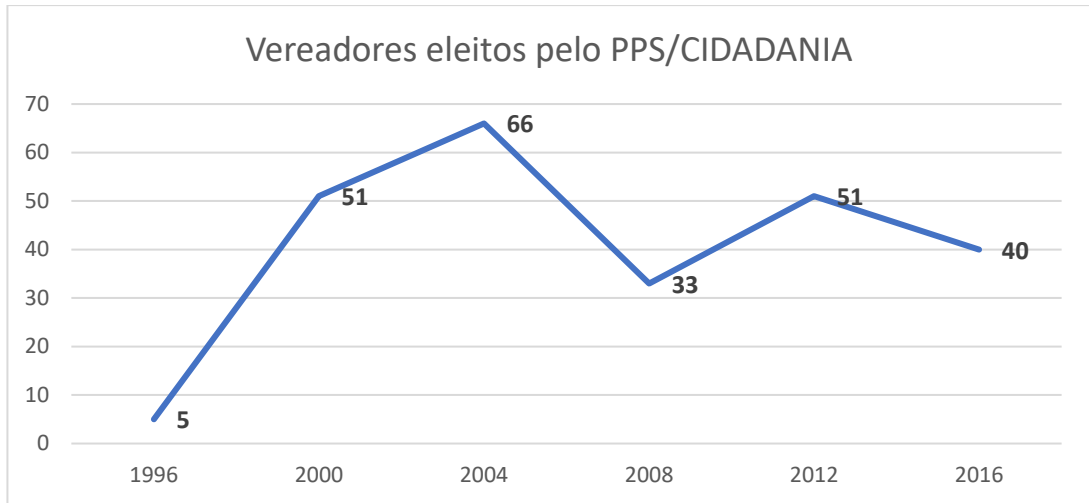
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 70 – Desempenho do PSL nas Eleições Municipais de 1996-2016.



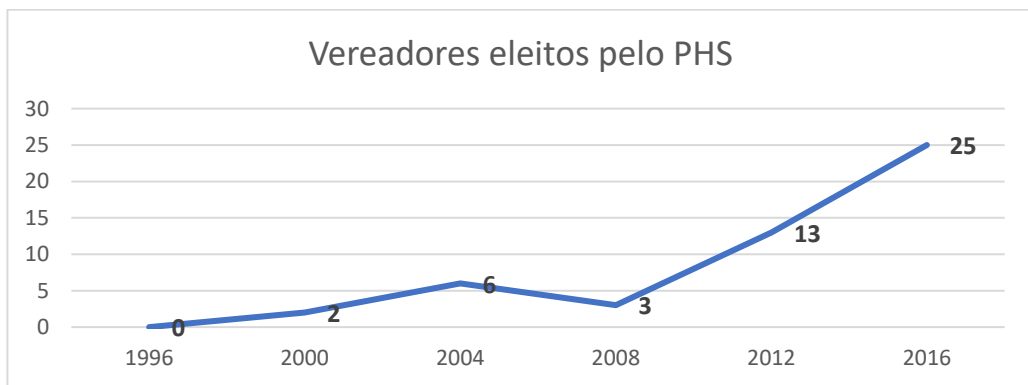
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 71 – Desempenho do PPS nas Eleições Municipais de 1996-2016.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 72 – Desempenho do PHS nas Eleições Municipais de 1996-2016.



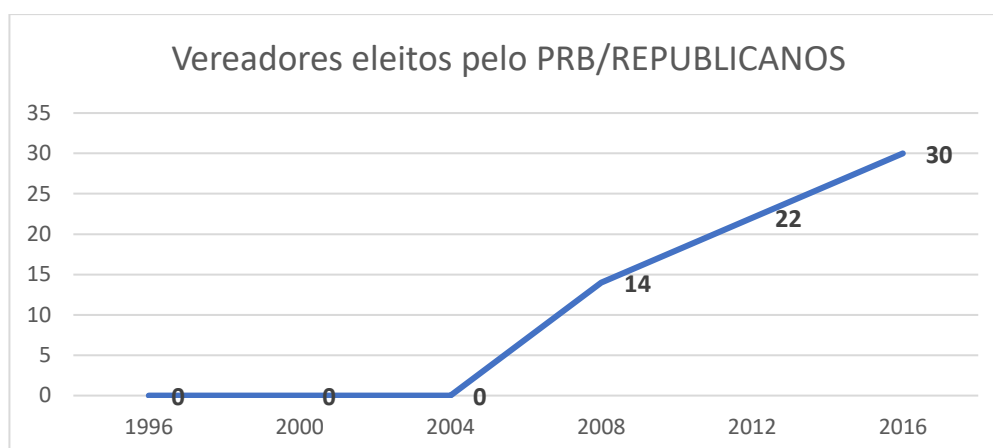
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 73 – Desempenho do PSD nas Eleições Municipais de 1996-2016.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 74 – Desempenho do PRB nas Eleições Municipais de 1996-2016.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Tabela 4 – Índice de fragmentação partidária nas Câmaras Municipais de 1947 - 1963.

Município	1947	1951	1955	1959	1963
Abatiá	0,11	0,33	0,44	0,33	0,33
Almirante Tamandaré	0,22	0,44	0,33	0,33	0,44
Andirá	0,44	0,33	0,33	0,33	0,33
Antonina	0,33	0,25	0,55	0,33	0,44
Apucarana	0,33	0,2	0,33	0,33	0,46
Arapongas	0,33	0,25	0,35	0,25	0,25
Araucária	0,33	0,44	0,33	0,33	0,55
Assaí	0,22	0,36	0,7	0,4	0,4
Bandeirantes	0,25	0,32	0,41	0,41	0,5
Bela Vista do Paraíso	0,33	0,33	0,2	0,6	0,3
Bocaiuva do Sul	0,22	0,33	0,33	0,33	0,33
Cambará	0,25	0,33	0,33	0,25	0,33
Cambé	0,44	0,5	0,55	0,44	0,44
Campo Largo	0,25	0,33	0,25	0,25	0,41
Campo Mourão	0,12	0,27	0,4	0,4	0,4
Carlopolís	0,22	0,33	0,33	0,33	0,33
Castro	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25
Cerro Azul	0,33	0,33	0,22	0,33	0,22
Clevelandia	0,22	0,33	0,22	0,33	0,33
Colombo	0,16	0,33	0,55	0,55	0,44
Congoinhas	0,22	0,33	0,22	0,33	0,33

Cornélio Procópio	0,33	0,21	0,27	0,22	0,22
Curitiba	0,35	0,35	0,46	0,4	0,45
Curiuva	0,12	0,44	0,44	0,44	0,44
Foz do Iguaçu	0,33	0,33	0,55	0,22	0,77
Guarapuava	0,33	0,25	0,25	0,22	0,27
Guaraqueçaba	0,33	0,44	0,44	0,22	0,44
Guaratuba	0,22	0,33	0,44	0,33	0,44
Ibaiti	0,33	0,44	0,44	0,44	0,33
Ibiporã	0,44	0,66	0,33	0,44	0,44
Imbituva	0,33	0,44	0,44	0,22	0,33
Ipiranga	0,33	0,55	0,22	0,22	0,44
Irati	0,54	0,41	-	0,66	0,5
Jacarezinho	0,33	0,41	-	0,41	0,5
Jaguapitã	0,22	0,3	-	0,5	0,4
Jaguariaiva	0,25	0,33	-	0,4	0,4
Jataizinho	0,11	0,33	0,33	0,44	0,33
Joaquim Tavora	0,33	0,44	0,55	0,44	0,44
Jundiá do Sul	0,11	0,44	0,22	0,44	0,44
Lapa	0,41	0,31	0,4	0,26	0,26
Laranjeiras do Sul	0,22	0,3	0,3	0,6	0,4
Londrina	0,46	0,25	0,35	0,45	0,3
Mallet	0,22	0,55	0,55	0,44	0,33
Mandaguari	0,22	0,25	0,2	0,5	0,4
Mangueirinha	0,22	0,33	0,22	0,33	0,33
Morretes	0,44	0,33	0,44	0,33	0,44
Palmas	0,22	0,44	0,44	0,44	0,55
Palmeira	0,33	0,55	0,44	0,33	0,55
Paranaguá	0,2	0,33	0,26	0,4	0,33
Piraí do Sul	0,44	0,33	0,33	0,33	0,33
Piraquara	0,33	0,55	0,55	0,33	0,33
Pitanga	0,22	0,16	0,2	0,22	0,27
Ponta Grossa	0,46	0,25	0,3	0,3	0,38
Porecatu	0,33	0,55	0,44	0,33	0,33
Porto Amazonas	0,33	0,55	0,44	0,33	0,22
Prudentópolis	0,33	0,33	0,55	0,4	0,3
Quatiguá	0,22	0,44	0,44	0,33	0,33

Rebouças	0,33	0,44	0,33	0,44	0,44
Reserva	0,25	0,33	0,4	0,2	0,3
Ribeirão Claro	0,22	0,55	0,33	0,22	0,33
Ribeirão do Pinhal	0,11	0,33	0,33	0,44	0,33
Rio Azul	0,22	0,44	0,44	0,55	0,44
Rio Branco do Sul	0,33	0,44	0,33	0,22	0,33
Rio Negro	0,33	0,33	0,41	0,41	0,33
Rolandia	0,22	0,41	0,33	0,33	0,41
Santa Mariana	0,22	0,33	0,22	0,33	0,44
Santo Antonio da Platina	0,36	0,33	0,41	0,16	0,33
São Jeronimo da Serra	0,11	0,44	0,44	0,44	0,22
São João do Triunfo	0,22	0,33	0,44	0,33	0,44
São José dos Pinhais	0,33	0,25	0,33	0,33	0,33
São Mateus do Sul	0,44	0,44	0,44	0,44	0,44
Sengés	0,22	0,33	0,33	0,33	0,33
Sertanópolis	0,25	0,33	0,4	0,7	0,5
Siqueira Campos	0,33	0,33	0,44	0,44	0,44
Teixeira Soares	0,22	0,44	0,33	0,33	0,22
Tibagi	0,16	0,2	0,33	0,55	0,33
Tomazina	0,44	0,44	0,33	0,33	0,55
União da Vitória	0,33	0,41	0,41	0,41	0,58
Uraí	0,33	0,33	0,55	0,55	0,44
Wenceslau Braz	0,33	0,33	0,33	0,44	0,44

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Tabela 5 – Vereadores eleitos pelos partidos no período de 1996-2016, nos 80 municípios estudados.

Eleições Municipais	1996	2000	2004	2008	2012	2016
PDT	177	54	70	66	59	43
MDB/PMDB	163	114	127	124	94	74
PTB	154	128	63	60	52	65
PP/PPB	133	103	66	46	45	37
PSDB	120	157	104	115	94	87
DEM/PFL	110	144	79	70	60	70
PT	27	37	41	58	76	18
PSC	16	24	12	29	57	66
PR/PRONA/PL/PST	13	13	1	45	40	45

PSB	9	31	29	45	60	66
PPS/CIDADANIA	5	51	66	33	51	40
PTC/PRN	3	5	3	8	4	9
PRP	2	21	13	11	10	4
PV	2	7	8	11	24	34
PMN	2	5	8	6	10	11
PC do B	1	1	5	5	8	4
PSL	0	18	30	26	25	21
DC/PSDC	0	9	4	4	10	9
PHS	0	2	6	3	13	25
PODE/PTN	0	1	9	8	9	12
AVANTE/PT do B	0	1	1	3	3	2
PRB/REPUBLICANOS	0	0	0	14	22	30
PRTB	0	0	0	1	1	3
PSD	0	0	0	0	54	66
PPL	0	0	0	0	6	2
PROS	0	0	0	0	0	22
SD	0	0	0	0	0	22
PATRI/PEN	0	0	0	0	0	9
PMB	0	0	0	0	0	9
REDE	0	0	0	0	0	7
NOVO	0	0	0	0	0	0
PCB	0	0	0	0	0	0
PCO	0	0	0	0	0	0
PSOL	0	0	0	0	0	0
PSTU	0	0	0	0	0	0

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Tabela 6 - Índice de fragmentação partidária nas Câmaras Municipais período de 1996 - 2016.

Município	1996	2000	2004	2008	2012	2016
Abatiá	0,33	0,44	0,77	0,77	0,88	0,88
Almirante Tamandaré	0,45	0,61	0,81	0,81	0,8	0,86
Andirá	0,55	0,54	0,55	0,55	0,66	0,66
Antonina	0,36	0,45	0,66	0,77	0,45	0,66
Apucarana	0,52	0,52	0,63	0,75	0,72	0,63
Arapongas	0,4	0,53	0,6	0,63	0,53	0,6
Araucária	0,46	0,52	0,72	0,81	0,72	0,9
Assaí	0,36	0,63	0,66	0,55	0,66	0,55
Bandeirantes	0,3	0,61	0,66	0,55	0,76	0,61

Bela Vista do Paraíso	0,45	0,72	0,66	0,77	0,77	0,88
Bocaiuva do Sul	0,33	0,66	0,77	0,55	0,66	0,77
Cambará	0,36	0,54	0,55	0,55	0,77	0,77
Cambé	0,27	0,46	0,6	0,6	0,7	0,6
Campo Largo	0,69	0,6	0,81	0,63	0,81	0,72
Campo Mourão	0,26	0,52	0,6	0,6	0,53	0,72
Carlópolis	0,44	0,44	0,44	0,44	0,66	0,77
Castro	0,46	0,66	0,88	0,5	0,9	0,69
Cerro Azul	0,33	0,55	0,44	0,66	0,66	0,77
Clevelândia	0,66	0,66	0,55	0,6	0,55	0,88
Colombo	0,53	0,52	0,92	0,84	0,52	0,64
Congoinhas	0,33	0,55	0,77	0,55	0,77	0,66
Cornélio Procópio	0,4	0,46	0,55	0,55	0,9	0,69
Curitiba	0,2	0,28	0,31	0,34	0,42	0,5
Curiuva	0,44	0,44	0,66	0,33	0,44	0,55
Foz do Iguaçu	0,38	0,42	0,71	0,6	0,73	0,66
Guarapuava	0,38	0,52	0,5	0,66	0,61	0,57
Guaraqueçaba	0,55	0,77	0,55	0,55	0,77	0,77
Guaratuba	0,45	0,46	0,66	0,77	0,69	0,61
Ibaiti	0,36	0,54	0,77	0,66	0,77	0,66
Ibiporã	0,45	0,54	0,55	0,77	0,77	0,54
Imbituva	0,45	0,54	0,66	0,55	0,65	0,65
Ipiranga	0,44	0,55	0,77	0,66	0,77	1
Irati	0,38	0,46	0,6	0,7	0,6	0,7
Jacarezinho	0,38	0,46	0,33	0,44	0,66	0,66
Jaguapitã	0,55	0,44	0,55	0,55	0,44	0,55
Jaguariaíva	0,45	0,45	0,66	0,55	0,76	0,92
Jataizinho	0,33	0,66	0,55	0,55	0,77	1
Joaquim Tavora	0,33	0,55	0,55	0,55	0,88	0,66
Jundiá do Sul	0,55	0,44	0,77	0,66	0,66	0,77
Lapa	0,46	0,53	0,77	0,88	0,88	0,55
Laranjeiras do Sul	0,46	0,61	0,77	0,55	0,61	0,84
Londrina	0,52	0,57	0,5	0,57	0,84	0,73
Mallet	0,33	0,55	0,66	0,77	0,66	0,77
Mandaguari	0,45	0,72	0,77	0,55	0,77	0,77
Mangueirinha	0,45	0,54	0,55	0,61	0,63	0,72
Morretes	0,22	0,5	1	0,77	0,72	0,72
Palmas	0,36	0,54	0,44	0,66	0,53	0,69
Palmeira	0,54	0,63	0,77	0,77	0,88	0,77
Paranaguá	0,52	0,57	0,63	0,63	0,64	0,78
Piraí do Sul	0,45	0,54	0,66	0,77	0,77	0,88

Piraquara	0,46	0,38	0,7	0,7	0,72	0,69
Pitanga	0,4	0,53	0,66	0,55	0,53	0,69
Ponta Grossa	0,42	0,57	0,66	0,6	0,66	0,71
Porecatu	0,44	0,55	0,66	0,66	0,66	0,66
Porto Amazonas	0,55	0,66	0,66	0,88	0,88	0,66
Prudentópolis	0,61	0,61	0,77	0,77	0,69	0,53
Quatiguá	0,22	0,44	0,77	0,77	0,66	0,77
Rebouças	0,55	0,77	0,66	0,55	0,66	0,88
Reserva	0,45	0,45	0,66	0,88	0,9	0,63
Ribeirão Claro	0,44	0,66	0,66	0,88	0,77	0,77
Ribeirão do Pinhal	0,55	0,66	0,88	0,66	0,88	0,77
Rio Azul	0,55	0,55	0,66	0,77	0,88	1
Rio Branco do Sul	0,66	0,55	0,77	0,88	0,81	0,81
Rio Negro	0,3	0,46	0,33	0,55	0,44	0,77
Rolandia	0,38	0,46	0,5	0,6	0,7	0,5
Santa Mariana	0,44	0,55	0,55	0,55	0,77	0,66
Santo Antonio da Platina	0,46	0,3	0,55	0,55	0,77	0,66
São Jerônimo da Serra	0,55	0,55	0,55	0,66	0,88	0,66
São João do Triunfo	0,44	0,66	0,44	0,66	0,77	0,88
São José dos Pinhais	0,33	0,33	0,46	0,44	0,52	0,52
São Mateus do Sul	0,5	0,5	0,66	0,77	0,77	0,66
Sengés	0,55	0,54	0,77	0,55	0,54	0,81
Sertanópolis	0,44	0,66	0,66	0,88	0,55	0,77
Siqueira Campos	0,44	0,6	0,77	0,66	0,66	0,77
Teixeira Soares	0,66	0,66	0,77	0,88	0,88	0,77
Tibagi	0,44	0,55	0,77	0,55	0,77	0,66
Tomazina	0,6	0,5	0,77	0,66	0,77	0,55
União da Vitória	0,53	0,53	0,7	0,6	0,69	0,53
Uraí	0,44	0,66	0,77	1	0,77	0,77
Wenceslau Braz	0,63	0,54	0,77	0,77	0,88	0,77

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Tabela 7 - Índice de Retorno - Candidatos		
Região Geográfica - Centro Oriental	Eleições: 1947/1963	Eleições: 1996/2016
Castro	29,36%	27,57%
Jaguariaíva	16,38%	25,06%
Palmeira	28,57%	33,81%
Piraí do Sul	31,71%	24,65%
Ponta Grossa	24,42%	21,70%
Reserva	27,38%	29,57%
Sengés	32,05%	32,74%

Tibagi	45,56%	45,56%
--------	--------	--------

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Tabela 8 - Índice de Retorno – Candidatos		
Região Geográfica - Oeste Paranaense		
	Eleições: 1947/1963	Eleições: 1996/2016
Foz do Iguaçu	18,13%	22,76%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Tabela 9 - Índice de Retorno – Candidatos		
Região Geográfica - Centro Ocidental		
	Eleições: 1947/1963	Eleições: 1996/2016
Campo Mourão	12,17%	25,09%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Tabela 10 - Índice de Retorno - Candidatos		
Região Geográfica - Norte Pioneiro	Eleições: 1996/2016	Eleições: 1947/1963
Abatiá	33,15%	30,69%
Andirá	25,51%	28,87%
Assaí	31,89%	23,53%
Bandeirantes	20,37%	28,06%
Cambará	29,73%	25,68%
Carlópolis	32,59%	35,29%
Congoinhas	35,05%	21,11%
Cornélio Procópio	26,54%	26,21%
Curiuva	29,17%	18,18%
Ibaiti	33,70%	26,19%
Jacarezinho	25,63%	20,77%
Jataizinho	28,72%	29,57%
Joaquim Tavora	29,68%	27,10%
Jundiá do Sul	24,84%	27,59%
Quatiguá	31,18%	30,26%
Ribeirão Claro	27,90%	30,49%
Ribeirão do Pinhal	30,91%	20,59%
Santa Mariana	34,18%	25,26%
Santo Antonio da Platina	25,10%	22,31%
São Jerônimo da Serra	24,41%	14,65%
Siqueira Campos	28,80%	29,06%
Tomazina	32,37%	25,26%
Uraí	28,53%	24,44%

Wenceslau Braz	26,28%	23,64%
----------------	--------	--------

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Tabela 11 - Índice de Retorno - Candidatos		
Região Geográfica -Sul Paranaense		
	Eleições: 1996/2016	Eleições: 1947/1963
Guarapuava	24,46%	23,04%
Laranjeiras do Sul	21,87%	18,10%
Pitanga	31,86%	18,23%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Tabela 12 - Índice de Retorno - Candidatos		
Região Geográfica -Sudoeste Paranaense		
	Eleições: 1947/1963	Eleições: 1996/2016
Mangueirinha	26,67%	28,51%
Palmas	12,60%	26,81%
Clevelândia	12,07%	34,16%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Tabela 13 - Índice de Retorno – Candidatos		
Região Geográfica - Norte Central		
	Eleições: 1947/1963	Eleições: 1996/2016
Apucarana	14,90%	31,30%
Arapongas	18,68%	28,50%
Bela Vista do Paraíso	16,55%	33,13%
Cambé	19,08%	29,60%
Ibiporã	23,45%	28,86%
Jaguapitã	15,38%	35,54%
Londrina	22,51%	28,46%
Mandaguari	22,03%	29,18%
Porecatu	17,78%	29,18%
Rolândia	24,48%	29,98%
Sertanópolis	21,87%	31,00%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Tabela 14 - Índice de Retorno – Candidatos		
Região Geográfica - Metropolitana de Curitiba		
	Eleições: 1947/1963	Eleições: 1996/2016

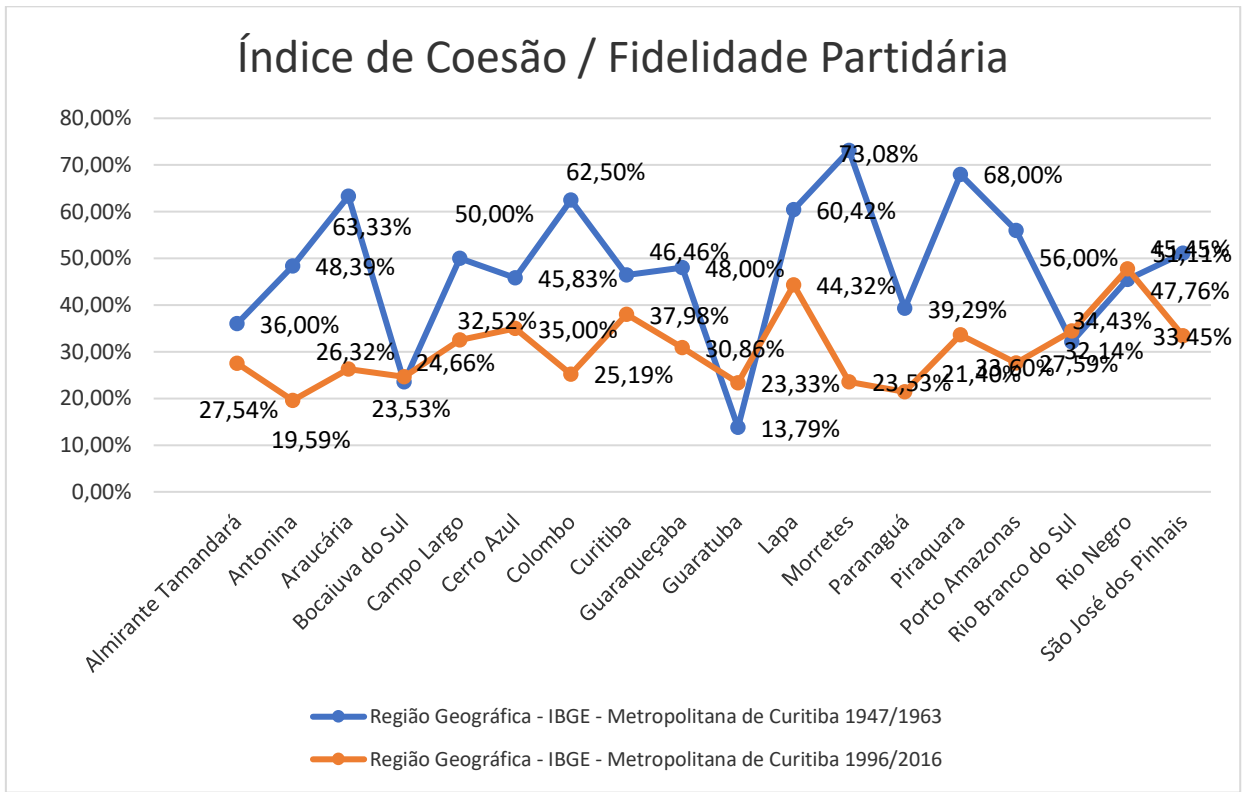
Almirante Tamandaré	25,00%	29,32%
Antonina	23,85%	27,61%
Araucária	22,39%	24,64%
Bocaiuva do Sul	19,11%	26,26%
Campo Largo	24,49%	27,82%
Cerro Azul	32,88%	22,99%
Colombo	16,00%	23,30%
Curitiba	15,95%	19,22%
Guaraqueçaba	22,73%	30,57%
Guaratuba	31,87%	25,00%
Lapa	24,49%	25,66%
Morretes	30,59%	29,90%
Paranaguá	24,56%	21,75%
Piraquara	35,21%	22,71%
Porto Amazonas	27,78%	31,69%
Rio Branco do Sul	34,18%	22,85%
Rio Negro	20,63%	30,66%
São José dos Pinhais	31,25%	20,03%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Tabela 15 - Índice de Retorno - Candidatos		
Região Geográfica - - Sudeste Paranaense	Eleições: 1947/1963	Eleições: 1996/2016
	Imbituva	27,85%
Ipiranga	30,88%	24,30%
Irati	15,58%	25,63%
Mallet	25,00%	29,59%
Prudentópolis	25,74%	26,47%
Rebouças	24,73%	24,42%
Rio Azul	23,91%	24,16%
São João do Triunfo	21,11%	28,23%
São Mateus do Sul	25,00%	30,58%
Teixeira Soares	26,25%	30,55%
União da Vitória	19,91%	26,00%

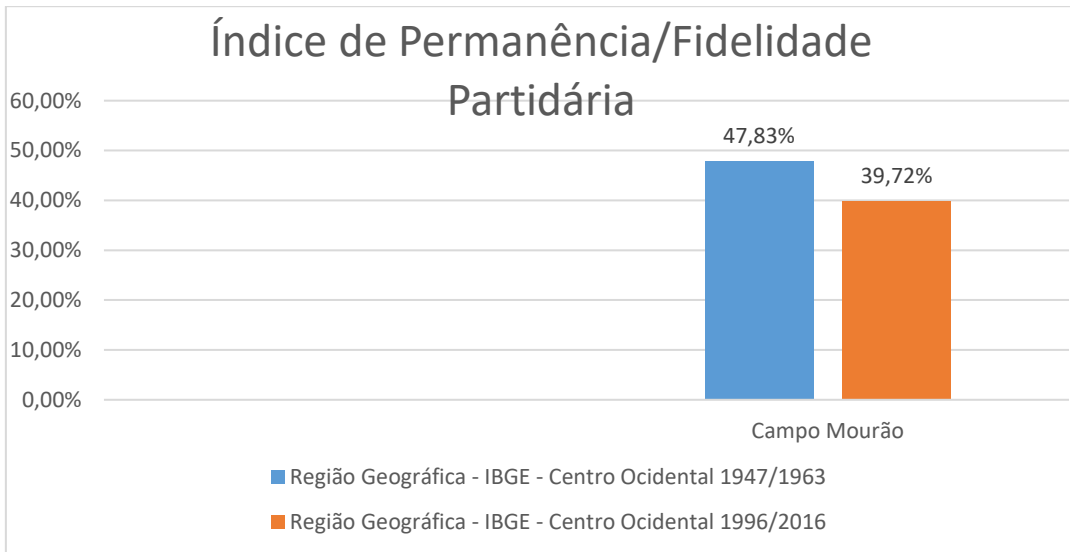
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 82 – Comparação dos dois períodos do percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido.



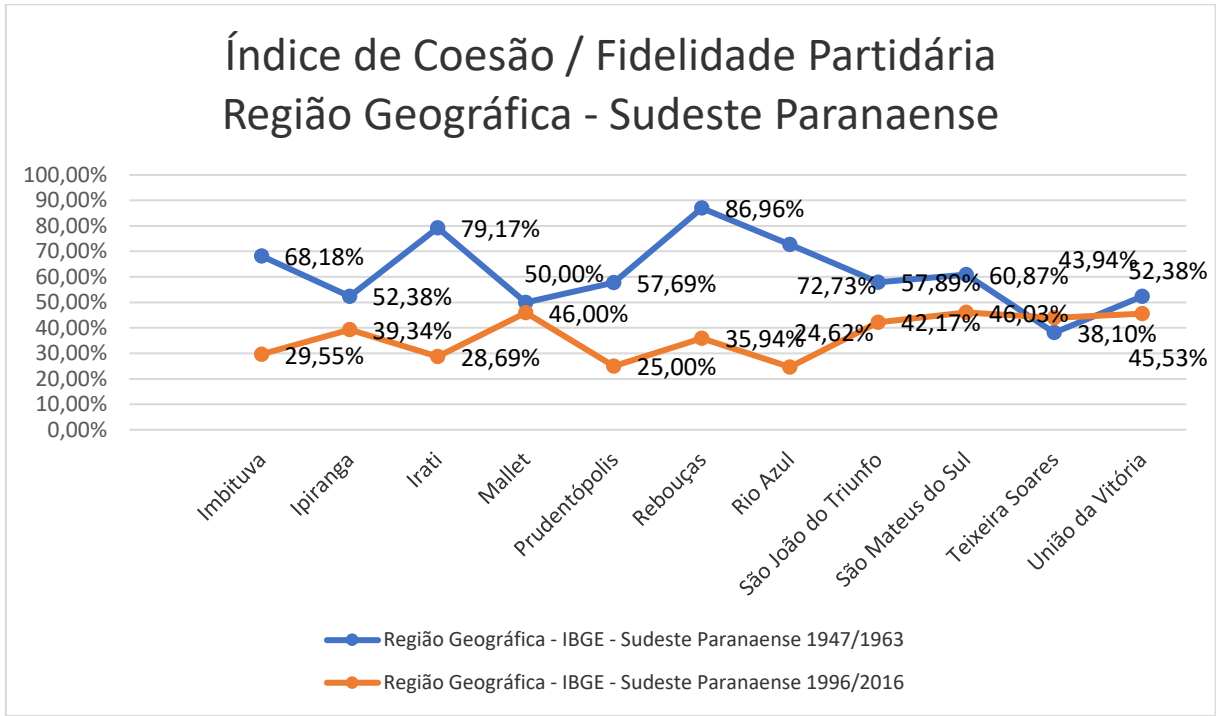
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 83 - Comparação dos dois períodos do percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido.



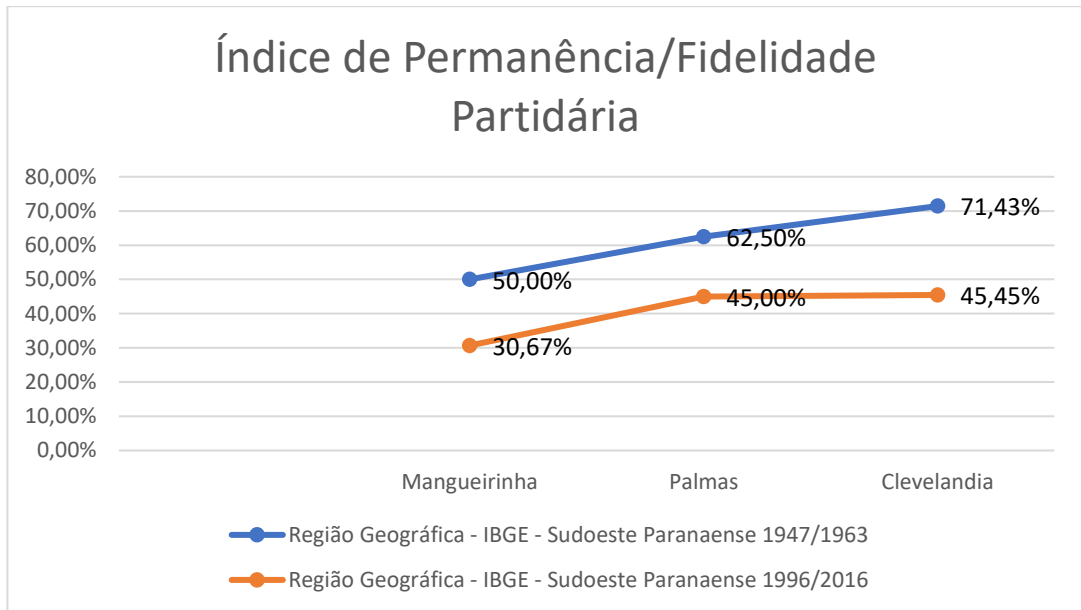
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 84 - Comparação dos dois períodos do percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido.



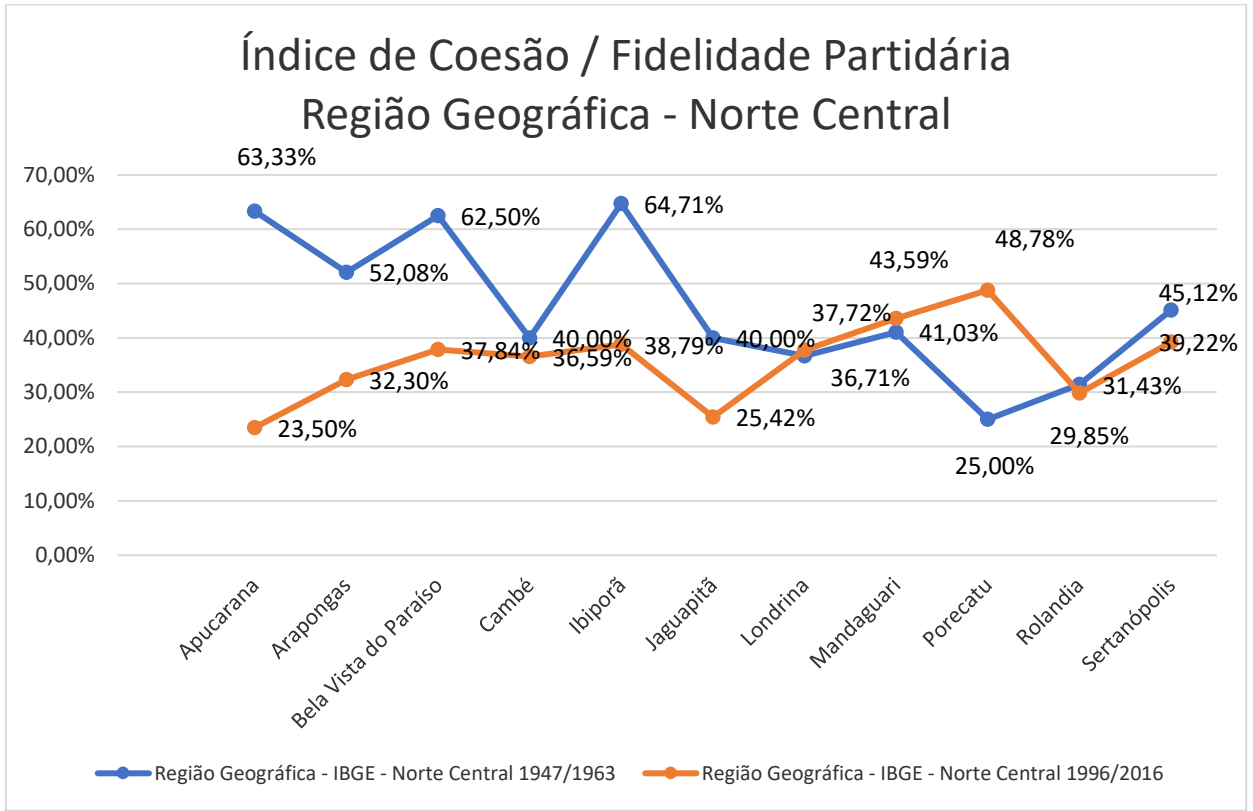
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 85 - Comparação dos dois períodos do percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido.



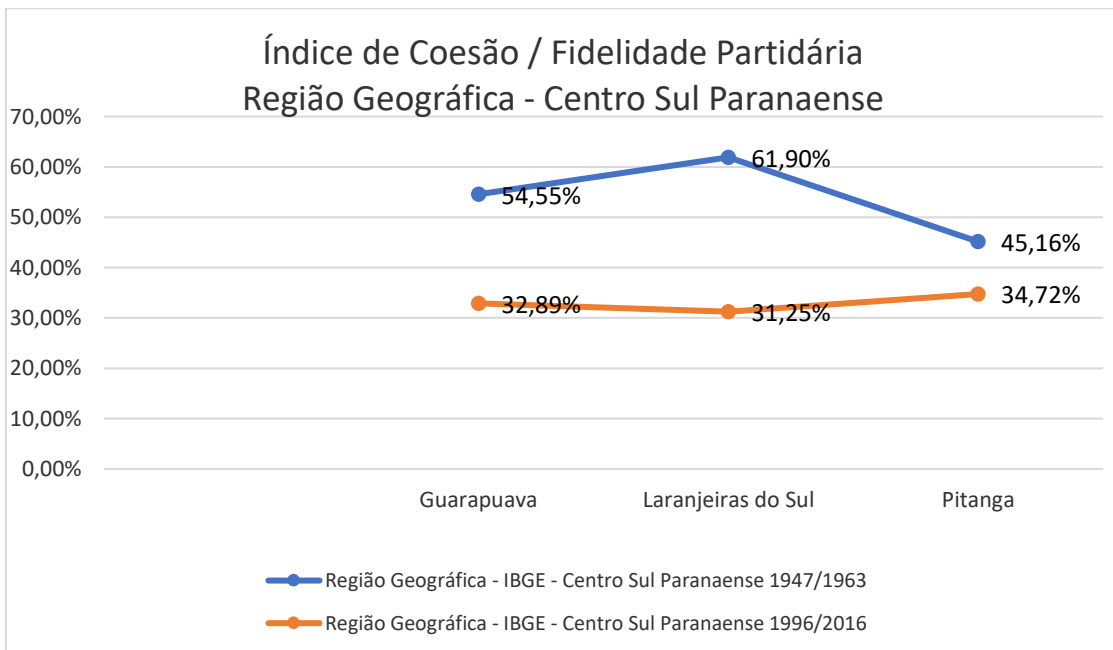
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 86 - Comparação dos dois períodos do percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido.



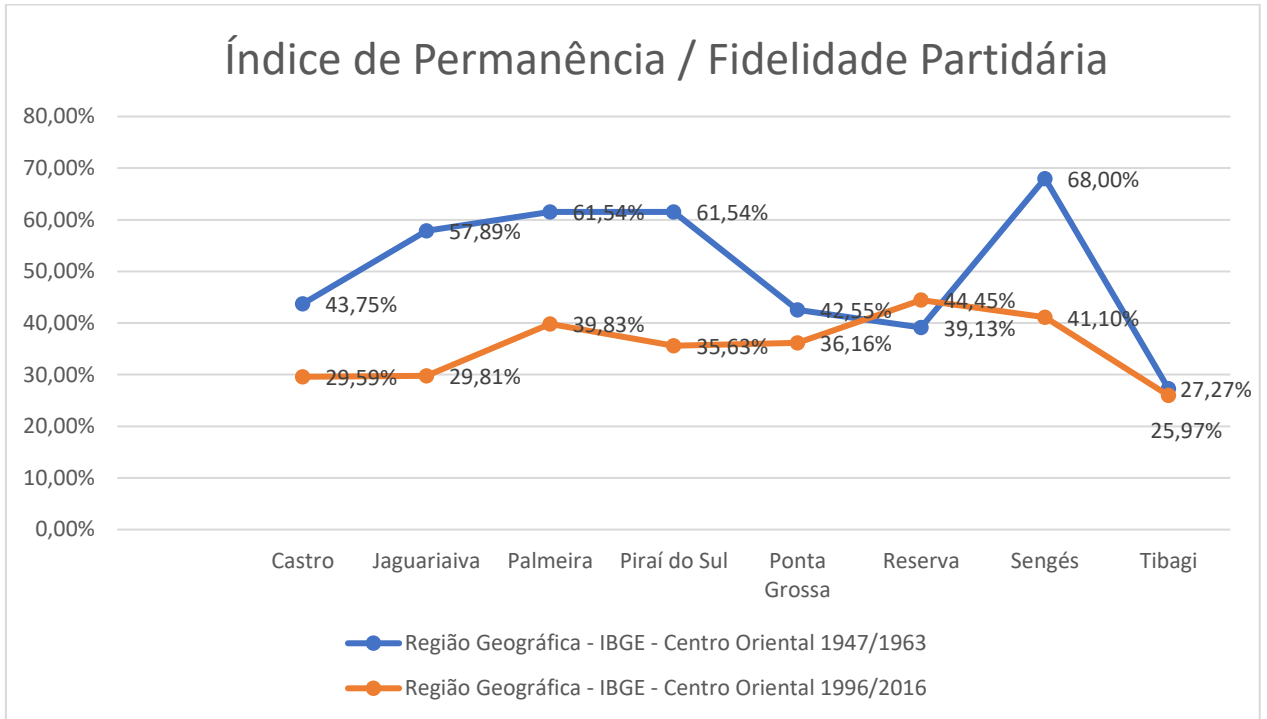
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 87 - Comparação dos dois períodos do percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido.



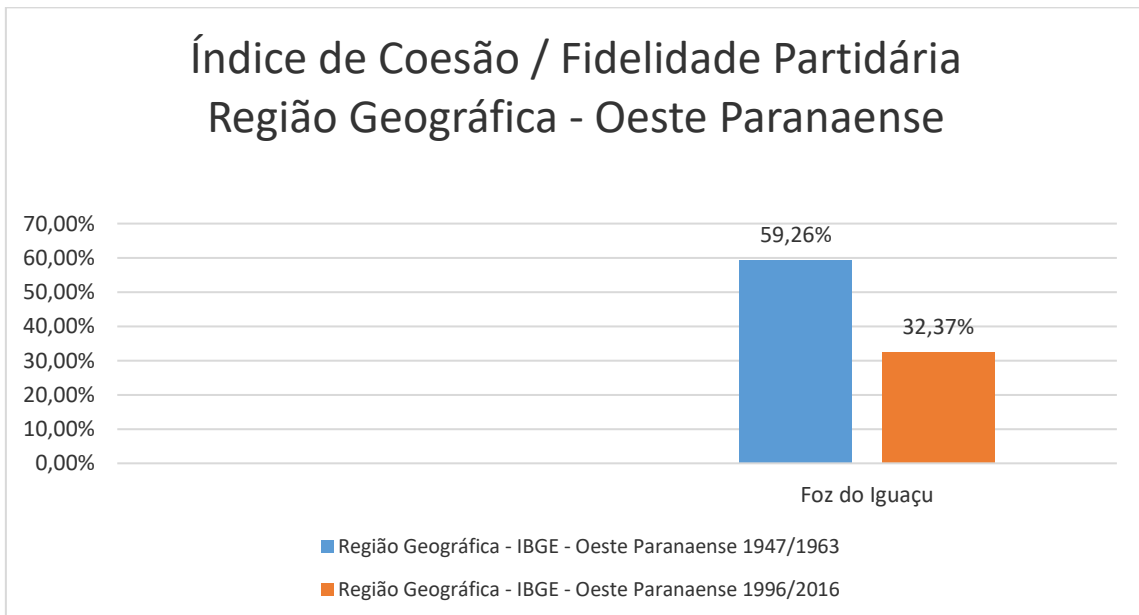
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 88 - Comparação dos dois períodos do percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido.



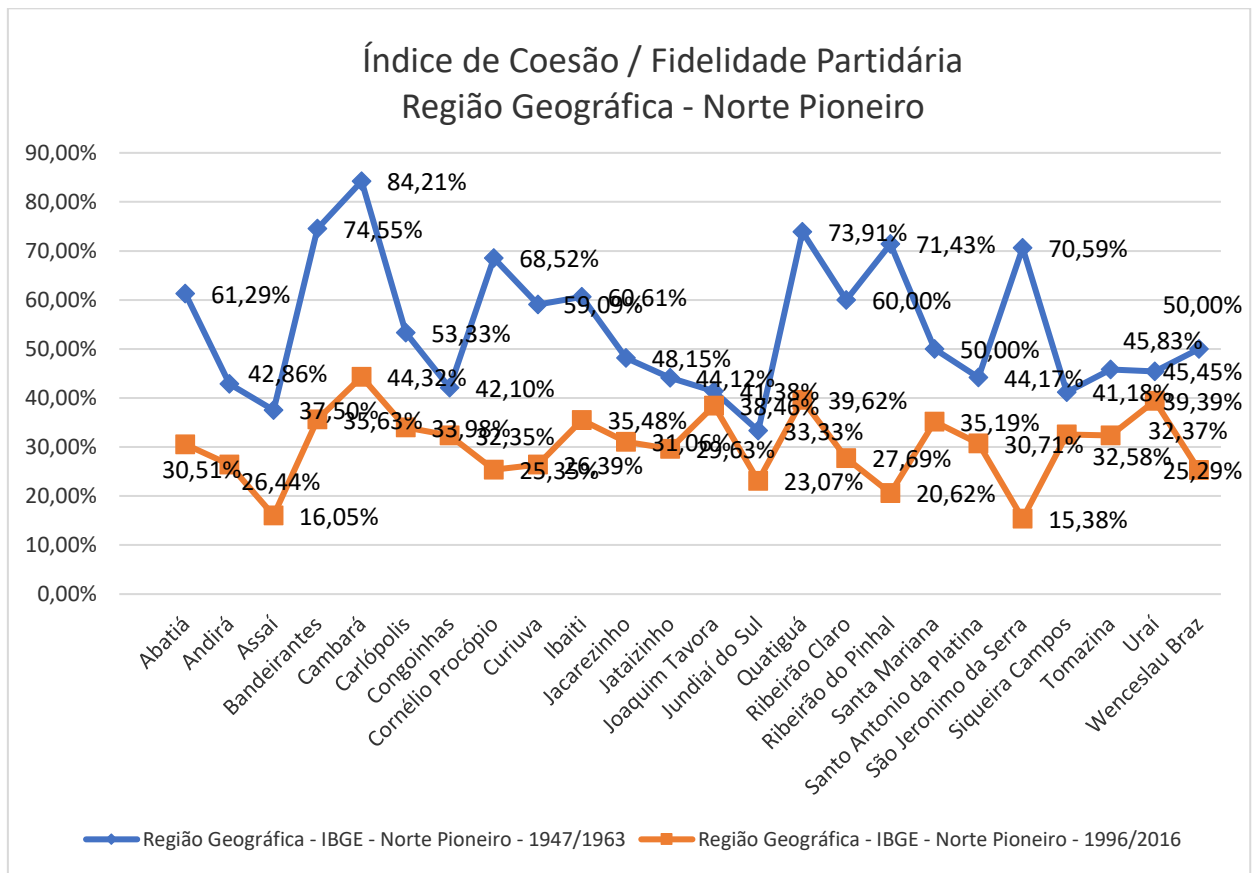
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 89 - Comparação dos dois períodos do percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Gráfico 90 - Comparação dos dois períodos do percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Tabela 16 - Índice de permanência/fidelidade partidária		
Região Geográfica - IBGE - Norte Pioneiro	1947/1963	1996/2016
Abatiá	61,29%	30,51%
Andirá	42,86%	26,44%
Assaí	37,50%	16,05%
Bandeirantes	74,55%	35,63%
Cambará	84,21%	44,32%
Carlópolis	53,33%	33,98%
Congoinhas	42,10%	32,35%
Cornélio Procópio	68,52%	25,35%
Curiúva	59,09%	26,39%
Ibaiti	60,61%	35,48%
Jacarezinho	48,15%	31,06%
Jataizinho	44,12%	29,63%
Joaquim Tavora	41,38%	38,46%
Jundiá do Sul	33,33%	23,07%
Quatiguá	73,91%	39,62%

Ribeirão Claro	60,00%	27,69%
Ribeirão do Pinhal	71,43%	20,62%
Santa Mariana	50,00%	35,19%
Santo Antonio da Platina	55,17%	30,71%
São Jeronimo da Serra	70,59%	15,38%
Siqueira Campos	41,18%	32,58%
Tomazina	45,83%	32,37%
Uraí	45,45%	39,39%
Wenceslau Braz	50,00%	25,29%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Tabela 17 - Índice de permanência/fidelidade partidária		
Região Geográfica - IBGE - Centro Oriental	1947/1963	1996/2016
Castro	43,75%	29,59%
Jaguariaiva	57,89%	29,81%
Palmeira	61,54%	39,83%
Piraí do Sul	61,54%	35,63%
Ponta Grossa	42,55%	36,16%
Reserva	39,13%	44,45%
Sengés	68,00%	41,10%
Tibagi	27,27%	25,97%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Tabela 18 - Índice de permanência/fidelidade partidária		
Região Geográfica - IBGE - Norte Central	1947/1963	1996/2016
Apucarana	63,33%	23,50%
Arapongas	52,08%	32,30%
Bela Vista do Paraíso	62,50%	37,84%
Cambé	40,00%	36,59%
Ibiporã	64,71%	38,79%
Jaguapitã	40,00%	25,42%
Londrina	36,71%	37,72%
Mandaguari	41,03%	43,59%
Porecatu	25,00%	48,78%
Rolandia	31,43%	29,85%
Sertanópolis	54,28%	39,22%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Tabela 19 - Índice de permanência/fidelidade partidária		
Região Geográfica - IBGE - Metropolitana de Curitiba	1947/1963	1996/2016

Almirante Tamandaré	36,00%	27,54%
Antonina	48,39%	39,59%
Araucária	63,33%	26,32%
Bocaiuva do Sul	23,53%	24,66%
Campo Largo	50,00%	32,52%
Cerro Azul	45,83%	35,00%
Colombo	62,50%	25,19%
Curitiba	46,46%	37,98%
Guaraqueçaba	48,00%	30,86%
Guaratuba	13,79%	23,33%
Lapa	60,42%	44,32%
Morretes	73,08%	23,53%
Paranaguá	39,29%	21,40%
Piraquara	68,00%	33,60%
Porto Amazonas	56,00%	27,59%
Rio Branco do Sul	29,63%	34,43%
Rio Negro	45,45%	47,76%
São José dos Pinhais	51,11%	33,45%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Tabela 20 - Índice de permanência/fidelidade partidária		
Região Geográfica - IBGE - Centro Ocidental	1947/1963	1996/2016
Campo Mourão	47,83%	39,72%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Tabela 21 - Índice de permanência/fidelidade partidária		
Região Geográfica - IBGE - Sudeste Paranaense	1947/1963	1996/2016
Imbituva	68,18%	29,55%
Ipiranga	52,38%	39,34%
Irati	79,17%	28,69%
Mallet	50,00%	46,00%
Prudentópolis	57,69%	25,00%
Rebouças	86,96%	35,94%
Rio Azul	72,73%	24,62%
São João do Triunfo	57,89%	42,17%
São Mateus do Sul	60,87%	46,03%
Teixeira Soares	38,10%	43,94%
União da Vitória	52,38%	45,53%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Tabela 22 - Índice de permanência/fidelidade partidária		
Região Geográfica - IBGE - Sudoeste Paranaense	1947/1963	1996/2016
Mangueirinha	50,00%	30,67%
Palmas	62,50%	45,00%
Clevelândia	71,43%	45,45%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Tabela 23 - Índice de permanência/fidelidade partidária		
Região Geográfica - IBGE - Centro Sul Paranaense	1947/1963	1996/2016
Guarapuava	54,55%	32,89%
Laranjeiras do Sul	61,90%	31,25%
Pitanga	45,16%	34,72%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Tabela 24 - Índice de permanência/fidelidade partidária		
Região Geográfica - IBGE - Oeste Paranaense	1947/1963	1996/2016
Foz do Iguaçu	59,26%	32,37%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR

Tabela 25 - Relação dos Partidos Período de 1947-1963	
PR	Partido Republicano
PRP	Partido de Representação Popular
PSB	Partido Socialista do Brasil
PDC	Partido Democrata Cristão
PL	Partido Libertador
PCB	Partido Comunista do Brasil
PST	Partido Social Trabalhista
PTN	Partido Trabalhista Nacional
MTR	Movimento Trabalhista Renovador
PRT	Partido Republicano Trabalhista
PSP	Partido Social Progressista
PSD	Partido Social Democrático
UDN	União Democrática Nacional
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TRE/PR